

SILVIA MARIA BELFORT VILELA DE ANDRADE

CLASSE OPERÁRIA EM JUIZ DE FORA : UMA HISTÓRIA DE LUTAS
(1912 - 1924)

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em História à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Michael M. Hall.

Este exemplar corresponde à redação final do texto defendido por Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade e aprovado pela Comissão julgadora.

Campinas, 26 de setembro de 1984

Michael M. Hall

CAMPINAS - 1984

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para Ignácio, Zezé, Landa e Gilda,
sustentáculo afetivo de uma vida inteira.

Todas as coisas de que falo são de carne
como o verão e o salário.

Mortalmente inseridas no tempo,
estão dispersas como o ar
no mercado, nas oficinas,
nas ruas, nos hotéis de viagem.

São coisas, todas elas,
cotidianas, como bocas
e mãos, sonhos, greves,
denúncias,
acidentes do trabalho e do amor. Coisas,
de que falam os jornais
às vezes tão rudes
às vezes tão escuras
que mesmo a poesia as ilumina com dificuldade.

Mas é nelas que te vejo pulsando,
mundo novo,
ainda em estado de soluços e esperança.

Ferreira Gullar

AGRADECIMENTOS

Ao Michael, pela orientação e amizade. Por ter, desde o início, acreditado em mim.

Ao Gigi, Regina, Sérgio, Eduardo e Walter, companhia constante do meu percurso.

Aos amigos juizforanos — Leda, Vanda, Luíza, Maraliz, Rainho, Ana e Botti — solidários no caminho da vida.

A Mariza, Romilda, Clarisse e Rosa Helena que dividiram comigo alegrias e agruras da vida campineira.

Aos professores do Departamento de História da UNICAMP e aos colegas do mestrado, co-autores da nova fase da minha vida.

À Marisa, do Arquivo Edgard Leuenroth, pelo carinho e eficiência do seu trabalho.

Ao Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora que, coerente com a sua política de aperfeiçoamento docente, tornou possível este trabalho.

Ao Newton, colega e amigo, pela elaboração dos mapas.

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	6
CAP. 1º : JUIZ DE FORA : INDÚSTRIA, PROLETARIADO E PODER MUNICIPAL	14
1. A Indústria em Juiz de Fora	15
2. Origem e Formação do Proletariado	37
3. Condições de Vida	48
4. Condições de Trabalho	70
5. O Poder Municipal	80
CAP. 2º : OS PRIMEIROS TEMPOS	91
1. As Associações Operárias anteriores a 1912	92
2. A Greve de 1912	105
3. A União Operária — Federação do Trabalho de Juiz de Fora	145
CAP. 3º : A GREVE DE 1920 E A FEDERAÇÃO OPERÁRIA MINEIRA	154
1. Antecedentes	154
2. O Dia a Dia da Greve	175
3. Análise de uma Vitória	191
4. A Federação Operária Mineira (F.O.M.)	204
CAP. 4º : A GREVE DE 1924	221
1. O Dia a Dia da Greve	223
2. Análise de uma Derrota	249
CONCLUSÃO	261
ANEXOS	267
BIBLIOGRAFIA E FONTES	307

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa sobre Movimentos Sociais integrante do Curso de Mestrado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, no qual ingressamos em 1977.

Ao tentarmos delimitar o tema desta pesquisa, pensamos inicialmente em tratar da classe operária no Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, chegamos a começar a investigação de fontes e informações. O que havia, então, na bibliografia disponível eram vagas referências às ligas operárias e a uma ou outra greve ocorrida no Estado. Foi o contato com o acervo do Arquivo Edgard Leuenroth que nos mostrou a impossibilidade de abarcar o movimento operário em todo o Estado, tal era o volume de dados disponíveis, apesar de fragmentados, sobre a organização da classe, principalmente, na Mata, no Sul e no Centro mineiros.

Por que classe operária em Minas Gerais ?

A localização do tema em Minas Gerais se prende à necessidade de descentralização da pesquisa histórica em relação a São Paulo e Rio de Janeiro e de evidenciar a importância de trazer à luz como se movimenta a classe operária no Estado que embora não possuísse uma indústria tão desenvolvida como a dos dois estados vizinhos, contava com unidades fabris tradicionais e com centros industriais de alguma importância.

Por que classe operária em Juiz de Fora ?

Diante da necessidade de restringir o âmbito da pesquisa, optamos por estudar a classe operária daquele que foi o principal centro industrial do Estado nas primeiras décadas do século XX : o município de Juiz de Fora, situado na Zona da Mata, desde a segunda metade do século XIX, a principal região cafeeira do Estado.

Juiz de Fora não era um centro industrial do porte do Rio de Janeiro e do de São Paulo, como esclarecemos no 1º Capítulo. É (ou era) comum identificar o movimento operário brasileiro com a luta do proletariado carioca e paulista. E, daí, generaliza-se para todo o país. É óbvio que o que acontecia nos dois centros alcançava maior repercussão; afinal, tratavam-se das duas áreas de maior concentração industrial do Brasil, na época. O que não justifica, a nosso ver, relegar ao ostracismo o movimento da classe operária em centros industriais menos importantes. Mesmo que naqueles se encontrasse a "vanguarda" da classe porque mais agressiva e consciente. Não há porque ignorar os setores "mais atrasados" da classe operária brasileira, mesmo porque eles podem surpreender com uma combatividade in suspeitada.

Juiz de Fora tem na época uma burguesia industrial atuante, como indica Ângela Maria de Castro Gomes¹. E onde

1. Burguesia e Trabalho; política e legislação social no Brasil 1917-1927. Rio de Janeiro, Campus, 1979. Passim.

há burguesia, há proletariado. E, portanto, há que investigar a sua história.

Decidido isto, deparamo-nos, de imediato, com sérias dificuldades : estavam, apenas, começando a surgir as primeiras investigações sobre a indústria em Minas Gerais; não havia, então, nenhum estudo que abordasse o movimento operário no Estado que pudesse ser ponto de partida das nossas reflexões;² os trabalhos existentes sobre a história de Juiz de Fora eram abordagens positivistas e compêndios enaltecedores dos heróis burgueses, preocupados com a memória da classe dominante. Enfim, uma história oficial onde o vencido não tem vez. Só o vencedor.

Diante disso tivemos que partir do zero, ou seja: aproveitar pistas sobre o dominado que a história local não conseguira eliminar de todo e sair em busca de fontes que nos pudessem fornecer dados sobre a classe operária de Juiz de Fora, intencionalmente excluída da história local (fontes estas que, até hoje, carecem de uma catalogação segundo as leis da arquivística). Assim, o nosso trabalho de levantamento de fontes pode ser comparado ao de um detetive que investiga um "crime" procurando-lhe as provas. Os arquivos e as bibliotecas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Juiz de Fora foram visitados como também particulares (geralmente familiares daqueles que fizeram a história que pretendíamos conhecer) que, suspeitávamos, poderiam

2. Embora a Dissertação de Mestrado de Eliana Regina de Freitas Dutra, Alternativas do Comportamento Operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930) tenha sido defendida em 1981, só em fins de 1983 foi possível ter acesso a ela.

possuir algum documento importante para o nosso trabalho. Essa busca incluiu contatos com operários e operárias sobreviventes.

A busca era informada, claro está, pela bibliografia existente sobre o movimento operário em São Paulo (estavam começando a surgir trabalhos sobre a classe no Rio de Janeiro). Nela fundamentados, começamos a elaborar perguntas às fontes encontradas. E, pudemos, então, delimitar o período do nosso trabalho e o seu objetivo.

A delimitação cronológica obedece a um corte importante para a vida operária local e não ao critério da luta da classe operária do Rio de Janeiro e de São Paulo . O período escolhido — 1912 a 1924 — se justifica por se tratar de um espaço de tempo importante na luta que a classe empreende contra o capital : eclodem três greves — 1912, 1920 e 1924 — de caráter generalizado além de outras que abrangem apenas uma unidade fabril ou apenas um setor. E ainda mais que as greves foram eleitas como conjunturas privilegiadas para a análise da problemática, como se verá em seguida.

O objetivo do nosso trabalho, na área já indicada e no período cronológico já delimitado, consiste em investigar a relação capital-trabalho, tomando como ponto de partida o trabalhador que vende a sua força de trabalho. Investigá-la significa pensar a interrelação entre proleariado e burguesia industrial, os dois pólos da relação que se concretiza no modo de produção capitalista. Um não exis

te sem o outro. Daí, ser impossível estudar a classe operária, isolando-a da burguesia. Mas, é possível enfocá-la sem perder de vista a sua relação intrínseca e antagônica com a detentora do capital.

No período e região por nós focalizados, encontramos uma classe operária em movimento, adquirindo experiência na luta pela defesa de seus interesses. Nosso objetivo está centrado na investigação das suas formas de articulação : como se organiza e como encaminha a luta pelas suas reivindicações. Ou seja, a prática operária na sua estratégia de sobrevivência. Daí, privilegiarmos as associações operárias e as greves.

Nas organizações da classe, cabe atentar para a orientação ideológica que norteia a sua prática e para a sua real representatividade no interior da classe; para o caminho que imprimem na luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho e, neste caminho, como enxergam e como se relacionam com a burguesia industrial e com o poder político.

Estas preocupações permanecem na investigação dos movimentos grevistas pois é nestes momentos que, privilegiadamente : 1º) classe operária e burguesia industrial se enfrentam; 2º) a classe operária exterioriza as suas verdadeiras aspirações e a sua maior e/ou menor capacidade em torná-las realidade; 3º) a classe pode questionar, na prática, a própria direção de suas associações (principalmente quando muito mais comprometidos com a classe dominante do que

com a luta da classe que dirigem); e 4º) o poder político a nível municipal e estadual, intervém procurando superar o impasse criado pelo confronto e, portanto, posicionando-se perante o mesmo. Em suma, nosso objetivo consiste em tentar perceber como a classe operária de Juiz de Fora se movimenta na sua luta contra o capital e o espaço que ela ocupa (ou deixa de ocupar) nesta luta. Até onde faz a burguesia recuar e até que ponto pressiona (ou não) o Estado no sentido da regulamentação das relações de trabalho.

Imprimimos ao trabalho o caminho da reconstrução detalhada e interrogamos os fatos

"como eles numa série linear de ocorrências, ou fatos contingentes — isto é, a história "tal como realmente aconteceu" (mas como nunca poderá ser plenamente conhecida) — na construção de uma exposição narrativa;"³

Por mais limitada que seja a área da nossa pesquisa, não a pensamos nunca isolada e afastada da classe operária brasileira, constituída, a nosso ver, por todos aqueles que vendem sua força de trabalho no processo de produção capitalista então vigente no Brasil. Foi estudando a sua história que chegamos a indagar sobre a classe operária em Minas Gerais e, depois, em Juiz de Fora. Embora não façamos muitas referências à classe operária brasileira, o seu movii

3. E. P. THOMPSON. A Miséria da Teoria; ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. P. 38.

mento está subjacente ao da classe operária de Juiz de Fora, nosso objeto de estudo.

Sobre as fontes pesquisadas, também temos a registrar uma dificuldade : foram relativamente pouco numerosas as fontes históricas deixadas pela classe operária a que tivemos acesso. Não é porque não tivessem existido mas, decorrência da própria condição subordinada da classe em estudo. Contamos, então, maciçamente com fontes de origem burguesa o que nos obrigou a uma análise mais cuidadosa do seu conteúdo. As greves, por exemplo, tiveram como fontes de informação basicamente os periódicos da grande imprensa. Um dado que procuramos explorar aqui foi a existência (quando ocorria) de jornais de oposição burguesa que, ao tentar afirmar-se sobre a fração de classe no poder, deixava escapar informações importantes para a compreensão da luta de classes na cidade. O Correio de Minas e A Tarde constituem dois exemplos que nos foram valiosos.

A viabilização do nosso objetivo levou-nos a tentar conhecer o grau de desenvolvimento da indústria local , ou melhor, a estrutura industrial de Juiz de Fora, na medida em que isto contribuiria para esclarecer esta ou aquela articulação da classe. Outra questão com que nos ocupamos foi tentar recuperar a formação da classe operária e as suas condições de vida e de trabalho. Preocupando-nos, ainda, em esclarecer a composição da Câmara Municipal e sua atuação relativa aos assuntos de interesse da classe operária. Estas preocupações estão materializadas no 1º Capítulo, com

todas as limitações que a historiografia registra sobre as mesmas.

O núcleo central do 2º capítulo é o primeiro momento importante da luta da classe : a greve de 1912, cuja descrição e análise fizemos completar com dados das associações pré e pós-existentes a ela.

O 3º capítulo aborda a conjuntura 1917-1920 e o período mais progressista da maior associação local : a Federação Operária Mineira.

Finalmente, a greve de 1924 e o declínio da movimentação da classe que a acompanha.

Para concluir, esclarecemos que freqüentemente usamos a transcrição literal porque julgamos que ela traduziria melhor o que queríamos expressar e porque a maior parte das fontes que consultamos o foram pela primeira vez. Era importante, portanto, que nós as utilizássemos de forma a deixá-las falar por si mesmas.

Consideramos que este trabalho é uma contribuição à história da luta de classes no Brasil. Porque o que ocorreu em Juiz de Fora faz parte da história deste país.

CAPÍTULO 1º

JUIZ DE FORA : INDÚSTRIA, PROLETARIADO E PODER MUNICIPAL

"Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital."

Marx e Engels

A inclusão deste primeiro capítulo deve-se à necessidade de se configurar o quadro industrial em Juiz de Fora no período por nós delimitado para analisar a prática política operária. Necessidade esta imposta pela relação intrínseca entre capital e trabalho, entre burguesia industrial e proletariado, os dois pólos da produção capitalista. Como eles se relacionam, será o assunto dos próximos capítulos. Aqui, queremos situar a Juiz de Fora das décadas de 1910 e 1920, no sentido de captar o nível de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas locais, sem perder de vista o seu significado em relação ao desenvolvimento do capitalismo em Minas Gerais e no Brasil. Com o cuidado de não pensar o movimento da classe operária como decorrente do nível de acumulação de ca-

pital na cidade,¹ mas, vê-lo como uma instância concreta na qual a classe operária se move no dia-a-dia da sua luta.

Julgamos importante ainda, tentar recuperar tanto a origem e formação do proletariado urbano de Juiz de Fora, como as suas condições de vida e de trabalho na medida em que informam o movimento da classe em busca de seus objetivos.

Sobre o poder municipal — estrutura e ocupantes — incluímos informações que ajudarão a compreender a participação do Estado, a nível municipal, nos conflitos e aproximações entre burguesia e proletariado.

1 - A Indústria em Juiz de Fora

Para a compreensão do estágio em que se encontra a indústria em Juiz de Fora na segunda e na terceira décadas do século XX, torna-se necessário ter uma visão, por mais rápida que seja, da indústria em Minas Gerais, na medida em que aquela parece reproduzir as tendências desta.

Quando se quer saber sobre a indústria mineira no período em questão, duas dificuldades se apresentam de ime-

1. Como faz Eliana Regina de Freitas DUTRA. Alternativas do Comportamento Operário : Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930). Belo Horizonte, 1981. (mimeo.) "A estrutura industrial foi o elemento que funcionou como fio condutor para a análise do comportamento operário em Belo Horizonte e em Juiz de Fora". P. 267.

diato : a dificuldade de fontes² e a exigüidade da bibliografia. Os dados estatísticos da época se reduzem basicamente aos Censos de 1907 e 1920 e a bibliografia à dissertação de Mestrado de João Heraldó Lima que procura perceber as relações entre a indústria mineira e a sua produção cafeeira. Ele mesmo se ressenté da falta de estudos sobre a economia mineira da época que, em suma, o impossibilita concluir pela existência de um "complexo cafeeiro" em Minas como o que se desenvolvera em São Paulo.³ Ele mesmo adverte :

"A nossa abordagem será bastante introdutória visando apenas considerar alguns pontos da história econômica de Minas que precisam ser estudados de uma maneira mais profunda e detalhada!"⁴

Ao abordar a estrutura industrial de Minas, o autor usa como fonte o inquérito industrial de 1907,⁵ cujas deficiências são sobejamente conhecidas e, mesmo, apontadas no próprio inquérito, quando da introdução ao item "Indústria Fabril". Segundo esta fonte, Minas Gerais ocupa na Federação o 6º lugar quanto ao capital empregado na in-

2. O levantamento de fontes de História Econômica de Minas Gerais realizado pelo Centro de Estudos Mineiros, concluído em 1983, contribuirá, provavelmente, para preencher esta lacuna.

3. João Heraldó LIMA. Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1920. Petrópolis, Vozes, 1981. P. 55/57.

4. Id., ib., p. 53.

5. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia., 1909. V. 3.

dústria (27.750.372\$); 7º, quanto ao valor da produção (32.919.694\$) e quanto ao número de operários (9.555); e 2º, quanto ao número de estabelecimentos (531). À frente, figuram o Distrito Federal e São Paulo.⁶ João Heraldo Lima trabalha, então, com valores médios que "ilustram melhor a situação do que os absolutos".⁷ Como o Censo registra em Minas Gerais um número alto de estabelecimentos industriais, se comparado com as demais unidades da Federação, obviamente, se se trabalha com médias, a situação do Estado se inferioriza. O que o leva à

"sugestão de que a indústria mineira se caracterizava, até 1907, por um elevado número de pequenos estabelecimentos escassamente capitalizados e com poucos operários!"⁸

Consideramos que o seu raciocínio é melhor fundamentado quando reagrupa os dados sobre Minas Gerais segundo o capital e o número de operários. Conclui pela existência de 487 "pequenas indústrias" (92% do total), 40 empresas de porte médio (7,5% do total) e 2 grandes empresas (0,4% do total).⁹

Apesar do esforço do autor em identificar o tipo de indústria — artesanato, manufatura e fábrica — consta

6. Id., p. 265.

7. João Heraldo LIMA. Op. cit., p. 67.

8. Id., ib., p. 68.

9. Ver maiores detalhes p. 67/74.

tamos a falta de fontes mais fidedignas e de estudos a respeito do processo de trabalho, este sim, indicador real do estágio de desenvolvimento do capitalismo em Minas Gerais. Variáveis como capital, número de operários, produção, apenas indicam o porte da empresa, sem esclarecer se ocorre no seu interior a divisão social do trabalho (que distingue o artesanato da manufatura) ou a mecanização da produção (que identifica a fábrica).

Uma coisa parece clara : em relação à indústria paulista e à do Distrito Federal, a indústria mineira apresenta menor desenvolvimento, reproduzindo a nível regional as características da indústria brasileira à época. Como em São Paulo e Distrito Federal, em Minas os setores principais da atividade industrial são o "Têxtil" e "Alimentos e Bebidas" que juntos perfazem 81,8% do capital, 72,8% da produção e empregam 67,3% dos operários, sendo a concentração, no caso estudado, mais intensa.¹⁰

Ainda, de acordo com J. H. Lima, o Censo de 1920 e o Anuário Estatístico Mineiro de 1923 indicam que a indústria mineira continuava a apresentar posição relativa semelhante à de 1907¹¹ reconhecendo :

"Em que pese as precárias condições em que se processou a acumulação industrial de Minas nesse período, há que

10. João Heraldo LIMA. Op. cit., p. 68.

11. Id., ib., p. 78.

se levar em conta que sua participação no total da indústria brasileira cresce, entre 1907 e 1919, de 4,4% para 5,6%."12

Ocorre, porém, uma diferenciação no interior dos dois setores principais : "Alimentação" avança em relação ao "Têxtil",¹³ embora este continue empregando metade da força de trabalho :

SETOR	1907			1920		
	cap.	prod.	op.	cap.	prod.	op.
ALIMENTAÇÃO	18,9%	32,6%	17,3%	35,4%	51,5%	21,2%
TÊXTIL	62,9%	40,2%	50,0%	43,4%	29,7%	51,3%

Persiste a preponderância da "pequena indústria" que, em 1907, emprega 29,4% da força de trabalho, aumentando a sua participação para 37,3% em 1920.

O Diagnóstico da Economia Mineira,¹⁴ baseando-se também no Censo de 1920, afirma a pequena dimensão das indústrias mineiras :

"Em sua maioria simples artesanatos, principalmente as componentes do setor de produtos alimentícios!"¹⁵

12. Id., ib., p. 79.

13. Id., ib., p. 79.

14. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1968. Vol. V.

15. Ib., p. 11.

E como J. H. Lima, constata a descentralização industrial em Minas : orientando-se para o mercado, a maioria dos estabelecimentos da indústria têxtil encontrava-se na Zona da Mata e no Sul onde a agricultura cafeeira propiciava nível de renda apreciável e próxima a Belo Horizonte, onde o aparelho burocrático assegurava mercado razoável, e nas proximidades de Curvelo-Diamantina, região de concentração de comércio de bois, centro abastecedor da demanda derivada da renda da pecuária e zona cotonicultora; muitos localizam-se junto ao domicílio do proprietário - cafeeicultor ou criador - devido provavelmente às condições de oferta energética.¹⁶ No decorrer dos anos 20 (1928), O Diagnóstico registra o predomínio do setor agropecuário : produção agrícola, 35%; produção pecuária, 31%; produção da indústria manufatureira e fabril, 24%; produção da indústria extrativa, 8%.¹⁷

A importância de um estudo mais aprofundado sobre os dados estatísticos referentes a Minas Gerais pode ser percebida pela enorme diferença entre o número de estabelecimentos industriais arrolados pela Delegacia Fiscal em 1924¹⁸ e o fornecido pelo Censo de 1920 :

Ano	Nº estabelecimentos industriais
1907	531
1920	1.243
1924	9.988

16. *Ib.*, p. 10.

17. *Ib.*, p. 12. Fonte : Relatório Djalma Pinheiro Chagas. 1930.

18. Victor SILVEIRA. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926. P. 1347/1349.

Há que questionar os dados disponíveis, analisando, por exemplo, os conceitos utilizados; reagrupando dados que respondam às perguntas que fazemos hoje; recuperando detalhes do processo de trabalho que permitam qualificar melhor a indústria mineira. E brasileira.

Com todas as dificuldades até aqui percebidas, temos agora analisar a indústria em Juiz de Fora.

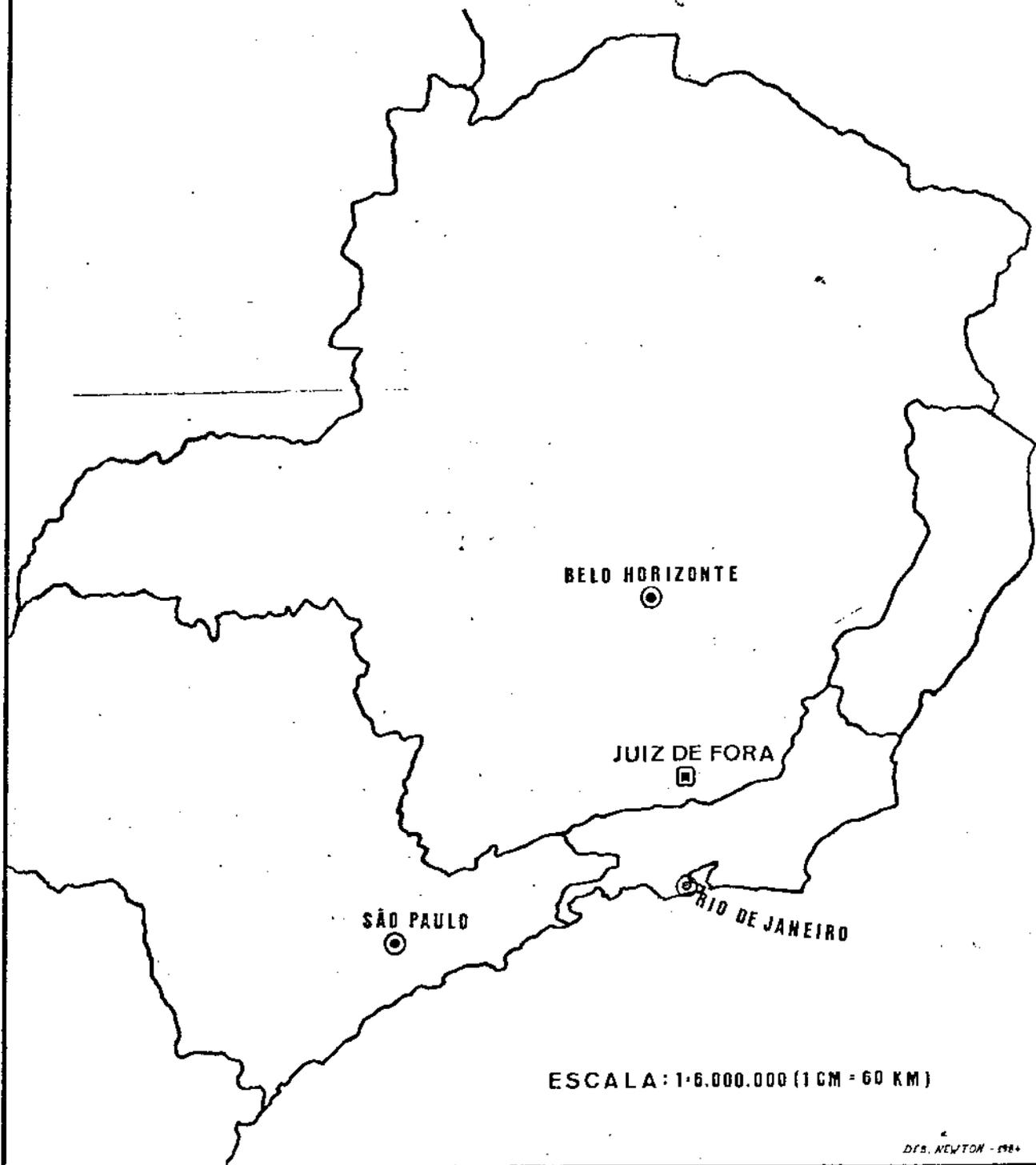
Juiz de Fora, cidade surgida às margens do caminho entre a Corte e a região das minas, torna-se o principal centro urbano e industrial da Zona da Mata que, a partir do início da segunda metade do século XIX, ocupa o 1º lugar na produção cafeeira do Estado. Seu povoamento e ocupação se realizam a partir de 1830¹⁹ quando as regiões mineradoras em decadência se transformam em áreas de expulsão e a Mata, devido ao desenvolvimento da cafeicultura, em pólo de atração.²⁰ Até às três primeiras décadas do século XX, a Zona da Mata é a principal região produtora de café em Minas Gerais. Ainda na segunda metade do século XIX, terá resolvido o problema do escoamento de sua produção com a construção da Rodovia União e Indústria e com a implantação de duas importantes ferrovias : a Estrada de Ferro D. Pedro II, que a atravessa no sentido leste-oeste e a estrada de Ferro Leopoldina, no sentido norte-sudeste.²¹

19. Fernando Correa DIAS. A Imagem de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971. P. 76.

20. Domingos GIROLETTI. O Processo de Industrialização de Juiz de Fora : 1850 a 1930. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1980. Vol. 10, nº 3. p. 151.

21. Id., ib., p. 152/153.

JUIZ DE FORA: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



ESCALA: 1:6.000.000 (1 CM = 60 KM)

Preocupado em "avaliar se teria havido ou não uma correspondência entre a acumulação cafeeira e a indústria em Minas",²² J. H. Lima registra :

"Com relação a Minas Gerais, o que se sabe na literatura corrente é que foi justamente na Zona da Mata, ou seja, na principal região cafeeira do Estado, que se desenvolveu, até aproximadamente 1930, o seu principal núcleo industrial (sobretudo no município de Juiz de Fora que os mineiros orgulhosamente chamaram de "Manchester Mineira")".²³

E reconhece que :

"Inegavelmente, o peso da atividade industrial desse município com relação ao resto do Estado é muito grande".²⁴

Mas levanta controvérsias com a opinião tradicional quando identifica os 20 maiores municípios em termos de valor de produção industrial em 1907, constatando que a Região Metalúrgica já tem, então, uma participação expressiva na atividade industrial, embora não seja uma região cafeeira.²⁵

O que, para nós, fica claro nas colocações do autor é que a Mata não é a única região "industrial" do Estado mas também a Metalúrgica, argumento importante para ele que objetiva desmistificar a correspondência entre café e

22. João Heraldo LIMA. Op. cit., p. 74.

23. Id., ib., p. 57.

24. Id., ib., p. 74.

25. Id., ib., p. 75/76.

indústria. Mas, também fica claro que, pelas tabelas publicadas, a Mata está à frente em termos de capital industrial, de produção, de número de estabelecimentos, só perdendo para a Metalúrgica em número de operários no quadro geral da indústria mineira (Censo de 1907), como se vê:²⁶

Região	Capital	Produção	Estabelecimentos	Nº Op.
MATA	41%	47%	183	3.002
METALÚRGICA	37%	34%	135	4.188

Uma diferença na estrutura industrial das duas regiões reside, ainda de acordo com J. H. Lima, no ramo "Alimentos e Bebidas" : na Mata perfaz 41,2% do total da região enquanto na Metalúrgica significa pouco mais de 11% de sua produção. A razão disso está na estreita vinculação da Mata com o Distrito Federal e na necessidade de atender o rápido crescimento urbano de alguns centros da região, como o caso de Juiz de Fora.²⁷

Analisando os dados relativos aos municípios das duas regiões, percebemos a enorme distância entre "os mais industriais" (Censo de 1907) :²⁸

Município	Nº Est.	Capital (contos)	Nº Op.	Produção (contos)
Juiz de Fora (Mata)	43	5.859	1.516	8.341
Sete Lagoas (Metalúrgica)	2	2.652	884	2.514

26. Id., ib., p. 76.

27. Id., ib., p. 76/77.

28. Id., ib., p. 98 e 100. Censo de 1907.

O que fica dos argumentos desenvolvidos por J.H. Lima, é que em Minas a indústria tem características específicas e que a sua origem exclusiva não está na acumulação cafeeira.

E a indústria em Juiz de Fora ?

J. H. Lima não nega a importância deste município na indústria mineira, como já vimos, e, ao que ele mesmo sugere, na Mata, o seu desenvolvimento industrial está intimamente relacionado com a cafeicultura. Já a razão da concentração de capital cafeeiro em Juiz de Fora, e não em outro município da Zona da Mata, e a origem da atividade industrial em Juiz de Fora são objeto de estudo de Domingos Giroletti. Para ele, a origem do crescimento de Juiz de Fora está na abertura da Rodovia União e Indústria, inaugurada em 1861, que transforma a cidade num entreposto comercial, o que implica numa maior concentração de capital.²⁹ Analisa também o significado da rodovia para a dinamização da produção cafeeira da região e enfatiza a sua importância para todo o Estado como via obrigatória dos produtos exportados e importados por Minas.³⁰

"Por ser terminal da Rodovia que servia a uma importante região cafeeira o ter se transformado em pólo econômico mais dinâmico da Zona da Mata, Juiz de Fora começou a aglutinar grandes interesses,

29. Domingos Giroletti. Op. cit., p. 157.

30. Id., ib., p. 159.

tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital. Constituiu-se em pólo de atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais: mão-de-obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais!³¹

Desenvolvem-se paralelamente melhorias urbanas . Estabelecimentos de ensino secundário e primário são criados. Bondes de tração animal (1881). Telégrafo (1884). Telefone (1883). Água a domicílio (1885). Energia elétrica e iluminação pública (1889). O setor financeiro se organiza : Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889).³²

Giroletti ainda vê na construção de União e Indústria a via de introdução e fixação de mão-de-obra livre e qualificada, como também constata grande presença de empresários de origem estrangeira.³³ De acordo com ele :

"Podem-se distinguir dois períodos no processo de industrialização em Juiz de Fora até 1930. O primeiro refere-se à implantação, e o segundo, ao desdobramento do processo.

O primeiro caracteriza-se pelo predomínio de pequenas fábricas, pequenas oficinas, com baixa produção e produtividade, utilizando uma tecnologia elementar, com baixo índice de capital investido, absorvendo pequena quanti-

31. Id., ib., p. 160.

32. Id., ib., p. 161/162.

33. Id., ib., p. 163 e 172/176.

dade de mão-de-obra. O proprietário do estabelecimento é também o produtor direto, e a produção vai depender basicamente da habilidade dos artífices. Esta fase estende-se até o fim da década de 1890.

Delinea-se o segundo período a partir do início do século XX, quando, ao lado das pequenas indústrias que se mantêm e de outras que haveriam de se organizar, iniciam-se a fundação e a criação de médias e grandes indústrias locais. Estes estabelecimentos diferem do primeiro período pela produção em série, pelo emprego de maior contingente operário, pela utilização de uma tecnologia importada mais sofisticada (principalmente nos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, indústria de construção), pelo uso da energia elétrica como força motriz (que possibilita certas economias de escala e maior produtividade pela maior soma de capital investido). As médias indústrias e as grandes se distinguem das pequenas (artesaniais), além dos fatores apontados, pela separação entre o trabalhador direto e o proprietário dos meios de produção. Por outro lado, as grandes indústrias diferem das médias pelo emprego de maior quantidade de mão-de-obra e/ou pela maior soma de capital investido. É neste período que se organizam as sociedades anônimas!³⁴

Em 1905, Carlos Prates, Inspetor de Indústria, Minas e Colonização, já assinalava que

"Industrialmente, é este o mais importante município do Estado, e é principalmente por este fato que lhe cabe a primazia entre todos. (...) Ao que me consta, em proporção à população, é esta a cidade mais industrial do Brasil!"³⁵

34. Id. ib., p. 172.

35. Relatório Carlos Prates. 1905.

E da visita a algumas das principais indústrias da cidade, resultam os dados arrolados no Quadro 1. A Industrial Mineira solicita redução da tarifa sobre seus tecidos, todos exportados para o Rio; Corrêa & Corrêa, redução do frete de madeiras, tão alto que é igual ao custo das mesmas e a Fábrica de Sta. Maria Amélia também pede a redução do frete de exportação do seu produto (polvilho para lavandaria). O relator refere-se ainda à capacidade ociosa do Curtume Krambeck devido à falta de couros e da Fábrica de Cerveja Stiebler.³⁶

Uma outra informação, mais completa porém, não menos frustrante, na nossa tentativa de qualificar a indústria em Juiz de Fora, é fornecida por Rodolpho Jacob³⁷ (Quadro 2). Trata-se na verdade da relação de estabelecimentos industriais por município do Censo de 1907, acrescida por outros, na maioria, com informações incompletas, cuja fonte o autor não fornece. Assim mesmo, dá para perceber que os setores Têxtil e Alimentos são os que empregam mais capital e mais operários e possuem maior força motriz, notando-se aliás uma distância muito grande entre os dois (Quadro 3). Pelos dados, ousamos concluir que todas as unidades do "Têxtil" já se caracterizavam, na época, como fábricas, quanto ao seu processo de trabalho, embora três delas (Meurer, Golietti e Pacheco) o fossem em proporção

36. *Ib.*, p. 116/118.

37. *Minas no XXº Século*. Rio de Janeiro, Gomes, Irmão e Cia., 1911. P. 315/316.

Q U A D R O 1

INDÚSTRIAS EM JUÍZ DE FORA EM 1905

ESTABLECIMENTO	PROPRIETÁRIO	CAPITAL (CONTOS)	FORÇA	MÁQUINAS	Nº OPE- RÁRIOS	PRODUÇÃO
Fábrica Mascarenhas..... Cia. Industrial Mineira....	Viúva B. Mascarenhas	400 1.830	eletricidade 260 C.V.	80 teares 128 teares	200* 330*	50.000m tecidos consome 100 ar. algodão p/ Rio
Fábrica de Meias Meurer....	Antônio Neurer	250	elétrico-10 C.V.	diversas	100*	4.000 dz meias 300 dz cami- sas
Fábrica de Meias Jo.....	José Golietti	-	elétrico-6 C.V.	diversas	25*	50 dz meias 70 dz camisas
Fábrica de Móveis e Calça dos.....	Correia & Correia	-	elétrico-20 C.V. vapor- 16 C.V.	-	100*	-
Curtume Krambeck.....	Detlef Krambeck	-	vapor- 6 16 C.V.	-	25*	600 meios de sola
Mecânica Mineira.....	Leite & Fonseca	-	elétrico-25 C.V.	fornos, máquinas e ferramentas	7*	máquinas p/ la voura
Fábrica de máquinas e fun- dição de ferro e bronze....	George Grande	-	elétrico-7 1/2 C.V.	2 fornos, 2 fol- jas, tornos, plainas, máquinas	15*	máquinas p/ la voura
Fábrica de pregos S. Nico- lau.....	Acácio Teixeira	100	-	6 máquinas	-	5.000 K de prego/dia
Fábrica de Velas e Sabão	Burnier & Rimes	120	vapor-30 C.V.	2 máquinas	18*	3.600 velas/dia
Fábrica de Cerveja Kremer	Kremer & Cia.	-	-	-	6*	6.000 garrafa/ mês (gasozas e manteiga)
Fábrica de Cerveja Stiebler	Carlos Stiebler	80	-	-	-	15.000 gar./mês
Fábrica de Sta Maria Amélia	Machado & Cia.	-	elétrica-5 C.V.	-	6**	200 K polvilho p/lavadeiras

OPS.: Existem outras menores, entre as quais 1 de meias do Cel. Pacheco, 1 de manteiga, diversas de massas, serrarias, marcenarias, etc. // * Homem/Mulher/Criança - ** Homem/Criança.
Fonte: Relatório Carlos Prates. 1905. P. 116/118.

QUADRO 2

INDÚSTRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

INDÚSTRIAS	PROPRIETÁRIOS	CAPITAL	FORÇA	VALOR PRODUÇÃO	Nº OPERÁRIOS
Tecidos de algodão	Cia. Industrial Mineira.	2.222:042\$	300 H.P.	4.750.000 m algodão	400
Tecidos de algodão	Viúca Ber, Mascarenhas	600:000\$	120 H.P.	600.000 m algodão	200
Tecidos de algodão	Banco Cred. Real M.Gerais	100:000\$	60 C.V.	300.000 m algodão	60
Tecidos de malha	Antonio Heurer	250:000\$	10 H.P.	60.000 dz de meias	35
Tecidos de malha	Golietti & Montreuil	50:000\$	14 H.P.	4.000 dz de meias	15
Tecidos de malha	José M. Pacheco	50:000\$	20 H.P.	12.000 dz de meias	40
Tecidos de juta	Luiz Souza Brandão	450:000\$	60 H.P.	7.920.000 m de juta	155
Fumos preparados	Dias Cardoso & C.	60:000\$	5 H.P.	150:000\$	9
Fumos preparados	Julião R. George*	10:000\$	3 H.P.	8:000\$	2
Perfumarias	João Gama	30:000\$	Vapor	60:000\$	8
Fundição e obras de pre metais	Macedo & C.*	-	-	-	-
Fundição e obras de pre metais	Leite & Fonseca	100:000\$	25 C.V.	160:000\$	22
Produtos cerâmicos	George F. Grande	80:000\$	14 C.V.	90:000\$	15
Produtos cerâmicos	Alencar Tristão	15:000\$	Manual	100:000\$	7
Produtos cerâmicos	Manoel J. Pacheco	5:000\$	-	15:000\$	4
Cortume	Pedro Truponi	3:000\$	-	10:000\$	4
Cortume	Pedro Krumbek	300:000\$	160 C.V.	164:000\$	30
Cortume	Canilo Leger	20:000\$	Manual	20:000\$	8
Cortume	José Tertortello	40:000\$	6 C.V.	24:000\$	9
Cortume	Vicente Peregrino & Irmão	12:000\$	Manual	6:000\$	3
Sellins	Gustavo P. Mattos *	-	-	-	-
Sabão e Velas	Burnier & Pines	120:000\$	30 C.V.	320:000\$	16
Tintas	Dias Cardoso & C.*	-	-	-	-
Tintas	J. F. Mendonça Sobr.	5:000\$	5 C.V.	12:000\$	2
Tintas	Adrião Almada	60:000\$	30 C.V.	180:000\$	18
Pregos	Acácio Teixeira	-	-	-	-
Ladrilhos	Spantaleão Arcure & Spinelli	170:000\$	32 C.V.	192:000\$	156
Machinas	F.J. Fascher & Irmão	40:000\$	50 C.V.	50:000\$	12
Bebidas Alcoolicas e gasosas	Jorge Irmãos & Couris	100:000\$	20 C.V.	180:000\$	35
Bebidas Alcoolicas e gasosas	Pertoletti Irmãos & C.	100:000\$	6 C.V.	166:000\$	26
Boces	Christiano Horn	15:000\$	Manual	125:000\$	9
Boces	J.F. Mendonça Sobr.*	-	-	-	-
Moagem de Cereaes	Antonio C. Figueiredo	5:000\$	1 C.V.	13:200\$	2
Moagem de Cereaes	Christovão Andrade & C.	20:000\$	20 C.V.	97:600\$	6
Massas Alimentares	Pertoletti Irmão & C.	100:000\$	6 C.V.	92:000\$	30
Massas Alimentares	Jorge, Irmão & Couris	100:000\$	25 C.V.	110:000\$	28
Fábrica de Cerveja	Freens & Irmão	60:000\$	Manual	92:000\$	8
Fábrica de Cerveja	Viúva Yrener Castro	200:000\$	50 C.V.	490:000\$	30
Fábrica de Cerveja	Carlos Stiebler	100:000\$	20 C.V.	371:000\$	15
Fábrica de Cerveja	José Weiss	50:000\$	Manual	52:000\$	10
Fábrica de Cerveja	Teixeira Leite Jr. & C.	50:000\$	12 C.V.	80:000\$	26
Fábrica Manteiga	Viúva Yrener Castro	6:000\$	Manual	13:600\$	4
Fábrica Manteiga	Custódio A. da Costa	30:000\$	4 C.V.	47:200\$	8
Fábrica Manteiga	Viúva Maldonado	25:000\$	Manual	128:100\$	11
Fábrica Manteiga	José Garcia Jr.*	30:000\$	5 C.V.	10:000\$	-
Bebidas e Licores	Antonio J. do Vale*	3:000\$	Manual	5:000\$	-
Mobiliia e Decoração	Paulo Hortensi	8:000\$	Manual	26:000\$	6
Mobiliia e Decoração	Correa & Correa	65:000\$	20 C.V.	80:000\$	14
Mobiliia e Decoração	M. Gordale & Contrucci	5:000\$	Manual	21:000\$	5
Calçados	Correa & Correa*	-	-	-	-
Calçados	Remo Chelini & Irmão*	-	-	-	-
Calçados	Adolpho Tirapari*	-	-	-	-
Calçados	Santos Hagon*	-	-	-	-
Ferraria e Carruagens	Henrique Surerus & Irmão	12:000\$	20 C.V.	23:000\$	7
Fábrica de Manteiga (Paula Lima)	Xavier Ribeiro*	-	Manual	-	-
Fábrica de Manteiga (Benfica)	Eloy P. Braga*	-	-	-	-
Banha (Serraria)	Costa & Irmão*	25:000\$	Manual	60:000\$	6
Produtos Cerâmicos (Água Limpa)	José Carneiro Pinto*	3:000\$	Manual	4:000\$	2

Obs: 1. O Quadro acima é parte do Quadro 01 que traz as indústrias de todos os Municípios mineiros.
 2. Embora o autor não cite fonte, este quadro é constituído com os dados do Censo de 1907.
 3. Os estabelecimentos assinalados (*) são acrescentados pelo autor aos registrados pelo Censo de 1907.
 Fonte: Rodolpho JACOB. Minas no XXº Século. Pág. 315-316.

reduzida. Já no "Alimentos" constatamos uma maior diferenciação : as maiores empresas se aproximam das menores do ramo Têxtil, parecendo possuir as características de fábrica apenas uma (Cervejaria Kremer); por sua vez, dentre as 20, 9 funcionam com força manual e algumas com motor de baixíssima potência, o que nos leva a concluir tratar-se de verdadeiras oficinas onde predomina o trabalho artesanal e/ou o de manufaturas incipientes.

QUADRO 3

Setor	Est.	Capital	Força	Nº Op.	%
Têxtil	7	3.722:042\$	584 H.P.	905	59,6%
Alimentos	20	1.004:000\$	164 H.P.	261	17,2%
Couros	5	392:000\$	166 H.P.	50	
Mecânicas	3	220:000\$	89 H.P.	49	

Fonte : Quadro 2

O QUADRO 4 é produto dos dados fornecidos por Albino Esteves no Álbum do Município de Juiz de Fora (1915), fonte histórica clássica para se conhecer o passado de Juiz de Fora. Ao compor-se o Quadro, visualiza-se o caráter incompleto das informações, o que impede obter uma visão geral passível de comparação com o conteúdo do Quadro 2. Pode, no entanto, servir como registro do desenvolvimento de algumas unidades e do mercado consumidor dos produtos de

QUADRO 4
INDÚSTRIAS EM JUIZ DE FORA - 1914

INDÚSTRIAS	ANO FUNDACÃO	PROPRIETÁRIOS	FORÇA	OPERA- RIOS	MATERIA PRIMA	CAPITAL	MERCADO CONSUMIDOR	PRODUTO
Cervejaria Dois Leões	1894	Carlos Stiebler	-	-	Alemanha	-	-	-
Cervejaria Germânica	1906	Viúva Kremer de Castro	90 HP	-	Espanha	-	Rinas Gerais	-
Cervejaria José Weiss	1928	Viúva José Weiss	-	20	Alemanha/ Austria	-	-	-
Cia. Fabril Juiz de Fora	1914	-	-	100	Alemanha/ Austria/ Nacional/ Estrang.	500:000000	MG/GO/RIO	Calçados e chinelos Bris, algodões crus Leite materniza do
Cia. Industrial de Fiação e Tecidos "Moinha"	1899	-	-	637	-	-	-	-
Cia. de Laticínios de Juiz de Fora	1900	Hera. Villaga	-	-	-	-	-	Leite materniza do
Cia. Fiação e Tecelagem Santa Cruz	1914	-	-	-	-	-	-	Fiação e tecelagem de algodão
Parture Kraneck Curture - (Doço Pico)	1877	Kraneck Irmãos Vicente Peruggini Irmão	-	35	MG/Estr.	-	Rio	Couros e peles
Empresa Laticínios do Brasil	1900	Marques Sampaio & Cia	36 HP	8	MG	-	Rio	Leite, manteiga, gado
Estabelecimento Industrial	1897	Hedeiros & Martins	elétrica	215	Nacional/ Estrang.	-	São Paulo Rio	Bebidas, vinho vinagre, raras Anlagen
Fábrica de Anilagem e Sacos	1907	Luiz de Souza Brandão	52 HP	76	-	100:000000	-	-
Fábrica de Arnelos e Malas	-	João Steklmig	-	-	-	-	-	-
Fábrica de artigos de Uirapuru	-	V. Cordiale & Contrucci	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Balas	-	José Kneipp	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Banha "Moinha"	-	Costa & Irmão	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Café "Moinha"	-	Del. Manoel L. de Barros	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Café "Moinha"	-	Viúva Oliveira	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Calçados	-	João Critelli & Filho	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Calçados	-	Seccieri & Scana-pico	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	Eugênio Longo	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	Carvalho & Comp.	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	Antônio Martins	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	Sabino Tortura	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	Granatto & Irmão	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	Reno Chelline & Irmão	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	João Correa Pinto	-	-	-	-	-	-
Fábrica de calçados	-	David Abovagy	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Carros e Carroças	-	Eugênio Abrard	elétrica	-	-	-	-	-
Fábrica de carroças e arnelos	-	Henrique Surerus & Irmão	elétrica	-	-	-	-	-
Fábrica de Cerveja Poço Rico	1831	Freesz & Sobrinhos	10	-	Alemanha	-	MG/RIO	Cerveja e águas gasosas
Fábrica de Chapéus de Senhores	-	Macedo & Companhia	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Cimento	-	Saint-Clair de Miran da Carvalho	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Colchões e Emplacamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Confeitos	-	Otto Loeffler & Irmão	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Confeitos	-	Caron & Companhia	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Ferraduras, Borboas, Yastouras	-	Renato Dias & Comp.	-	-	-	-	-	alg. refrinação de açúcar
Fábrica de Furos e Cig.	-	Ludgero O. Moreira	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Furos e Cig.	-	Dias Cardoso & Comp.	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Furos e Cig.	-	Caron & Comp.	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Laticínios	1910	J.R. Ladeira & Comp.	-	80	Juiz de Fora	-	-	-
Fábrica de Maltes, Estamparia	1913	J.R. Ladeira & Comp.	-	80	Inglaterra Alemanha	-	Brasil	Baldes, estamparia em relevo, artefactos diversos
Fábrica de Ladrilhos	-	José Tinoni & Comp.	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Ladrilhos e Telhas	1892	Pant. Arcuri & Spinej 11	-	200	Ingl. Belg. Canad. Alem. Am. Norte Esc. Alem. Ingl. Nacio	-	-	-
Fábrica de Máquinas e Fundição	1874	George Grande	10 HP	28	-	-	-	Máquinas p/ lavou- ra e industria
Fábrica de "Móveis e Calçados"	1878	Correa & Correa	elétrica	-	-	5:000000	-	-
Fábrica de Móveis	-	Jacob Bechtluft	elétrica	-	-	-	-	-
Fábrica de "Móveis"	-	Carlos P. Heurer	elétrica	-	-	-	-	-
Fábrica de Móveis	-	Paulo Modeneze	-	-	-	-	-	-
Fábrica Sto. Antonio	1908	Daralche Massoud	10 HP	55	-	50:000000	-	Móveis
Fábrica Sta. Maria	-	Jovellino A. Oliveira	-	-	-	-	-	Fiação de alg. tin- toraria e alvejam.
Fábrica Sarmento	1909	Cia. Fiação e Tec. Moraes Sarmento	100 (cav.)	190	-	-	-	-
Fábrica São João	-	Del. João E.S. Gomes	-	40	-	-	-	Celestário e zefir
Fiação e Tecelagem Mascarenhas	1887	Vva. Bernardo Mascarenhas	200 (cav.)	526	-	600:000000	-	Tecidos
Fiação e Tecelagem de Malha	1896	Antonio Heurer	100 (cav.)	300	-	500:000000	-	malhas
Fundição Kascher	1865	F.J. Kascher & Irmão	-	40	Alemanha Francia, Ingl. Na- cional	-	-	Máquinas de serraria, fundição, serralaria, ferraria, carpintaria
Litografia e Estamparia	1912	A. Teixeira & Alves	-	45	Alemanha, Inglaterra	-	-	Trabalhos litográficos e cores s/ papel e s/ folha de Flandres, lata p/conservas, taba- lho tipográficos
Mercenaria Paulista Mecânica Central	1912	Fontes Linhares Comp Otto & Irmão	-	35/ 40	Alemanha Francia/MG	-	-	Máquinas p/ la- voura
Mecânica "Moinha"	1889	A. Fonseca & Comp.	elétrica e vapor	-	-	-	-	Máquinas p/ la- voura
Molinho Vermelho	-	Eduardo & Comp.	elétrica	-	-	-	-	Café moído
Oficina S. Geraldo	-	Angelo Crivellari	elétrica	-	-	-	-	Carros e Carroças
Oficina S. Sebastião	-	Perotta & Grota	elétrica	-	-	-	-	Carros e Carroças serraria, carpintaria, mercenaria
Oficina a Vapor	-	Henrique Patheuber	-	-	-	-	-	Carros e carroças
Refinação de Açúcar	-	Moeta & Martins	-	-	-	-	-	-
Refinação de Açúcar	-	João Tezefina Lopes	-	-	-	-	-	-
Refinação de Açúcar	-	M. de Carvalho & Jorge Jr.	-	-	-	-	-	-
Tabacaria Cruz	-	Arnaldo Cruz	-	-	-	-	-	Fumos e cigarros
Tecelagem de malha	1897	Carlos Stiebler	30 HP	70	Brasil/ Alemanha	150:000000	-	Móveis e camisas

Fonte: Almino FSTFVES. Anuário do Município de Juiz de Fora, P. 204-207.

várias delas, além de informar sobre o ano de sua instalação. Em 1914, a Industrial Mineira aumentara de 400 para 637 operários; a Mascarenhas de 200 para 526; a Meurer, de 35 para 300. Novas unidades têxteis haviam surgido nesse intervalo : Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz, Fábrica Sarmiento (190 operários), Tecelagem Stiebler (70 operários). A Fundação Kascher passara a empregar 40 operários. Outra unidade criada é a Litografia e Estamparia Mineira (1912), empregando 45 operários. Quanto ao destino das mercadorias produzidas em Juiz de Fora, A. Esteves assinala, além do próprio Estado de Minas Gerais, São Paulo, Rio e Goiás.³⁸ Mesmo com dados incompletos, o arrolamento em questão transparece o crescimento e desenvolvimento da atividade industrial da cidade.

Como o Censo de 1920 não contém informações sobre a indústria por município, passemos ao Anuário Estatístico de Minas Gerais (1922-1925) que traz "alguns dados sobre as principais fábricas" do setor de fiação e tecelagem (Quadro 5). Observando-os, notamos que, em todas, o número de operários cresceu muito. Isto nas unidades maiores, porque sobre as demais não há dados específicos.

Apesar da precariedade das fontes e da falta de estudos sobre o que era a indústria juizforana na segunda e terceira décadas do século, fica-nos a certeza de ser u-

38. Ver Tabela 26 in Domingos GIROLETTI. Op. cit., p. 188.

Q U A D R O 5

INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM - ALGUNS DADOS SOBRE AS PRINCIPAIS FÁBRICAS (1925)

MUNICÍPIOS	EMPRESAS	NUMERO DE F U S O S	NUMERO DE TEARES	NUMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Juiz de Fora	Comp. Fiação e Tecelagem Santa Cruz.....	5.700	150	400	2.800:000\$000
	Comp. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento....	3.264	134	300	2.390:000\$000
	Comp. de Fiação e Tecidos Industrial Mineira	20.000	462	967	11.054:253\$000
	Comp. Textil Bernardo Mascarenhas.....	12.000	250	600	5.617:000\$000
	Fiação e Tecelagem de Malha Antonio Meurer.	4.000	220	350	2.451:000\$000
	Comp. Fiação e Tecelagem S. Francisco.....	
	Fabrica de Tecidos Martins C. e Jorge Junior	
	Comp. Fiação e Tecelagem S. Vicente.....	-	
	Viuva Carlos Stiebler & Filhos.....	-	
	Francisco Pinto.....	-	
	Garcia & Couri.....	-	
	Avellar Werneck & Comp.....	-	
	Alcides Rodrigues.....	-	
	Sociedade Brasileira de Tecidos, Ltd.....	-	
	Fabrica Santo Antonio.....	-	
Arthur Bisaggio.....	-		
David Waltemberg.....	-		
Americo Cavaglière.....	-		
Amaro C. Albuquerque.....	-		
					3.192:967\$400

Fonte: Secretaria da Agricultura, Anuario Estatístico, Ano II (1922-1925), Belo Horizonte, Imprensa Official, 1929.

ma atividade econômica em expansão no âmbito municipal. A nível estadual já fizemos a mesma observação.

A tentativa de investigar a origem e a estrutura industrial em Juiz de Fora nos leva necessariamente à detentora deste capital : a burguesia.

Uma boa parte dela, segundo Giroletti, é constituída pelos imigrantes que se fixam em Juiz de Fora através de contratos de trabalho com a Companhia União e Indústria para a construção da rodovia, como já foi assinalado. Acabado o contrato, permanecem na cidade e, com suas habilidades profissionais e graças às suas poupanças acumuladas durante o período em que trabalhavam como operários para a Cia., associam-se, constituindo pequenas empresas. Quase 50% das indústrias organizadas entre 1889 e 1930 foram fundadas por imigrantes ou seus descendentes, participando mais significativamente nos setores metalúrgico, de couros, calçados, móveis, serraria, carpintaria e marcenaria.³⁹ Outra origem do capital empregado na indústria por estes imigrantes é o capital acumulado no comércio.⁴⁰

Quanto ao que Giroletti denomina "empresários autóctones" locais ou de outros municípios, são responsáveis por "mais de 50% dos empreendimentos industriais fundados entre 1889 e 1930"⁴¹ e pelo desenvolvimento da infra-estr

39. Domingos GIROLETTI. Op. cit., p. 174/175.

40. Id., ib., p. 175.

41. Id., ib., p. 176.

tura urbana, do setor de serviços e do setor bancário. A origem do seu capital está no setor primário, no comércio e no exercício das profissões liberais. Bernardo Mascarenhas ocupa, entre eles, lugar de destaque. Filho de fazendeiro de café e criador de gado, aplicara a quantia de 26 contos, recebida do pai aos 18 anos, no negócio do gado e no comércio do sal. Juntamente com os irmãos investe na fábrica de tecelagem do Cedro (1865), na da Cachoeira (1875) e na de São Sebastião (1882) que, em 1883, se fundem na Cedro & Cachoeira. Desentendendo-se na direção da sociedade, Bernardo muda-se para Juiz de Fora em 1887, onde cria a Companhia Mineira de Eletricidade (1888), instala a "Tecelagem Mascarenhas" (1888) e participa da organização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889).⁴²

A nosso ver, a formação da burguesia juizforana precisa ser melhor pesquisada inclusive no sentido de esclarecer a acumulação de capital, tanto por parte dos imigrantes como por parte dos nacionais. A situação real dos que vieram contratados pela Companhia União e Indústria carece de maior especificação : teriam tido realmente a possibilidade de poupar ou teriam trazido alguma poupança (por menor que fosse) de sua terra natal ? Até que ponto pode o exercício das profissões liberais garantir a acumulação? O ser profissional liberal não seria, ao contrário, resul-

42. Nelson Lage MASCARENHAS. Bernardo Mascarenhas : o surto industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Aurora, 1954. Passim.

tado de uma condição econômica anterior privilegiada ? Isto é, não pertenceriam a famílias cafeicultoras ou pecuaristas ?

Até aqui, o que nos parece claro é que

"... em Juiz de Fora, centro industrial de Minas Gerais que reproduziu, aliás, em miniatura, o processo paulista de acumulação originária do capital pela cafeicultura escravista..."⁴³

a burguesia industrial se origina via acumulação cafeeira, via acumulação no comércio e via imigração. O peso que cada uma tem na atividade industrial é algo ainda a ser estudado. Num exame superficial das maiores unidades fabris da cidade, podemos arriscar que a burguesia nacional detém a maior parte, pertencendo à burguesia imigrante apenas duas: Pantaleone Arcuri & Spinelli e a Fábrica de Malha de Antônio Meurer. A exceção é a maior fábrica da cidade, a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, constituída por um consórcio de firmas Inglesas em 1883.

2 - Origem e Formação do Proletariado

Indagando sobre a origem da força de trabalho empregada pela indústria em Juiz de Fora, voltamos a

43. Jacob GORENDER. A Burguesia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981. P. 43.

Domingos Giroletti que diz da improcedência da afirmação de que a mão-de-obra livre tenha se formado, como em São Paulo, no setor cafeicultor e recorre, mais uma vez, à organização da Companhia União e Indústria que introduz e faculta a fixação de mão-de-obra livre e mão-de-obra qualificada na cidade.⁴⁴ Para a construção da rodovia são contratados não só engenheiros, arquitetos e técnicos. Entre os imigrantes recrutados, na sua maioria alemães, havia artífices e colonos. Seus contratos de trabalho são diferentes, tendo tido os artífices melhores condições de vida e de trabalho, com salários superiores aos dos colonos. Concluída a rodovia, alguns permanecem trabalhando nas instalações da Cia., outros abrem negócios próprios ou constituem o mercado de trabalho, engrossado posteriormente por novas levas de imigrantes e pela afluência de libertos.⁴⁵ Em 1887, os cafeicultores e empresários industriais organizam a Sociedade Promotora da Imigração em Minas Gerais e a Hospedaria Horta Barbosa é inaugurada em 1889, em Juiz de Fora. A política imigratória visava fornecer mão-de-obra à lavoura mas, de acordo com Nelson Lage Mascarenhas, a Sociedade de Imigração trouxe também "operários especializados e técnicos".⁴⁶ Além de não atingir a cifra contratada com o governo, a política imigratória não alcança o seu objetivo de fixar imigrantes em Minas Gerais. Entre os obstáculos, salientamos, no municí

44. Domingos GIROLETTI. Op. cit., p. 163.

45. Id., ib., p. 168.

46. Nelson Lage MASCARENHAS. Op. cit., p. 216.

pio de Juiz de Fora, os baixos salários pagos, o que fez da região o campo de trabalho de aliciadores paulistas de mão-de-obra, alvo de reclamações constantes na imprensa diária do município. Constatando pelo Censo de 1920 que só 14% dos proprietários rurais eram estrangeiros, Giroletti sugere que

"Grande parte dos imigrantes parece ter se estabelecido na cidade, como operários, comerciantes, pequenos industriais ou no setor de serviços."⁴⁷

As colocações de Giroletti podem levar a: 1. desvincular a construção da rodovia União e Indústria da economia cafeeira, predominante na Zona da Mata; 2. pensar o proletariado urbano em Juiz de Fora como predominantemente constituído de estrangeiros.

Não desenvolveremos a primeira por não ser objeto deste estudo. Porque os primeiros imigrantes não vieram para trabalhar na lavoura e, daí, passaram à indústria, ele entende ser im procedente a afirmação de que a mão-de-obra assalariada tenha se formado, como em São Paulo, no setor cafeeiro.⁴⁸ Esta afirmação desvincula o transporte da produção de café como se fossem compartimentos estanques e não atividades interdependentes e dinâmicas de um processo de produção. Para nós, o que justifica a vinda de imi -

47. Domingos Giroletti. Op.,cit., p. 169.

48. Id., ib., p. 163.

grantes no caso em estudo, é a acumulação de capital que se realiza na produção cafeeira na qual está incluída a sua fase de comercialização. Portanto, foi o dinamismo desta produção que justificou a construção da rodovia, utilizando trabalhadores livres (e também escravos).

A segunda conclusão nos interesses mais de perto, no sentido de informar o movimento da classe, porém, não de explicá-lo.

Não negamos a importância da fixação em Juiz de Fora dos artífices alemães, trazidos pela Companhia União e Indústria. Nem que eles, juntamente com imigrantes de outras nacionalidades, tenham engrossado as fileiras do proletariado juizforano e, mesmo, da burguesia industrial local. Queremos chamar a atenção para o fato de que, acabado o compromisso com a Companhia, o que eles instalaram foram oficinas e não fábricas e que a maioria não teve outra opção senão vender a sua força de trabalho aos que tinham al gum capital para investir, fossem nacionais ou estrangeiros. As primeiras fábricas mesmo só surgem mais de 20 anos depois e vão empregar imigrantes (não só alemães) e nacionais. Entre os últimos, foi comum no século XIX, recrutar menores em asilos e instituições de caridade e mulheres para as fábricas de tecidos.⁴⁹ Em 1897, um jornal do Rio publica reportagem sobre a cidade e destaca a fábrica

49. Francisco FOOT e Victor LEONARDI. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo, Global Editora, 1982. P. 116.

de Bernardo Mascarenhas :

"O motor faz mover 64 teares e ao redor destes movem-se 150 pessoas, a maior parte moças e meninas, umas brasileiras, outras espanholas e italianas".⁵⁰

Giroletti fala, apenas em um momento, em "afluência de libertos" e sua análise dos dados de 1920 para concluir que a maioria de imigrantes ficou na cidade e não no campo, inclui apenas proprietários. Perguntamos : E os trabalhadores do campo que vendem sua força de trabalho ? E os colonos que exploram a terra sob a forma de meiação ?⁵¹ Consideramos perigosa a ênfase dada pelo autor aos imigrantes fixados pela Companhia União e Indústria. Daí, a atribuir-lhes a "industrialização" de Juiz de Fora pode ser apenas um passo, avocando-se a "superioridade" da mão-de-obra imigrante sobre a nacional.

Foot e Hardman apontam outras origens do proletariado no Brasil : camadas mais pobres da população urbana, elementos originários do campesinato pobre, artesãos arruinados pelos produtos similares industrializados e estrangeiros contratados para os trabalhos especializados. Estes últimos predominaram em São Paulo e Rio.⁵² Teriam predominado também em Juiz de Fora ?

50. Nelson Lage MASCARENHAS. Op. cit., p. 128/129.

51. Carlos Prates registra o "sistema de meiação" e as lavouras "tratadas a salários", em 1905.

52. Francisco FOOT e Victor LEONARDI. Op. cit., p.116/117.

Parece-nos que faltam estudos e fundamentos empíricos que comprovem esta composição étnica e social do proletariado urbano de Juiz de Fora. Entre os estrangeiros, eram mais numerosos nos primeiros tempos, os italianos, os alemães e os portugueses que possuíam, inclusive, associações beneficentes próprias. E os nacionais? Qual a sua origem?

A resposta a estas perguntas tem a sua importância mas não é fundamental para entendermos a luta da classe operária local. A relação imigração-anarquismo já foi explicada e superada pela historiografia,⁵³ como também a "teoria da planta exótica".

Uma preocupação maior vamos ter ao tentar observar as condições de mercado de trabalho por ocasião das greves. Zona tradicional de salários baixos, não só os trabalhadores rurais, mas também os urbanos, migravam em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Agora, alguns números sobre a força de trabalho na cidade, no período abordado por este estudo. (Quadro 6)

Apesar de os dados de 1907⁵⁴ e 1920⁵⁵ não serem totalmente passíveis de comparação — os primeiros listam fábricas e os últimos arrolam profissões que incluem, portanto, trabalhadores de pequenas oficinas e/ou desempre

53. Michael M. HALL. Imigração e Classe Operária em São Paulo. Campinas. IFCH. UNICAMP. (mimeo.).

54. Albino ESTEVES (org.). Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915. P. 85 e João Heraldo LIMA. Op., cit., p. 98 que transcrevem dados d'O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. 1909.

55. Recenseamento do Brasil. 1920.

Q U A D R O 6

JUIZ DE FORA: POPULAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO

A N O	POPULAÇÃO		Nº OPERÁRIOS	ESTRANGEIROS
	DISTRITO DA CIDADE	MUNICÍPIO		
1899	17.622	55.185	-	4.953
1907	28.653	85.450	1.516	-
1920	51.302	118.166	8.353	6.062*

Fonte: Albino ESTEVES. Álbum do Município de Juiz de Fora.
P.85.

Recenseamento de 1920.

* Italianos.....3.380
Portugueses.....1.575
Turcos..... 348
Alemães..... 323
Espanhóis..... 178
Outros..... 249

gados — percebemos que o número de operários cresceu proporcionalmente muito mais do que a população da cidade (80%), ou seja, cresceu 451%. Mesmo que retiremos do total de operários industriais aqueles empregados nos setores de Edificação, Aparelhos de Transporte e Produção, Transmissão de forças físicas (2.056) porque estes setores não fazem parte da relação de 1907, temos um total de 6.297 operários, o que significa um crescimento ainda alto em relação ao Censo anterior de 315%, aproximadamente.

O Censo de 1920, com a ressalva feita acima, ainda nos permite ver o peso maior dos operários por setor (QUADRO 7). Para compararmos com 1907, somamos os setores de "Vestuário e Toucador" e "Têxtil" - 4.043 operários — o que significa 48,4% do total de operários que trabalham em Juiz de Fora. Embora o aumento em termos absolutos tenha sido grande, a sua participação proporcional ao número total de operários diminuiu. Em seguida, vem o setor de "Edificação", com 22,1% do total, a "Metalurgia", com 6,4% e a "Alimentação", com 3,7% apenas.

Aos 8,353 operários da indústria é importante somarmos os dos setores de "Pedreiras e Minas" (202 operários) e de "Transportes" (985 operários) e teremos uma força de trabalho quantificada em 9.540 operários.

A este total, acrescentamos os empregados no Comércio (2.935) e os Funcionários Públicos (499) e teremos o quadro geral do trabalhador assalariado urbano de Juiz de Fora : 12.974 trabalhadores. Os do campo perfazem um

Q U A D R O 7

JUIZ DE FORA, 1920: OPERÁRIOS POR SETOR

S E T O R	Nº OPERÁRIOS	SUB-TOTAL
Vestuário e Toucador...	2.190	-
Têxtil.....	1.253	-
Edificação.....	1.848	-
Metalurgia.....	536	-
Alimentação.....	313	-
Ciências, letras e artes. Indústria de luxo	300	-
Mobiliário.....	170	-
Madeiras.....	111	-
Produção e transmissão forças físicas.....	109	-
Aparelhos de transporte	99	-
Cerâmica.....	95	-
Couros.....	92	-
Produtos químicos.....	23	-
Outros.....	614	8.353
Pedreiras.....	199	-
Minas.....	3	-
Transportes.....	985	1.187
TOTAL	-	9.540

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920. Tomo II. Vol. IV.
P. 82-83.

total de 20.762 trabalhadores, a esmagadora maioria (20.521) empregada na agricultura.

Quanto à composição sexual e etária do proletariado industrial (Censo de 1920) :

1. Os homens (5.878) constituem 70,4% da mão-de-obra empregada na indústria enquanto as mulheres (2.475), 29,6%.

2. A força de trabalho feminina predomina, porém, nos dois setores "Têxtil" e "Vestuário e Toucador" : 2.245 mulheres e 1.798 homens. É insignificante nos demais setores.

3. Sem ignorar a relatividade do limite de idade (20 anos) fornecido pelo Censo de 1920, constatamos que entre 8.353 trabalhadores da indústria, 2.774 possuem até 20 anos (1.520 homens e 1.254 mulheres), ou seja, 33,2% da mão-de-obra; e 5.579 contam 21 e mais (4.358 homens e 1.221 mulheres), ou seja, 66,8% da mão-de-obra.

4. Voltando ao setor "Têxtil", ali predomina o emprego de mulheres até 20 anos, 794, contra 321 (com 21 anos ou mais). Entre os homens, 427 menores e 311 maiores de 21. O que significa que 65,9% da força de trabalho empregada no setor "Têxtil" possui até 20 anos, sendo a maioria de mulheres. Os homens constituem 34,1% da mão-de-obra.

5. No setor "Vestuário e Toucador" a relação menor/maior de 20 anos se inverte em ambos os sexos, cujo número total é equilibrado (1.060 homens e 1.130 mulheres):

592 até 20 anos e 1.598 com 21 ou mais. No interior da divisão etária, o número de homens e mulheres também está equilibrado.

Quanto à população estrangeira, o Censo dá o total do município, não permitindo perceber a sua participação na população urbana. As maiores colônias são as dos italianos (3.389), constituindo 55,9% do total e a dos portugueses (1.575), 26%.

Apesar de os dados em questão se referirem apenas ao número de operários, é óbvio que a indústria em Juiz de Fora cresceu muito entre um Censo e outro. A imprensa registra também melhorias introduzidas e a criação de novas unidades.⁵⁶ Tratamos de uma época de crescimento industrial do principal município da Zona da Mata e de todo o Estado.

56. Em 27/12/1913, a Bússola noticia o funcionamento de mais uma fábrica de fiação e tecelagem, do industrial Carlos Stiebler. De 1919 a 1924, o Diário Mercantil, sob o título de "Indústria Local" informa sobre a criação de novas unidades ou sobre a ampliação das indústrias já existentes. A 9/12/1919 e a 31/5/1920 anuncia a ampliação do Curtume Poço Rico e da Fábrica Bernardo Mascarenhas, respectivamente. A 27/12/1920, registra a fundação da Litografia Hartmann. A 11/1/1921, a instalação de "uma bem montada fábrica de tecidos de malha". A 30/8/1921, a instalação da Mecânica Modelo, de Guilherme Hannickel & Cia. Em fins de 1924, a transferência da fábrica de calçados Progresso para prédio próprio e construído para este fim, para que possa aumentar a produção. Em 9/2/1922, O Operário, Belo Horizonte, registra a inauguração da Companhia Siderúrgica Mineira, no bairro da Tapera.

3 - Condições de vida

O proletariado de Juiz de Fora, a exemplo do proletariado brasileiro dos começos do século, por sua própria condição de classe, enfrentava condições de vida que, pelos relatos da época, mal lhe permitiam sobreviver.

Fazendo um balanço das reclamações na imprensa burguesa e operária a respeito, percebemos a persistência de dois problemas principais na vida operária da cidade : a carestia de vida e o problema da moradia. Ambos permeados, naturalmente, por salários insuficientes. Não constituíam problemas apenas locais, mas atingiam o trabalhador urbano nacional. Em Juiz de Fora, alcançam níveis insuportáveis em algumas conjunturas como se verá adiante.

3.1 - A carestia

Em relatório enviado ao 2º Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a União Operária de Juiz de Fora qualifica o operariado fabril da cidade como "o mais torturado".⁵⁷ No mesmo ano, realiza-se um comício de protesto contra a carestia de vida, com a presença de cerca de 1.000 pessoas, quando operários usam da palavra⁵⁸ e, segundo "O Farol", a carestia assume proporções tais

57. Relatório da União Operária de Juiz de Fora. 2º Congresso Operário Brasileiro. 1913. 2º vol., doc. 171.

58. A carestia da vida. O Farol, 22-4-1913, p. 1.

"a ponto de ser aqui mais difícil a existência do que na própria capital do país ..."⁵⁹

1918 se caracteriza como conjuntura insustentável tanto para o operário urbano como para o trabalhador rural mas de grandes lucros para os industriais, como registra João de Campos Monteiro Bastos, presidente da Associação Beneficente Operária, no órgão oficial da entidade :

"... há industriais que estão ganhando, no presente momento, rios de dinheiro e remunerando pessimamente os seus operários ..."⁶⁰

A solução apontada pela Associação recentemente organizada é a cooperativa.⁶¹

Continuam os protestos que assumem forma mais agressiva, dando conta da situação precária do trabalhador na região. De fins de agosto a meados de setembro de 1918, a imprensa diária registra ocorrências tais como : saques e depredações;⁶² tentativas de assalto às lojas comerciais;⁶³ "alterações" da ordem pública.⁶⁴ Não só na cidade e distritos do município, como em cidades vizinhas. Todas elas seve

59. Corretivo para um abuso. O Farol, 14-3-1913, p. 1.
 60. A carestia. O Operário, 10-8-1918, p. 3.
 61. A cooperativa. O Operário, 1-5-1918, p. 1.
 62. A carestia. O Farol, 28-8-1918, p. 1.
 63. A carestia. O Farol, 11-9-1918, p. 1.
 64. Em Ewbanck da Câmara o povo também protesta contra a carestia da vida. O Farol, 5-9-1918, p. 1.
 Em Souza Aguiar há ameaças de alteração da ordem pública. O Farol, 6-9-1918, p. 1.

ramente reprimidas ou impedidas pelas forças públicas. O a contecimento de maior repercussão — a invasão das Usinas Nacionais, de onde o povo carrega cerca de 3 mil sacas de açúcar⁶⁵ — será abordado no 3º capítulo quando tentarmos perceber a importância da conjuntura 1917-1920 para a eclo são da greve de 1920.

Medidas não repressivas, porém, acabariam surgindo. Uma tabela de preços para os gêneros de primeira necessidade, adotada pelo comércio local, é organizada pelo coletor federal, de acordo com o presidente da Câmara.⁶⁶ Os diretores da Cia. de Laticínios e das fábricas de tecidos Moraes Sarmento, Santo Antônio e Santa Cruz inauguram, em outubro, a Cooperativa Operária para vender aos operários destas, e de outras fábricas, os gêneros de primeira necessidade a preços inferiores aos da tabela do Comissariado de Alimentação Pública, em vigor na cidade.⁶⁷

Assim, o poder público municipal em conjunto com o federal, pressionados pelos saques, tomam medidas que não resolvem o problema que castiga a classe trabalhadora, tanto que alguns industriais chamam a si a função de baratear ainda mais os gêneros alimentícios. A atitude destes industriais faz crer que a sobrevivência e reprodução da força de trabalho local estavam realmente ameaçadas e que se tra

65. A carestia. O Farol, 28-8-1918, p. 1.

66. A vida vai baratear também aqui. O Farol, 11-9-1918, p. 1.

67. Cooperativa Operária. O Farol, 18-10-1918, p. 1.

tava de uma conjuntura de escassez de mão-de-obra.

A mesma atitude de "socorrer materialmente" os operários vai se repetir quando, em fins de outubro, a epidemia de gripe na cidade agrava a situação do proletariado.

Cerca de 1.000 casos registrados. Os bairros mais atingidos são os de Mariano Procópio e o Botanágua. A fábrica de tecidos Mascarenhas suspende preventivamente o trabalho, estando 39 de seus operários atacados pela doença. Na fábrica Santa Cruz, 11 e na Sarmento, 19.⁶⁸ Na Industrial Mineira, quase 2/3 dos seus 800 operários faltam ao trabalho. As fábricas Santa Maria e Santa Cruz suspendem o trabalho por haver muitos operários, na maioria residentes em Mariano Procópio, contraído a gripe.⁶⁹ A Fábrica de Banha Poço Rico suspende suas atividades por ter registrado entre seus operários 38 casos de influenza. A Meurer também paralisa o trabalho devido ao grande número de empregados doentes. Nas oficinas de Pantaleoni Arcuri e Spinelli, 63 operários estão atacados.

Os diretores da Associação Beneficente Operária oferecem ao presidente da Câmara a sede da Associação para um posto de socorro onde são fornecidos os medicamentos necessários às pessoas reconhecidamente pobres.⁷⁰ A Fábrica de Tecidos São João Evangelista, no Botanágua, distribui diariamente 50 vales correspondentes a um pão de 200 réis

68. A epidemia de gripe na cidade. O Farol, 23-10-1918, p.1.

69. A epidemia de gripe na cidade. O Farol, 24-10-1918, p.1.

70. A epidemia de gripe na cidade. O Farol, 29-10-1918, p.1.

a serem trocados na Padaria Riachuelo, à rua da Gratidão. O fornecimento de pão e lenha ao povo começa a ficar difícil devido ao grande número de padeiros e empregados do depósito de lenha atacados pela gripe. Na Fábrica de Banha Poço Rico já são 58 operários doentes que estão sendo medicados e tratados por conta de seus patrões.⁷¹ A diretoria da Associação dos Empregados no Comércio organiza um posto de socorros, instalado à rua Halfeld.⁷²

No final do ano, corre boato de uma revolta popular contra a carestia em Juiz de Fora que teria o apoio de uma das corporações armadas da cidade.⁷³ Diante de um "meeting" a se realizar no dia 14, o governo de Minas providencia para que a ordem pública não seja alterada, "custe o que custar".⁷⁴ A polícia local

"redobra a vigilância sobre indivíduos suspeitos que aqui têm surgido com o intuito de fomentar greves nas fábricas locais e promover tumultos nas praças públicas, aproveitando-se para esses fins dos operários e classes pobres. Ultimamente tem aumentado de intensidade o zum-zum de graves tumultos que deverão estalar dentro de breves dias. Por esse motivo, a polícia está de sobreaviso e decidida a deter com toda firmeza qualquer alteração da ordem pública. O policiamento, ontem, foi grandemente reforçado, tendo sido espalhados por diversas partes da cidade, muitos agentes secretos."⁷⁵

71. A gripe na cidade. O Farol, 1-11-1918, p. 1.

72. A gripe na cidade. O Farol, 3-11-1918, p. 1.

73. Que haverá? O Farol, 12-12-1918, p. 1.

74. Meeting ... O Farol, 13-12-1918, p. 2

75. Teremos mais tumultos na cidade? O Farol, 14-12-1918, p.1.

E, a 27 de agosto do ano seguinte, 1919, é espalhado um boletim convocando a classe operária e o povo em geral para um comício a realizar-se às 7 horas da noite, no Parque Halfeld, em sinal de protesto contra a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade e contra a exploração dos açambarcadores. Como nesta data, há um ano, ocorrera o assalto às casas de açúcar, a polícia toma providências : envia carta ao Diário Mercantil, comunicando "ao povo e, principalmente, à laboriosa classe operária que a polícia agirá com toda a energia e manterá a ordem custe o que custar".⁷⁶ À noite, o próprio delegado Ribeiro de Abreu, o tenente Tavares Correia e o capitão Joaquim Pinto fazem em pessoa o policiamento da cidade. Nada aconteceu.⁷⁷

Em 1922, a epidemia de varíola vai evidenciar mais uma vez a diferenciação de classes da sociedade juizforana: os doentes pobres são removidos para o Asilo dos Mendigos. E os ricos tratam-se em casa. Quando da remoção de uma senhora que morava à rua Santa Rita, o povo protesta. O presidente da Câmara aparece e ouve : "Remova os ricos primeiro".⁷⁸ No Asilo, os doentes morrem à mingua. É o sistema liberal no ataque à varíola adotado pelo delegado de higiene do Estado, dr. Mello Brandão, dirá A Tarde.⁷⁹ É a classe operária fazendo a sua própria história, diremos nós.

76. Um comício contra a carestia da vida. Diário Mercantil, 27-8-1919, p. 2.

77. Meeting. O Farol, 28-8-1919, p. 1.

78. A varíola na cidade. A Tarde, 9-10-1922, p. 2.

79. ————. A Tarde, 11-10-1922, p. 1.

3.2 - A moradia

Em julho de 1912, o vereador cel. João Batista de Oliveira apresentava à Câmara Municipal um projeto que dava isenção de todos os impostos municipais aos proprietários que construíssem grupos de 5 casas para operários nas zonas urbana e suburbana, não podendo o aluguel ultrapassar a 30\$000 mensais.⁸⁰ O projeto é transformado na Resolução nº 666, de 14 de outubro de 1912. Foi a primeira de uma série de resoluções que visavam incentivar a construção de casas que, devido ao crescimento urbano, sempre faltavam em Juiz de Fora. Tal escassez agravava mais ainda a vida, já tão difícil, da classe trabalhadora. A União Operária de Juiz de Fora qualifica em 1913, os aluguéis de casa de "calamidade, pela sua exorbitância"⁸¹ enquanto a Associação Beneficente dos Irmãos Artistas considera péssimas as condições higiênicas das habitações operárias.⁸²

Em 1916, a política municipal começa a expulsar os operários para a periferia da cidade, como comprova a Resolução nº 706, de 1º de fevereiro :

"Art. 1º. Dentro do perímetro urbano não será permitida a abertura de avenidas para operários ou ruas de largura infe

80. Atas da Câmara Municipal. Sessão de 23-7-1912. Livro 328. Fls. 185/186.

81. Relatório da União Operária de Juiz de Fora. 2º Congresso Operário Brasileiro, 1913. 2º vol., doc. 171.

82. Relatório da Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário Brasileiro. 1913. 2º vol., doc. 173.

rior a 13 m e cujo plano não for aprovado pelo agente executivo municipal.

§ 1º - Fica o agente executivo municipal autorizado a fazer a desapropriação das habitações existentes nas avenidas abertas no interior dos quarteirões da cidade e a fazer demolição das mesmas, quando o permitirem as condições financeiras do município.

Art. 2º. Fica revogada a Resolução Municipal nº 666, de 14 de outubro de 1912, na parte relativa ao perímetro urbano".⁸³

E em 1917, pela Resolução nº 743,⁸⁴ incentiva as construções de dois ou mais andares. Em 1919, a Resolução nº 814,⁸⁵ isenta por 3 anos a construção de moradias; é prorrogada anualmente até 1925, com uma interrupção de apenas 1 ano.⁸⁶ Não se tratava mais só de construções para operários. A crise das habitações atingia outros setores da sociedade. Agravara-se com a instalação na cidade da 4ª Região Militar, em 1919.

É claro que quem mais sofria com a crise era a classe trabalhadora. O resultado imediato é a alta dos aluguéis. O Lince registra que

"... estas famílias são forçadas a morarem em escuros e apertados cubículos, pagando 15\$ ou mais por mês de aluguel quando 5\$ já é caro!"⁸⁷

83. Resoluções da Câmara Municipal. Livro 3. Fls. 56.

84. Paulino de Oliveira. Op. cit., p. 231.

85. Resoluções da Câmara Municipal. Livro 3. Fls. 96.

86. Resoluções nº 853 (1920), 876 (1921), 883 (1922) e 934 (1924).

87. Conforto aos pobres. O Lince, 21-6-1919, p. 1.

Em editorial, o Diário Mercantil exorta os capitalistas locais a construir.⁸⁸

Em fevereiro de 1920, logo após a greve, o Diário Mercantil observa que, apesar do incentivo da lei municipal, a construção de novas moradias não tomara o vulto esperado com a vinda de novas unidades militares e com o progresso que ocorre na cidade. E aponta as dificuldades : a falta de materiais de construção e o seu preço excessivo; a escassez de braços; e o aumento salarial dos operários (greve/1920). Tudo isto concorre para que os prédios fiquem 3 ou 4 vezes mais caros do que nos tempos normais.⁸⁹ Os efeitos dessa crise para a classe operária são descritos no mesmo diário :

"Continua a merecer cuidados especiais a crise das habitações na cidade.

Os aluguéis sobem vertiginosamente , agravando ainda mais o mal-estar das classes menos favorecidas da fortuna.

E, mesmo assim, não há casas.

As famílias de operários começam a se reunir em cortiços, tornando-se habitáveis casas que mereciam ser condenadas pela higiene.

Há bairros inteiros, como o do Zinco, o do Pito Aceso, e do Morro Seco, em que a classe proletária se aglomera em casebres toscos de adobe e de sapé, formando focos permanentes de todas as moléstias.

Por outro lado, a cidade não pode desenvolver-se, nem a população aumentar, justamente devido à falta de casas, por

⁸⁸: _____ . Diário Mercantil, 16-7-1919, p. 1.

⁸⁹: _____ . Diário Mercantil, 5-2-1920, p. 2.

isso que os abastados, os que têm recursos, não se sujeitam a sofrer a crise das habitações.⁹⁰

E faz advertências :

"Tudo, porém, tem um limite.

Não é possível que os poderes públicos permaneçam surdos às queixas populares e que se não tente normalizar a situação, o quanto antes.

Tal qual está é que não deve continuar, a não ser que se deseje ver avolumar-se, ameaçadora, a onda dos descontentes, que se não queira presenciar, serenamente a desgraça e a dor das classes pobres ...

Sim, é preciso agir, e agir com energia, neste caso de importância vital para o povo, que pode tolerar, durante algum tempo, o abandono em que o deixam os seus falsos turiferários mas que, conhecendo-lhes mais tarde, as manhas e os truques de que lançam mão, toma-lhes ódio e os despreza.⁹¹

N'O Lince, Jesus de Oliveira prega uma greve de inquilinos (tirar a mobília das casas e impedir que as mesmas sejam ocupadas) contra o aluguel absurdo das casas, cujos proprietários aumentam 50\$ ou 100\$.⁹²

No Lar Católico,⁹³ Jesuíno nega o argumento que responsabiliza os operários pela carestia dos alimentos : 25% de aumento dos salários e a redução de 35% no tempo do trabalho produzem 60% no encarecimento dos gêneros alimen-

90. ————. Diário Mercantil, 13-2-1920, p. 1.

91. ————. Diário Mercantil, 3-3-1920, p. 1.

92. 14-2-1920, p. 1.

93. 10-4-1920, p. 6.

tícios. Nada mais falso, pois os operários que produzem alimentos são os trabalhadores rurais principalmente e que trabalham das 7 da manhã às 6 horas da tarde. Sua situação miserável, mal pago, mal alimentado, mal abrigado, duramente explorado é o principal fator do êxodo do campo para a cidade. Os empregados do comércio também não podem ser responsabilizados pois trabalham das 7 da manhã às 6 da tarde no balcão e, depois, na limpeza.

Os abusos dos grandes proprietários de casas são registrados, em 1920, pela *A Tarde*, jornal de oposição política ao poder municipal : Pinto Leite (um dos maiores proprietários locais, tem cerca de 80 casas) e Souza Brandão são apontados como "proprietários sem entranhas que vivem exclusivamente para o dinheiro"⁹⁴ e a atitude da Santa Casa de aumentar o aluguel de seus imóveis em 20%, qualificada de "vergonhosa" tendo em vista que recebe auxílio do Estado, da União e de particulares e, ainda, isenção de impostos municipais.⁹⁵ Souza Brandão, vice-presidente da Câmara, ainda lesa os cofres públicos pois, além de cobrar 30\$ mensais por pequenas e imundas casinhas, não hesita em cobrar 5\$000 a mais, a título de imposto de lixo.⁹⁶

O mesmo jornal⁹⁷ acusa José Procópio Teixeira de

94. 26-5-1920, p. 3.

95. Ibidem.

96. O sr. Souza Brandão lesando os cofres municipais. *A Tarde*, 7-6-1920, p. 1.

97. O sr. Procópio contra os operários. *A Tarde*, 11-11-1920, p. 1.

mais um ato de desumanidade contra os operários, intimando os que haviam comprado terrenos dos donos da fazenda da Divisa, em Manoel Honório, a cobrir suas casas com telhas e obrigando-os a assinar um contrato pelo qual eles se obrigam a entregar-lhe as casas e os terrenos quando ele, o sr. Procópio, quiser e sem direito a indenizações. E lembra ainda da esperteza do Presidente da Câmara quando construiu multidão de casas para operários à sombra das leis municipais protetoras e, depois, uniu-as duas a duas, formando casas para gente melhor de vida e logrando o objetivo da lei e a fazenda pública pois só pagou taxas referentes a cada grupo de duas casas. E ironiza : "Que grande amigo os operários têm no sr. Procópio! Que homem caridoso, o presidente da Câmara!"⁹⁸

José Procópio responde a esta acusação no Relatório que apresenta aos vereadores, na sessão de 24 de janeiro de 1921 :

"Apesar da vigilância que temos procurado exercer nos bairros operários, foram construídas 18 casinhas em terrenos vendidos em prestações a operários pelo sr. Antônio Francisco de Lemos, sendo essas construções feitas à noite, de madeira roliça, capim e latas de querosene, amanhecendo já habitadas, devido a conselho de interessados e à pouca fiscalização do agente municipal do dis

98. Ibidem.

trito. Mandei chamar todos esses proprietários e, por meio de escritura pública, por todos assinada, comprometeram-se a demolir, sem direito à indenização todas aquelas construções, quando a Câmara mandar alinhar aquelas ruas traçadas pelo proprietário, porém, não aceitas pela Câmara!⁹⁹

No mesmo Relatório, no item "Crise de Habitações", reconhece a relevância do problema quando afirma que :

"É necessário, portanto, que a Câmara estude essa questão de casas para operários, de imensa importância para esta cidade, quando todas as nossas fábricas, com os lucros fabulosos que auferiram, durante e depois da guerra, duplicaram a sua capacidade, exigindo maior número de operários, para os quais a cidade não tem habitações, agravando ainda mais a não menos grave crise de serviço doméstico!"¹⁰⁰

Nessas alturas, a Federação Operária Mineira se limita a elogiar no seu órgão oficial, O Proletário, o plano Januzzi — projeto de edificação de casas, segundo o qual o operário paga um aluguel que amortiza gradualmente o valor da casa, passando esta a propriedade do inquilino após alguns anos — apresentado ao Presidente da República, achando-o adequado a Juiz de Fora que é "terra dos grandes capitalistas como também um desenvolvidíssimo centro operário onde a crise de habitações se faz sentir por uma maneira tão profunda e intensa ..." ¹⁰¹ e a dirigir um ofício

99. Relatório apresentado pelo presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal aos vereadores, em sessão de 24-1-1921. Diário Mercantil, 24-1-1921, p. 2.

100. Ibidem.

101. Atos e fatos. O Proletário, 20-6-1920, p. 3.

à Câmara Municipal pedindo-lhe o restabelecimento da lei que isenta de impostos municipais por 5 anos a construção de avenidas operárias com alugéis de 30\$000 no máximo, considerando a medida positiva

"pois é do domínio público a falta de casas para operários, na cidade, onde as que haviam foram transformadas, quase todas, em casas de gente rica, cujos aluguéis que eram de 30\$ passaram a 45\$".¹⁰²

Em agosto de 1920, a Câmara prorroga por um ano a lei que isenta de imposto por 3 anos os prédios que se construírem na cidade.¹⁰³

Em 1921, a crise das habitações continua ...

"O aumento da população operária registra-se aqui diariamente com a instalação de novas indústrias, reclamando sérias providências a escassez de habitações".¹⁰⁴

E novas construções são anunciadas : a Cia. Brasileira de Eletro-Metalurgia vai solicitar à Câmara para construir 50 casas para operários na Tapera; Carlos Stiebler Jr. requer licença para construir uma avenida de casas para operários no Botanágua e Antônio B. Vasconcellos, na avenida Botti.

A Tarde descreve as condições higiênicas das casas :

102. O problema das habitações baratas. A Tarde, 19-7-1920, p.1.
 103. A falta de casas. A Tarde, 5-8-1920, p. 1.
 104. Casas baratas. Diário Mercantil, 28-5-1921, p. 1.

"Na rua 15 de novembro, por exemplo, dos números 357 a 373, há duas avenidas que são um primor de anti-higiene e de falta de conforto. (...) há pela cidade a fora vários focos de imundície onde a higiene não vai porque o sr. Procópio lhe cortou a cabeça por economia..!"¹⁰⁵

E denuncia, ainda, a sublocação de casas.¹⁰⁶

Em 1923, a situação continua a mesma, pelo que Jesus de Oliveira descreve :

"Barracões, águas furtadas, casebres que mal cabem uma família de cinco pessoas mal alojadas, tem-no aí residindo, dez ou mais.

E o aluguel ? É um horror. Residências que por 8\$ são caras, estão alugadas a 20, 25 e 30 mil réis, sem luz e com péssimas instalações sanitárias!"¹⁰⁷

E continua, em fins de 1923 :

"Cumpre-nos chamar a atenção das autoridades do município, do Estado e da República, para a intolerável exploração que campeia em nossa cidade, quanto aos aluguéis das casas.

Chamamos a atenção das autoridades, por que, essa exploração, talvez, venha dar em impetuosa e lamentável revolta, tal é o abuso de alguns proprietários de casas, que não têm uma mínima gota de caridade para as classes proletárias.

Senão vejamos : de janeiro em diante, não haverá nesta cidade de 50 mil habitan -

105. 28-6-1921, p. 2.

106. A crise das habitações. A Tarde, 7-9-1921, p. 1.

107. Quadros de Miséria. O Lince, 9-6-1923, p. 1.

tes, mais casas baratas. Os casebres, antihigiênicos, que há cinco anos eram alugados a 10\$ mensais, hoje, estão por 40\$ e mais. Os de 30\$ estão a 90\$. Os de 50 estão a 120\$ e assim por diante.

Dessa maneira, com os gêneros alimentícios e tecidos caros, como é que um cidadão tendo família e ganhando de 120 a 180\$ por mês, pode pagar um aluguel de 80\$ ou 120\$000? Simplesmente passando miséria ...

(...) não há casas vazias devido ao progresso que dia a dia vai tendo a nossa cidade. No entanto, cerca de mil chefes de família por serem operários, viram-se na contingência de não concordarem com o aumento dos aluguéis. Em vista dessa recusa, os proprietários fizeram judicialmente a notificação. Isto quer dizer que em janeiro ou fevereiro, vai haver despejos a granel. Aí, então, é que teremos o caldo em-tornado porque não havendo casas para os "despejados", estes certamente, provocarão uma greve que resultará em depredações e incêndios, sem que a polícia possa impedir porque nesse caso (permita Deus não aconteça) a maior parte da nossa população fará causa comum com despejados.

A "greve do açúcar", há quatro anos feita nesta cidade e imitada no dia seguinte em Petrópolis e o apedrejamento às casas de alemães são um fato que demonstra a gravidade do momento, isto é, que os juiz-de-foranos podem, no desespero de causa, irem ao extremo, que é o apedrejamento e o incêndio.

Portanto, as autoridades, principalmente as municipais, deviam aconselhar os proprietários de casas a revogarem as medidas quanto ao aumento e respectivos despejos, para que não aconteça a reação que parece provável, se houver muitos despejos num mesmo dia! 108

Sensível a esta situação, o vereador dr. Luiz Pen

na apresenta um projeto de lei à Câmara Municipal isentando dos impostos por 10 anos as casas que se construíssem na cidade, com 4 compartimentos pelo menos e cujo aluguel não ultrapassasse de 50\$000 mensais.¹⁰⁹ Na justificativa do seu projeto, argumenta :

"O problema da habitação em Juiz de Fora vai-se tornando de difícil solução devido ao vício social do "urbanismo", que vai despovoando os campos e acumulando as populações nas cidades. Eis o que se dá aqui, tal como acontece em centros maiores. Em São Paulo, há pouco tempo, foi votado e convertido em lei um projeto mandando fossem construídas cinco mil casas para operários. Aí, a administração pública não pode acompanhar essas medidas. Outras, porém, de acordo com o meio, penso, poderá adotar, como, entre elas, as de estimular os capitais para a construção de prédios destinados a habitação e de evitar, por todos os meios possíveis e jurídicos, a ganância dos locadores, que exploram terrivelmente os locatários, criando, por exemplo, impostos pesados sobre aluguéis excessivos. Os prédios, hoje, são disputados a peso de ouro. Quem é pobre pode ser atirado à rua de um momento para outro ou, premidido pelas circunstâncias, obrigado a se mudar da cidade. Será ainda medida de grande alcance o aumento da viação em direção aos bairros da cidade, onde se formarão certamente núcleos operários - assunto que poderá ser estudado pela Câmara, embora as grandes dificuldades que ele apresenta. Essas e outras medidas podem ser ventiladas e estudadas. Por agora, porém, apresento este projeto, que servirá de ponto de partida."¹¹⁰

A Câmara não atende os objetivos do autor do projeto e op-

109. Paulino de OLIVEIRA. Op. cit., p. 232.

110. Id., ib., p. 232/233.

ta pela prorrogação da vigência das Res. nº 814, de 1919 e nº 866, de 1921, até 1924.

Como observa Paulino de Oliveira,

"... a classe pobre ainda não se havia beneficiado de tais favores. Apenas os ricos, os capitalistas lucravam, aumentando suas rendas, com aluguéis compensadores e, às vezes, excessivos. O operário, o trabalhador em geral, não podia ainda pensar na casa própria, apesar do custo barato da mão-de-obra, dos materiais e dos terrenos!"¹¹¹

A prorrogação da emenda 814, de 1919, sem limite de aluguel, incentivava na realidade a construção civil (pe-
lo Censo de 1920, 3º lugar em número de operários) dirigida a setores de poder aquisitivo superior ao da classe operária. Os capitalistas ampliavam, assim, o campo de exploração do trabalhador, estendendo-o da fábrica à habitação, com o beneplácito de um poder comprometido com a acumulação de capital.

3.3 - O salário

As condições de vida do proletariado de Juiz de Fora evidenciam o grau de exploração da sua força de trabalho, recebendo um salário sempre aquém de um padrão minimamente humano de vida.

111. Id., ib., p. 232.

Juiz de Fora parecia estar numa região de salários baixos. Nos fins do século XIX, isto já ocorria. Em 1888, Bernardo Mascarenhas, em carta dirigida aos incorporadores de uma fábrica de tecidos, no Rio de Janeiro, tenta atraí-los à cidade e fala das vantagens que ela oferece :

"... onde há hospedaria de imigrantes que muito facilitará o engajamento de pessoal de primeira ordem e a preço mais módico do que na Corte!"¹¹²

e, ainda, condições de "vida cômoda para operários".¹¹³ Era o paraíso para o capital e para o trabalhador. Como se este lugar existisse!

Volta e meia, encontramos na documentação pesquisada referência à afirmação feita acima. Quando, em 1914, foram criadas na cidade escolas noturnas, O Farol, falando da possibilidade de os operários obterem conhecimentos de Língua Pátria, Aritmética e Geografia, conclui que o aluno

"... ver-se-á senhor de importantes conhecimentos necessários à vida, podendo, mesmo, exercer suas atividades em outros centros de trabalho mais rendosos e lucrativos!"¹¹⁴

112. Nelson Lage MASCARENHAS. Op. cit., p. 126/127. Grifo nosso.

113. Id., ib.

114. 6-6-1914, p. 1. Grifo nosso.

Deixando de lado a ironia ideológica do periódico burguês, fiquemos com a aspiração detectada de ter uma vida melhor em outro lugar. E, vida melhor rima com salário mais alto do que o que era pago em Juiz de Fora.

Agora, são os próprios operários que falam da "vida cômoda" que levavam na "Manchester Mineira". De acordo com a União Operária, em 1913,

"a situação do proletariado nesta cidade é nada lisonjeira, os salários são mais do que exíguos e o horário oscila entre 9 e 10 horas de trabalho por dia, percebendo os trabalhadores 2\$, 3\$, 5\$ e, raras vezes, 6\$ por dia, que não chega para cobrir as suas necessidades, queremos dizer as suas despesas mais necessárias ..."¹¹⁵

E, segundo o depoimento da Associação Beneficente Irmãos Artistas,

"A média dos salários aqui é 5\$000 diários. A média de despesas para solteiro é 90\$000 e, para casados, de 140\$000."¹¹⁶

A operária Filomena Visentini Monachesi¹¹⁷ recebe na Fábrica Meurer \$800 por dia e \$200 pelo serão e na Surerus, 2\$800 diários.

115. Relatório da União Operária. 2º Congresso Operário Brasileiro. 2º vol., doc. 171.

116. Relatório da Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário. 2º vol., doc. 173.

117. Depoimento prestado em junho/1979. Ela começou a trabalhar com 14 anos, na segunda década do século.

1918 foi, como já vimos, uma época mais difícil ainda para o assalariado. Algumas fábricas aumentam, então, os salários de seus operários, gesto qualificado de "filantrópico" em artigo do jornal da Associação Beneficente Operária:¹¹⁸ em agosto, é a Fiação e Tecelagem Industrial Mineira que aumenta "espontaneamente" os salários dos seus operários em vista da carestia da vida;¹¹⁹ em setembro, é a Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento que aumenta 5% aos salários dos seus operários, tendo aumentado em 10%, dois meses atrás. E "foi distribuído, em 4 prêmios, a quantia de 200\$000, para os operários que durante o mês passado mais se esforçaram".¹²⁰

As aspas da qualificação feita pelo jornal operário são nossas. Não se tratava, é claro, de filantropia, mas, da compreensão do capitalista de que não continuaria acumulando se não tivesse força de trabalho para comprar. Era fraca a oferta de mão-de-obra. A epidemia de gripe agravaria ainda mais o mercado de força de trabalho.

O Anuário Estatístico de Minas Gerais¹²¹ dá o salário médio, no município, nos seguintes ofícios :

118. De relance. O Operário, 10-8-1918, p. 5/6.
 119. Uma fábrica que aumenta os ordenados. O Farol, 16-8-1918, p. 1.
 120. ————. O Farol, 6-9-1918, p. 1.
 121. Secretaria da Agricultura. 1926, p. 310; 1929, p. 949.

QUADRO 8

	Alfaiate	Sapateiro	Ferreiro	Carpin- teiro	Marcen.	Pedreiro
1921	8\$000	8\$000	7\$000	8\$500	8\$500	7\$500
1922/25	9\$000	8\$000	8\$000	9\$000	10\$000	8\$000

Fonte : Anuário Estatístico de Minas Gerais. Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. 1926, p. 310; 1929, p. 949.

No período 1922/25, o trabalhador rural recebe sa lário médio de 3\$500.¹²²

Apesar do aumento que o quadro mostra, em 1923, os salários continuam baixos :

"(...) Agora, vamos ao salário. Os operários, em sua maioria, ganham de 60\$ a 100\$ mensais. Somente os que trabalham em certas artes, ganham de 150\$ a 180\$ Ora, com 180\$ já não se vive com conforto e como é que um operário ganhando mais ou menos, 100\$ e tendo muitos filhos, po de viver pagando cerca de 30\$ por uns cômodos anti-higiênicos, comprando açú car de 3ª a 1\$500, etc. ? Só miseravelmente pode viver!"¹²³

122. Anuário Estatístico de Minas Gerais. 1929, p. 944.
123. Quadros de miséria. O Lince, 9-6-1923, p. 1.

4 - Condições de Trabalho

Os operários em Juiz de Fora trabalham em condições semelhantes aos seus companheiros do Rio e de São Paulo. Nem melhores, nem piores. Tanto que se movimentam e se unem por reivindicações similares às registradas pelo movimento operário brasileiro da época. As greves demonstrarão isto.

Como ficou claro no item 2, o trabalho feminino e do menor era intensamente utilizado sobretudo no setor têxtil. Em 1912, é o Diário do Povo que registra ser comum nas fábricas de tecidos, o trabalho de mulheres e de crianças, até menores de 10 anos.¹²⁴ O que é confirmado pela União Operária no seu relato ao 2º Congresso Operário Brasileiro, em 1913, acusando inclusive a existência de trabalho noturno.¹²⁵ E também por Filomena Visentim Monachesi : nas fábricas trabalhavam muitas crianças de 8 a 10 anos que, por serem indisciplinadas, freqüentemente levavam tapas de mestres enérgicos.¹²⁶

A abolição do trabalho de crianças após as 5 horas da tarde está entre as reivindicações da greve de agosto de 1912 e constituía projeto apresentado à Câmara Muni-

124. 20-6-1912, p. 1.

125. Relatório da União Operária - Federação do Trabalho de Juiz de Fora. 2º Congresso Operário Brasileiro, 1913, 2º vol. doc. 171.

126. Depoimento prestado em junho/1979.

principal pelo dr. Pinto de Moura, em julho do mesmo ano. A proibição se transforma na Resolução nº 669, de 18-10-1912, que veda

"às crianças de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade, o serviço nas fábricas e oficinas da cidade e seu município, das 5 horas da tarde em diante, sob pena de incorrerem os proprietários das fábricas e oficinas na multa de 100 mil réis e, no dobro, em caso de reincidência!"¹²⁷

E incumbe o Diretor de Higiene Municipal de impor a pena estabelecida aos infratores e de determinar a idade das crianças em caso de dúvida.¹²⁸ Não há informações sobre a atuação da Diretoria de Higiene nesse sentido.

Quanto à jornada de trabalho, variava entre 9 e 10 horas, conforme relatório da União Operária ao 2º Congresso Operário Brasileiro. Mas, de acordo com o depoimento de Filomena Visentim Monachesi, o dia de trabalho começava às 6 horas da manhã e se estendia, quando tinha serão, até às 22 horas, com dois intervalos de 45 minutos cada um para o almoço e o jantar e um intervalo de 15 minutos para o café. O que perfaz, portanto, mais de 14 horas diárias.

Sobre as condições de alimentação dos operários nos intervalos do trabalho nas fábricas, o Lince registra, em 1919 :

127. Resoluções da Câmara Municipal.

128. Ibidem.

"Em a nossa edição de 25 de julho, publicamos uma nota sobre o fato dos operários de fábricas ficarem almoçando em plena rua e debaixo, às vezes, de fina garoa, o que faz com que a comida precise lavagem. Agora, o brilhante Jornal do Comércio apela no mesmo sentido para que estes façam cobertas para abrigar tão desprotegidos auxiliares do progresso!"¹²⁹

Os acidentes de trabalho foram numerosos. A imprensa diária os registra a partir de 1917 : na Fábrica Mascarenhas, o operário Joaquim Delagaça, italiano, 28 anos, é ferido mortalmente pela correia de um motor de 50 H. P., ao colocá-lo em movimento e a diretoria da fábrica se encarrega do tratamento e do enterro, suspendendo o trabalho no dia do enterro;¹³⁰ o menor Domingos Romano, na Cia. Usinas Nacionais, fica com o lado esquerdo do rosto todo queimado, quando trabalhava no serviço de empoliagem de latas vazias;¹³¹ João Pollato perde um dos dedos da mão direita nas oficinas de uma fábrica de móveis e recebe indenização de 569\$000;¹³² a operária Isabel Neves é ferida por uma lançadeira no nariz quando trabalhava em um tear da fábrica Mascarenhas;¹³³ o menor Adolfo Petermann, 14 anos, recebe vários ferimentos pelo corpo na fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas;¹³⁴ na Cia. Indústrias Reunidas, o ope-

129. ————. O Lince, 25-10-1919, p. 2.
 130. Horrível desastre. O Farol, 14-3-1917, e 15-3-1917, p. 1.
 131. Acidente no trabalho. O Farol, 15-6-1919, p. 1.
 132. ————. Diário Mercantil, 3-7-1919, p. 1.
 133. Acidente no trabalho. O Farol, 13-7-1919, p. 1.
 134. Acidente no trabalho. Diário Mercantil, 19-8-1919, p. 2.

rário Augusto de Faria recebe vários ferimentos na mão;¹³⁵ o menor Adeval Correa, operário de um moinho, tem o braço esquerdo fraturado, sendo necessário amputar-lhe o membro;¹³⁶ o operário Japiassu de Abreu, 10 anos, da Fábrica de Tecidos Meurer, tem 3 dedos decepados.¹³⁷

Um outro problema grave que os operários enfrentavam no dia-a-dia do trabalho era o relacionamento com os mestres. As reclamações contra eles são freqüentes.

Em 1919, morre o menor Antônio Micucci em consequência de espancamento pelo mestre da Fábrica de Tecidos Meurer¹³⁸ e Bernardo Lobo é espancado pelo mestre da Cia. Industrial Mineira.¹³⁹

Nos dois anos seguintes, as reclamações continuam.

O Proletário registra a brutalidade, indignidade e o autoritarismo da maioria dos mestres de Juiz de Fora.¹⁴⁰ Denuncia ainda uma reclamação levada à diretoria da F.O.M. por operárias da Fábrica Santa Maria contra a grosseria, imoralidade e atrevimento de Severino Barbosa, no exercício de suas funções.¹⁴¹ A Tarde registra a queixa contra o mes

135. Na Cia. Indústrias Reunidas. Diário Mercantil, 20-8-1919, p. 1.

136. Com o braço fraturado. Diário Mercantil, 8-1-1920, p. 2.

137. Acidente no trabalho. Diário Mercantil, 22-6-1921, p.1.

138. Última hora. Diário Mercantil, 1-8-1919, p. 2.

139. Na Cia. Indústrias Reunidas. Diário Mercantil, 5-8-1919, p. 2.

140. Mais realista do que o rei. O Proletário, 20-6-1920, p. 2.

141. Baixeza. O Proletário, 26-12-1920, p. 4.

tre da Fábrica Stiebler, Antônio Ferruccio que maltrata os seus subordinados, principalmente as moças, com palavras grosseiras e insultuosas,¹⁴² no que é contestada por um abaixo-assinado de 61 operários e operárias da mesma fábrica, publicado na sessão de matéria paga.¹⁴³

O Caso Micucci : De todos os casos registrados, a morte de Antônio Micucci, 13 anos, foi o de maior repercussão.

O Jornal do Comércio, de 19-8-1919, assim descreve os acontecimentos :

"Ontem, à 1 hora da tarde, o sr. Paschoal Luiz, negociante à rua Batista de Oliveira, foi à delegacia de polícia, a fim de comunicar ao sr. delegado o espancamento de que fora vítima o menor Antônio Micucci, empregada da fábrica de tecidos Meurer. O dr. Ribeiro de Abreu recebeu o sr. Paschoal asperamente, não tendo dado providência alguma sobre o fato que é, entretanto, grave.

Procuramos o sr. Paschoal Luiz que nos levou à rua Fonseca Hermes, 124, residência do menor Micucci, onde nos foi narrado o seguinte : Sábado, após o almoço, foi o menor Antônio Micucci, de 13 anos de idade, para o trabalho, tendo à tarde voltado muito machucado, devido ao sr. Antônio Gervason, mestre da fábrica, havê-lo espancado brutalmente.

O infeliz operário deitou-se, não tendo conseguido levantar-se até ontem

142. Um mestre de fábrica grosseiro. A Tarde, 12-10-1921, p. 1.

143. Fábrica Stiebler. A Tarde, 14-10-1921, p. 2.

de seu leito, onde está em estado gravíssimo.

Segundo nos disseram, é costume naquela fábrica espancar-se os operários.

Vimos o menor espancado, que está com o corpo coberto de equimoses.

À hora de entrar nossa folha para o prelo, Antônio Micucci agonizava!¹⁴⁴

E em sua edição do dia seguinte, completa :

"Às 2 horas da tarde, foi o cadáver do inditoso menor conduzido para o necrotério do cemitério municipal, onde se procedeu à necrópsia, a requerimento da promotoria pública.(...)"¹⁴⁵

No mesmo dia da morte, os operários protestam :

"AO POVO — Protesto dos operários de Juiz de Fora

Os operários de Juiz de Fora em sinal de protesto pela morte, por espancamento, do seu companheiro Antônio Micucci, empregado da Fábrica de Tecidos Meurer, que tendo como mestre o carrasco Antônio Gervason, declaram-se em greve pacífica por 48 horas."

OS OPERÁRIOS¹⁴⁶

O Lince fala da imagem do mestre espancador no meio operário :

144. Transcrito de A Plebe, 23-8-1919, p. 2. Grifo d'A Plebe.

145. Ibidem.

146. Última Horz. Diário Mercantil, 1-8-1919, p. 2.

"A cidade amanheceu ontem indignada com o ato selvagem do mestre da fábrica de meias Meurer, de nome Antônio Gervason.

Este indivíduo asqueroso, há muito, sabíamos ser de uma índole perversa, espancou brutalmente o menor operário de nome Antônio Micucci, que veio a falecer ontem de madrugada.

Gervason tem espancado até indefesas moças que trabalham sob a sua direção.

Este carrasco do operariado que já era odiado, tornou-se ontem alvo da indignação de todo povo juizdeforano.

Não era para menos, visto ser tão brutal o seu ato!¹⁴⁷

A Associação Operária contrata advogados e médicos para não deixar que a autópsia da vítima seja burlada e grande parte do operariado declara-se em greve pacífica de 48 horas.¹⁴⁸

No dia seguinte, os estabelecimentos industriais funcionam com pessoal bastante reduzido.¹⁴⁹ A firma Viúva Antônio Meurer & Filhos, proprietária da fábrica, contrata, enviando à imprensa carta em que protesta contra "a aquela grande inverdade" e nega ter o gerente-técnico, Antônio Gervason, espancado o operário, nem sequer o admoestado de qualquer forma.¹⁵⁰ Outros defensores tem o mestre espancador : d. Ana Caponi comparece à redação do Diário Mer

147. Coluna do Operariado. O Lince, 2-8-1919, p. 2.

148. Ibidem.

149. Qual teria sido a causa da morte do operário Antônio Micucci ? Diário Mercantil, 2-8-1919, p. 2.

150. Ibidem.

cantil para declarar que ele trata os seus subordinados na fábrica com carinho, atendendo-os em sua casa e emprestando-lhes dinheiro;¹⁵¹ e 60 operários e operárias da fábrica Meurer, em abaixo-assinado, protestam contra as "inverdades que ocorrem nesta cidade" e

"... hipotecam a sua solidariedade ao sr. Antônio Gervason que, estando perfeitamente inocente, é vítima de revoltante injustiça!"¹⁵²

Ainda no dia 2 de agosto, a delegacia de polícia dá início ao inquérito relativo à morte do menor operário, presidido pelo dr. Ribeiro de Abreu, estando presentes o dr. Constantino Luiz Paletta, advogado da Fábrica Meurer e o major Aristarco Paes Leme, patrono da família de Antônio Micucci. Operárias e operários são ouvidos. Os médicos Vieira Lima e Renato de Andrade Santos são nomeados pelo delegado para fazer a necrópsia do cadáver.¹⁵³

Nos dias seguintes, o inquérito policial prossegue com o depoimento de operários e dos médicos que atenderam o menor. Dr. João d'Ávila constata desde o início tratar-se de pneumonia, não observando equimoses resultantes de espancamento. Outro médico, Almada Horta, confirma o parecer do colega.¹⁵⁴ Os médicos concluem que a morte do me

151. Ibidem.

152. Protesto. Diário Mercantil, 2-8-1919, p. 3.

153. Qual seria a causa da morte do operário Antônio Micucci? Diário Mercantil, 2-8-1919, p. 2

154. O caso do menor Antônio Micucci. Diário Mercantil, 5-8-1919, p. 2.

nor ocorreu em consequência de uma "pneugmosia pleuro-pulmonar". Há acareação entre as testemunhas em virtude de contradições presentes nos depoimentos. O inquérito é encerrado.¹⁵⁵ O Lince afirma que as operárias que, no depoimento, confirmaram o espancamento foram despedidas da fábrica e que a "boca dos mestres e contra-mestres ficou adogada com o caso Micucci", tanto que um outro menor foi espancado na fábrica dos Ingleses.¹⁵⁶

Em 13 de agosto, Ribeiro de Abreu conclui que

"efetivamente Antônio Gervason no dia 23 de julho último ofendeu física e levemente o menor Antônio Micucci . (...) a causa mortis é diferente ; parece-me que nenhuma ligação tem com as ofensas leves, recebidas pela vítima; houve, segundo creio, apenas uma infeliz coincidência ..."¹⁵⁷

Em outubro, o promotor público ofereceu denúncia como incurso no art. 303 do Código Penal contra Antônio Gervason, apontado como autor do espancamento do menor Antônio Micucci.¹⁵⁸

Como se vê, a polícia age em conivência com os patrões e chega ao ponto de qualificar a morte do menor como

155. O caso do menor Antônio Micucci. Diário Mercantil, 7-8-1919, p. 2.

156. Pêsames! Operariado de Juiz de Fora. O Lince, 9-8-1919, p. 3.

157. O caso do menor Micucci. Diário Mercantil, 13-8-1919, p. 1.

158. O caso do menor Micucci. Diário Mercantil, 9-10-1919, p. 1.

"apenas uma infeliz coincidência". Como se fosse um acontecimento fortuito, cujas condições seria impossível constatar. A história da acumulação capitalista está repleta de registros assim.

O noticiário da imprensa não deixa nenhuma dúvida quanto à prática do espancamento de operários em Juiz de Fora, o que acaba repercutindo em São Paulo, onde A Plebe se posiciona a respeito em longo e fulminante artigo, intitulado "Em Minas a famosa "Lei Áurea" ainda não foi proclamada":

"Tudo parece indicar que a polícia ou está disposta a agir de acordo com as leis ou está urdindo alguma das suas já estas fadas mistificações. Infelizmente trata-se da última hipótese ...

Os operários de Juiz de Fora, revoltados com essa tragi-comédia dos meganhas policiais, distribuíram um boletim enérgico, proclamando a greve por 48 horas.

A polícia apressou-se em mandar vinte praças embaladas guardar a senzala "Meurer".

(...) Aí temos mais um processo para a fome das traças nos arquivos. Tudo continuará como dantes. Na próxima visita pastoral o feroz Antônio Gervason será beatificado ... e pronto!

Nós dissemos pronto? Puro engano! Os Carascos, enquanto uma de suas vítimas agonizava e o caso começava a ferver em Juiz de Fora, provocando no povo daquela cidade a mais justa indignação, parece incrível, espancaram ferozmente outra criança na fábrica da Morte!

(...)

Depois de tudo isto, companheiros de todo o mundo, quando algum burguês vier falar-vos em terror maximalista, esbofe-tei-o ...!159

159. Em Minas a famosa "Lei Áurea" ainda não foi proclamada". A Plebe, 23-8-1919, p. 2.

5 - O Poder Municipal

Como a Câmara Municipal de Juiz de Fora está presente nas relações entre a burguesia e o proletariado, tanto nos momentos de confronto como nos de "harmonia" ou cooperação, consideramos indispensável abordá-la, principalmente, a dois níveis : o do seu funcionamento e o dos seus ocupantes. É claro que, ao analisarmos nos próximos capítulos, a sua atuação junto à classe operária local, não poderemos perder de vista a interdependência entre os poderes municipal, estadual e federal, selada pelo coronelismo e pela "política dos governadores". O governo do Estado de Minas Gerais também se faz presente, sobretudo como repressor nos instantes de confronto aberto entre as duas classes. No entanto, como a nossa análise se prende ao âmbito municipal, é com o poder a este nível que nos preocuparemos. Mais uma vez, munimos de dados, agora sobre a organização política da formação social juizforana, que nos possibilitem clarear a luta operária local.

O Estatuto Municipal, contido na Res. nº 1 de 25 de Abril de 1892 e votado sob a presidência do Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, estabelece que a "Câmara Municipal concentra em si a plenitude da ação administrativa municipal", exercendo as funções deliberativas, enquanto as funções executivas são exercidas por seu presidente.¹⁶⁰ Na

160. Albino ESTEVES. Op. cit., p. 125.

primeira década do século XX, já haviam sido extintos os Conselhos Distritais e a Assembléia Municipal (constituída dos vereadores, dos membros dos Conselhos Distritais e dos cidadãos maiores contribuintes dos cofres municipais).¹⁶¹

Embora o Estatuto fale de vereadores gerais e distritais, de 1912 a 1924, só existem vereadores eleitos pelos distritos, para um mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. A partir de 1919, o mandato passa a ser de 4 anos.¹⁶² Segundo o Art. 17 do Estatuto, "o presidente será eleito por todo o município", porém, no período em estudo, o presidente é eleito pelos vereadores na 1ª sessão realizada após o exame do processo eleitoral e após a verificação dos poderes dos vereadores eleitos e a sua diplomação.¹⁶³ Também nesta sessão, são eleitos o vice-presidente e o secretário da Câmara. Há 7 (sete) comissões permanentes : Leis e Redação; Polícia e Higiene; Orçamento e Fazenda; Contas; Comércio, Lavoura e Indústria; Instrução e Estatística; Obras Públicas.

Ao presidente da Câmara Municipal, como Agente Executivo, compete : executar e fazer cumprir a lei munici -

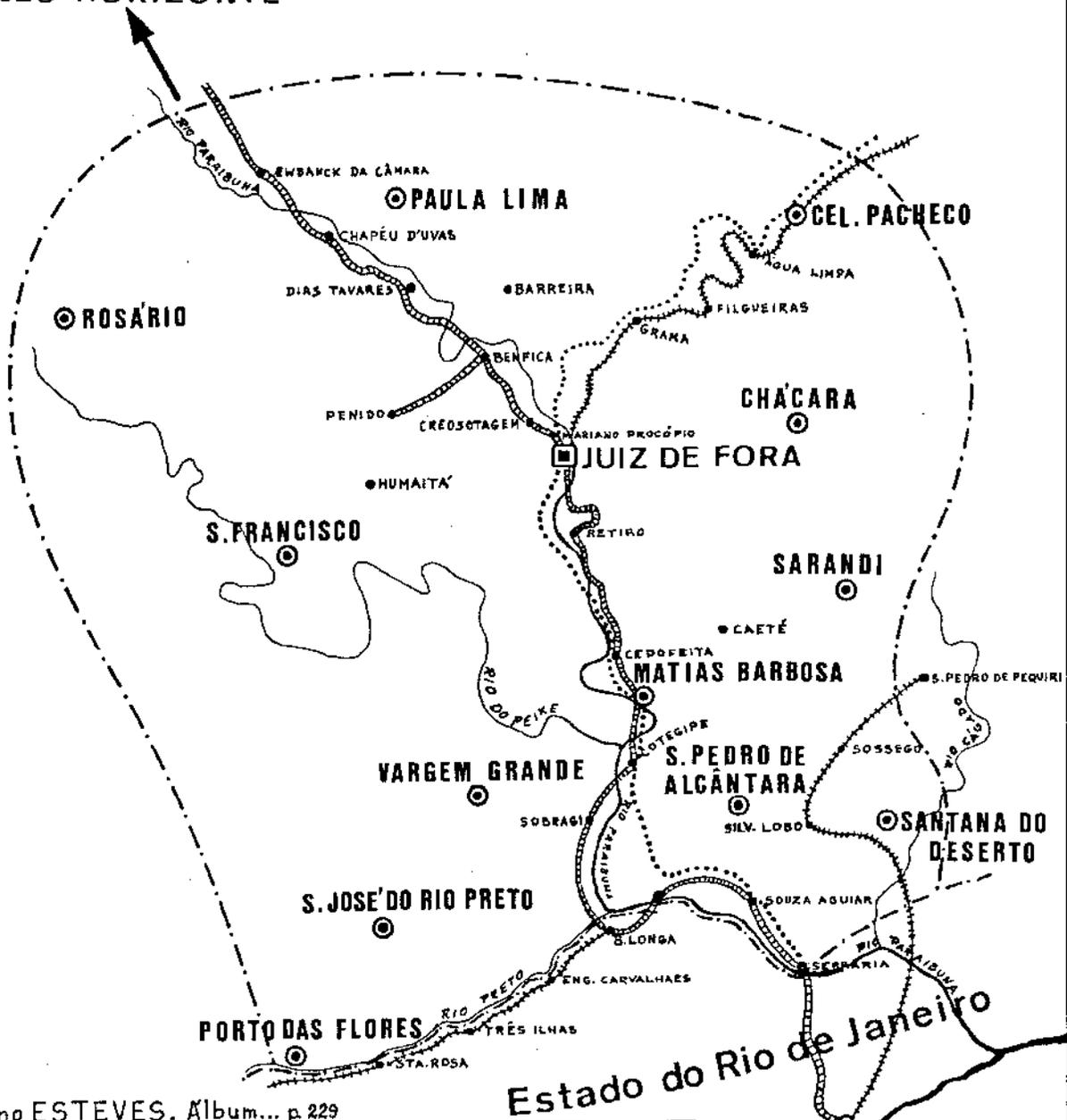
161. Paulino de OLIVEIRA. História de Juiz de Fora. P. 140/141.

162. O Município de Juiz de Fora compõe-se, à época, de 13 distritos : o distrito da Cidade (área urbana e rural) e doze distritos rurais (Matias Barbosa, Água Limpa, S. Francisco de Paula, Paula Lima, Vargem Grande, São Pedro de Alcântara, Sarandi, Santana do Deserto, Chácara, S. José do Rio Preto, Rosário e Porto das Flores). Cada distrito eleger um vereador. O cargo é gratuito. Ver mapas p.seguinte.

163. Atas da Câmara Municipal. 1912-1924.

O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA EM 1915

BELO HORIZONTE



Fonte: Albino ESTEVES. Album... p. 229

CONVENÇÕES

- ▣ SEDE DO MUNICÍPIO
- ⊙ SEDES DE DISTRITOS
- POVOADOS
- - - - - LIMITE APROX. DO MUNICÍPIO
- ~~~~~ RIOS
- RODOVIA "UNIÃO E INDÚSTRIA"
- ▬ FERROVIA - BITOLA LARGA (E.F.C.B.)
- +++++ FERROVIA - BITOLA ESTREITA

ESCALA: 1:240.000

Estado do Rio de Janeiro

ENTRE RIOS

RIO DE JANEIRO

pal e as resoluções da Câmara; arrecadar as rendas municipais; publicar o orçamento municipal; prestar contas à Câmara; inspecionar as repartições e empregados municipais; dirigir a polícia municipal; apresentar planos e orçamento de obras a executar; providenciar nos casos de epidemia, seca e inundação; distribuir socorros públicos em caso de calamidade (§ 1º ao § 29 do Art. 260 do Estatuto Municipal).¹⁶⁴

No que se refere aos donos do poder, tentamos levantar os nomes e profissões de todos os que ocupavam cargos na Câmara Municipal no período de 1912 a 1924.¹⁶⁵ Constatamos, então, que a maioria dos vereadores que Juiz de Fora teve no período era de fazendeiros e de profissionais liberais. A titulação é carregada de obviedade. Encontrava-se ali representado, portanto, o setor cafeicultor da economia. Mesmo os profissionais liberais eram, na maioria das vezes, também fazendeiros, ou pertenciam a famílias enriquecidas com a produção do café. Um ou outro — Henrique Surerus e Dr. Luiz de Souza Brandão — era industrial. Aliás, este último era, ainda, médico e fazendeiro, tendo permanecido na Câmara Municipal de 1901 a 1922 e ocupado o cargo de vice-presidente nos últimos 10 anos de sua vereança.

164. Albino ESTEVES. Op. cit., p. 130.

165. Atas da Câmara Municipal e J. PROCÓPIO FILHO. Salvo erro ou omissão, Gente de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1979. Passim. Para identificar a profissão dos vereadores utilizamos ainda fichas biográficas elaboradas pelo sr. Roberto Plisk para pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos Mineiros e, também, informações de contemporâneos. Ver quadros no final deste capítulo.

É necessário ressaltar ainda que a Câmara Municipal esteve presente no estímulo à "vocaçãõ industrial" de Juiz de Fora, votando resoluções que visavam atrair estabelecimentos industriais para a cidade. Um exemplo é a Resolução nº 541, de 1905, que isentava de impostos municipais durante um ano e de parte deles durante 3 anos,

"as indústrias que não tinham congêneres no município e que começarem a ser exploradas na vigência desta resolução ou que apenas se exercitem há 2 anos..."¹⁶⁶

Outro exemplo, a Res. nº 659, de 26-7-1912, concedia favores aos Srs. Carlos Wigg e Trajano Medeiros para a instalação na fazenda da Graminha de uma indústria siderúrgica em Juiz de Fora.¹⁶⁷ O projeto se transformara em lei em apenas 9 dias e contara com parecer favorável das duas comissões de Leis e Fazenda e de Obras Públicas, das quais fazia parte o vereador Dr. Luiz de Souza Brandão :

"... considerando que o estabelecimento da usina siderúrgica contribuirá grandemente para o desenvolvimento da cidade e, portanto, para o aumento de sua riqueza; considerando que a prosperidade que resultará de tão grande empreendimento não será somente da cidade, mas de todo o Município, que participará das vantagens da melhoria de suas condições econômicas; considerando mais

166. Albino ESTEVES. Op. cit., p. 287.

167. Paulino de OLIVEIRA. Op. cit., p. 202.

que o empreendimento projetado será de grande alcance para todo o Estado e pa-
ra o país inteiro, pelo que o Municí-
pio deverá auxiliar a sua realização
na medida de suas forças ...¹⁶⁸

Os favores consistiam em : doação do terreno, isenção de im-
postos por 25 anos, conserto da rodovia que ligava a cidade
ao local escolhido. Todos eles seriam considerados caducos
se os trabalhos não se iniciassem no prazo de 2 anos; o que
acabou acontecendo.¹⁶⁹

Outro incentivo do poder público foi dirigido à
construção civil. O problema da habitação em Juiz de Fora e-
ra sério. Como vimos, a classe operária é que mais sofria
com a falta de casas e as resoluções, tantas vezes prorroga-
das, beneficiaram, na realidade, os capitalistas, chegando
o incentivo ao ponto de isentar dos "impostos municipais es-
peciais" as olarias e pedreiras existentes no município, des-
de que mantivessem os preços em vigor (Res. nº 819, 28-7-
1919).¹⁷⁰

A troca de vantagens entre os membros da classe
dominante e os seus representantes a nível municipal se con-
cretiza mais uma vez na Res. nº 836, de 31-1-1920, que auto-
riza o Agente Executivo a dispensar por 10 anos, os impos-
tos e taxas estabelecidos na Res. nº 677 e os de indústrias

168. Id., ib., p. 203.

169. Id., ib., p. 203.

170. Resol. da Câmara Municipal. Fls. 98.

e profissões dos diretores ou gerentes das empresas de electricidade estabelecidas em distritos rurais, até 50%, desde que

"sejam oferecidas vantagens correspondentes em serviços públicos municipais, ou em favor da indústria e da lavou -
ra." 171

Do exposto, conclui-se que a fração da classe dominante cuja riqueza está na produção cafeeira não só atua em consonância com a fração enriquecida na indústria, mas na prática se confunde com ela. Veremos como o poder municipal, monopolizado por cafeicultores e profissionais liberais, atua nas relações burguesia - proletariado. Atuação que demonstra a afinidade de interesses de classe, só ameaçada em conjunturas muito específicas. O que não chega a quebrar, absolutamente, os liames que as unem.

171. Resoluções da Câmara Municipal. Fls. 107.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1-6-1912 a 31-12-1915)

Vereadores	Cargo	Distrito	Profissão
Dr. Oscar Vidal Barbosa Lage	presidente	Sarandi	Engenheiro e pecuarista
Dr. Luiz de Souza Brandão	vice-presidente	Matias Barbosa	Médico, fazendeiro, industrial
Major Ormindo José Pinto	secretário	S. José do Rio Preto	Fazendeiro
Cel. Antônio José Martins		Vargem Grande	Fazendeiro
Dr. Francisco Augusto Pinto de Moura		S. Francisco de Paula	Advogado, professor, jornalista
Cel. Jeremias Garcia		Rosário	Fazendeiro
Pe. Agostinho de Souza		Paula Lima	
Dr. Joaquim Eugênio Lobato Guimarães		Porto das Flores	
Cel. João Batista de Oliveira		Santana do Deserto	Fazendeiro
Altivo Halfeld		Cidade	Farmacêutico
Dr. Duarte de Abreu		S. Pedro de Alcântara	Médico, jornalista, fazendeiro
Cel. Manoel José Antunes Pinto		Chácara	Fazendeiro
Cel. José Pedro de Mello		Água Limpa	Fazendeiro
Cel. Agenor Augusto Silva Canedo*		Chácara	Fazendeiro
Comend. Manoel José Pereira Silva*		Cidade	
Cel. João Evangelista do Valle		S. Pedro de Alcântara	Fazendeiro

* Foram eleitos para substituir Antunes Pinto (faleceu) e Altivo Halfeld e dr. Duarte de Abreu (renunciaram).

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1916-1918)

Vereadores	Cargo	Distrito	Profissão
Dr. José Procópio Teixeira	Presidente	Chácara	Médico e fazendeiro
Dr. Luiz de Souza Brandão	Vice-presidente	Matias Barbosa	Médico, fazendeiro, industrial
Dr. Eduardo de Menezes Filho	Secretário	Cidade	Advogado
Cel. Antônio Ferreira Monteiro da Silva		Santana do Deserto	Fazendeiro
Cel. Henrique Ribeiro Coimbra		S. José Rio Preto	Fazendeiro
Cel. Severino Junqueira de Andrade		Sarandi	Fazendeiro
Cel. Jeremias Garcia		Rosário	Fazendeiro
Henrique Surerus		Água Limpa	Industrial
Dr. Francisco Augusto Pinto de Moura		S. Fca de Paula	Advogado, professor, jornalista
Cel. Nicolau Kemnitz Capelli		Vargem Grande	Fazendeiro
Felippe Luiz Paletta		S. Pedro Alcântara	Farmacêutico
Pe. Agostinho J.F. de Souza		Paula Lima	

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1919-1922)

Vereadores	Cargo	Distrito	Profissão
Dr. José Procópio Teixeira	Presidente	Água Limpa	Médico e fazendeiro
Dr. Luiz de Souza Brandão	Vice-presidente	Matias Barbosa	Médico, fazendeiro, industrial
Dr. Eduardo de Menezes Filho	Secretário	Cidade	Advogado
Cel. Henrique Ribeiro Coimbra		S. José Rio Preto	Fazendeiro
Cel. Severino Junqueira Andrade		Sarandi	Fazendeiro
Cel. Agenor Augusto da Silva Canedo		Rosário	Fazendeiro
Dr. Mauro Roquete Pinto		Santana do Deserto	Advogado e fazendeiro. Presidente do Instituto Brasileiro do Café em 1919
Dr. Pedro Marques de Almeida		Chácara	Advogado (Promotor de Justiça)
Dr. Fco Augusto Pinto de Moura		Paula Lima	Advogado, professor, jornalista
Dr. Augusto Penna Filho		S. Fco de Paula	Advogado
Dr. Joaquim Simeão de Faria		Porto das Flores	Médico e farmacêutico
Cel. Nicolau Kemntiz Capelli		Vargem Grande	Fazendeiro
Major Bento da Rocha Vaz		S. Pedro Ancântara	Fazendeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1923-1926)

Vereadores	Cargo	Distrito	Profissão
Dr. José Procópio Teixeira	Presidente	Cidade	Médico e fazendeiro
Dr. Eduardo de Menezes Filho	Vice-presidente	Paula Lima	Advogado
Dr. Pedro Marques de Almeida	Secretário	Água Limpa	Advogado (Promotor de Justiça)
Gonçalo Ribeiro Gonçalves		Rosário	
Cel. Manuel Vidal Barbosa Lage		S. Fca Paula	Fazendeiro
Fca Ribeiro de Almeida Jr.		Matias Barbosa	Fazendeiro
Dr. Luiz Barbosa Gonçalves Penna		Sarandi	Advogado e fazendeiro
Dr. Virgílio Fabiano Alves Filho		Vargem Grande	Médico
Cel. João Evangelista do Valle		S. Pedro Alcântara	Fazendeiro
Cel. Geraldo Filgueiras Rezende		Chácara	Fazendeiro
Dr. Mauro Roquette Pinto		Santana do Deserto	Advogado e fazendeiro
Cel. Henrique Ribeiro Coimbra		S. José Rio Preto	Fazendeiro
Dr. Joaquim Simeão de Faria		Porto das Flores	Médico e farmacêutico

CAPÍTULO 2º

OS PRIMEIROS TEMPOS

"Ouvi pela primeira vez a palavra greve — dita por uma de minhas tias, tão baixo e com um ar de tal escândalo, que pensei que fosse uma indecência igual às que tinha aprendido no Machado Sobrinho, e corei até as orelhas."

Pedro Nava*

O objetivo deste capítulo é dar uma visão das primeiras tentativas de organização da classe operária em Juiz de Fora no caminho da conquista de melhorias das suas condições de vida e de trabalho. Perceberemos, então, os pontos em comum que possuem com a luta do proletariado brasileiro de outros centros e como as tendências de organização neles encontradas têm também os seus correspondentes na cidade.

Embora o início do período por nós delimitado para este trabalho tenha como marco a greve de 1912, consideramos pertinente recuar no que se refere às associações, na medida em que isto nos informará sobre o primeiro movimen-

* Pedro NAVA. Baú de Ossos. Memórias. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora - Sabia, 1973. P. 15. Descrevendo a Juiz de Fora de sua infância.

to de porte da classe e nos permitirá compreender melhor a sua força e/ou fragilidade nele evidenciadas. E, mesmo, para não passar a falsa idéia de que a classe só começa a se movimentar em 1912, num momento privilegiado pela nossa abordagem.

Uma ressalva aqui tem que ser feita : não esgotamos as fontes disponíveis anteriores a 1912. As informações sobre este período, como se pode verificar pelas referências, foram obtidas, principalmente, na imprensa operária do Arquivo Edgard Leuenroth e em documentos dos congressos operários. Ou seja, até onde pudemos investigar nestas fontes, constatamos que o proletariado local já se organizava na primeira década do século XX. Se não, vejamos.

1 - Associações Operárias Anteriores a 1912

Em 1906, já existia uma organização de operários em Juiz de Fora cuja denominação dá conta da sua finalidade e orientação — CENTRO BENEFICENTE DAS CLASSES OPERÁRIAS — que marca, então, sua presença : primeiro, dirigindo uma representação ao presidente do Estado, Francisco Salles, pedindo mais equidade na taxaçoão dos impostos de indústrias e profissões

"pois a classe operária é que diretamente sofre com essa nova tributação;"¹

1. Folheando a imprensa. A Terra Livre, 7-3-1906, p. 3.

segundo, enviando ofício de adesão e solidariedade ao 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1906;² terceiro, lançando, em junho do mesmo ano, o Progresso Operário, órgão oficial do Centro, que se declara independente de qualquer facção política.³

Que não se tratava de uma associação anarquista, constata-se pelo comentário feito pela 'A Terra Livre, jornal anarco-sindicalista de São Paulo, à representação enviada ao presidente do Estado :

"Que a classe operária é que diretamente sofre com aquele imposto, e, mais ou menos diretamente com os outros, é verdade pura. A representação é que talvez seja desnecessária ..."⁴

O que é, ainda, explicitado pelo secretário da associação, em discurso no Centro operário.

"Queridos companheiros : não pense o nosso povo que nós somos anarquistas, pois nunca poderíamos pertencer a uma vara impura de assassinos como essa que só pensa no crime e nas armas; nós desejamos unicamente a unificação do operariado para com ele constituir a força, em prol dos nossos lícitos direitos ..."⁵

cujo conteúdo é contestado pelo articulista :

2. Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1906, p. 7.

3. Publicações periódicas. A Terra Livre, 28-6-1906, p.4.

4. Folheando a imprensa. A Terra Livre, 7-3-1906, p. 3.

5. Do Brasil proletário. A Terra Livre, 7-3-1906, p. 3.

"E quem diz isto é um operário.
 (...) O seu dever era não ofender i
 déias que desconhece e, antes de as
 criticar, estudá-las; assim poderia
 reconhecer o valor moral das doutri-
 nas anárquicas.
 (...) Senhor secretário, estude!"⁶

Ainda em 1906, o jornal Novo Rumo, do Rio de Janeiro, acu-
 sa o redator-chefe do Progresso Operário, B. Marcelo de
 Moraes, de plagiar artigo por ele publicado, lamentando
 profundamente ter de registrar o fato.⁷

O Centro Beneficente das Clásses Operárias come-
 mora o 1º de maio de 1907 : várias indústrias fecham ao
 meio-dia; à tarde, diretoria e alunos da escola mantida pe-
 lo Centro saem em passeata pela cidade, passando pelo pa-
 rque Halfeld, onde são fotografados pelos irmãos Cortez; à
 noite, conferência sobre a Independência.⁸

Em janeiro de 1912, sua diretoria toma posse :
 Augusto Turiba, presidente; Antônio de Araújo, vice-presi-
 dente; Francisco de Oliveira Pena, 1º secretário; Antônio
 dos Santos Ventura, 2º; Bernardino Messias da Cruz, tesou-
 reiro; José Penha da Cruz, procurador.⁹ Logo em seguida,
 muda a sua sede social da rua Barbosa Lima para a rua do
 Comércio, no prédio da Associação Beneficente Auxiliadora
 Portuguesa, onde instala as aulas noturnas para os filhos

6. Ibidem.

7. Progresso Operário de Juiz de Fora. Novo Rumo, 25-8-
 1906, p. 2.

8. A festa do trabalho. Jornal do Comércio, 2-5-1907, p.2.

9. Notas & Novas. O Farol, 14-1-1912, p. 1.

dos associados e de viúvas pobres.¹⁰

A Voz do Trabalhador, do Rio de Janeiro, órgão da Confederação Operária Brasileira, relaciona, em 1913, o Centro das Classes Operárias entre as associações operárias de Minas Gerais não confederadas.¹¹ Provavelmente, já estava desativada pois, no início de 1914, a União Operária - Federação do Trabalho recebe das mãos de Antônio de Araújo e Francisco de Oliveira Pena a biblioteca, móveis e utensílios de sua propriedade.¹²

Uma outra associação de que temos notícia é a LIGA OPERÁRIA DE RESISTÊNCIA DO POVO TRABALHADOR. É instalada a 1º de maio de 1907, em sessão presidida pelo major Inácio Gama em que, além dele, usam da palavra o cel. Almeida Novaes e Bernardino de Moraes. No mesmo mês, o 1º secretário, Alcides Luiz Pinto da Gama convoca pela imprensa os operários a comparecerem em assembléia geral a fim de eleger a primeira diretoria que estará à frente da associação durante o ano de 1907.¹³ Não temos maiores informações sobre esta Liga mas, a julgar pela denominação, acrescentava à finalidade de união da classe a preocupação de resistir ao avanço do capitalismo. Ao mesmo tempo, os títulos das pessoas envolvidas (major, coronel) nos levam a lançar dúvidas sobre a prática da finalidade da resis -

10. Seção livre, O Farol, 17-1-1912, p. 3.
 11. Locais operários. A Voz do Trabalhador, 1-3-1913.p.4.
 12. União Operária de Juiz de Fora. O Farol, 8-3-1914, p.2.
 13. Liga Operária de Resistência do Povo Trabalhador. Jornal do Comércio, 18-5-1907, p. 2.

cia.

Parece que a Liga não teve vida longa, pois, em 1912, não há mais referência a ela na imprensa local. Aliás, a continuidade não foi característica das associações operárias do período em estudo, não só em Juiz de Fora mas, no Brasil. Elas sofrem reveses internos e intervenções policiais. O que dá para perceber em Juiz de Fora é que há uma certa continuidade entre algumas associações concretizada pela doação de bens móveis e imóveis à sucessora. Como se a associação desativada reaparecesse e continuasse na outra, recém-criada. Como se uma herdasse da outra algo além dos bens materiais, isto é, a tradição de luta contra o capital. Nesta linha percebemos uma certa continuidade de atuação entre o Centro das Classes Operárias, a União Operária — Federação do Trabalho e a Federação Operária Mineira.

Uma associação, de caráter nitidamente mutualista, constituiu exceção na organização operária da cidade: a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE IRMÃOS ARTISTAS (A. B. I. A.). É fundada a 15 de maio de 1908 por 25 sócios¹⁴ e continua existindo em 1925.¹⁵ Presidida por Galdino de Medeiros, seus sócios são "os irmãos operários em diversas artes".¹⁶

14. Relatório da Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário Brasileiro, 1913, 2º vol., doc. 173.

15. Quando lança pedra fundamental da futura sede, em terreno adquirido à av. Rio Branco. O Lince, 27-9-1925, p. 2.

16. Relatório da Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário Brasileiro, 1913. 2º vol., doc. 173.

Tem por finalidade socorrer os associados que estiverem em fermos, inválidos ou necessitados de auxílio.¹⁷ É registrada em cartório a 16 de setembro de 1910 e sua diretoria tem mandato de 2 anos.¹⁸

Na atuação da A.B.I.A., notamos uma ambigüidade registrada pela imprensa local e pela imprensa operária de S. Paulo e Rio de Janeiro : na primeira, tomamos conhecimento de suas atividades mutualistas e, na segunda, de medidas que a aproximam de um sindicato de resistência. Assim é que, apesar do seu caráter beneficente, a A.B.I.A. protesta, em dezembro de 1912,

"contra as selvagerias cometidas contra os nossos companheiros de Santos e muito especialmente contra a nefanda lei de expulsão com que se ameaça amordaçar a vontade popular!"¹⁹

Se, em 1912, participa do "Congresso Pelego",²⁰ em 1913, conta com 70 sócios e é "aderente à Confederação Operá-

17. Cartório Onofre Mendes. Livro nº 3, fls. 14.

18. Ibidem. Na ocasião do registro é a seguinte : Galdi no Antônio de Medeiros, presidente; Jacob Henrique Gerheïn, vice-presidente; Armando Dias de Faria, tesoureiro; André Francisco de Souza, 1º secretário; José Luiz Pereira, 2º secretário; Ibidem.

19. Protestando contra a Lei Celerada. A Lanterna, 14-12-1912, p. 3.

20. Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1913. P. 20. Está relacionada como Associação Operária Irmãos Artistas. A orientação deste congresso dá ênfase à necessidade de participação política do proletariado e prioriza o caminho da influência junto aos poderes públicos. Ibidem, p. 39/45.

ria Brasileira"²¹, de orientação anarco-sindicalista. Reafirma seu caráter simplesmente beneficente²². Tem sede à rua Santa Rita, 47 ²³. Mas, de acordo com A Voz do Trabalhador,

"continua lutando pela melhoria da classe. Tem-se reunido regularmente duas vezes por mês, discutindo diversos assuntos. Aumenta dia a dia o número de seus associados.

A Associação Irmãos Artistas, que se dedica com especial atenção na educação dos seus associados vai progredindo imenso"²⁴.

Ainda no mesmo ano, participa da preparação do 2º Congresso Operário Brasileiro enviando ao secretário da Comissão organizadora, Astrogildo Pereira, suas decisões sobre data e teses a serem debatidas e fazendo-se representar na reunião da Comissão Confederal da Confederação Operária Brasileira no Rio de Janeiro²⁵. O presidente Galdino de Medeiros e o secretário Francisco Arantes informam que

"As teses que temos a apresentar, são as seguintes : 1º o horário de 8 horas para o dia de trabalho. 2º protesto contra a lei de expulsão e o

-
21. Relatório da Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário Brasileiro. 1913, 2º vol., doc. 173.
 22. Ibidem.
 23. Locais operários. A Voz do Trabalhador, 1-3-1913, p.4.
 24. Pelo mundo proletário. A Voz do Trabalhador, 15-3-1913, p. 3.
 25. 2º Congresso Operário Brasileiro, 1913. 1º vol., doc. 77. Movimento associativo. A Voz do Trabalhador, 15-6-1913, p. 4.

mais concordamos com o que o congresso deliberar;²⁶

e credenciam os srs. João Leuenroth e Alberto Jerônimo da Conceição

"... a quem damos toda autonomia para nos representar junto ao Congresso Operário, a realizar-se no Rio de Janeiro, em setembro próximo!"²⁷

A A.B.I.A. contribui com 60\$000 para as despesas do Congresso.²⁸ E, em 1920, participa do 3º Congresso Operário, também de orientação anarco-sindicalista.^{28-A}

No mais, as notícias, na imprensa local, sobre a A.B.I.A. reduzem-se a eleições de diretoria : Galdino de Medeiros é reeleito mais uma vez para o biênio de 1914 - 1916;²⁹ em 1921, Antônio Scanapieco é eleito presidente, to mando posse no prédio da Maçonaria, e, em 1924, é eleito pela terceira vez;³⁰ ou a festejos - jogos, quermesses, tômbolas - em benefício dos seus cofres.³¹ Em agosto de

26. Teses apresentadas pela Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário Brasileiro. 1913, 1º vol., doc. 92.

27. Credencial. Ibidem. 1º vol., doc. 54.

28. Associação Beneficente Irmãos Artistas. Ibidem. 1º vol., doc. 143.

28-A. O Terceiro Congresso. A Voz do Povo, Rio, 24-4-1920, p. 1.

29. Brasil Operário. A Voz do Trabalhador, 5-8-1914, p. 4.

30. Notas & Informes. Diário Mercantil, 15-3-1921, p. 1. e A. B. Irmãos Artistas. O Lince, 18-5-1924, p. 2.

31. Associação dos Irmãos Artistas. Diário Mercantil, 29-11-1920, p. 1.

Sociedade dos Irmãos Artistas. Diário Mercantil, 8-8-1921, p. 2.

Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. Gazeta Commercial, 21-8-1924, p. 1.

1921, organiza excursão a São João Nepomuceno : cerca de 300 operários participam e, lá, toma posse a diretoria da União Operária local. Antônio Scanapieco e oradores da Federação Operária Mineira usam da palavra.³² Em novembro, os operários da vizinha cidade retribuem a visita.³³ Ainda em 1921, os estatutos da A.B.I.A. são reformados.³⁴

Como se vê, tratava-se de uma associação benéfica que encontrou guarida na Confederação Operária Brasileira apesar de só os sindicatos que tivessem como base principal a resistência pudessem dela fazer parte, conforme as bases do Acordo da COB, aprovadas pelo Congresso de 1906.³⁵ Tem o trabalho elogiado pelo órgão oficial da organização anarco-sindicalista no primeiro semestre de 1913 e, no segundo semestre do mesmo ano, no seu Relatório ao 2º Congresso Operário reafirma seu caráter benéfica, a atividade explicitamente condenada pelo anarco-sindicalismo. A Voz do Trabalhador acusa o recebimento da correspondência :

"Recebidos o relatório e as teses. Perfeitamente,"³⁶

32. Sociedade dos Irmãos Artistas. Diário Mercantil, 15-8-1921, p. 1.

33. Vida Operária. A Tarde, 22-11-1921, p. 1.

34. A. B. dos Irmãos Artistas. O Linçe, 3-9-1921, p. 2.

35. Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, 1906 in Paulo Sérgio PINHEIRO e Michael HALL. A Classe Operária no Brasil. 1889 - 1930. Documentos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979. P. 43.

36. Expediente. A Voz do Trabalhador, 15-8-1913, p. 2.

na qual a A.B.I.A., em carta dirigida a João Leuenroth e assinada por Galdino de Medeiros, ainda justifica poder enviar apenas "a quantia de 60\$000 para adjutório, para as despesas do nosso benemérito congresso" devido aos gastos que tivera com a beneficência.³⁷ Em 1914, A Voz publica em dois números seguidos a nova diretoria da A.B.I.A.³⁸ Parece-nos claro que a COB não era tão severa assim na seleção dos seus associados. Seria o trabalho de educação desenvolvido pela A.B.I.A. entre seus membros orientados pelos princípios anarco-sindicalistas?³⁹ Achemos difícil, apesar do elogio da Voz do Trabalhador. A ambigüidade se explicaria por algum reduto libertário no interior da A.B.I.A., cuja influência impunha uma tomada de posição sobre questões não benéficas que atingiam o proletariado brasileiro mas não tinha força para levá-la a um engajamento maior no movimento operário local? Quando tratarmos da Federação Operária Mineira, no início da década de 1920, vamos notar que alguns ope

37. Associação Beneficente Irmãos Artistas. 2º Congresso Operário Brasileiro. 1913, 1º vol., doc. 143.

38. Brasil Operário. A Voz do Trabalhador, 5-8-1914 e 20-8-1914, p. 4.

39. Eliana R. F. Dutra, op. cit., p. 99/100, encara as excursões promovidas pela A.B.I.A. na linha anarco-sindicalista. Para isto, julgamos necessário ter conhecimento do conteúdo dos discursos feitos então, pois nos parece que o tipo de promoção poderia ter atendido muito mais a interesses de controle do que de conscientização. A operária por nós entrevistada participou de dois piqueniques que nada tinham de libertários pois eram promovidos pelos patrões, exemplo de controle do lazer operário pelos industriais. A mesma dúvida se impõe aqui quanto ao trabalho de educação. Sem maiores esclarecimentos, não dá para concluir que obedecesse aos princípios anarco-sindicalistas.

rários militam nas duas associações, parecendo a A.B.I.A. funcionar, para eles, como segunda opção de militância.

Os trabalhadores de Juiz de Fora se organizaram ainda em outras associações sobre as quais não temos maiores informações mas cuja existência julgamos importante registrar :

1. ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA BENEFICENTE MINEIRA : provavelmente, anterior a 1906 pois, em fevereiro deste ano, já reunia o seu conselho deliberativo.⁴⁰ Em 1911, seu 1º secretário é José Monte, reeleito em 1912 e 1913 quando a Associação é presidida respectivamente por Alexandre Alves e Astolpho Fagundes.⁴¹ Em 1919, reunia-se na sede da Maçonaria e seu presidente, Rufino Mello, toma posse a 14 de setembro. Um mês depois, a 16 de outubro, o 2º secretário, José Modesto de Souza, convoca os sócios para nova eleição dos cargos de presidente e vice-presidente.⁴² Em 1920, O Lince reclama dos tipógrafos da Tipografia Guttemberg que, ao se declarar em greve, procuram a Federação Operária e não a Associação Tipográfica, concluindo que

"a maioria dos grevistas não são sócios de nenhuma dessas associações mas, na hora da necessidade, sabem onde são as sedes; antes, elas são uma bobagem!"⁴³

40. Associação Tipográfica Beneficente Mineira. Jornal do Comércio, 4-2-1906 e 6-2-1906, p. 1.

41. Associação Tipográfica. O Lince, 1-11-1912, p. 2 e 5-9-1913, p. 3.

42. Associação Tipográfica Beneficente. Diário Mercantil, 2-9-1919, p. 1 e 24-10-1919, p. 2.

43. É assim mesmo. O Lince, 4-9-1920, p. 1.

Parece que em decorrência desta greve, surge o CENTRO DE RESISTÊNCIA DOS GRÁFICOS DE JUIZ DE FORA, em outubro de 1920, cuja diretoria fica assim constituída : presidente, Carlos Olive; vice-presidente, Paulo Schimitz; 1º secretário, Camilo Mendonça; 2º secretário, Hamilton Santana; tesoureiro, Jesus de Oliveira; procurador geral, Ludovico Cardoso.⁴⁴

2. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS CONDUTORES E MOTORNEIROS da Companhia Mineira de Eletricidade : instalada oficialmente a 31 de dezembro de 1911, em sessão presidida pelo dr. Francisco Valladares que profere um discurso em que diz que "o princípio associativo domina hoje o mundo do trabalho" e em que exorta os operários para que

"cumpram os seus deveres, sejam leais, sinceros, estritamente unidos, respeitadores da hierarquia, firmes nas suas justas aspirações e terão alcançado, com o bem estar material e relativo, a estima e a consideração de seus chefes e patrões — o levantamento de sua condição moral, que é o que sobretudo importa!"⁴⁵

E conclui :

"Somos amigos, camaradas e companheiros, irmãos — operários todos, de uma mesma e grande obra — o engrandecimento e civilização do Brasil".⁴⁶

44. ———. O Lince, 23-10-1920, p. 2.

45. Associação B. dos Condutores e Motorneiros. O Farol, 1-1-1912, p. 1.

46. Ibidem.

Sua primeira diretoria, estando assim constituída — presidente, José Batista da Silva; vice-presidente, Balthasar Rema; 1º secretário, José Neves; 2º secretário, Augustó Machado Braga; tesoureiro, Orlando Barreto; procurador, Tarquínio Leite⁴⁷ — cumpre determinação da assembléia geral e agradece publicamente ao diretor da Cia. Mineira de Eletricidade, dr. Antônio Penido "os grandes serviços prestados"⁴⁸ por ele. E destaca

"o seu ato generoso e nobre, determinando que as multas provenientes de faltas dos empregados da Companhia sejam convertidas em favor dos cofres da Associação"⁴⁹

Em novembro de 1912, faz-se representar no 4º Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, através dos delegados : José Batista, José Jacinto Pereira, Balthasar Rema e Mário Lessa.⁵⁰

Assim, apesar das informações fragmentadas, fica evidente a existência de várias organizações operárias anteriores a 1912.

De fato, as correntes que vão nortear o movimento da classe já estão presentes (o mutualismo, o sindica

47. ———. Diário do Povo, 17-1-1912, p. 1.

48. Associação B. dos Condutores e Motoristas. Diário do Povo, 4-5-1912, p. 2.

49. Ibidem.

50. Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro. P.19. O nome da Associação aparece do seguinte modo : Sociedade dos Condutores e Motorneiros da Cia. Mecânica Mineira.

lismo "amarelo" dominado pelos patrões e/ou pelo poder político e o anarco-sindicalismo), ou seja, os operários de Juiz de Fora já têm alguma experiência na luta contra o capital.

2 - A Greve de 1912

A conquista da jornada de 8 horas está entre as principais reivindicações da luta que a classe operária levou pela regulamentação do trabalho durante a primeira República.

Embora as greves pelas 8 horas de trabalho ocorressem desde o início do século, é o 1º Congresso Operário Brasileiro, de 1906, em que dominam os princípios anarco-sindicalistas, que convoca uma greve geral para o 1º de maio do ano seguinte com o fim de obtê-las. A redução de horas de trabalho é, então, considerada mais importante do que o aumento dos salários pelos anarco-sindicalistas pois, facilita o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual e o combate ao alcoolismo além de, ao reduzir o desemprego, atenuar a concorrência entre os operários. O 1º Congresso aconselha ainda que a conquista deve ser feita pelo próprio proletariado e amparada pela abolição do trabalho por obra e das horas extras, criação de bibliotecas, escolas e pela atividade sindical.⁵¹ O prole

51. Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, 1906 in Paulo Sérgio PINHEIRO e Michael M. HALL, A Classe Operária no Brasil 1889-1930. Documentos. São Paulo, Alfa-Omega, 1979. Vol. 1. P. 51.

tariado paulista é vitorioso na conquista das 8 horas em apenas algumas categorias, conquista que, mesmo assim, é efêmera, na maior parte das vezes. Passado o movimento, as antigas condições de trabalho voltam a ser impostas.

A greve de agosto de 1912, em Juiz de Fora, se insere no movimento da classe operária brasileira pela redução do horário de trabalho. Em 1912, ocorrem várias greves para a obtenção das 8 horas, não só em Minas Gerais, mas também no Rio e em São Paulo.

Em maio, os empregados da Prefeitura de Belo Horizonte iniciam greve em protesto pela forma de pagamento feita através de vales e pela redução da jornada de trabalho. A repressão é violenta e os operários retiram à força da delegacia um companheiro preso⁵². Ao final, uma comissão arbitral delibera a favor das 8 horas a partir de agosto.

Ainda em maio, inicia-se em Juiz de Fora um movimento para que os operários locais também obtenham a redução das horas de trabalho⁵³. Ao que apuramos, Quirino Ribeiro da Luz, presidente do Partido Operário Independente⁵⁴, é que toma a frente e promove reuniões e abaixo-as-

52. Edgard CARONE. A República Velha. Instituições Sociais. São Paulo, DIFEL. 1975. p. 226.

53. No dia 12, boletins espalhados convidam para um "meeting". O Estado de São Paulo, 12-5-1912, p. 6.

54. O Partido Operário Mineiro Independente havia sido criado no 1º Congresso Operário Mineiro realizado em Sabará, em 1907, para viabilizar a deliberação de intervir nas lutas políticas municipais, estaduais e federais a fim de eleger seus representantes e influir diretamente na administração do Estado. Vitor SILVEIRA. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

O cel. Almeida Novaes que junto com Quirino R. da Luz convocou operários para deliberar sobre o modo de ajustar a redução do horário, foi o advogado de defesa do alferes José Pereira de Castro no seu julgamento. A tragédia de 21 de agosto perante o tribunal. A Bússola, 21-12-1912, p. 2.

sinado para pedir a redução do horário aos governos federal, estadual ou municipal pelos meios legais e constituir um advogado que "melhor do que os operários podia se entender com estes poderes".⁵⁵ É ele ainda que declara, protestando, que a comissão promotora das horas de trabalho passa a ser união das classes operárias de Juiz de Fora, conforme declaração de André Bechlufft. Teria havido discordância quanto a convidar um advogado por entenderem que "advogado era política e que operário não é criminoso para ter advogado."⁵⁶ Estaria nascendo aí uma associação de orientação anarco-sindicalista e que, por isto mesmo, não assumiria uma greve cujo encaminhamento previa a mediação do poder político? Parece que não, pois, a 30 de julho a União Operária de Juiz de Fora delibera "oficiar ao presidente da Câmara e aos industriais no sentido de resolver o problema da redução do trabalho diário de 8 horas"⁵⁷ e no primeiro dia da greve declara nada ter a ver com o boletim espalhado e que vai tratar pelos meios legais dos interesses da classe.⁵⁸

Em julho, Donato Donatti, operário vindo de Belo Horizonte, faz uma conferência em que exorta os operários a lutarem pela diminuição das horas de trabalho, exi

55. ———. Diário do Povo, 6-6-1912, p. 2. Operários. Diário do Povo, 4-7-1912, p. 2.

56. Operários. Diário do Povo, 4-7-1912, p. 2.

57. Por Minas. A Bússola, 3-8-1912, p. 3.

58. Greve Operária. O Farol, 17-8-1912, p. 2.

gindo-a dos patrões e do governo.⁵⁹ Refletindo o clima da campanha pelas 8 horas, o vereador Pinto de Moura apresenta à Câmara Municipal projeto de lei que proíbe o trabalho de menores de 14 anos após as 17 horas. O projeto recebe voto de louvor unânime da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.⁶⁰

Fica claro, assim, que a vitória dos operários de Belo Horizonte atua como incentivo aos operários de Juiz de Fora, desenvolvendo estes toda uma mobilização que desembocará na greve, em agosto, que passamos a relatar e analisar.

Antes, porém, uma palavra sobre a conjuntura econômica : é de crescimento como foi visto no capítulo 1º. Juiz de Fora está em plena expansão chegando a construir a média de uma casa nova por dia. As Mensagens presidenciais ao Congresso Mineiro de 1912 e 1913 também registram a expansão industrial do Estado.⁶¹

59. Conferência operária. O Farol, 23-7-1912, p. 1. Italiano e lustrador de móveis, fizera parte da redação de Avanti, jornal de São Paulo, de orientação socialista; tido como muito inteligente e de palavra fácil, mas não muito firme em suas convicções. (Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale. Roma).

60. O trabalho na fábrica. O Farol, 24-7-1912, p. 2.

Os menores na fábrica. O Farol, 26-7-1912, p. 1.

61. Notícias de Minas. O Estado de São Paulo, 6-9-1912, p. 5.

Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1912. P. 76/77 e 1913, p. 51/52.

2.1 - O dia a dia da greve

1º dia. 16-8-1912. Sexta-feira

A greve tem início no dia 16 de agosto, dia previsto para entrar em vigor a redução do horário na capital do Estado :

"Cedo, o operário Galdino de Medeiros recebeu um telegrama de Belo Horizonte, comunicando ter começado na capital o dia de trabalho de 8 horas. Este telegrama deu começo à greve aqui!"⁶²

Pela manhã, cerca de 300 operários tecelões, pedreiros e carpinteiros declaram-se em greve pacífica, reclamando a diminuição do trabalho diário para 8 horas.⁶³ Os sapateiros também apóiam o movimento logo no início. Consta que os motorneiros da Companhia Mineira de Eletricidade querem aderir.⁶⁴ Às 2 horas já estão paradas as fábricas Moraes Sarmiento e Corrêa & Corrêa.⁶⁵ Telegrama enviado ao jornal anticlerical paulista "A Lanterna" qualifica o movimento como greve geral⁶⁶ porém, as duas maiores unidades fabris (Industrial Mineira e Mascarenhas) funcionam. À noite, haviam aderido à greve os operários das seguintes

62. Greve operária. O Farol, 17-8-1912, p. 1.

63. Ibidem.

64. O Farol, 17-8-1912, p. 2.

65. Greve operária. O Farol, 17-8-1912, p. 1.

66. Greve geral em Juiz de Fora. A Lanterna, 17-8-1912, p. 3.

fábricas : Corrêa & Corrêa, Moraes Sarmiento, Surerus, dr. Luiz de Souza Brandão, fábrica de tecidos de malha da rua São Sebastião, a da rua Silva Jardim e outras. Também aderiram ao movimento quase todos os operários que trabalham atualmente nas numerosas construções que estão sendo feitas na cidade. Eleva-se, assim, a 500 o número de grevistas.⁶⁷

Em atitude pacífica, numerosos operários percorrem as ruas principais da cidade, erguendo vivas ao proletariado, ao presidente de Minas e ao presidente da Câmara Municipal. Param em frente às fábricas, pedindo a adesão dos companheiros.⁶⁸

Mal começado o movimento, uma comissão de operários entra em contato com o Presidente da Câmara Municipal, dr. Oscar Vidal Barbosa Lage, entregando-lhe um memorial (Anexo 1.), pedindo-lhe a sua intervenção a fim de que se estabeleça um acordo entre patrões e operários, cujas bases, após discutidas em reunião pelos operários, serão apresentadas pelo governante aos industriais.⁶⁹ O memorial, assinado por André Bechlufft, Antônio Notaroberto e José Bitetti, pede ainda que a Câmara discuta brevemente uma lei no sentido de regulamentar as horas de trabalho.⁷⁰

67. Greve operária. O Farol, 17-8-1912, p. 1.

68. Greve operária. O Farol, 17-8-1912, p. 1.

69. Movimento operário. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 17-8-1912, p. 1.

70. Ver Anexo 1.

O Presidente da Câmara promete "auxiliá-los sempre no que puder".⁷¹

Ainda no primeiro dia da greve, os líderes grevistas telegrafam ao deputado federal Irineu Machado, pedindo-lhe sua intervenção na obtenção das 8 horas de trabalho; ao presidente do Estado, cel. Júlio Bueno Brandão, e ao Congresso Nacional, pedindo medidas em seu benefício; aos companheiros de Belo Horizonte, pedindo a sua adesão.⁷²

Desde o início, a repressão se faz sentir. Ocorre um choque com a polícia : operários são agredidos quando tentam que uma fábrica pare e dois meninos operários, Antônio Severino e Modesto Carlos, são feridos; prisões; espancamento; guarda de fábricas. O delegado auxiliar é chamado.⁷³

O Farol, jornal liberal, se posiciona sobre a greve : que seja pacífica, que os operários façam reuniões, nomeiem comissões para se entenderem com os industriais, apelem, como os operários de Belo Horizonte, aos dirigentes do município; considera ainda que os interesses dos operários são os dos industriais, dos comerciantes e os dele, individualmente; que seja um movimento conciliador, ponderado, sem estremecimentos e violências. E conclui :

71. Greve operária. O Farol, 17-8-1912, p. 1.

72. Ibidem. Irineu Machado fora eleito pelo 3º distrito eleitoral de Minas Gerais e pelo Distrito Federal. Qualificado pelo Farol (3-3-1912) de "grande defensor da classe operária" e pela Terra Livre de amigo político do socialista Evaristo de Moraes (26-2-1908).

73. Parede operária. Diário do Povo, 16-8-1912, p. 2.

"Pelos operários — dentro da lei; co
mo contra a polícia, às demasias, de
que ontem deu provas espaldeirando
pessoas inermes — é a nossa divisa".⁷⁴

2º dia. 17-8-1912. Sábado.

Assinala um descenso : enquanto muitos operários voltam ao trabalho — a ponto de ser dada como acabada a greve — outros persistem. Os operários enviam telegrama a Donato Donatti que se encontrava em Belo Horizonte, convidando-o a assumir a direção da greve.⁷⁵

A polícia garante os que querem trabalhar. O de legado auxiliar, dr. Artur Furtado, vindo de Belo Horizonte, providencia a guarda de algumas fábricas. Não são registradas violências, com exceção de correrias após um "meeting" provocadas pela "encenação de força que então se fazia".⁷⁶ Ocorre, ainda, a prisão de Jacob Bechlufft, proprietário de uma marcenaria à rua Halfeld, que, armado, ameaçava receber a tiros aqueles que se atrevessem a ir ao seu estabelecimento à procura dos empregados.⁷⁷

A comissão representativa dos operários entrega a Oscar Vidal as bases do acordo a serem apresentadas aos industriais na reunião convocada para o dia 19, na Câmara Municipal : redução a 8 horas de trabalho para os operá -

74. Notas & Novas. O Farol, 17-8-1912, p. 1.

75. A defesa da polícia mineira. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 28-8-1912, p. 3.

76. Correio de Minas, 18-8-1912, p. 1.

77. Greve operária. O Farol, 17-8-1912, p. 2.

rios diaristas; manutenção do salário aos operários de todas as categorias; opção aos operários que trabalham por peça, por tarefa ou por hora do número de horas de trabalho que lhes convier, sem diminuição dos seus vencimentos; proibição do trabalho de menores de 14 anos, além das cinco horas da tarde, conforme projeto de lei já apresentado à Câmara Municipal.⁷⁸ (Anexo 2)

Já no 2º dia, a firma Pantaleone Arcuri & Spinelli, construtora e fabricante de ladrilhos, comunica aos jornais que resolveu

"por espontânea vontade diminuir uma hora no antigo horário de trabalho de seus operários que passarão a entrar às 7 horas da manhã em vez de às 6, como outrora, e a sair às 5 horas da tarde como de costume";⁷⁹

a partir do dia 19.

3º dia. 18-8-1912. Domingo.

O movimento ganha a adesão de mais trabalhadores.

Há conflitos. Grevistas procuram impedir o comparecimento de operários ao trabalho. Na Fábrica de Juta, os empregados obrigam o maquinista a parar o motor e grevistas atacam o prédio a pedradas, mas a polícia impede e o

78. A Lanterna, 24-8-1912, p. 2.

79. Correio de Minas, 18-8-1912, p. 1; Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 18-8-1912, p. 1.

episódio resulta na dispensa dos que se declaram "revoltosos".⁸⁰

4º dia. 19-8-1912. Segunda-feira.

Aumentam as adesões : 205 sapateiros se declaram em greve pacífica.⁸¹ Grevistas impedem a entrada de trabalhadores numa fábrica de meias e procuram impedir a passagem das moças para o trabalho.⁸²

A cidade está policiada por forte contingente.

Os industriais reúnem-se na Câmara Municipal, presididos por Oscar Vidal. Francis Wright e José Weiss atuam como secretários. Decidem não conceder as oito horas de trabalho e recomendam que os operários se dirijam ao poder competente, pedindo o decreto de uma lei que implante as 8 horas de trabalho no Brasil e que os descontentes entendam-se individualmente com os seus patrões. Quanto ao trabalho de menores, acham "razoável a questão" mas da competência da Higiene. (Anexo 3)⁸³ O gerente da Cia. de Tecelagem Industrial Mineira, Francis Wright, apresenta uma declaração da Diretoria ordenando, caso perdure o estado de coisas, o fechamento da fábrica por dois anos.⁸⁴

80. A defesa da polícia mineira. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 28-8-1912, p. 3.

81. Diário Mercantil, 20-8-1912, p. 1.

82. A defesa da polícia mineira. Jornal do Comércio, Rio, 28-8-1912, p. 3.

83. Paulino de OLIVEIRA. Op. cit., p. 210/211.

84. Telegramas. Juiz de Fora, 19. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 20-8-1912, p. 2.

À noite, realiza-se um "meeting" no Largo do Riachuelo — 3.000 ou 4.000 grevistas presentes — para comunicar o resultado da reunião dos industriais. Donato Donatti é, então, apresentado aos operários por André Bechluft e os incita a se manterem em greve pacífica. A seguir, acompanhado de mais de 3.000 operários, Donatti percorre redações de jornais locais e comunica que "encetariam hoje uma greve geral pacífica".⁸⁵

5º dia. 20-8-1912. Terça-feira.

Em decorrência dos acontecimentos da véspera, o dia 20 vê recrudescer o movimento paredista : quase todas as fábricas e construções paralisam.

Um grevista é preso.

À tarde, Donato Donatti preside uma reunião dos sapateiros na sede do Centro das Classes Operárias e, à noite, fala aos operários reunidos em praça pública. Ele recebe ainda telegrama da Federação do Trabalho de São Paulo informando haver lugar para 2.000 operários.⁸⁶

6º dia. 21-8-1912. Quarta-feira.

Várias fábricas continuam fechadas, com exceção

85. A redução das horas de trabalho. Diário Mercantil, 20-8-1912, p. 1.

86. Diário Mercantil, 21-8-1912, p. 1.

da Tecelagem Mascarenhas, Meurer e algumas outras. As que funcionam o fazem com grande falta de operários. A greve assume um caráter quase geral.

Uma comissão de sapateiros telegrafa para seus colegas do Rio e São Paulo pedindo-lhes solidariedade e recursos para a continuação da greve.⁸⁷

Um construtor (Luiz Perry) comunica à comissão operária diretora da greve que concederá as 8 horas e pagará ordenado separado a todos quantos quiserem trabalhar mais.⁸⁸

Verifica-se nova tentativa de entendimento entre Donato Donatti, representando os operários, e o Presidente da Câmara. Nenhum acordo satisfatório mas a decisão de que os operários emigrem para São Paulo e Belo Horizonte. Abre-se uma subscrição para os que não dispõem de recursos para se locomover. Telegrama enviado ao Estado de São Paulo noticia que "continua a greve em caráter geral" e que "muitos operários abandonam a cidade, procurando trabalho fora".⁸⁹ Cerca de 100 seguem para Currealinho, norte do Estado, contratado por um emissário de industriais da região.⁹⁰

Às 6 horas da manhã, cerca de 3.000 operários (2.000 segundo O Farol) fazem piquete em frente à Igreja de São Roque para impedir que os operários de Mariano e Gra

87. A greve operária. O Farol, 22-8-1912, p. 1.

88. Ibidem.

89. O Estado de São Paulo, 22-8-1912, p. 1.

90. A greve operária. O Farol, 22-8-1912, p. 1.

tidão vão ao trabalho. A polícia comparece e dispersa o grupo.⁹¹ Várias prisões são efetuadas : Jorge Landau, Thomaz Ribeiro dos Santos e Vicente Marcaccini (contra-mestre da Surerus).⁹² Segundo o Correio de Minas,

"desde que se declarou a greve operária, Juiz de Fora apresenta um aspecto inteiramente marcial. É uma verdadeira praça de guerra!"⁹³

À noite, ocorre um choque entre a polícia e os operários — qualificado pelo Jornal do Comércio local de "CENA AVILTANTE" — que resulta em um morto (Juvenal Guimarães, funcionário da Cia. Singer) e vários feridos.⁹⁴ Trata-se de um verdadeiro tiroteio que abala a cidade e provoca protesto unânime. Uma comissão de estudantes telegrafia ao Presidente do Estado protestando contra o vandalismo da polícia e programa um "meeting" a se realizar no centro da cidade, para o qual são convidados os operários.⁹⁵ Outro telegrama é enviado pelos jornalistas Albino Esteves , Gilberto de Alencar, Dilermando Cruz e Heitor Guimarães ao presidente do Estado pedindo a punição dos culpados.⁹⁶

91. A redução de horas de trabalho. Diário Mercantil, 22-8-1912, p. 1.

92. A greve operária. O Farol, 22-8-1912, p. 1.

93. Correio de Minas, 22-8-1912, p. 1.

94. Cena aviltante. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 22-8-1912, p. 1.

95. Ibidem.

96. A Última hora. O Farol, 22-8-1912, p. 1.

7º dia. 22-8-1912. Quinta-feira.

No dia que se segue à "sangrenta noite do dia 21",⁹⁷ uma comissão de oficiais sapateiros procura Oscar Vidal para que convoque uma reunião dos industriais de calçados, a fim de que lhes seja apresentada uma nova tabela de preços. Os industriais recusam a tabela, apresentando outra que também não é aceita pelos operários.⁹⁸

O comércio mantém meia porta fechada, cerrando-a por completo às 4 horas da tarde. Os cinemas também não funcionam em sinal de pesar. Nas redações dos jornais, a bandeira a meio pau. As lojas maçônicas reúnem-se para protestar.⁹⁹

A população também protesta,

"fazendo-se comparecer em peso, como um fato virgem nesta terra, no enterro de uma das vítimas da ferocidade da soldadesca indisciplinada".¹⁰⁰

É distribuído um boletim assinado por Donato Donatti em que exorta os operários a não caírem na cilada do capital mantendo o caráter pacífico da greve. (Anexo 4)

Cerca de 2.000 pessoas acompanham o féretro até o Cemitério Municipal.

97. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 23-8-1912, p. 1.

98. Diário Mercantil, 23-8-1912, p. 1.

99. O Farol, 24-8-1912, p. 1.

100. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 23-8-1912, p. 1.

Os estudantes recebem telegrama de Irineu Machado pedindo detalhes para que possa tratar do assunto no Congresso. Não realizam o "meeting" programado por proibição da polícia e devido à intervenção do Dr. Menezes, reitor das escolas do Granbery.¹⁰¹

A Francisco Valadares, deputado estadual e proprietário de dois jornais locais, é enviado telegrama em nome do povo, pedindo sua intervenção.¹⁰²

O delegado auxiliar, Artur Furtado, manda prender os soldados implicados no tiroteio. Ainda neste dia, sai de Belo Horizonte o chefe de polícia, Américo Lopes, enviado pelo Presidente do Estado, a fim de acompanhar pessoalmente o inquérito sobre as ocorrências aqui desenroladas.¹⁰³

8º dia. 23-8-1912. Sexta-feira.

As notícias são controvertidas : enquanto telegramas enviados a jornais de outros estados informam sobre o descenso da greve e que os operários voltam ao trabalho, um jornal local afirma que

"quase nenhuma fábrica trabalhou, permanecendo os grevistas em seu posto e não cedendo em nenhuma de suas reclamações!"¹⁰⁴

101. Correio da Manhã, 24-8-1912, p. 6.

102. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 23-8-1912, p. 1.

103. Ibidem.

104. Ibidem.

Agentes paulistas contratam grande número de operários.

Os sapateiros se reúnem e todas as tabelas apresentadas são recusadas.¹⁰⁵

O movimento se mantém pacífico mas a cidade continua policiada.¹⁰⁶ A casa de André Bechlufft, um dos chefes do movimento operário, é varejada. Às 8 horas da noite realiza-se um "meeting" dos operários no Parque Halfeld em que Donatti desmente um boletim espalhado pela cidade dando a greve por terminada.¹⁰⁷ Mais tarde é preso e, em seguida, solto com a promessa de regressar imediatamente a Belo Horizonte.¹⁰⁸

Irineu Machado fala longamente na Câmara Federal sobre as ocorrências da cidade, pedindo garantias para os direitos dos estudantes, operários e habitantes de Juiz de Fora e punição para os crimes aí praticados. Assim conclui o seu discurso :

"Em nome da ordem e em nome da liberdade, que é uma condição de segurança do trabalho e da sua prosperidade, eu me dirijo ao íntegro governador de Minas como ao de São Paulo, pedindo-lhes que não se limitem à proteção ao capital,

105. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 24-8-1912, p. 1.

106. A greve. O Farol, 24-8-1912, p. 1.

107. A redução das horas de trabalho. Diário Mercantil, 25-8-1912, p. 1.

108. Ibidem.

mas que exerçam também a proteção a que têm direito os homens do trabalho, proteção que lhes é devida em todos os seus múltiplos aspectos, o do salário, o da liberdade, o da vida e o da dignidade humana!109

As sociedades operárias de São Paulo telegrafam a um diário de Juiz de Fora protestando contra o massacre.110

O chefe de polícia, Américo Lopes, afirma em entrevista que o inquérito está sendo feito e dirigido pelo delegado auxiliar. Pede à imprensa que publique as disposições do código penal relativas aos crimes contra a liberdade do trabalho e garante aos industriais o funcionamento das fábricas, pondo à sua disposição a força necessária para regularizar o serviço.111

9º dia. 24-8-1912. Sábado.

Parece assinalar um decréscimo real do movimento. Várias fábricas dispensam o policiamento.112

Seis fabricantes de calçados cedem às exigências dos empregados e os oficiais sapateiros que voltam ao trabalho assumem contribuir com uma cota semanal — o salário

109. O dia na Câmara. Correio da Manhã, 24-8-1912, p. 3.

110. Banditismo policial. O Farol, 23-8-1912, p. 1.

111. A força policial contra o povo. Diário Mercantil, 24-8-1912, p. 1.

112. A greve. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 25-8-1912, p. 1.

de um dia — para auxiliar os que continuam em greve. Espera-se também contribuição de companheiros do Rio, Barbacena e Palmira.¹¹³

A polícia encerra o inquérito sobre os sucessos do dia 21. Onze testemunhas prestaram depoimento.¹¹⁴

10º dia. 25-8-1912. Domingo.

O relatório sobre os acontecimentos do dia 21 requerendo a prisão do alferes José Pereira de Castro e de 5 soldados é enviado ao juiz municipal.¹¹⁵

11º dia. 26-8-1912. Segunda-feira.

Declina sensivelmente o movimento. Em quase todas as fábricas o trabalho está normalizado. No entanto, um boletim é distribuído aos operários em que a Comissão dá conta de que a greve continua para aqueles que não foram atendidos pelos patrões e que o operário que quiser retirar-se da cidade terá passagem gratuita.¹¹⁶ (Anexo 5). De acordo com o Jornal do Comércio (Juiz de Fora), se o movimento continuar por muito tempo, os operários migrarão pa-

113. Ibidem.

114. Cena aviltante. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 25-8-1912, p. 1.

Notícias de Minas. O Estado de São Paulo, 27-8-1912, p. 4.

115. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 27-8-1912, p. 1.

116. Ibidem.

ra São Paulo, Belo Horizonte e Paraná, tendo o chefe de polícia prometido fornecer-lhes passagens gratuitamente.¹¹⁷

O Chefe de Polícia e 30 praças do 2º Batalhão regressam a Belo Horizonte.¹¹⁸

O sr. Pedro Timponi cede as 8 horas de trabalho.¹¹⁹

Segundo consta, um agente contratou 25 pedreiros que devem seguir para Curralinho (norte de Minas).¹²⁰

Uma comissão de operários constituída pelos srs. André Bechtluft, Salvador Polly, Armando Dias de Faria , Vicente Marcaccini e Francisco Arantes declara que a quantidade de duzentos e poucos mil réis obtida por meio de subscrição vai ser aplicada na manutenção dos operários em greve.¹²¹

12º dia. 27-8-1912. Terça-feira.

Funcionam regularmente quase todas as fábricas e a maioria dos operários comparece às construções.¹²²

O alferes, acusado de haver disparado dois tiros contra Juvenal Guimarães, declara em entrevista serem in -

117. Ibidem.

118. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 27-8-1912, p. 1.

119. Ibidem.

120. Ibidem.

121. A redução de horas de trabalho. Diário Mercantil, 27-8-1912, p. 1.

122. A greve. O Farol, 28-8-1912, p. 1.

justas as acusações que lhe fazem e descreve como se deram os fatos.¹²³

13º dia. 28-8-1912. Quarta-feira.

De acordo com o Estado de São Paulo, a greve está extinta pois "quase todas as fábricas se acham funcionando regularmente".¹²⁴

14º dia. 29-8-1912. Quinta-feira.

O Jornal do Comércio (Juiz de Fora) noticia que "muitas fábricas funcionam com grande falta de pessoal".¹²⁵ As operárias da Fábrica de Juta, declaram-se em greve reclamando aumento e redução no horário.¹²⁶

A maioria dos sapateiros já voltou ao trabalho. Os que continuam parados estão sendo sustentados pelos que trabalham. Têm partido para o Rio, Belo Horizonte e São Paulo grande número de sapateiros. O delegado auxiliar telegrafa ao chefe de polícia pedindo permissão para conceder passagem a 20 sapateiros que querem ir para o Rio.¹²⁷

123. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 28-8-1912, p. 1.

124. 29-8-1912, p. 4.

125. 30-8-1912, p. 1.

126. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 30-8-1912, p. 1.

127. A greve. Jornal do Comércio, Juiz de Fora, 29-8-1912, p. 1.

15º dia. 30-8-1912. Sexta-feira.

Considera-se terminada a greve de pedreiros, carpinteiros e tecelões. Todos voltam ao trabalho e as fábricas funcionam regularmente.¹²⁸

Continua apenas a greve dos sapateiros. Mais da metade dos fabricantes de calçados atenderam ao pedido de seus empregados. Poucos não cederam. No dia 31, a firma Bertoletti Irmão & Cia. aceita a tabela apresentada pelos sapateiros, mas alerta que só o fez "para poder utilizar os cabedais mais sujeitos à deterioração" e, se findos esses e os oficiais persistirem nas mesmas pretensões, a fábrica será de novo fechada.¹²⁹

Daí em diante, os jornais só dão notícia sobre o andamento do inquérito : no dia 12 de setembro o juiz de direito concede "habeas corpus" em favor do alferes e dos cinco soldados indiciados como os responsáveis pelo episódio de 21 de agosto; e no dia 18, eles são indiciados pelo 1º promotor da comarca.¹³⁰

Em dezembro, o alferes José Pereira de Castro é absolvido pelo júri.¹³¹

128. O Estado de São Paulo, 31-8-1912, p. 4.

129. Declaração. Diário Mercantil, 3-9-1912, p. 2.

130. Habeas Corpus. Diário Mercantil, 13-9-1912, p. 1.

131. A tragédia de 21 de agosto perante o tribunal. A Búsola, 21-12-1912, p. 2.

2.2 - A Organização dos Operários

Como já observamos no 1º capítulo, a indústria em Juiz de Fora apresentara um crescimento razoável, até certo ponto, constatável pela comparação dos Quadros 2 e 4. A força de trabalho local é constituída, então, de cerca de 5.000 operários¹³² e a população da cidade avaliada em 35.000 habitantes.¹³³

Pela descrição da greve — um tanto complicada pelo noticiário, muitas vezes, confuso dos jornais — notamos um entrosamento entre os operários de Juiz de Fora e a luta levada pelos da capital mineira não restrito à preparação da greve. O entrosamento seria, ainda, evidenciado na data escolhida para o início da greve e na participação direta do líder Donato Donatti, vindo de Belo Horizonte.

A reivindicação principal é a redução da jornada de trabalho. E, nisto, os operários locais estão sintetizados com a luta da classe a nível nacional : jornada menor e manutenção do salário. Como mostram as bases do acordo (Anexo 2), querem reduzir de 10 para 8 as horas de trabalho diário para os operários diaristas, sem que o salário sofra redução (itens 1 e 2). No caso dos operá-

132. Crônica semanal. O Farol, 22-8-1912, p. 1.

133. Selo de gratidão. O Farol, 23-8-1912, p. 1.

rios que trabalham por peça, por tarefa ou por hora, as bases defendem a opção de trabalharem quantas horas lhes convier, sem a diminuição dos vencimentos (item 3). O que transparece aqui é que a reivindicação básica do movimento atingia, no início, apenas os operários diaristas, excluindo os que trabalhavam por peça. A incluir estes últimos, impunha-se a exigência do aumento do preço da peça ou tarefa ou da sua eliminação e a conseqüente transformação de todos os trabalhadores em diaristas. Esta última opção não aparece em nenhum momento da greve mas, a primeira sim. Tanto que em determinado momento das negociações, o item 3 é abolido "por dar ele lugar a que sejam burlados os intuitos dos operários"¹³⁴ e operários começam a discutir novas tabelas de preços. É claro que, a redução não sendo para todos, não só complicava em termos de processo de produção, mas também enfraquecia o movimento. A opção que tiveram, então, foi a de exigir aumento nas tabelas de preços das peças. É o que acontece com os sapateiros, por exemplo. O movimento cresce quando as lideranças reconhecem que situações salariais diferentes exigem soluções diferentes. Tanto que tornam sem efeito o item 3 (Anexo 2) ao perceberem que, além de não resolver o problema dos trabalhadores por peça, enfraquecia a luta dos diaristas. A solução para eles seria, como vimos, au-

134. Secretaria da Polícia do Estado de Minas Gerais. Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Américo Ferrreira Lopes em 1913. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1914, p. 64.

mentar o salário por peça. É o que fazem.

Ao lado da reivindicação principal, aparece a exigência de regulamentar o trabalho do menor, proibindo às crianças menores de 14 anos o trabalho além das 5 horas da tarde. Tratava-se, na verdade, de uma pressão para que a Câmara Municipal aprovasse projeto¹³⁵ apresentado pelo vereador e advogado Pinto de Moura, "encarregado de patrocinar a causa dos operários", de acordo com o relatório de Américo Lopes.¹³⁶

Exatamente no dia em que começaria a vigorar em Belo Horizonte o dia de 8 horas, os operários de Juiz de Fora iniciam o seu movimento. E logo no primeiro dia, uma comissão entrega ao presidente da Câmara um memorial contendo a reivindicação básica. Aqui, observamos que não há associação de trabalhadores assumindo a greve. Há organização, sim, mas o que aparece são operários e não associações. Quando se referem à direção do movimento, as notícias sempre usam a expressão "uma comissão de operários". Os documentos são assinados por três operários que se dizem representantes dos trabalhadores. Além deles, outros trabalhadores são identificados. Mas as associações que existem na época — Centro das Classes Operárias, Associação Beneficente Irmãos Artistas e União Operária de

135. Ver item 4 do Capítulo 10.

136. Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Américo Ferreira Lopes em 1913. P. 64.

Juiz de Fora — só aparecem enquanto sedes de reunião de operários. A primeira, mais freqüentemente; e a última só é nomeada quando serve de identificação para os seus membros, tendo negado assumir a greve desde o início. Representantes da classe, os três líderes alcançam uma mobilização generalizada dos trabalhadores o que sugere terem desenvolvido trabalho anterior e levantado uma bandeira de luta que atingiu o proletariado. A ausência das associações locais — duas de caráter beneficente e uma recém-fundada, de orientação legalista — num momento de luta tão importante como esse, transparece o nível de organização da classe trabalhadora de Juiz de Fora e a constatação de que dava os primeiros passos em direção à sua mobilização.

Em que pesem as lacunas na experiência organizatória dos operários — só na prática eles podem superá-las — a greve de 1912 assume um caráter generalizado nos momentos cruciais e, não o de uma greve geral como a ela se referem algumas fontes. Donato Donatti a caracteriza como uma greve "quase geral".¹³⁷ Entre as categorias, os operários da construção, os tecelões e os sapateiros aparecem como os mais atuantes. Entre os segundos os grandes ausentes são os da Fábrica Mascarenhas e Meurer. Os da Industrial Mineira, embora um jornal diga o contrário, participam. Tanto assim é, que o seu gerente ameaça na

137. Correio da Manhã, 26-8-1912, p. 2. Ver também Anexo 4.

reunião dos industriais de fechar a fábrica caso a situação continuasse. Neste setor, os mais mobilizados parecem ser os tecelões da Fábrica de Juta e da Moraes Sarmiento. Os trabalhadores do setor de serviços (ferroviários, condutores de bondes, força e luz) não participam.¹³⁸ E mesmo entre os mais atuantes, não há propriamente aqueles que "carregam" a greve embora os sapateiros tenham se destacado pela persistência e solidariedade durante o movimento. Pelas informações já analisadas na primeira parte do capítulo 1º, acreditamos que "as fábricas de calçados" então existentes não passavam de pequenas manufaturas cujos operários recebiam por peça.¹³⁹ Até o dia 28 de agosto, 12 fabricantes de calçados aceitaram a tabela apresentada. Faltavam ainda 3.¹⁴⁰ Embora muitos migrem, a maioria dos fabricantes cede. Maior dependência por se tratar de trabalho manual, que exigia um aprendizado maior ?

Outro fator positivo do movimento, além da mobilização generalizada, foi o seu caráter pacífico. Apesar

138. José Albertino Rodrigues coloca Juiz de Fora entre as cidades onde a presença e atuação dos ferroviários eram responsáveis por organizações sindicais importantes, e uma vida sindical intensa, nas primeiras décadas do século. In Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p. 36. No decorrer deste trabalho, nada encontramos que confirmasse isto.

139. Constituía exceção a Companhia Fabril de Juiz de Fora que, segundo Albino Esteves, op. cit., em 1914 tinha cerca de 300 operários. Ver Quadro 4. O ano da fundação dado pelo autor está errado pois, em 1912, seus operários já faziam greve.

140. Jornal do Comércio, 28-8-1912, p. 1.

da forte repressão exercida pelo delegado de polícia desde o início, os operários mantêm-se em ordem, não aceitando provocações. Donatti exorta-os a isto após o choque entre a polícia e os operários no dia 21 (Anexo 4). Por suas palavras, o revide contra a polícia era iminente.

A solidariedade entre os operários ultrapassa o nível local. Pedem e recebem apoio dos companheiros do Rio, São Paulo, Barbacena, Palmira (Santos Dumont) e São João Del Rei.¹⁴¹ Entre os sapateiros, ela chega ao ponto de aqueles que voltam ao trabalho por terem sido atendidos pelos proprietários, contribuírem com uma cota semanal para que os seus companheiros possam continuar parados.

No que se refere à orientação do movimento, é de cunho reformista ou seja, objetiva alcançar melhorias materiais para a classe operária através da pressão sobre o Estado e do seu reconhecimento no plano legislativo. Trata-se aqui de perceber apenas a orientação do movimento uma vez que não só não encontramos associações operárias diretamente nele envolvidas como não conhecemos o que pensavam os operários em greve senão através dos documentos por eles expedidos durante a mesma. Nada se vê neles que transpareça que a greve fosse um meio de luta contra o capitalismo, uma tentativa de aboli-lo.

141. O Farol, 29-8-1912, p. 1.

Como se viu, a comissão de operários entrega um memorial ao Presidente da Câmara Municipal, vendo nela o órgão capaz de resolver o problema da classe através da discussão de uma lei que regulamentasse as horas de trabalho. Esta atitude elimina qualquer orientação anarco-sindicalista. Na Guerra Social — jornal anarquista do Rio de Janeiro — Amaro Porto escreve, em seguida a notícias das greves de Juiz de Fora e de Santos, elogiando esta última : vê nela

"um estímulo, pela orientação, pela energia, pela solidariedade verificadas no movimento. O trabalhador deve agir diretamente por si, impondo, e não suplicando, aos patrões as pequenas melhorias desejadas. Nada de imploração aos poderes públicos ou a quem quer que seja. O homem que trabalha não deve baixar à humilhação da súplica!"¹⁴²

Torna-se evidente o desacordo com a orientação dada pelos operários de Juiz de Fora ao movimento. Eles não se dirigem aos industriais mas ao representante máximo do poder municipal, não só pedindo a regulamentação legislativa, mas solicitando também a sua intervenção para que atue como intermediário entre operários e industriais. Reconhecem, assim, no Estado o interlocutor válido. Só ele poderá resolver seus problemas prementes de melhoria das condições de vida e de trabalho. A atitude do primeiro dia

142. Guerra Social, 28-8-1912, p. 3.

da greve se repete no dia 22 de agosto quando uma comissão de oficiais sapateiros procura o Presidente da Câmara e Agente Executivo.¹⁴³ Mas não se negam num segundo momento a se entender com os industriais (Anexo 5).

O memorial (Anexo 1) evidencia uma confiança extremada nos membros da Câmara Municipal dos quais esperam "sábias resoluções" e que coloquem "a ordem e a harmonia da sociedade acima do interesse pessoal". Reconhecem ainda a precariedade da classe operária "desamparada". O documento transparece a consciência que têm de sua importância no processo de criação da riqueza. E pedem o apoio do Estado sem o qual não crêem alcançar os seus objetivos. Perguntamo-nos qual a concepção de Estado que tinham os operários. Apesar de, no início do documento, parecer um pouco ingênua, mostram reconhecer as ligações íntimas do Estado com as "outras classes sociais" que facilmente vencem porque têm "um apoio". Então, embora pareçam não acreditar num Estado descolado das classes, nada indica que vejam a organização política da sociedade em que estão inseridos como resultante da oposição entre elas.

Não queremos "condenar" aqui os operários juíforanos por terem se dirigido ao poder constituído. Isto fica por conta dos seus contemporâneos anarco-sindicalistas. O apelo ao poder municipal funcionava como pressão

143. Diário Mercantil, 23-8-1912, p. 1.

sobre um Estado que insistia em manter-se à margem da regulamentação das relações de trabalho no que atendia obviamente aos interesses da burguesia. Em Juiz de Fora, o movimento da classe operária não só pressionava no sentido da implementação de uma legislação social, mas também, no sentido da participação do Estado como árbitro nos conflitos sociais.¹⁴⁴

Um outro dado aqui se impõe seja comentado : o patrono dos operários, Francisco Augusto Pinto de Moura era advogado, professor, jornalista (na época, redator-chefe do Diário Mercantil) e vereador. Em 1918 será "sócio defensor" da Associação Beneficente Operária.¹⁴⁵ O Correio de Minas, da oposição, tece a seu respeito o seguinte comentário :

"O que nos admira é que os operários tenham confiado sua causa a tão bons patronos. O dr. Pinto de Moura, como vereador, fez votar, há dias, uma proposta sobre locação de prédios em que o inquilino se vê ainda mais preso à lei ferrenha que o oprime!... E é o nosso confrade um dos advogados do operariado!"¹⁴⁶

E o mesmo, a respeito de Pedro Marques. E ironiza :

144. Ângela M. C. Gomes identifica esta pressão por parte do movimento operário brasileiro como elemento fundamental para que a burguesia acabe aceitando, não sem lutas, a intervenção do Estado na questão social. In Burguesia e Trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979. P. 45.

145. O Operário, 1-5-1918, p. 3. Ao lado de sua foto, está escrito à mão "chefe pulítico".

146. 18-8-1912, p. 1.

"Melhores advogados não poderiam ter
arranjado!"¹⁴⁷

Descontando a origem burguesa da crítica, identificamos aqui a colaboração de classes : operários se unem a elementos da classe média (ou alta ?) ou são cooptados por eles. Ao que tudo indica, um político com interesses elei-
toreiros. (Embora fosse vereador eleito por distrito ru-
ral, o que evidencia suas ligações políticas com a classe
dominante).¹⁴⁸ Apresentara, é verdade, o projeto de re-
gulamentação do trabalho de menores, antes da greve. Por
que não um projeto que reduzisse as horas de trabalho ?
Coincidentemente, o problema do trabalho do menor é rele-
gado pelos industriais ao poder municipal (Anexo 3). A
apresentação do projeto na Câmara não poderia ser uma ten-
tativa de impedir a greve ?

2.3 - A Burguesia e o Poder Municipal

Ao tentar avaliar a atuação da burguesia industrial e do poder político municipal (e estadual) durante a greve de 1912, percebemos que, a nível de Juiz de Fora, eram ambos iniciantes no relacionamento com a

147. Ibidem.

148. Foi vereador eleito para dois mandatos pelo distri-
to de S. Francisco de Paula (1912-1918) e para um pelo
distrito de Paula Lima (1919-1923). Ver quadros no fi-
nal do Capítulo 1º.

classe trabalhadora num momento de conflito, fora do lugar de trabalho e fora dos comícios e das festividades oficiais. O mesmo acontecia com os trabalhadores. Todos, portanto, eram inexperientes. Estes últimos, é óbvio, com a desvantagem inerente ao caráter subordinado de sua classe.

Analisando a atuação empresarial nas greves da conjuntura 1917-1920, no Rio de Janeiro, Maria Ângela de Castro Gomes observa que o seu relacionamento com a classe trabalhadora

"é dominado, claramente, por uma série de iniciativas que oscilam, da mais dura e simples repressão, até uma série de concessões face às reivindicações dos grevistas!"¹⁴⁹

Vejamos até que ponto isto já (ou não) acontecia em Juiz de Fora.

A repressão se faz sentir desde o primeiro dia e acaba por assumir proporção tal que, se de um lado, ostenta a força e a indisposição da burguesia em negociar, por outro evidencia o pavor que inspira nela e no poder municipal e estadual um movimento pacífico de operários.

Não será ainda desta vez que os industriais vão

149. Op. cit., p. 133.

entrar diretamente em contato com os trabalhadores.¹⁵⁰ O Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal, Oscar Vidal, atuando como intermediário entre os dois lados, a pedido dos operários, reúne os industriais na sede da Câmara que se negam, como já vimos, a atender às reivindicações.¹⁵¹ Seus argumentos passam pela concorrência que sofreriam de outras regiões onde perduram as 10 horas de trabalho e pela questão da "liberdade de trabalho". Ou seja, não cederiam senão sob a coação de uma lei federal que tornasse obrigatória a redução da jornada para todo o país (impraticável no momento, pois, entre outros motivos, à União não cabia legislar sobre o trabalho). Nem reconheciam a classe na comissão que falava em seu nome (isto, a nível do discurso, pois, na prática, o faziam respondendo às reivindicações dos operários): o contrato de trabalho é individual e, não, coletivo. Sentem-se fortes nesta atitude de negar qualquer negociação com a classe. E, salvo algumas exceções, manter-se-ão nesta posição irredutível até o fim (a maior fábrica da cidade chega a ameaçar com lock-out). Os fabricantes de calçados é que cederão : não as 8 horas mas, sim, aumentos salariais. É importante assi-

150. Além do representante do poder municipal, os contra mestres atuam como intermediários nas negociações entre os fabricantes de calçados e sapateiros.

151. Domingos Giroletti confunde esta reunião com uma assembleia da Câmara Municipal e, equivocadamente, indica uma Câmara "composta, ao que parece, em sua exclusiva maioria, pela classe patronal". Op. cit., p. 171.

nalar que, pelo que pudemos apreender, a reação dos industriais não se fundamentou na "fragilidade" do movimento que enfrentava, é verdade, problemas de organização mas, que resistiu duramente e respondeu com o crescimento da parede à negativa da burguesia, mas, na repressão violenta que desde o início, trouxera à cidade o delegado auxiliar e, depois de atingir o ponto máximo no dia 21, o Chefe de Polícia do Estado. Mesmo assim, os operários resistem preferindo sair da cidade do que voltar a trabalhar. De acordo com Egard Carone,

"a indústria de São Paulo comunicara que enviaria trabalhadores para substituir os grevistas, e a polícia recebe ordens de abafar o movimento!"¹⁵²

Segundo o Minas Gerais, órgão oficial do governo estadual, teria ainda contribuído para o nível da repressão uma nota diplomática alemã dirigida ao governo em que o Ministro da Alemanha solicitava

"empenhadamente, medidas que coibissem abusos e violências que ameaçavam as vidas e o direito de propriedade dos industriais alemães residentes em Juiz de Fora."¹⁵³

Tudo isto explicaria a irredutibilidade dos industriais.

152. Op. cit., p. 227.

153. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 31-8-1912, p. 3.

Quanto à questão do menor, relegam ao poder municipal a sua solução.

O delegado auxiliar, representante do Chefe de Polícia na cidade, acaba atuando também como intermediário entre operários e patrões, segundo Relatório ao Secretário do Interior do Estado :

"Encontrei tanto da parte do honrado presidente da Câmara, como da do ilustrado patrono dos operários a melhor disposição de espírito para auxiliar a ação da polícia, que outro intuito não tinha senão o de ver assegurada a ordem pública e satisfeitos, tanto quanto fosse possível os desejos e aspirações dos operários em parede"154.

Nota-se ainda no Relatório que coube ao delegado auxiliar procurar o presidente da Câmara e o vereador Pinto de Moura quando ficou assentado que Oscar Vidal convocasse a reunião dos industriais para o dia 19. Esta mediação da polícia nos conflitos capital/trabalho seria comum nas greves do Rio, na conjuntura 1917-1920.¹⁵⁵ Comenta Ângela M. C. Gomes da função de conciliador e árbitro do Chefe de Polícia do Rio :

"É interessante que seja exatamente uma autoridade policial e não propriamente política que exerça tal função"156.

154. Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Américo Ferreira Lopes em 1913, p. 64.

155. Maria Ângela de Castro GOMES. Op. cit., p. 133.

156. Idem, ibidem, p. 137.

Em Juiz de Fora, a autoridade política também estava presente mas não fica nenhuma dúvida de que a decisão de reprimir violentamente partiu da autoridade policial¹⁵⁷ de comum acordo, é claro, com os industriais.¹⁵⁸ A ação repressora é tão violenta que leva a população urbana ao protesto generalizado, inclusive da imprensa burguesa. Todos são unânimes em reconhecer a pacificidade dos grevistas e em condenar a ação policial. O alarde da imprensa local é tão grande que provocará a repreensão de jornais do Rio — o correspondente local do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, Belmiro Braga, chega a se demitir pelo fato de não serem publicadas as notícias que envia, manifestamente contra a polícia — e de Belo Horizonte que defendem a ação policial.¹⁵⁹ Assim, O Farol descreve a repressão no 1º dia da greve :

"Quase todo o 2º Batalhão veio para a rua num aparato quase burlesco, requisitado pelo delegado em exercício. Os pelotões vinham da Tapera em automó -

157. Gilberto de Alencar, jornalista d'O Farol e correspondente do Estado de São Paulo, aponta como responsáveis pela "chacina dos operários" o delegado João de Paulo e o comandante do 2º Batalhão, Jacinto de Andrade. Os responsáveis. O Farol, 24-8-1912, p. 1.

158. É importante ressaltar aqui que o tiroteio sobre os operários ocorre justamente no dia de maior adesão à greve. O Farol denuncia e, depois, desmente, que o automóvel dos srs. Pantaleone Arcuri & Spinelli conduziu do quartel do 2º Batalhão ao Tirg Afonso Pena grande número de caixotes contendo munições e armas embaladas. Banditismo Policial. O Farol, 23-8-1912, p. 1.

159. Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 25-8-1912, p. 6 e 7; 27-8-1912, p. 3; Jornal do Comercio, Juiz de Fora, 27-8-1912, p. 1.

veis a toda disparada, como se houvesse por aqui uma verdadeira revolução, e os soldados apontavam as carabinas para ambos os lados da rua, procurando amedrontar os populares e os grevistas.¹⁶⁰

Depois disso tudo, o delegado auxiliar assim qualifica a ação policial :

"A intervenção da polícia, (...) foi sempre prudente, calma, conforme ordens severas e reiteradas da Chefia de Polícia, que desde o início do movimento grevista dos operários de Juiz de Fora, o acompanhou com o máximo interesse!¹⁶¹

Mas o Estado não se restringirá à mediação/repressão. Interfere também na decisão de que os operários descontentes migrem, fornecendo, inclusive, recursos materiais para que possam fazê-lo. Embora, o delegado auxiliar negue a concessão de passes pela administração do Estado,¹⁶² operários da União Operária afirmam que "é só verificar no livro de passes na Central".¹⁶³ Outra medida tomada pelo governo estadual se concretiza, dois meses depois, quando contrata a introdução de 4.000 famílias de agricultores e de "operários práticos nos diversos ofí -

160. 17-8-1912, p. 2.

161. Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Américo Ferreira Lopes em 1913. P. 65.

162. Diário Mercantil, 14-9-1912, p. 1.

163. Diário Mercantil, 15-9-1912, p. 1. 1.

cios das artes mecânicas e industriais":¹⁶⁴

"para atender às necessidades da lavoura e das indústrias, traduzidas em cõnstantes reclamos dos fazendeiros e dos proprietários de fábricas ..."¹⁶⁵

Porém, o governo estadual, a quem cabia pela Constituição legislar, não o fazia "em respeito à liberdade de trabalho". Carone atribui ao governo de Minas Gerais "a primeira medida real que concede as 8 horas nas fábricas de pois das greves de 1912"¹⁶⁶ e, no entanto, nada encontramos que o confirmasse.

2.4 - Resultados

O que resultou da primeira experiência de greve para os operários de Juiz de Fora ?

Quanto aos resultados concretos, referentes às reivindicações feitas, não foram positivos. Como vimos, apenas um ou outro fabricante ou construtor cede (e, de pois, provavelmente voltam atrás) e muitos operários preferem migrar, atitude que se não configura como derrota, não pode também ser considerada vitória. No mínimo, pode

164. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro, 1913. P. 36/37.

165. Ibidem.

166. Edgard CARONE. Op. cit., p. 244.

significar certa facilidade dos industriais na substituição da mão-de-obra, como também, a possibilidade dos trabalhadores encontrarem emprego em outros lugares. Já os sapateiros, embora a migração também seja registrada entre eles, parecem sair mais vitoriosos.

Em outubro, uma Resolução Municipal proíbe o trabalho do menor após as 17 horas. Vitória difícil de verificar se foi colocada em prática uma vez que delega à Diretoria de Higiene o seu cumprimento.

Em suma, a principal reivindicação — as 8 horas de trabalho — não é, ainda, conquistada pelos operários. Alcançam aumentos salariais (os sapateiros) e a Resolução sobre o trabalho do menor.

Não param aí as conquistas da classe trabalhadora de Juiz de Fora. Trata-se de uma primeira experiência de luta organizada configurada num momento de conflito da qual tiram lições a aproveitar na continuidade do movimento. A nível de organização associativa, por exemplo, verifica-se que o Centro das Classes Operárias acaba por ser desativado e que a União Operária acaba por tomar, no ano seguinte, uma linha anarco-sindicalista.

Um outro resultado positivo foi a solidariedade da população, se não aos grevistas, pelo menos em protesto à repressão desencadeada sobre eles. Fica claro também quem realmente apóia a classe e quem dela faz uso. De um modo geral, elementos da classe dominante ou da classe média urbana alardeiam a defesa dos operários mas vêem no

seu controle oportunidade de ascensão política. Assim, a um discurso em que reconhecem a justiça das reivindicações corresponde uma prática (que inclui também o discurso) conciliadora e temporizadora na qual o operário sempre sai perdendo. Os operários aprendem nesta primeira experiência a distingui-los ?

Finalizamos a avaliação da greve de 1912 com as palavras de Gilberto de Alencar :¹⁶⁷

"Não deve, pois, a classe operária de sanimar com o que hoje lhe parece uma derrota e que não é senão um primeiro ensaio de sua força, que se arregaça, que se disciplina para a grande luta a travar. (...) É por isto que a atual agitação operária é benéfica em seus resultados : ela está educando, ela está mostrando ao operário os recursos com que ele conta para fazer face no futuro, aqueles que hoje lhe não querem ouvir as queixas e os lamentos. Ela está despertando no homem do trabalho a consciência de seu valor, de seu formidável poder. E que grande soma de benefícios não se encerra aí, nesse despertar da multidão dos explorados e

167. No dia 22 de agosto, depois de uma reunião no Parque Halfeld, os operários, tendo Donatti à frente, dirigem-se à redação d'O Farol para homenagear o jornalista Gilberto de Alencar chamado defensor da classe. Ele é taxado de anarquista, demagogo e agitador por seus opositores, do que ele se defende dizendo ser a causa disso ele estar ao lado dos injustiçados e não dos assassinos. A força policial contra o povo. Diário Mercantil, 23-8-1912, p. 1.

Crônica Semanal. O Farol, 29-8-1912, p. 1.

ludibriados!

Fracassou o movimento ? Não importa. Apesar de tudo, a reivindicação começou e ninguém haverá capaz de impedir a sua marcha. Não é hoje, será a manhã, será depois, será um dia — e nunca é tarde para a conquista que agora se deseja e que tem de ser feita em nosso país como tem sido feita em outros".¹⁶⁸.

3 - A União Operária — Federação do Trabalho de Juiz de Fora

Parece ter tido vida curta. As informações que dela temos vão até 1914. Em 1920, seus sócios doam o patrimônio à Federação Operária Mineira,¹⁶⁹ embora, o operário, de 10-8-1918,¹⁷⁰ noticie a doação dos mesmos bens à Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora por Antônio B. de Oliveira, Antônio de Araújo e Vicente Marcaccine.

A UNIÃO OPERÁRIA — FEDERAÇÃO DO TRABALHO DE JUIZ DE FORA, fundada a 30 de junho de 1912, tem seus estatutos aprovados em 20 de outubro do mesmo ano.¹⁷¹ O registro, no entanto, só se realiza um ano depois.¹⁷² São seus fins : promover a união dos operários e proletários;

168. Crônica Semanal. O Farol, 22-8-1912, p. 1.

169. União Operária — Federação do Trabalho. Diário Mercantil, 26-5-1920, p. 2.

170. Órgão Oficial da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora. P. 5.

171. Cartório Onofre Mendes. Registro Livro nº 3. Fls. 17. 9-10-1913.

172. Ibidem.

trabalhar pelo melhoramento material e intelectual do proletariado, procurando aumentar os seus conhecimentos e formar neste uma clara e forte consciência de classe; defender os direitos da classe em geral e especialmente seus sócios; trabalhar pela redução dos horários de trabalho; fundar escolas de instrução primária e secundária para os sócios e seus filhos.¹⁷³ Provavelmente, os estatutos registrados são diferentes dos aprovados em 1912 : neste ano, além de não ter assumido a greve, participa do 4º Congresso Operário Brasileiro, enviando Salvador Polly e André Bechtluft como delegados;¹⁷⁴ já em 1913, adota uma orientação nitidamente anarco-sindicalista como se pode notar na ênfase dada à formação intelectual do operário e na preocupação em formar uma "clara e forte consciência de classe", orientação explicitada ainda no Relatório ao 2º Congresso Operário Brasileiro de 1913.¹⁷⁵

Em 1913, é colaboradora d'A Voz do Trabalhador¹⁷⁶ e, seguindo as circulares enviadas pela Confederação Operária Brasileira,¹⁷⁷ realiza, na Praça da Estação, a 20 de abril, um comício para protestar contra a carestia da vida.¹⁷⁸ Falam os operários Messias do Nasci-

173. Ibidem.

174. Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro, p.20.

175. 2º Congresso Operário Brasileiro. Rio, 1913, 2º vol., doc. 171.

176. Balancete do nº 23. A Voz do Trabalhador, 1-4-1913, p. 4.

177. Segundo comunicado da União ao órgão da COB : Agitação contra a carestia da vida. A Voz do Trabalhador, 1-5-1913, p. 5.

178. Trata-se do mesmo comício mencionado no Capítulo 1º.

mento e Bernardino de Jesus que salientam a crise da carestia e dissertam longamente sobre política. Cerca de mil pessoas comparecem. O policiamento local é dirigido em pessoa pelo delegado, Paulo Guaraciaba.¹⁷⁹ A Voz do Trabalhador solidariza-se com a União pelo sucesso do comício, publicando o seguinte recado a ela dirigido :

"Precisamos mesmo mostrar ao proletariado que ele não mais deve esperar por ninguém e, sim, agir por si mesmo!"¹⁸⁰

Ao liderar uma manifestação de operários contra um problema que os atingia diretamente, a União Operária estava colocando em prática a ação direta, princípio dos mais caros aos anarquistas e aos anarco-sindicalistas : empreender a luta contra o capital sem intermediários.

O 1º de maio de 1913 transcorre como de costume : salva de tiros, banda de música, passeata de operários erguendo vivas ao trabalho e à classe trabalhadora, sessão solene (sendo orador Waldemiro Padilha).¹⁸¹

Analisando os documentos do 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913, no Rio , percebemos que a União Operária preparou a sua participaça

179. A carestia da vida. O Farol, 22-4-1913, p. 1.

180. Agitação contra a carestia da vida. A Voz do Trabalhador, 1-5-1913, p. 6.

181. O 1º de maio. O Farol, 2-5-1913, p. 1.

ção com várias reuniões, enviando à organização do Congresso as informações e decisões solicitadas. Assim é que a União Operária, em assembléia geral reunida a 21 de agosto de 1913, delibera sobre o tema a ser apresentado por seus delegados :

"Considerando sobre a situação dolorosa do proletariado no Brasil, atualmente vemos que o único meio de atenuá-la é fazer-se a mais ativa propaganda do "Sindicalismo", procurando com tenacidade fundar o maior número de "Sindicatos" e transformar as associações proletárias existentes em organizações baseadas sobre os princípios sindicalistas.

Achamos também que urge, para o bem do proletariado deste país que se funde o maior número de "Escolas Racionais" que for possível, escolas organizadas de acordo com o programa da "Escola Moderna de Barcelona" fundada por F. Ferrer. Atendendo ao que dissemos acima, submetemos à aprovação dos companheiros que constituem esse Congresso a seguinte proposta: que os delegados presentes, em nome de suas respectivas associações, tomem o compromisso de auxiliar a "Confederação Operária Brasileira" na fundação de "Escolas Racionais" e sindicatos, empregando nesse auxílio todos os seus esforços".¹⁸²

Datado de 5 de setembro do mesmo ano, o Relatório¹⁸³ dá conta da situação atual da União : 280 sócios; sede provisória à rua do Espírito Santo, 39 A; não tem au

182. 2º Congresso Operário Brasileiro. Rio, 1913, 2º vol., doc. 171.

183. Ibidem.

las noturnas nem sede própria mas está encaminhando as providências para a fundação de um curso noturno e para a aquisição de um terreno para a construção da sede social ; faz a propaganda através d'A Voz do Trabalhador e de conferências públicas sobre assuntos sociais. O mesmo Relatório afirma :

"Até a presente data atendendo aos seus poucos recursos pecuniários e à falta de solidariedade dos trabalhadores desta cidade, ainda não pou de promover nenhum movimento em favor da classe, pensa, entretanto, em pregar todos os seus esforços nesse sentido a fim de serem conquistadas as 8 horas de trabalho, o aumento de salário e outros benefícios para a classe."¹⁸⁴

E credencia, ainda, seus delegados junto ao Congresso, eleitos em assembléia : Waldomiro Padilha e Jovelino Juvêncio de Oliveira.¹⁸⁵ Sobre o primeiro, tece o secretário José Cândido de Souza as seguintes considerações :

"O companheiro Padilha, apesar de achar-se entre nós há pouco tempo, muitos serviços já tem prestado a nossa causa em Juiz de Fora e mesmo em diversas cidades de Minas onde esteve em viagem de propaganda. Leva plenos poderes da nossa associação para discutir todos os assuntos que

184. Ibidem

185. Credencial. 2º Congresso Operário Brasileiro, Rio, 1913, 1º vol. doc. 2.

interessem ao proletariado em geral devendo além disso expor perante esse Congresso, as teses : "Situação do operariado de Juiz de Fora" e "Propaganda e Instrução".¹⁸⁶

A União contribui com a quantia de 20\$000 ao 2º Congresso enviando-a a João Leuenroth, tesoureiro d'A Voz e remete 10\$000 pela assinatura do jornal.¹⁸⁷

Sobre a atuação da União Operária no ano de 1914, obtivemos apenas as informações que se seguem : a 26 de janeiro, a diretoria coloca à disposição dos sócios os balanços de 1913 e lança nos seus arquivos os bens — uma biblioteca, mobília e utensílios — que, "outrora, pertenceram ao Centro Beneficente das Classes Operárias";¹⁸⁸ em maio, agradece à imprensa, ao comércio, ao povo e aos oradores que contribuíram para os festejos de 1º de maio.¹⁸⁹ Daí em diante, só encontramos referência à União quando seus sócios entregam o patrimônio a outra associação.

Pelo exposto, concluímos que embora cheia de boas intenções quanto à defesa dos interesses da classe operária, a União pouco pôde realizar nesse sentido. Se não, vejamos.

Apesar de criada em junho de 1912, não participa, enquanto associação, da greve que se inicia, um mês

186. Ibidem. Doc. 132.

187. Ibidem. Doc. 125.

188. União Operária de Juiz de Fora. O Farol, 8-3-1914, p.2.

189. Seção livre. O Farol, 5-5-1914, p. 2.

e meio depois, pelas 8 horas de trabalho. Se bem que alguns operários que se sobressaem na greve, apareçam depois como seus militantes fazendo crer que a mobilização desencadeada pelo movimento tenha acabado por desembocar na União Operária, fortalecendo-a.

Sua orientação anarco-sindicalista está explicitada já antes do registro dos estatutos, quando a associação se posiciona sobre o tema que seus delegados vão levar ao 2º Congresso e a proposta de auxiliar a COB. Aí, confirma-se o que se notara de sua correspondência amistosa com a A Voz (o que por si só não garantiria a identificação da União Operária; haja visto, o exemplo da A. B. Irmãos Artistas, já referido neste capítulo).

Quanto à sua atuação, constatamos que se reduziu à propaganda (através de palestras e não de cursos) e à organização de protestos contra a carestia. Segundo sua própria diretoria, até setembro de 1913, não foi possível promover "nenhum movimento em favor da classe", alegando para isto a falta de recursos e de solidariedade dos trabalhadores locais. O que nos leva a questionar a penetração das idéias anarco-sindicalistas entre os operários da cidade. Até que ponto o resultado negativo da greve de agosto de 1912 não teria sido responsável pela insensibilidade do proletariado local ? Ou teria sido in diferença mesmo às pregações anarco-sindicalistas ? Ainda, até que ponto a orientação anarco-sindicalista assumida pela União Operária não teria sido resultado das frustrações com o encaminhamento da luta durante a greve ? As

8 horas de trabalho e o aumento salarial continuam sendo pois objetivos que a União se propõe a alcançar.

Sobre a sua dissolução, a única informação é a do presidente da Associação Beneficente Operária (Anexo nº7) : teria sido motivada pela falta de recursos financeiros. A imprensa local também não registra os nomes das suas diretorias. A exceção fica por conta d'O Estado de São Paulo em sua edição de 12 de setembro de 1912, logo após a greve, portanto : presidente, Salvador Polly; vice presidente, Antônio Notaroberto; 1º secretário, Galdino de Medeiros; 2º secretário, Abílio Costa; tesoureiro, Vicente Marcaccini. Estes nomes confirmam que a opção anarco-sindicalista é posterior.

x

x

x

Para completar o quadro da organização da classe operária nos primeiros tempos, temos que registrar a existência da Federação Operária de Juiz de Fora, cuja primeira diretoria tomou posse a 30 de novembro de 1913, estando assim constituída: presidente, Odilon Duarte Braga; vice-presidente, Amadeu Timponi; 1º secretário, Belmiro de Medeiros Silva; 2º secretário, Nelson Martins Paixão; tesoureiro, José Carlos Montreuil. A comissão de sindicância é composta dos seguintes operários : Augusto Franchini, José Hélio da Luz, Flauzino de Castro e Vicente Se

ruti.¹⁹⁰ Na sessão, entre outros, fala o operário Waldemiro Padilha que dá ao seu discurso forte tom anticlerical, sendo por isso severamente criticado pelo jornal católico A Bússola e pel'O Lince. Este último chega a aconselhar que a classe operária o elimine pois só serve para desdourá-la.¹⁹¹

Em 1914, é A Voz do Trabalhador que se preocupa em investigar a orientação da nova associação, taxando-a de iniciativa de "politiqueiros e estudantes".¹⁹² Ao que a Federação responde declarando não ter nenhum credo político ou religioso e nem ter adotado oficialmente nenhum princípio filosófico.¹⁹³

Compunham-na, realmente, operários e estudantes. Não temos, porém, informações mais precisas sobre os princípios que a nortearam.

Fica o registro.

190. Federação Operária. O Farol, 18-11-1913, p. 1.
 191. Desacato a um jornalista. O Lince, 15-12-1913, p. 1.
 192. Brasil Operário. A Voz do Trabalhador, 1-1-1914, p. 4.
 193. Declaração. A Voz do Trabalhador, 1-2-1914, p. 3.

CAPÍTULO 3º

A GREVE DE 1920 E A FEDERAÇÃO OPERÁRIA MINEIRA

"... e as fábricas continuaram a apitar em vão".*

1 - Antecedentes

Os anos de 1915, 1916 e 1917, praticamente, não registram, a nível organizacional, mobilização da classe operária em Juiz de Fora.¹ Em janeiro de 1918 é que uma comissão de operários vai começar a se reunir para organizar o que viria a ser a Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora.

A conjuntura 1918-1920, como já vimos ao falar das condições de vida e de trabalho do proletariado na cidade, foi muito difícil para a classe trabalhadora. Não se tratava, é claro, de um problema apenas local. A carestia de vida que castigava terrivelmente a classe operária era um problema nacional resultante do modo pelo qual a economia brasileira se inseria na economia internacional, con-

* Diário Mercantil, 2-1-1920, p. 2.

1. Pelo menos nas fontes disponíveis até agora, relacionadas no final deste trabalho.

turbada pela 1ª Guerra Mundial. O período se caracteriza pela elevação do custo de vida, acompanhada da escassez de gêneros. Por outro lado, é uma fase de expansão industrial em que a acumulação é favorecida pela inflação e pelo achatamento real dos salários.

1917 assiste ao início de uma conjuntura que se notabiliza pelo movimento da classe operária no Brasil : greve geral em São Paulo e Rio de Janeiro e greves parciais em vários outros estados. A greve que ocorre em janeiro de 1920, em Juiz de Fora, se insere nesta série de manifestações. A conjuntura 1917-1920 corresponde a um momento privilegiado de mobilização da classe trabalhadora no Brasil que pressiona a atuação dos industriais e do Estado quanto à elaboração de leis regulamentadoras do trabalho. Em 1919, a presença brasileira na Conferência da Paz e na assinatura do Tratado de Versalhes atua como estímulo ao debate da questão social, dando respaldo oficial a que fosse cobrado dos industriais e do Estado a implementação dos pontos sobre legislação social com os quais concordara.

1.1 - A "greve do açúcar"

A situação precária dos trabalhadores, no de fundo da greve, já se arrastava, havia alguns anos. Além de repercutir nas condições de vida do trabalhador, a 1ª Guerra Mundial provoca protesto no interior da fábri

ca : 350 operários da Fábrica Mascarenhas declaram-se em greve pacífica, não querendo trabalhar sob a direção do mestre Antônio Weitzel, filho de alemães. Ao iniciarem a greve, gritam : "Com alemães não trabalhamos".² A nosso ver, um protesto contra as condições de trabalho impostas na fábrica sob a forma de expressão do sentimento nacional.

1918 registra ainda um movimento na cidade que ficou conhecido como a "greve do açúcar", na verdade, um exemplo da onda de manifestações ocorridas na região.

No dia 27 de agosto de 1918, após a realização de um comício de protesto contra a carestia da vida, em frente às Repartições Municipais, o povo desce a rua Halfeld, arromba e invade várias casas comerciais. No comício, fala João Augusto de Carvalho que pede a José Procópio, presidente da Câmara, medidas para minorar a carestia : a intervenção junto ao governo federal para a melhoria dos transportes, a ação junto aos comerciantes locais no sentido de serem barateados os gêneros e junto aos industriais para o aumento do salário dos operários. Ao que o presidente responde que a Câmara tem feito o que pode : dá trabalho a muitos operários, vai providenciar junto ao governo federal na questão dos transportes. E termina dizendo que o povo deveria "limitar-se a pedidos corteses, abandonando qualquer idéia de imposição"³ contra o que o

2. ————. O Lince, 16-2-1918, p. 50.

3. A carestia. O Farol, 28-8-1918, p. 1.

povo protesta e, irritado, desce a rua Halfeld aos gritos de "Assalta!" e "Aos Atacadistas!". Após tentar arrombar a casa Renato Dias sem conseguir, o povo se dirige à Cia. Usinas Nacionais, perto da Estação da Central e, com o auxílio de pedras, arromba-lhe as portas. Homens, mulheres e crianças de quase todas as condições invadem a casa, carregando, durante mais de 1 hora, cerca de 3 mil sacas de açúcar. Portas e vidros ficam todos espatifados. Também a casa Teixeira Andrade e o Bar Sport são danificados⁴.

Ao tentar reprimir, o delegado de polícia é ferido com uma grande pedra no peito. Soldados e populares saem feridos. Antes das 9 horas da noite, uma companhia do 57 de caçadores se dirige ao local mas, como a polícia não quer ficar sob o comando do capitão do Exército, a companhia se retira, sendo aclamada pelo povo. Às 9 horas, a força policial faz fogo sobre o povo que vaia a polícia e dá vivas ao Exército.

O prejuízo da Cia. Usinas Nacionais não se reduz ao saque: o povo queima todo o arquivo da casa e depre^{da} todos os objetos de escritório.

Após as 10 horas aumenta o policiamento, com o auxílio do Exército. Numerosas prisões de pessoas encontradas com sacas de açúcar são efetuadas⁵.

No dia seguinte, o comércio fecha em protesto. A Associação Comercial pede providências ao governador do

4. A carestia. O Farol, 28-8-1918, p. 1

5. Ibidem.

Estado. João Augusto de Carvalho, um dos oradores e convocador do "meeting", é intimado a comparecer à polícia para prestar depoimento⁶.

29 de agosto de 1918: Soldados da polícia espancam filha menor do operário João Coelho, em Manoel Honório, por haver-lhes pedido que não prendessem seu pai, em cuja casa não é encontrado nenhum açúcar⁷.

O Farol descreve a situação:

"O povo desespera em todo o país. Os primeiros sintomas se fazem sentir nas diversas perturbações da ordem e lamentáveis depredações que se seguem aos comícios de protestos e reclamações desatendidas. É a carestia, é a penúria, é a miséria pública que constituem o tema ordinário de todos que precisam viver. É um absurdo, é o cúmulo ouvir falar-se em fome na terra da mais notável fecundidade do mundo! Entretanto, isso é um fato.

Há por aí numerosas famílias de operários de cidades e de jornaleiros que não tomam mais sal e gordura nos poucos alimentos que ainda conseguem ingerir uma só vez ao dia, (...) O proletariado em geral está sofrendo as maiores angústias (...)

Posto que inerte diante da falta de poderes legais, o Comissariado da Alimentação já apurou em suas estatísticas que entre os preços dos gêneros no mês de julho de 1914 e os atuais houve um aumento que circula de 17 a 455 por cento!

O arroz ascendeu já a 76%, o bacalhau a 150%, cebolas a 169%, farinha de mandioca 82% e 233%, fina e grossa (...)"⁸.

6. A carestia. O Farol, 29-8-1918, p. 1.

7. A carestia. O Farol, 30-8-1918, p. 1.

8. Miséria pública e epicurismo. O Farol, 31-8-1918, p.1.

No dia 30 de agosto é em Palmira (Santos Dumont) que ocorre agitação devido à carestia⁹ e, no dia 3 de setembro, em Matias Barbosa, um grupo de trabalhadores rurais vai ao arraial para assaltar os armazéns de víveres, devido à carestia. Juiz de Fora envia reforços policiais. Todos os homens são presos. Resultado: 7 são mortos e 12 feridos¹⁰. No mesmo dia, um comício contra a carestia é organizado em Ewbanck da Câmara. Dez praças seguem para lá. A reunião termina em calma¹¹.

A polícia local recebe informes e toma as providências que julga necessárias, de que há indícios de alteração da ordem pública por causa da carestia de vida, em Souza Aguiar, distrito de São Pedro de Alcântara e em Serriaria.¹² Os estabelecimentos comerciais de Sossego, distrito de Santana do Deserto, estão ameaçados de assalto,¹³ como também os de Sobragi.¹⁴

A "greve do açúcar" se inclui numa onda de manifestações de saque e depredação que ocorreram em Juiz de Fora e nas zonas rurais próximas. Manifestações aparentemente espontâneas que comprovam a penúria e o desespero da população, situação esta subestimada pelo poder público que, além de não indicar nenhuma solução concreta aos problemas expostos pelos operários reunidos em comício, tem

9. A carestia em Palmira. O Farol, 31-8-1918, p. 1.

10. Efeitos da carestia. O Farol, 5-9-1918, p. 1.

11. Em Ewbanck da Câmara o povo também protesta contra a carestia da vida. O Farol, 5-9-1918, p. 1.

12. Em Souza Aguiar há ameaças da alteração da ordem pública. O Farol, 6-9-1918, p. 1.

13. A carestia. O Farol, 11-9-1918, p. 1.

14. A carestia. O Farol, 17-9-1918, p. 1.

uma resposta autoritária, própria de um governo que se nega a reconhecer que o bem-estar do trabalhador é um problema do poder.

Embora a ocorrência de Juiz de Fora tenha tido maior repercussão (pelo que se nota na imprensa local), no distrito de Matias Barbosa, a repressão foi muito mais violenta, impedindo inclusive que o saque se concretizasse. Era o povo tentando tomar com as próprias mãos aquilo que lhe era roubado no lugar de trabalho. Não se tratava de desempregados ou "vagabundos", mas de trabalhadores pressionados, de um lado, pela carestia e, por outro, pelos baixos salários. Era a forma que encontravam para mostrar que não dava mais para viver e trabalhar em condições tão precárias. Enquanto isso, a Associação que dizia representá-los, via na cooperativa a solução (em 1919, não havia, ainda, conseguido implantá-la).

Com o acontecido, o poder se movimentava participando da organização de uma tabela de preços e os industriais também providenciavam para baratear os alimentos.¹⁵

1.2 - A Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora (A. B. O.)

O ano de 1918 assiste à nova tentativa de organização dos operários em Juiz de Fora. Por iniciativa

15. Como foi visto no Capítulo 1º, parte 3.1.

de uma comissão,¹⁶ realiza-se a 13 de janeiro uma reunião na sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, onde são discutidas as bases da Sociedade Operária de Juiz de Fora¹⁷ e eleita uma diretoria provisória presidida pelo Capitão João de Campos Monteiro Bastos. Da comissão de estatutos fazem parte, entre outros, o dr. Pinto de Moura e Albino Esteves.¹⁸ Por esta sessão, cujo desenrolar é narrado pelo *O Dia*, e pelo noticiário que acompanha a fundação da sociedade, já percebemos a linha que norteará a nova associação. Tomando emprestada aos anarco-sindicalistas a classificação das sociedades operárias da época, podemos incluir a Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora, nos seus dois anos de existência, como um exemplo de "sociedade amarela", que orienta sua atuação mediante franca colaboração com o patronato e o Estado.¹⁹ Tratava-se de uma tentativa de cooptação dos operários pelo poder político constituído. O que vem a seguir demonstrará o nosso po-

16. Joaquim de Souza Moreira, Luiz Felizola, Altivo Rodrigues Martins, Antônio Scanapieco, Thomaz dos Santos, Hildebrando Sartini, Arthur Vaz da Motta, Catulo Breviglieri, José Martins da Cunha, João Lettieri, Júlio Pavan e Henrique Borezi. Reunião operária. *O Farol*, 16-1-1918, p. 1.

17. Reunião operária. *O Farol*, 16-1-1918, p. 1.

18. Vida operária. *O Dia*, 15-1-1918, p. 1. Pinto de Moura era então deputado estadual e Albino Esteves dirigia o jornal *O Dia* que dá cobertura à Associação enquanto João de Campos Monteiro Bastos se mantém na presidência da mesma.

19. Sílvia Lang MAGNANI. O Movimento Anarquista em São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 95.

sicionamento.²⁰

À primeira acusação de que visava fins políticos, a diretoria provisória esclarece os seus objetivos: unificação do operariado da cidade, organização de uma cooperativa, serviço médico e farmacêutico a preços reduzidos, criação de uma biblioteca, criação de um fundo de reserva, difusão do ensino e educação intelectual e cívica dos operários.²¹ Já ficara esclarecido também que a Associação não vedava a entrada do elemento feminino pois, sendo ela de caráter beneficente, receberia o apoio de todos os operários, "quer se trate de homens quer se trate de mulheres ou mesmo de famílias de proletário" (sic).²²

Ainda em janeiro, recebe adesões dos operários da Marmoraria São José, da Cervejaria Americana, da Cia. Mineira de Eletricidade e da fábrica de banha do Poço Rico.²³

A Comissão dos Trinta sócios²⁴ tirada em assem-

20. Discordamos de Eliana R.F. Dutra, op. cit., p.105, que constata a orientação reformista de O Operário. Como se trata do órgão oficial da Associação Beneficente Operária, entendemos não ser possível analisá-lo separadamente da atuação da A.B.O.

21. Vida operária. O Dia, 6-2-1918, p. 1.

22. Vida operária. O Dia, 29-1-1918, p. 1.

23. Vida operária. O Dia, 17-1-1918, 19-1-1918, 22-1-1918 e 26-1-1918, p. 1.

24. João de Campos Monteiro Bastos, Antônio Scanapiêco, Horácio Simões Correia, Paulino de Aquino Xavier, Atilio Breda, Jonatas Luiz de Magalhães, Gustavo Larcher, Lacordaire Mosqueira Gomes, Absalão José Luiz, Adolpho Machado, Gaspar Dilly, João Dore, Álvaro da Costa Freitas, Francisco Bergamini, João Di Libero, Aristides Leal, Mario Lessa, Joaquim de Souza Moreira, Stefano Barzochini, Henrique Gilberto, Amadeu M. Timponi, José Moreira, João Scarlatelli, Guilherme Schmitz, Caetano Evangelista, João Lettieri, Ju-

bléia geral para discutir, emendar e aprovar os estatutos termina seu trabalho e, em abril, é eleita a diretoria para o período de 1º/5/1918 a 1º/5/1919: presidente, João de Campos Monteiro Bastos; vice-presidente, Joaquim de Souza Moreira; 1º secretário, José Custódio S. Jr.; 2º secretário, Absalão José Luiz; tesoureiro, Gustavo Larcher; procurador, Adolpho Machado; orador, Felipe G. Cohanier; Conselheiros, Paulino Xavier, Horácio Simões Correia, Jonathas Magalhães, João Dore, Arthur Vaz da Motta e João Madeira; Conselho fiscal: Catulo Breviglieri, Pedro Giovanetti e Lacordaire Mosqueira Gomes.²⁵

O Operário, órgão da sociedade, publica fotos dos membros da diretoria e dos sócios defensores, assim identificados por Edgard Leuenroth:²⁶ João de C. M. Bastos, cabo político; Antônio de Souza Moreira, mestre; José Custódio da Silva Jr., mestre da fábrica e ruísta; Gustavo Larcher, patrão; Felipe G. Cohanier, mestre e ruísta; Absalão J. Luiz e Adolpho Machado não são "identificados" por Leuenroth; dr. José Eutrópio, ruísta; dr. Luiz Caminha Sampaio, governo; Pelino Cyrillo de Oliveira, ruísta, professor e político; Albino de Oliveira Esteves, governo e ruísta. Mesmo com a ressalva da posição anarquista de Leuen-

lio Pavan, Marciano José Bernardes, Francisco Kreuser, João Madeira, Manoel Schmitz. Termo de aprovação. O Operário, 1-5-1918, p. 4.

25. Associação Beneficente Operária. O Farol, 10-4-1918, p. 1.

26. O exemplar em questão - 1-5-1918, Ano I, nº 1 - faz parte do seu arquivo (UNICAMP) e a identificação está escrita à mão, ao lado de cada foto.

roth, estes esclarecimentos reforçam nossa análise da linha de atuação da A.B.O. O papel de cabo político atribuído a João de C. M. Bastos é também denunciado em artigo d' O Farol que o tem como

"presidente de uma associação pseudo-operária" e "cidadão que nunca foi operário, que há meses não tinha profissão reconhecida, e que só agora, depois de muito engrandecer os srs. Penido, Antônio Carlos e Pinto de Moura, (...) foi nomeado fiscal das rendas federais no testamento do ex-ministro da fazenda. Abra pois o operariado os olhos com essa gente".²⁷

Na assembleia em que a diretoria acima referida é eleita, o presidente procede à leitura de um Relatório da atuação nos três meses de vida da Associação (Anexo 7). Nele percebemos o caráter individualista e autoritário da direção e a linha de aberta colaboração de classes que a orientam: o presidente "consegue" fundar a Associação com o "auxílio" dos outros sócios; o presidente agradece a alguns operários terem-no ajudado nas "emergências" em que "se" encontrou; o presidente vai "pessoal e secretamente" à Comp. Industrial Mineira e não acha que os operários são mal remunerados; o jornal burguês O Dia funciona, neste período, como porta-voz da Associação; a presença de profissionais liberais - dr. Luiz Caminha Sampaio, dr. Pinto de Moura, prof. Machado Sobrinho, prof. Pelino Cyrillo de Oliveira, dr. José Eutrópio e Albino Esteves - demonstrando a sua "admiração pela classe operária" e "contribuindo com o

27. Operários explorados. O Farol, 23-11-1918, p. 1.

seu saber para o progresso social".

A Associação conta, então, com 1.024 sócios, quando há cerca de 6.000 operários na cidade²⁸. É registrada a 31 de maio, tendo como fins a proteção, a beneficência e defesa da classe operária²⁹. Seus estatutos são publicados no primeiro número de O Operário, a 1º de maio de 1918³⁰. Neles estão registrados o seu caráter e a sua orientação: além da assistência jurídica, médica, farmacêutica e dentária, visa fundar cooperativas, escolas, bibliotecas e organizar

"serviços que tenham por fim melhorar as condições materiais e morais dos operários, defender seus direitos, ampará-los junto dos patrões, patrocinar suas reclamações justas e protegê-los nas suas necessidades" (Art. 5);

os elementos de outras classes são assimilados sob a forma de sócios defensores: pessoas que, não sendo operários, auxiliem e prestigiem os fins da Associação; a competência do orador exclui a emissão de

"opiniões e conceitos que tenham relações com quaisquer doutrinas revolucionárias e subversivas, incompatíveis com os intentos e a constituição da associação ou fazer alusões e afirmações políticas ou religiosas" (Art. 45);

devido ao seu caráter "puramente beneficente", sua adminis

28. Ver Anexo 7.

29. Cartório Onofre Mendes. Registro Livro nº 3, Fls.59.

30. O Operário, 1-5-1918, p. 2-4.

tração não pode representá-la em atos públicos ou particulares que incluam manifestações de agrado ou desagrado (Art. 106); a direção é constituída por um conselho administrativo de 13 membros eleitos em assembléia geral, sete dos quais compõem a diretoria (Art. 24 e 25); os operários de uma mesma fábrica podem ter delegados junto ao Conselho Diretor (desde que o estabelecimento tenha mais de 20 sócios), portadores de reclamações sem participar nas deliberações do Conselho (Art. 102).

O 1º de maio de 1918 dá uma amostra da atuação da A.B.O. Em abril, os sócios defensores oficiam às fábricas da cidade solicitando que o dia seja feriado para que os operários possam participar dos festejos³¹; ao que as indústrias - Mascarenhas, Santa Cruz, A. Teixeira & Alves, Pantaleone & Spinelli, Industrial Mineira e Moraes Sarmiento - respondem amáveis ofícios concordando com o pedido³². A última, além de concordar com o pedido, resolve estender o feriado a todos que trabalham na fábrica, e gratificar os operários e inaugurar o Pavilhão Nacional em cerimônia à qual comparecerão os trabalhadores³³. De fato, no dia 1º, os operários recebem de 2 a 20\$000 e o operário Francisco Coelho Júnior agradece a prova de solidariedade dos diretores e gerentes,

"prometendo sempre em nome dos companhei

31. Vida operária. O Dia, 24-4-1918, p. 1.

32. Vida operária. O Dia, 28-4-1918, p. 1-2; 1-5-1918, p. 1.

33. Vida operária. O Dia, 1-5-1918, p. 1.

ros prestar apoio e dedicação aos seus superiores e ao serviço"³⁴.

Os sócios defensores estavam lá. Eles e a diretoria da A.B.O. fazem as primeiras entregas da gratificação. Era a harmonia entre as classes que continuaria a se concretizar, à noite, na sessão de posse da diretoria eleita. Entre os presentes, José Procópio Teixeira, presidente da Câmara que, não só preside a sessão, secretariada pelo deputado Pinto de Moura e pelo cel. Severiano Sarmento (industrial), mas, também coloca, na hora da posse, o distintivo da Associação à lapela de cada membro da diretoria. Em suma, ele transmite o poder à diretoria. O orador oficial afirma que a A.B.O.

"nada tem de comum com as outras que aqui existiram e que o seu programa nada tem de revolucionário ou anarquista; é destinado a ser cultivado à sombra da lei e da ordem"³⁵.

Uma voz destoa da tônica geral da sessão; é o advogado Francisco Prado que, após traçar o histórico do movimento operário, declara não concordar com o enfoque dado por Pinto de Moura ao modo pelo qual os dirigentes brasileiros têm encarado a questão do trabalho: vários projetos dormem no Congresso Nacional, continuam sem solução e os abusos são constantes. Aborda ainda o problema do trabalho domiciliar

34. Vida operária. O Dia, 2-5-1918, p. 1.

35. Vida operária. O Dia, 3-5-1918, p. 1.

a que obriga o salário insuficiente do operário³⁶.

O Operário, lançado no mesmo dia, também explica de que forma atuará a A.B.O.:

"A sua ação se exercerá sempre dentro das normas democráticas que nos regem, de perfeito acatamento às leis e às autoridades constituídas, sem embargo da crítica justa e oportuna aos atos maus de quem quer que seja"³⁷.

Como na sessão de posse, o órgão da Associação deixa passar a existência no seu interior de uma posição um pouco mais avançada que a da linha oficial adotada. Só assim se explica a publicação de artigo em que o autor, Mário Rosa, defende o socialismo e prega a emancipação do operário³⁸ ao lado de um outro de teor tão conservador que vê o trabalho como um lenitivo tanto para o "operário como para o titular"³⁹, confirmando a concepção "pelega" da A.B.O.

A instalação de uma cooperativa de consumo, um dos objetivos da A.B.O., começa a ser planejada, cabendo a Francisco Prado elaborar o seu regulamento. Faz parte da preocupação com a situação de miséria pela qual passa o operariado local, explicitada no segundo número de O Operário. O presidente continua, no entanto, com a sua visão paternalista quanto à solução do problema:

36. Vida operária. O Dia, 3-5-1918, p. 1.
 37. O operário. O Operário, 1-5-1918, p. 1.
 38. 1º de Maio. O Operário, 1-5-1918, p. 1.
 39. O trabalho. O Operário, 1-5-1918, p. 1.

"Os srs. industriais deverão ter um pouco mais de caridade para com os seus auxiliares, aumentando mais os ordenados, a fim de poderem atravessar com menor dificuldade esta grande crise que nos assoberba..."⁴⁰.

Sem deixar de cobrar do governo federal que proíba as exportações e da Câmara Municipal que fiscalize os preços dos alimentos e as balanças⁴¹; e do deputado Astolpho Dutra que apóie o Código do Trabalho em discussão no Congresso⁴². Ao mesmo tempo, recusa ser candidato dos operários a vereador, pedindo o voto da classe para os políticos representantes da cidade e declarando-se entusiasta do governo "do grande patrício dr. Procópio Teixeira a quem deve este município os maiores serviços"⁴³. Confirma-se aqui o ser ele um cabo político. No Relatório da A.B.O., em abril de 1919, declara que:

"Temos tido todo o apoio do ex. sr. dr. João Procópio Teixeira, m.d. presidente da Câmara Municipal, que se tem mostrado um grande amigo do operariado"⁴⁴.

E, mais uma vez, confirma a sua colaboração com o poder constituído:

40. A carestia. O Operário, 10-8-1918, p. 3.

41. Ibidem.

42. Vida operária. O Dia, 1-10-1918, p. 1.

43. A pedidos. O Dia, 4-10-1918, p. 2.

44. Relatório da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora, apresentado pelo seu presidente capitão João de Campos M. Bastos. Juiz de Fora, A Comercial, 1919. p. 14.

Para evitar o desprestígio da numerosa classe operária desta cidade, teve o conselho administrativo necessidade de tomar energicas providências contra o sr. João Augusto de Carvalho, que dizendo-se pretensiosamente ser representante da classe, estava cometendo em nome do operariado, os maiores atos de indignidade, a ponto de aconselhá-los a anarquia e a desordem. Felizmente, o conselho, em boa hora, tomou as providências precisas e pela imprensa foi lançado um energético protesto que ótima impressão causou no espírito publico, e o sr. João de Carvalho, foi obrigado a recolher-se ao silêncio.

Foi este, srs. sócios, um grande benefício prestado pelo conselho à classe operária que se acha hoje encaminhada para o seu prestígio, e felizes seremos se os futuros membros do conselho seguirem a mesma rota que temos observado até agora, respeitando os poderes constituídos, apoiando os nossos representantes nos dois parlamentos estadual e federal e dentro da ordem e da lei, conseguindo tudo que almejamos.

Não nos temos descuidado dos sócios desempregados; ao contrário, temos obtido colocações para diversos, no Rio por intermedio dos presidentes das "Associações", nossas irmãs e aqui por intermedio do nosso querido sócio defensor, dr. Pinto de Moura, e pelos influentes chefes políticos drs. Antônio Carlos e João Penido, meus particulares amigos.

Por este fato vê-se claramente que as minhas relações com estes ilustres homens da situação, só têm sido de resultado para a classe.

Não se trata de política na "Associação", conforme têm afirmado alguns operarios e jornais despeitados; sou presidente há um ano e quatro meses e dou testemunho da unanimidade de meus companheiros de conselho que poderão dizer se de fato tenho levado a "Associação" para este terreno. Sou de fato amigo íntimo daqueles ilustres políticos, porque a eles estou ligado pelos deveres de gratidão, e a eles que devo a minha subsistência, e a eles que devo terem-me por várias vezes tirado das dificuldades da vida e é a eles que devo o emprego que hoje ocupo.

"A ingratidão, srs. sócios, é um dos piores defeitos que pode ter um homem; a pessoa ingrata não me merece a menor confiança.

As minhas relações com aqueles distintos amigos poderá ser útil para vós também, porque, com eles, obterei tudo que for possível e razoável em vosso benefício. Não sou político, mas, trabalho com o meu fraco esforço por ocasião das eleições, para a elevação destes homens honrados, que muito têm feito para a nossa terra e de cujos serviços o país precisa"⁴⁵.

Estas palavras explicitam o caráter de cooptação a que obedece a A.B.O. Esta intenção não excluía um posicionamento a favor da legislação trabalhista, numa conjuntura em que a intervenção estatal na regulamentação do trabalho estava começando a se concretizar. Evaristo de Moraes é convidado a fazer conferência, mas a platéia é restrita: os ingressos tinham sido pagos⁴⁶.

Na mesma assembléia (6-4-1919) em que o Relatório acima referido é lido, a nova diretoria é eleita, tomando posse a 1º de maio: presidente, Gustavo Larcher; vice-presidente, Absalão José Luiz; 1º secretário, Jonathas L. Magalhães; 2º secretário, Rufino Mello; tesoureiro, Stefano Barsochini; procurador, Cecínio Duarte; orador, Antônio Scanapieco. Conselho: Eustachio Corrêa, Ferruccio Marchiori, Attilio Breda, Cássio Gonçalves Reis, Paulino de Aquino Xavier, Tertuliano Gomes da Silva. Conselho Fiscal:

45. Ibidem, p. 11-12.

46. Ibidem, p. 10.

Catullo Breviglieri, Jacob Balde e Francisco Coelho Júnior⁴⁷. Comparada esta com a outra diretoria, nota-se uma renovação grande de nomes. Apesar de o presidente ter sido identificado como "patrão", parece que a renovação significou uma certa abertura de espaço para operários de posição mais avançada do que a de João de Campos M. Bastos. O Dia deixa totalmente de noticiar sobre as atividades da A.B.O. Assim, as informações sobre este período até o final do ano são restritas: reunião para comemorar a assinatura do Tratado de Paz⁴⁸; indicação do Dr. Pedro Carlos da Silva para representar os operários na Conferência do Trabalho em Washington⁴⁹; palestra por ele proferida em que discorre longamente sobre a adoção das 8 horas de trabalho, defendendo-a como uma realização a se concretizar brevemente, pois

"a inteligência e o real amor ao progresso que não se pode negar aos industriais que tenham concorrido para o desenvolvimento desta cidade, são garantias de que eles não demorarão a apoiar a idéia..."⁵⁰.

Coloca-se contra a concepção revolucionária de Marx e contra os anarquistas, "prevenindo" os operários contra "o perigo da cilada dos anarquistas exploradores que pretendem insinuar-se em seu seio"⁵¹.

47. Vida operária. O Dia, 9-4-1919, p. 2
 48. Associação Operária. O Farol, 3-7-1919, p. 1.
 49. A Conferência de Washington e o nosso operariado. O Farol, 28-9-1919, p. 1.
 50. Conferência Operária. O Farol, 25-11-1919, p. 1.
 51. Ibidem.

Nota-se, no final de 1918, uma efervescência em volta das 8 horas de trabalho já aprovadas na Conferência de Washington. E a preocupação com os marxistas e anarquistas comprova a sua existência em Juiz de Fora. A A.B.O conta, então, com 3.000 associados⁵². A questão dos serões é antiga (Anexo 7). Os industriais forçam os operários a serões diários de 2 horas e meia, pagando \$ 200. O Lince reclama da suspensão da gratificação paga pelos empresários durante a guerra "porque a guerra acabou, porém a crise continua"⁵³.

Sinal, ainda, de que os problemas afloram é a decisão do Conselho Deliberativo da A.B.O. de nomear

"... uma comissão ou Junta de Arbitramento e Conciliação para resolver por meios suaves e práticos, todos os conflitos, dúvidas e choques de interesses que, porventura, surjam entre operários e patrões"⁵⁴.

Constituída por operários e chefiada pelo advogado dr. Francisco Prado, a primeira questão que terá para resolver é a do dia de 8 horas de trabalho⁵⁵. Já era a greve que estava sendo preparada. Que um núcleo progressista estava dirigindo de fato a A.B.O. não fica dúvida quando um adepto do antigo presidente o defende das acusações de Maurício de Lacerda que atribui à Associação a responsabilidade sobre as péssimas condições de trabalho e os baixos salários dos operários de Juiz de Fora:

52. Questão operária. Diário Mercantil, 15-12-1919, p. 2.

53. Operários! O Lince, 18-10-1919, p. 1.

54. Questão operária. Diário Mercantil, 15-12-1919, p. 2.

55. Ibidem.

"Nenhuma culpa cabe hoje ao sr. Bastos se a Associação está em mãos de dirigentes que, além de não representarem a maioria operária, não souberam continuar a obra tão bem iniciada, tombando logo na desorganização completa e inutilidade flagrante, com graves prejuízos da coletividade, porque dentro de muito pouco tempo assistiremos a novas greves, pois que entre o operariado e o patronato falta uma agremiação mediadora, que vem a ser, neste caso, a própria Associação "beneficente"⁵⁶.

Iniciada a greve, artigo do Correio de Minas analisa a falta de sindicatos de resistência em Juiz de Fora e elogia a A.B.O. por estar saindo da sua proverbial apatia e tomando a defesa dos operários⁵⁷.

A conjuntura é de escassez de mão-de-obra. O êxodo dos trabalhadores rurais para São Paulo é frequentemente noticiado pela imprensa desde 1917. Em 1919, a campanha contra os aliciadores de mão-de-obra é intensificada, chegando alguns a ser presos. Em 1920, operários das fábricas da cidade são aliciados para trabalhar nas fazendas paulistas. Um industrial - J.R. Ladeira - explica pela escassez de operários os salários "elevados" dos menores, tentando convencer que os mesmos não são explorados nas fábricas⁵⁸.

56. A pedidos. Diário Mercantil, 3-1-1920, p. 3.

57. A greve. Correio de Minas, 3-1-1920, p. 1.

58. Êxodo de trabalhadores. O Farol, 12-10-1917, p. 1; 24-4-1918, p. 1. De Minas para São Paulo, Diário Mercantil, 21-7-1919, p. 1. Aliciadores. O Farol, 29-7-1919, p. 1. O êxodo dos trabalhadores rurais. Diário Mercantil, 4-9-1919, p. 1; 17-9-1919, p. 2. Muito bem! A tarde, 6-5-1920, p. 2. A obra dos aliciadores, 19-4-1920, p. 2. O trabalho de menores nas fábricas. Diário Mercantil, 13-12-1919, p. 2.

2 - O Dia a Dia da Greve

Nos últimos dias de dezembro de 1919, corre pela cidade o boato de que os operários declararão greve geral no dia 2 de janeiro, tendo o Delegado de Polícia, Ribeiro de Abreu, tomado providência para a manutenção da ordem pedindo ao Chefe de Polícia a remessa de um contingente de praças e de uma força de cavalaria⁵⁹.

No dia 30 de dezembro, a A.B.O. decide esperar a reunião dos industriais a realizar-se no dia seguinte, deixando plena liberdade aos trabalhadores para reivindicarem o que desejam caso seja irredutível a atitude dos patrões em não ceder⁶⁰.

Já no dia 31 de dezembro de 1919, os industriais se reúnem na Câmara Municipal, sob a presidência de Luiz de Souza Brandão, presidente da Câmara em exercício, para deliberar sobre as reivindicações operárias: o dia de 8 horas de trabalho e o aumento de 50% sobre os salários dos serões. Presentes os representantes das fábricas Cia. Santa Cruz, Fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas, Couto & Comp., George Francisco Grande, Cia. Industrial Mineira, Martins de Carvalho & Jorge Jr., Viúva Meurer, Krambeck Irmão, A. Surerus, Cervejaria Americana, Hermann Erhardt, Germano Otto, A. Teixeira Borges & Souza, Eduardo Borges & La

59. Vai ser declarada a greve geral dos operários nesta cidade? Diário Mercantil, 30-12-1919, p. 2.

60. Reúne-se hoje a Associação Beneficente Operária. Correio de Minas, 1-1-1920, p. 1

cerda, Casa Pantaleone, Virgílio Bisaggio, Soares & Tardio, Henrique Burnier, Souza Brandão, Dias Cardoso & Comp., Renato Dias & Comp., Martins Ferreira & Comp. e Companhia Fabril de Juiz de Fora. Por proposta do representante da Cia. Santa Cruz fica acertado o dia de 9 horas - das 7 da manhã às 5 da tarde - ficando ainda aprovado o máximo de 3 horas para os serões e o aumento de 25% sobre os mesmos. É acolhida, ainda, por unanimidade, a proposta de criação, em Juiz de Fora, do Centro Industrial Mineiro e deliberado que seja comunicado ao Centro dos Industriais do Brasil, no Rio de Janeiro, a sua organização e a solidariedade da assembléia pela ação que o Centro vem desenvolvendo em defesa da indústria nacional⁶¹.

No dia seguinte, 1º de janeiro, os operários reúnem-se em assembléia presidida por Gustavo Larcher, estando presente o industrial Acácio Teixeira que entrega à diretoria da Associação a contra-proposta dos industriais. Esta é longamente discutida e rejeitada pela assembléia que decide "pela declaração de greve parcial com caráter geral" a começar no dia 2. São, então, designados para iniciar a greve os operários da Sociedade Anônima Litográfica e Mecânica "União Industrial", da firma J. Rodrigues Ladeira & Comp., composta da antiga Indústrias Reunidas e Estamparia Mineira⁶². No mesmo dia 1º, chega a Juiz de Fora uma

61. Agita-se o operariado em Juiz de Fora. Diário Mercantil, 2-1-1920, p. 2.

62. Estão fora do trabalho 6.000 operários. Correio de Minas, 3-1-1920, p. 2.

força de cavalaria de 25 praças, enviada pela Chefia de Polícia a pedido do delegado local⁶³.

1º dia. 2-1-1920. Sexta-feira

É declarada a greve geral do operariado de Juiz de Fora⁶⁴. A paralisação é iniciada pelos operários gráficos da União Industrial. Solidários com eles, os operários de todas as seções da União Industrial e da Estamparia Universal se retiram "continuando as fábricas a apitar em vão"⁶⁵.

Ainda pela manhã, os operários em greve reúnem-se na Associação Beneficente Operária, nomeando uma comissão - Miguel Bernardi, Antônio Maria Pedrosa, Steffano Barsochini, José Antônio Pereira, Renato Pera, Alberto Barezzi, Sebastião Vieira, Pedro de Castro Biancovilli e Abílio Marinho Leitão - para visitar os jornais locais, comunicando-lhes a sua atitude. A Associação delibera "permanecer em sessão permanente a fim de tomar todas as providências reclamadas pelos operários"⁶⁶.

Aderem à greve os operários das fábricas de tecidos Viúva Meurer & Filhos, Fiação e Tecelagem Santa Cruz, Cia. Industrial Mineira, Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento, das Mecânicas Germano Otto e Romão Otto, da Cia. Industrial e Construtora, da Oficina Henrique Surerus & Ir

63. Agita-se o operariado em Juiz de Fora. Diário Mercantil, 2-1-1920, p. 2.

64. Ibidem.

65. Ibidem.

66. Ibidem.

mão e Mecânica Jorge Grande. À tarde, já estão em greve cerca de 5.000 operários⁶⁷. De acordo com o Correio de Minas, 6.000⁶⁸.

Nesse mesmo dia, circula um panfleto da Secretaria da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora em que uma comissão de operários dirige aos diretores da Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira as reivindicações da categoria: o dia de 8 horas de trabalho, 50% na produção sobre as horas ordinárias dos que trabalham por conta e 25% para os ordenados fixos, exibição da tabela de preços que exprima o valor do pano em peças e pagamento dos dias parados⁶⁹. A imprensa local registra o espancamento de um operário, França Scheffer, da Industrial Mineira, por um soldado⁷⁰, bem como o grau de exploração que os industriais ingleses praticam:

"Um horário que começa às 5 e meia da manhã e vai até às 9 horas da noite, e uma tabela de salários que nunca nenhum inglês se lembrou de propor no seu país."⁷¹

Em carta enviada à imprensa e assinada pelo presidente, Gustavo Larcher, pelo secretário, Antônio Maria Pedrosa e pelo tesoureiro, Stefano Barzochini, a Associa-

67. Ibidem.

68. Estão fora do trabalho 6.000 operários. Correio de Minas, 3-1-1920, p. 2.

69. A agitação operária. Diário Mercantil, 3-1-1920, p. 1.

70. Agita-se o operariado em Juiz de Fora. Diário Mercantil, 2-1-1920, p. 2.

71. Estão fora do trabalho 6.000 operários. Correio de Minas, 3-1-1920, p. 2.

ção Beneficente Operária esclarece que, tendo tomado conhecimento de que os industriais declararam não ceder às reivindicações operárias por encontrar-se o dr. Francisco Prado ao seu lado, orientando a sua ação, que se de fato o advogado o tem feito, é por solicitação dos próprios operários⁷².

2º dia. 3-1-1920. Sábado

A greve de gráficos, tecelões, mecânicos e marceneiros vê aumentar o número de adesões: os operários da Fábrica de Tecidos São Sebastião, da Cervejaria Americana, da Fábrica Stiebler, da Tipografia Brasil, da Casa Azul e da Casa Renato Dias. As fábricas permanecem fechadas e guardadas por forças policiais. A greve é pacífica⁷³. Há notícias de que os operários do tráfego da Cia. Mineira de Eletricidade vão declarar-se em greve⁷⁴.

Mas, alguns já voltam ao trabalho: os operários das oficinas Medeiros & Martins, por concordarem com as 9 horas oferecidas pelos patrões e os do Curtume Krambeck, por conseguirem as 8 horas⁷⁵.

Uma comissão de industriais procura os grevistas e lhes propõe um acordo segundo o qual os operários acei-

72. A Associação Operária escreve-nos a respeito da intransigência dos industriais. Correio de Minas, 3-1-1920, p.2.

73. A agitação operária. Diário Mercantil, 3-1-1920, p.1.

74. Notícias da greve. Correio de Minas, 4-1-1920, p. 1.

75. A agitação operária. Diário Mercantil, 3-1-1920, p.1.

tam as 9 horas e 25% sobre os serões e voltam ao trabalho, com a condição de serem atendidos os seus pedidos ao fim de 6 meses. A proposta é rejeitada pelos grevistas⁷⁶.

A A.B.O. anuncia que vai pedir informações ao Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo sobre as condições de trabalho no estado a fim de que os operários possam deslocar-se para lá, caso os industriais persistam em não ceder; e ao Ministério da Agricultura sobre as concessões do governo aos que desejam localizar-se no campo⁷⁷.

3º dia. 4-1-1920. Domingo

Os industriais se reúnem e resolvem:

" 1º) Reafirmar as resoluções tomadas na reunião que se realizou no salão da Câmara no dia 31 do mês passado, isto é: que o horário ordinário será de 9 horas e que as horas extraordinárias, que serão 3 no máximo, serão pagas com mais 25% no mínimo; 2º) Não pagar aos operários os dias em que se mantiverem em greve; 3º) Conceder o prazo máximo de 8 dias, a terminar no dia 12 do corrente, para que os operários reassumam os seus lugares, antes de resolverem o fechamento de suas fabricas por tempo indeterminado"⁷⁸.

A Associação Beneficente Operária reúne-se sob a presidência do dr. Francisco Prado e fica decidido a sua

76. Notícias da greve. Correio de Minas, 4-1-1920, p. 1.

77. Ibidem.

78. A parede operária. Diário Mercantil, 5-1-1920, p. 1.

transformação em Federação Operária do Trabalho, organizando-se os trabalhadores em sindicatos⁷⁹.

4º dia. 5-1-1920. Segunda-feira

Mais operários aderem à greve: metalúrgicos, da construção, marmoristas. Os condutores de veículos e carroceiros também paralisam, pedindo o apoio da A.B.O. para obterem um aumento de 50% em seus salários que excederem as horas de trabalho estipuladas. A Cia. Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, fechada para balanço, resolve reabrir só no dia 7⁸⁰.

Os padeiros ameaçam fazer greve se não lhes for concedido o descanso semanal, como já acontece no Rio.

A Fábrica Stiebler entra em acordo com os grevistas, concordando com as 8 horas e aumentos salariais⁸¹.

A Associação Beneficente Operária envia ofício (Anexo 8) à Associação Comercial e à Associação dos Empregados no Comércio solicitando apoio moral e material. Fica acertado que as duas associações se reunirão com o Centro Industrial⁸².

79. A greve prossegue e generaliza-se. Correio de Minas, 6-1-1920, p. 2.

80. A greve operária. Diário Mercantil, 5-1-1920, p. 1. De acordo com o Correio de Minas, o "balanço" da Mascarenhas é um modo de camuflar a greve. Um "camouflage". Correio de Minas, 6-1-1920, p. 2.

81. A greve operária. Diário Mercantil, 5-1-1920, p. 1.

82. A greve prossegue e generaliza-se. Correio de Minas, 6-1-1920, p. 2.

À tarde, a Associação Operária distribuiu um manifesto aos operários (Anexo 9).

5º dia. 6-1-1920. Terça-feira

O Diário Mercantil deixa de ser publicado por não haver a direção chegado a um acordo com os trabalhadores de suas oficinas⁸³.

Na sede da Associação Comercial, realiza-se reunião entre a sua diretoria, a Associação dos Empregados no Comércio, representada pelo seu presidente cel. Luiz Nogueira da Gama e os industriais. Os presidentes das duas associações propõem, em nome dos operários, o seguinte acordo: 1º) Dia de 9 horas de trabalho, sendo a nona hora considerada extraordinária e com o acréscimo (só a nona hora) de 25% no salário; 2º) Nomeação de uma comissão permanente composta de operários, industriais, comerciantes e empregados no comércio, para resolver, de futuro, sobre aumento de salário e outras questões entre patrões e trabalhadores; 3º) Serões apenas 3 vezes por semana e de 3 horas cada um; 4º) Pagamento do salário dos dias de greve a todos os operários que recebem menos de 100\$000 por mês; 5º) Readmissão de todos os grevistas⁸⁴.

Os industriais, sob a presidência de Francisco Ignácio Monteiro de Andrade, tomam as seguintes delibera-

83. Diário Mercantil. O Dia, 6-1-1920, p. 1.

84. Movimento grevista. O Farol, 7-1-1920, p. 1.

ções: 1ª) que o dia seja de 9 horas, sendo a nona hora considerada extraordinária, com aumento de 27% diário, ou seja, 3% sobre cada hora de trabalho; 2ª) que todas as fábricas façam uma tabela de preços para os operários que trabalham por peça saberem quanto ganham; 3ª) que os serões sejam de 3 horas no máximo e 3 dias por semana, sendo que os operários que queiram trabalhar mais dias, podem fazê-lo, dependendo isto de um prévio acordo entre o operário e o patrão, pagando os industriais 25% no mínimo a mais do que o trabalho normal; por todos os operários que o queiram fazer será assinado um compromisso com os patrões e ficarão obrigados a comparecerem ao serviço; 4ª) os industriais, por espírito de humanidade, pagarão aos operários de ambos os sexos, menores de 16 anos, os dias que estiverem em greve, sendo este pagamento feito por intermédio do cel. Luiz Nogueira da Gama, presidente da Associação dos Empregados do Comércio⁸⁵.

85. Centro Industrial Mineiro. O Dia, 7-1-1920, p. 2. Presentes à reunião: Francisco Ignácio Monteiro de Andrade, Eneas Mascarenhas, Romeu Mascarenhas, J.R. Ladeira, Renato Dias, Augusto de Andrade Alves, Francisco Soares, Acacio Teixeira, Pedro Meurer, Oscar Meurer, Couto e Silva, Virgílio Bisaggio, Daniel Pinto Corrêa, Henrique Surerus, Pantaleone Arcuri, Romão Otto, Jacob Willeg, Eduardo Lacerda, O.R.A. Wright, Roberto Surerus, Bento Caldas, Denis Andrews, Constantino Valente.

De acordo com O Farol, o percentual sobre a 9ª hora é 25% e não 27% e os industriais concordam com a nomeação de uma comissão para resolver questões entre os patrões e empregados. Após a reunião, os dois presidentes se dirigem à sede da Associação Beneficente Operária para dar conta dos resultados da reunião. Em assembleia, Francisco Prado aconselha os operários a aceitar o acordo e a voltar, no dia seguinte, ao trabalho. Movimento grevista. O Farol, 7-1-1920, p. 1.

6º dia. 7-1-1920. Quarta-feira

Segundo o Diário Mercantil de 8 de janeiro, os operários voltam ao trabalho no dia 7, mas, como os da Industrial Mineira abandonassem novamente o trabalho porque a fábrica não cumprira o combinado, seus companheiros de outras fábricas voltam a parar em solidariedade. A Associação Operária é procurada pelos grevistas a fim de que intervenha na garantia dos entendimentos entre industriais e operários⁸⁶.

À tarde, a comissão encarregada pelos operários de se entender com os industriais distribui um boletim pedindo ao operariado que volte ao trabalho para auxiliá-la na sua tarefa⁸⁷.

À noite, no Clube Juiz de Fora, realiza-se nova reunião convocada pelo presidente da Associação dos Empregados no Comércio, à qual comparecem os industriais e a comissão de operários, tendo sido presidida por Francisco Ignácio Monteiro de Andrade (Santa Cruz) e secretariada por

86. Está terminada a parede operária. Diário Mercantil, 8-1-1920, p. 1.

87. "Ao Operariado

A comissão incumbida de resolver a questão entre industriais e operários que determinou a última greve pede ao operariado, como meio de auxiliar na conclusão de sua tarefa, que volte sem relutância ao trabalho, na certeza de que vai ela pleitear e espera conseguir dos senhores patrões a eliminação da nona hora, extraordinária, do dia de trabalho ou, pelo menos, que não seja a mesma considerada obrigatória, mas sim facultativa.

Ao trabalho, portanto.

Juiz de Fora, 7-1-1920

A Comissão".

A greve. O Dia, 8-1-1920, p. 2.

Daniel Pinto Correa Sobrinho e Romeu Mascarenhas (todos industriais). Comparecem ainda representantes da imprensa e o presidente da Associação Comercial. Estabelecem-se, então, as bases do acordo (Anexo 10). Da proposta aprovada são tiradas duas vias, das quais uma ficou em poder da Associação Operária com as assinaturas dos industriais e, outra, em poder do Centro Industrial com as assinaturas dos operários que compunham a comissão⁸⁸.

7º dia. 8-1-1920. Quinta-feira

Os operários voltam ao trabalho, na sua maioria. Na Cervejaria Americana, a volta é tumultuada porque o mestre geral se recusa a admitir João Carvalho e os outros operários se recusam a trabalhar em solidariedade a ele. A presença dos drs. Ribeiro de Abreu e Vieira Braga, delegado auxiliar, solucionou o problema, sendo o operário readmitido⁸⁹.

Os alfaiates declaram-se em greve, exigindo aumento salarial. E os trabalhadores da Câmara Municipal ainda se mantêm afastados do serviço, estando completamente paralisadas todas as obras municipais.⁹⁰

88. A greve. O Dia, 9-1-1920, p. 2.

89. A greve. Correio de Minas, 9-1-1920, p. 1.

90. Esta terminada a parede operária. Diário Mercantil, 8-1-1920, p. 1.

8º dia. 9-1-1920. Sexta-feira

Continuam os alfaiates em greve.

9º dia. 10-1-1920. Sábado

Termina a greve dos oficiais alfaiates. Em reunião, os grevistas aceitam uma tabela apresentada pelos proprietários de alfaiataria, organizada por Virgílio Bisaggio. Os ordenados até 100\$ têm aumento de 30% e de 100\$ para cima, de 20%⁹¹. Agora, são os oficiais e aprendizes de sapateiros que pretendem declarar-se em greve na 2ª feira, 12 de janeiro, exigindo aumento de salários e o dia de 8 horas. Dia 11, se reúnem e organizam uma tabela para os preços das obras, a ser apresentada aos patrões. Caso não sejam atendidos até o dia 15, declarar-se-ão em greve pacífica⁹². No domingo, 18, os oficiais sapateiros se reúnem na sede da Associação Beneficente Operária e decidem, diante da ausência de resposta dos proprietários de sapatarias às suas reivindicações, pela greve pacífica. Na 2ª feira, 19, a maior parte das sapatarias não funciona⁹³.

x x x

À hora do almoço do dia 24 de janeiro, o traba-

91. A greve. Diário Mercantil, 10-1-1920, p. 2.

92. Os sapateiros declarar-se-ão em greve? Diário Mercantil, 12-1-1920, p. 2.

93. Os sapateiros em greve. Diário Mercantil, 19-1-1920, p. 2.

lho é paralisado na Industrial Mineira. Motivos: tabelas de preço do salário em conflito com as bases estabelecidas pelo acordo que pôs fim à greve; demissão de dois operários - Antônio Mitherofer e Galileu de Souza - por terem tomado parte ativa na greve; maus tratos do gerente e mestre geral, chegando estes a atentar contra a dignidade, higiene e conforto dos trabalhadores. Em ofício à diretoria da indústria, a Associação Operária, hoje remodelada em Federação Operária, solicita: readmissão dos dois operários, a organização de tabelas mais compensadoras, fornecimento abundante de água potável aos operários, tratamento mais cortês da parte do gerente e do mestre geral e o fim de medidas repressivas contra os operários. Ao que a Cia. Industrial Mineira responde: não ser possível readmitir os operários dispensados; dará melhor tratamento aos operários, desde que se mostrem mais diligentes no trabalho; as tabelas organizadas já estão em poder do Centro Industrial; fornecerá água potável apenas para beber e não para abluções e "toilettes"⁹⁴.

Dia 27 de janeiro tem fim a greve dos oficiais de sapateiro que trabalham em obras de segunda qualidade uma vez que os proprietários de sapatarias - Medeiros & Martins, Dutra & Mega, Granato & Irmão, José Portaro, Caetano Chintia, José Del Vecchio, João Critelli e Sabino Tortura & Irmão - aceitaram a tabela imposta pelos paredistas com os aumentos propostos. Os sapateiros que trabalham em

94. Nova greve? Diário Mercantil, 26-1-1920, p. 2

obras de primeira qualidade continuam em greve porque não chegaram a um acordo com os patrões⁹⁵.

Os operários da Industrial Mineira, cerca de 900, continuam parados pela readmissão dos dois companheiros e melhoria nas condições sanitárias e higiênicas na fábrica⁹⁶. A Plebe enfatiza que a greve é de solidariedade aos operários envolvidos na última greve⁹⁷. Um deles - Galileu de Souza - foi um dos encarregados pela Federação para, em conjunto com os chefes da fábrica, elaborar as tabelas de preço, de salário e mão-de-obra. A demissão contraria o acordo que pôs fim à greve e infringe o Regulamento da fábrica que exige aviso prévio de alguns dias, o que não se verificou. O Diário Mercantil espera que "os industriais reparem a falta, readmitindo os dois aludidos operários e que se normalize o trabalho na Industrial Mineira"⁹⁸.

A partir do dia 28 de janeiro, os operários começam a se reunir na sede da Federação Operária Mineira a fim de tratar da fundação dos sindicatos operários. Os primeiros são os empregados em fábricas de tecidos - cerca de 5.000 operários na cidade - que nomeiam a diretoria provisória da "União dos Operários Empregados em Fábricas de Tecidos" que deverá se filiar à Federação Operária Mineira e

95. A greve dos sapateiros. Diário Mercantil, 27-1-1920, p. 1.

96. Operários em greve. Diário Mercantil, 27-1-1920, p.2.

97. Vida proletária. A Plebe, 31-1-1920, p. 3. Jornal a narquista de São Paulo.

98. Ainda a greve dos operários da Industrial Mineira. Diário Mercantil, 29-1-1920, p. 2.

esta à Confederação Geral do Trabalho, a se organizar no Rio de Janeiro⁹⁹. No dia 29, são os metalúrgicos que elegem sua Junta Provisória. Dia 30, constituem a Junta Provisória os gráficos e os tipógrafos. Dia 31, é a vez dos empregados da construção civil. Dia 2 de fevereiro, os oficiais de sapateiro. Dia 4, os marceneiros, torneiros, lustreadores e estufadores. Dia 6, os carroceiros em geral¹⁰⁰.

Dia 29 de janeiro, reúne-se a Junta Provisória da "União dos Operários Empregados em Fábricas de Tecidos" que, de acordo com a diretoria da Federação Operária Mineira, resolveu "solicitar a intervenção do parlamentar Antônio Carlos para solucionar a situação dos grevistas da Industrial Mineira de maneira honrosa para os mesmos"¹⁰¹. E o faz através de um ofício (Anexo 11). O deputado intervém no caso, "conseguindo resolvê-lo de maneira a jugular a greve e a contento geral"¹⁰².

No dia 19 de fevereiro, as fábricas adotam o novo horário: 8 horas, abrindo às 7 horas e fechando às 4 da tarde¹⁰³.

A Industrial Mineira e a Fábrica Mascarenhas extinguiram seus Clubes de Futebol, em consequência da greve

99. Federação Operária. Diário Mercantil, 29-1-1920, p.1.
 100. Federação Operária. Diário Mercantil, 31-1-1920, p. 2; 4-2-1920, p. 1; 6-2-1920, p. 2.
 101. Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 30-1-1920, p. 2.
 102. O caso da Industrial Mineira. Diário Mercantil, 6-2-1920, p. 2.
 103. O novo horário das fábricas. Diário Mercantil, 2-2-1920, p. 2.

ve¹⁰⁴.

No início de agosto, A Tarde denuncia que alguns industriais estão pouco a pouco ludibriando o convênio estabelecido entre a F.O.M. e o Centro Industrial para a fixação do dia de trabalho em 8 horas¹⁰⁵.

Em 16 de agosto de 1920, são os 33 operários da Cia. de Usinas Nacionais que param por estar o gerente da Cia. a exigir deles 9 horas de trabalho. Querem trabalhar 8 horas como estabeleceu o acordo de janeiro entre operários e industriais, recebendo o salário que lhes era pago pelas 9 horas. Delegam poder à Federação Operária para se entender com a Cia.¹⁰⁶. No dia 17, um operário, armado de faca e garrucha, tenta trabalhar no que é impedido por dois outros operários que lhe tomam as armas e denunciam-no à Federação Operária. O gerente comunica à Federação Operária que pretende diminuir 1\$000 por hora a menos de trabalho. A Federação Operária ameaça decretar a greve geral. O prédio da Cia. permanece guardado por praças da polícia¹⁰⁷. Dia 19, as Usinas recomeçam a funcionar com operários novos, trabalhando 8 horas. Os antigos operários exigem sua readmissão e, no dia 23, o advogado da Cia. cede aos grevistas que voltam com o dia de 8 horas de trabalho, recebendo os mesmos salários¹⁰⁸.

104. _____ . O Lince, 24-1-1920, p. 2.

105. _____; A Tarde, 2-8-1920, p. 2.

106. Greve operaria. A Tarde, 17-8-1920, p. 2

107. Ameaça de greve geral. A Tarde, 18-8-1920, p.1.

108. A greve dos operarios das Usinas Nacionais. Diário Mercantil, 23-8-1920, p. 2.

3 - Análise de uma Vitória

3.1 - As reivindicações

Analisando as reivindicações que dão início ao movimento grevista em 1920 - a jornada de 8 horas e aumentos salariais - e as bases do acordo (Anexo 10) que fazem os operários voltarem ao trabalho, percebemos que a luta é vitoriosa. Se não, vejamos.

A partir do dia 1º de fevereiro começa a vigorar o novo horário e, apesar de haver patrões que tentam manter a 9ª hora, as 8 horas são impostas. Mas, na realidade, o dia de trabalho não se reduz a elas. Os serões continuam. Aliás, a sua abolição não está incluída nas reivindicações. Eles fazem parte da negociação do aumento salarial não pretendendo, portanto, os operários parar de fazê-los. Mas querem sim, e conseguem, aumentar o seu preço. Reivindicam 50% sobre os mesmos e concordam com 25% sobre o novo salário ordinário. Além disso, os serões serão regulamentados, segundo O Farol, a pedido dos próprios operários. É claro que a limitação das horas extras os beneficiava na medida em que os resguardava de prolongamentos abusivos por parte do patrão. Porém, por outro lado, os prendia na obrigatoriedade de realizá-los. A não inclusão do fim dos serões nas reivindicações se explica, obviamente, pelos baixos salários pagos ao trabalho ordinário, tornando-os complemento indispensável no orçamento do operário. As delibera-

ções da reunião do dia 6 evidenciam que aos industriais interessa cada vez mais serões pois querem, então, que os operários fiquem livres para trabalhar além da delimitação feita aos serões. Escassez real de mão-de-obra? Ou intenção de acelerar a acumulação de capital através da mais-valia absoluta?

Parece-nos, assim, que a luta pelos 8 horas em Juiz de Fora atende só em parte ao princípio anarco-sindicalista de que trabalhando menos e, no caso presente, ganhando mais, poderiam os trabalhadores se dedicar ao aprimoramento intelectual e à educação associativa, diminuindo a concorrência entre si com a redução do desemprego. É que a luta pelas 8 horas não inclui, como ficou dito acima, o fim dos serões e a abolição do trabalho por peça. Em compensação, foi acompanhada de intensa atividade sindical que começa pela transformação de uma sociedade beneficente e colaboracionista em uma federação com linha de ação diversa da sua antecessora.

Examinemos agora a outra reivindicação: o aumento salarial.

A situação de penúria do proletariado já foi constatada: indústria em expansão e achatamento salarial. As péssimas condições de trabalho são descritas no manifesto lançado pelos operários (Anexo 9).

Querem 25% sobre o trabalho ordinário e 50% sobre o extraordinário (serões). Quanto às 8 horas (trabalho ordinário), o acordo não prevê um percentual uniforme para

todos os operários, mas um aumento a ser estabelecido por uma comissão composta de representantes da Associação Comercial, da Associação dos Empregados no Comércio e da Associação Operária, de acordo com a capacidade produtiva de cada indústria, com as necessidades dos operários e a natureza do seu trabalho.

Esta solução foi prejudicial aos operários - eles haviam proposto uma comissão para resolver as questões futuras e, não as de agora, entre operários e industriais - não só porque adiou a solução do problema mas, principalmente, porque a transferiu para uma instância que atuaria sem a pressão da greve. Mesmo que a comissão fosse paritária, os operários levariam desvantagem, pois a Associação dos Empregados no Comércio possuía uma linha de ação colaboracionista¹⁰⁹.

O fundamento desta base do acordo talvez tenha sido uma limitação de ordem estrutural, isto é, a distância que separava as fábricas das pequenas manufaturas e oficinas que certamente acumulavam capital em escala desigual. Aquelas, provavelmente, teriam melhores condições de atender às reivindicações do que as manufaturas e oficinas. Não temos informações sobre o aumento conseguido em umas e outras mas, acreditamos que transferir a sua decisão para a

109. Fundada em 1904 e recriada em 1913. Consegue, através de resolução municipal de 1919, reduzir uma hora na jornada do comerciário mas, pelas reclamações, parece não ter sido cumprida. Associação dos Empregados no Comércio. O Farol, 28-11-1918, p. 2. ————. O Lince, 15-2-1919, p. 3. ————. A Tarde, 30-6-1921, p. 1.

comissão, como já dissemos, enfraqueceu o poder de barganha dos operários. Mas não o de fiscalização porque os industriais ficaram obrigados a colocar as tabelas dos salários em lugar acessível aos operários.

Se não obtiveram todos o pagamento dos dias parados, as mulheres e os menores de 16 anos o receberam. Os industriais assim decidem alegando "espírito de humanidade" e, fazendo-o através do presidente da Associação dos Empregados do Comércio, confia numa associação não representativa dos operários, apenas intermediária e, por extensão, desconfia da que realmente os representa.

A última base do acordo consagra uma vitória dos grevistas - a readmissão de todos os envolvidos no movimento - e uma recomendação que denota bem o nível do relacionamento dos operários e patrões nas fábricas da cidade e que procura impedir represálias aos operários que não aderiram.

Os operários, jornaleiros e funcionários municipais também conquistam aumento salarial. A Resolução nº 830, de 31 de janeiro de 1920, autoriza o Agente Executivo a despendar a quantia de 15 contos de réis em bonificações mensais aos empregados da municipalidade.¹¹⁰

A concretização das conquistas nem sempre foi tranqüila. Com o tempo, industriais tentam impor a 9ª hora ou não afixam tabelas ou demitem operários que dirigiram a

110. Resoluções da Câmara Municipal. Fls. 106.

greve, exigindo de novo a sua mobilização. É o que acontece na Industrial Mineira: a greve recomeça e, diante do impasse, a União dos Empregados nas Fábricas de Tecidos solicita a interferência do deputado Antônio Carlos R. de Andrade junto aos industriais e, ao fazê-lo, explicitam o não cumprimento do acordo que pôs fim à greve no que se refere à demissão de operários envolvidos no movimento e à tabela de preços do trabalho. Não obtivemos informações sobre a intervenção do deputado, do que constou e qual a solução a que as partes chegaram. Fica difícil afirmar o que o Diário Mercantil entende por resolver o problema "a contento geral". A julgá-lo coerente com suas afirmações anteriores, pode-se supor que os dois operários tenham sido readmitidos¹¹¹. Não garantimos nada. Observamos, por outro lado, que a presença dos operários na comissão que decidiria sobre o aumento salarial não é levada em conta pelos industriais, o que confirma nossa análise sobre a primeira base do acordo. Mesmo com os operários parados, não se trata mais de uma greve generalizada como foi a do início do mês. Sua solidariedade é grande mas o poder de pressão se reduz.

Os resultados positivos da greve atingem outros trabalhadores que ameaçam entrar em greve se não forem atendidos: no dia 11 de janeiro, domingo, começa a vigorar o regime de descanso dominical nas padarias¹¹², oficializa

111. No dia 29 de janeiro, afirmara esperar que os industriais readmitissem os operários.

112. O descanso dominical nas padarias. Diário Mercantil, 10-1-1920, p. 1.

do pela Resolução 835 de 31 de janeiro de 1920, da Câmara Municipal¹¹³; as farmácias começam a encerrar o expediente às 20 horas e manter-se fechadas aos domingos, obedecendo a um rodízio para o plantão¹¹⁴; o descanso semanal acaba sendo implantado para o Matadouro Municipal pela Resolução nº 851 de 26 de julho de 1920 da Câmara Municipal que cria imposto adicional para os açougues que comerciarem aos domingos¹¹⁵.

Assim, mesmo sem obter tudo o que queriam, os operários saíram vitoriosos na sua luta contra o capital, sobretudo pela experiência de organização que adquiriram e vão tentar colocar em prática na Federação Operária Mineira.

3.2 - Do colaboracionismo ao confronto

Trata-se, mais uma vez, de uma greve generalizada apesar de os contemporâneos a rotularem de greve geral. Entre os setores mais combativos estão os tecelões e os gráficos, iniciadores do movimento. Os metalúrgicos e os operários da construção também parecem apoiar maciçamente. Entre os tecelões que, aliás, participam em peso (todas as fábricas maiores param), os operários da fábrica Mascarenhas são a interrogação. As fontes consultadas não

113. Resoluções da Câmara Municipal. Fls. 107.

114. O fechamento das farmácias aos domingos. Diário Mercantil, 12-1-1920, p. 2.

115. Resoluções da Câmara Municipal. Fls. 114.

os dão como paralisados mas, um dos periódicos acusa a fábrica de estar camuflando a greve com um falso balanço: os operários estariam na realidade em greve que, no entanto, não seria assumida pela direção. Mas um dos seus diretores estava presente às reuniões de 31 de dezembro e de 6 de janeiro. Negociando o quê, se os operários de sua fábrica não estavam em greve?

Pela atuação do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Operária no final de 1919, fica claro que, por iniciativa sua, a luta pelas 8 horas foi retomada pelos operários de Juiz de Fora, dispostos a ir à greve caso os industriais não cedessem às suas reivindicações. A conjuntura favorável à greve - indústria em expansão e situação difícilíssima do proletariado - existia há algum tempo. Parece-nos que foi fundamental para a eclosão do movimento em fins de 1919 e início de 1920 o espaço ocupado no interior da A.B.O. por um grupo avançado em relação ao que a havia fundado e permanecido na sua direção por mais de um ano, grupo constituído, provavelmente, de socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas. A aprovação a nível internacional do novo regime de trabalho, fortalecendo a argumentação pró-8 horas, também influirá positivamente na disposição dos que lutam por uma questão já "legalizada".

Diferentemente do que ocorrera em 1912, notamos que a greve foi preparada no interior da Associação Operária que, desde o início, vai assumi-la. E tanto esta prática destoa da orientação inicial da A.B.O. que no 3º dia

da greve, em reunião presidida pelo advogado Francisco Prado¹¹⁶, os operários decidem pela sua transformação em Federação Operária Mineira e que sejam organizados sindicatos a ela filiados. No mesmo mês, o advogado vai ao Rio de Janeiro para tratar da filiação dos sindicatos de Juiz de Fora, uma vez federados, às associações do Rio e da representação no Congresso Operário a realizar-se em abril. A atuação da F.O.M. será o assunto da parte final deste capítulo.

Que rumo a Associação dá ao movimento?

Diante do impasse criado pela posição tomada pelos industriais nos dias 31 de dezembro, 3 e 4 de janeiro, a diretoria da Associação toma a iniciativa de entrar em contato com a Associação Comercial e com a Associação dos Empregados no Comércio fazendo-os ver que o atendimento às reivindicações operárias seria benéfico às atividades comerciais uma vez que os operários teriam mais a gastar na sua subsistência. Ao mesmo tempo, chama a atenção para o prejuízo que trará um êxodo geral, principalmente para São Paulo, única saída encontrada para o caso dos patrões manterem-se irredutíveis. Tudo isto acompanhado do pedido de apoio moral e material e das justificativas e legitimidade da luta que dirige.

Assim é que as duas associações ligadas ao comércio - de patrões e de empregados - acabarão por atuar como

116. Cearense, advogado no foro de Juiz de Fora, onde reside há 7 anos. Em 1921, será eleito deputado ao Congresso Estadual do Ceará, indicado pelo situacionismo cearense. A Tarde, 8-6-1921, p. 2.

intermediários entre a burguesia industrial e o proletariado em confronto. Aqui, o rumo dado ao movimento pelos operários também é diferente do tomado pela greve de 1912. Nem o presidente da Câmara em exercício - aliás, industrial, fazendeiro e grande proprietário de casas na cidade - nem o delegado ou chefe de polícia atuam como intermediários nas negociações. Os operários se dirigem à Associação, até então, representativa dos industriais. O momento da greve parece marcar uma diferenciação de interesses dos setores industrial e comercial da burguesia de Juiz de Fora, como deixa transparecer a aprovação unânime da criação do Centro Industrial Mineiro. Não estamos deduzindo daí que a Associação Comercial toma o lado dos operários por estar perdendo o apoio dos industriais. Os conflitos entre as duas frações de classe se concretizam em outras instâncias (política alfandegária, por exemplo), não ultrapassando, é claro, os interesses de classe que as identificam.

A intermediação mais atuante parece ter sido a da Associação dos Empregados no Comércio, que convoca a reunião dos industriais e operários onde chegam ao acordo e através da qual os industriais pagam os dias parados às mulheres e menores de 16 anos.

Nesta greve, operários e industriais se confrontam e negociam cara a cara, não só no dia 3, quando uma comissão de patrões procura os grevistas para fazer-lhes uma proposta de pôr fim à greve como também no dia 7 quando negociam juntos as bases do acordo. Outro avanço em relação a

1912. Na prática, o patronato reconhece e legitima a representação operária, vendo na classe um interlocutor. Um interlocutor poderoso quando cruza os braços e ao qual ele se vê obrigado a ceder para continuar acumulando capital. A greve de 1920 é um momento de confronto por excelência da história da classe operária juizforana em que fica registrada a sua resistência ao capital.

Um documento que transparece a compreensão da realidade pela direção do movimento é o manifesto (Anexo 9) distribuído pela Associação aos operários: já que dividiram com os industriais os prejuízos da crise, agora querem partilhar a riqueza que elas estão acumulando; as condições de vida e de trabalho são tão precárias que justificariam uma revolta violenta mas sabem que não devem fazê-lo; cabe-lhes demonstrar a sua superioridade humana sobre os patrões cegos, surdos e impassíveis. Daí, a necessidade dos operários agirem dentro da ordem e respeitarem as autoridades e a propriedade pública e particular. E, acima de tudo, manter-se unidos e dispostos a tudo, inclusive a migrar.

Pela descrição da greve, percebe-se que a direção da A.B.O., exercida de fato durante a greve pelo advogado Francisco Prado, correspondeu às expectativas dos operários. Uma resistência à volta do trabalho no dia 7 deixa escapar porém, que um grupo não estava satisfeito com o acordo e preferia continuar o movimento. Avaliava que podiam conseguir mais. Apesar de não termos conhecimento das

condições concretas dos trabalhadores para continuar parados (a dificuldade objetiva parecia ser a falta de recursos para subsistir), a nossa avaliação é de que se tratava, realmente, de uma conjuntura grandemente favorável à luta operária e a de que o advogado, ao "se esforçar para demonstrar a necessidade de aceitar o acordo, o que, afinal, conseguiu"¹¹⁷, agiu como conciliador e mostrou suas afinidades com o capital.

O movimento se manteve pacífico durante toda a semana. Aliás, embora tenha recebido reforços no dia anterior ao início da greve, a repressão não é ostensiva nem violenta como foi em 1912. As fábricas são guardadas e chega à cidade o delegado auxiliar e, com exceção do registro de espancamento de um operário no primeiro dia da greve, não há conflitos com a polícia. O máximo que ocorre é o delegado Ribeiro de Abreu chamar o presidente da A.B.O. e lhe comunicar que não permitiria piquetes como o que havia sido feito na Fábrica de Meias Santo Antônio¹¹⁸. Sinal, a nosso ver, de que os industriais não se sentiam com força suficiente para impor sem negociar. O motivo estava na escassez de mão-de-obra? Afinal, os operários haviam ameaçado com a migração. Do nosso ponto de vista, a não repressão ou a repressão moderada se justifica por uma situação de dificuldade real de substituição da mão-de-obra. A ausência do Estado, quer a nível municipal ou estadual, é no

117. Movimento grevista. O Farol, 7-1-1920, p. 1.

118. Ibidem.

tória: fora a primeira reunião dos industriais no dia 31 de dezembro que se realiza na Câmara Municipal sob a direção do presidente em exercício, o poder político não tem atuação. Será, no entanto, contatado para resolver a nova greve dos tecelões da Industrial Mineira na figura de Antônio Carlos. Daí, reconhecemos no movimento de 1920 um momento de confronto e de livre negociação: cada um dos dois pólos da produção com as forças organizadas com que, então, contavam.

Os industriais, diante da organização associativa dos operários, percebem a sua desorganização e decidem pela criação de um Centro Industrial (idéia retomada durante a greve de 1924 e só concretizada em 1926)¹¹⁹ que tentará defender os seus interesses em separado dos do comércio. A solidariedade entre eles não é das maiores. Como já foi visto, há os que tentam esticar novamente a jornada de trabalho: em agosto, A Tarde, diário local, critica a atitude destes industriais que não hesitam em fazer concorrência desigual a seus colegas e em levar os seus operários ao "recurso extremo de uma segunda greve"¹²⁰.

Ainda sobre os industriais, é pelo menos interessante observar a avaliação do Correio de Minas que faz uma distinção entre a "atitude conciliatória dos industriais brasileiros em contraste com a dos industriais estrangeiros"¹²¹, citando a Industrial Mineira (Fábrica dos Ingle-

119. A "Manchester Mineira" cai e surge uma nova realidade. Diário Mercantil, 15-3-1981, p. 6.

120. . A Tarde, 2-8-1920, p. 2.

121. Estão fora do trabalho 6.000 operários. Correio de Minas, 3-1-1920, p. 2.

ses) como aquela em que o operário está sujeito a maiores extorsões. De fato, duas semanas depois de terminada a greve, a Industrial Mineira descumpru o acordo feito, levando os seus operários novamente a cruzar os braços. O regime de trabalho é o mais rude, chegando a fábrica a negar água para a higiene dos operários. Em fevereiro de 1921, nova greve contra outra tentativa de imposição da 9ª hora como trabalho extraordinário obrigatório¹²². Os operários declararam-se em greve no dia 18 e a Industrial Mineira só volta a funcionar no dia 2 de março, quando patrões e operários chegam a um acordo: continuará em vigor o dia de 8 horas, com uma hora de serão, facultativa e paga como extraordinária¹²³.

Julgamos que a irredutibilidade dos ingleses não se fundamenta na sua nacionalidade - responsável pela maior experiência na exploração da força de trabalho na indústria - mas no volume do capital que possuem, o que lhes conferia maior poder de pressão sobre os operários para realizar a acumulação exigida por ele. A Industrial Mineira era a maior fábrica da cidade e a que mais operários empregava. Daí, "a insolência e maneiras imperialistas"¹²⁴ dos seus dirigentes.

122. Os operários da Industrial Mineira em greve. Diário Mercantil, 18-2-1921, p. 2.

123. Operários em parede. Diário Mercantil, 2-3-1921, p.2.

124. Correio de Minas, 3-1-1920, p. 2.

4 - A Federação Operária Mineira (F.O.M.)

Registrada em julho de 1920¹²⁵ e fundada durante a greve, em remodelação à Associação Beneficente Operária, a FEDERAÇÃO OPERÁRIA MINEIRA vai constituir, até 1926, o espaço dentro do qual as tendências ideológicas presentes no movimento da classe operária de Juiz de Fora vão tentar representá-la e dirigir as suas lutas.

O advogado Francisco Prado toma a frente do processo de organização e legalização da nova associação, liderando uma tendência bastante moderada a julgar pelos estatutos aprovados. Em continuação à assessoria e à liderança que exercera durante a greve, o advogado terá sua atuação questionada tanto pela imprensa burguesa¹²⁶ como pela anarco-sindicalista¹²⁷. De fato, a sua orientação não era

125. Cartório Onofre Mendes. Registro nº 66, Livro 3, fls. 25. 19-7-1920.

126. "O Salles na oposição... é a mesma coisa que o Prado operário. Ninguém aquerdita..." A Tarde, 12-3-1920, p. 1. Em artigo de 5-3-1920, o mesmo periódico o identifica como "o capitalista que dirige, sem ser o presidente, os destinos da Federação Operária local" e como "socialista... teórico".

127. A Voz do Povo, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral, publica reclamação do operário Carlos Sartori contra o "advogado arrangista" por cassar a palavra a uma operária, Maria Martins, por ser anarquista, numa assembleia em que se discutia os estatutos e por obrigá-lo a sair fugido da cidade. Sartori revoltara-se contra os artigos que estabeleciam: a Federação deveria tomar parte direta nas eleições; a Federação não seria revolucionária e a Federação seria beneficente mas não poderia admitir doentes nem aleijados. Movimento Proletário nos Estados. Voz do Povo, 3-4-1920, p. 2.

aceita por todos: em fins de fevereiro é homenageado pelos operários

"em sinal de reconhecimento e gratidão pelos múltiplos serviços que prestou ao proletariado desta cidade"¹²⁸.

De acordo com ele, uma resposta dada às "tendenciosas insinuações" de que os operários pretendem excluí-lo do seu meio¹²⁹. Assim é que, apesar de O Correio de Minas identificar a F.O.M. como tendo o fim de resistência¹³⁰, as finalidades e as formas de ação explicitadas nos estatutos não nos permitem tê-la como tal, mas como uma associação de orientação reformista. De acordo com o Art. 2º, a Federação tem por fins, além do desenvolvimento moral, intelectual e material dos seus associados, propugnar e levar a efeito a regulamentação do trabalho operário e empregar todos os meios a seu alcance para dirimir quaisquer divergências ou contestações relativas ao trabalho operário, não só entre patrões e operários, bem como entre si¹³¹. As formas de ação compreendem: a difusão e consolidação do "espírito de

128. Diário Mercantil, 2-3-1920, p. 1.

129. Pelo operariado. Diário Mercantil, 4-3-1920, p. 1. Em julho, por ocasião do seu aniversário, é novamente homenageado: recebe da diretoria da F.O.M. um guarda-chuva com castão de ouro e, à noite, sessão na sede da F.O.M. presidida pelo general Setembrino de Carvalho, comandante da 4ª Região Militar.

Um gesto do operariado. Diário Mercantil, 23-7-1920, p. 2.

130. Federação Operária Mineira. Correio de Minas, 25-1-1920, p. 1.

131. Estatutos da Federação Operária Mineira. O Proletário, 5-12-1920, p. 3-4.

consciente solidariedade" entre os operários; a filiação a associações de maior amplitude de ação, nacionais ou estrangeiras; promoção e participação em congressos operários; a organização de associações ou sindicatos operários a ela federados; promoção de campanha contra o álcool e outros vícios¹³².

Apesar de sua sede estar em Juiz de Fora, a Federação pode estender sua esfera de ação ao Estado de Minas Gerais, onde existir uma associação operária que a ela se federe ou lhe seja possível dar a sua cooperação¹³³. Nesse sentido, a F.O.M. mantém contatos com a Liga Operária Sanjoanense (São João Nepomuceno)¹³⁴, com os operários de Palmira (Santos Dumont) onde inaugura uma filial em fevereiro de 1921¹³⁵, Barbacena¹³⁶ e Entre Rios (Três Rios - R.J.)¹³⁷, tendo instalado também uma filial em Matias Barbosa, distrito de Juiz de Fora¹³⁸.

Um Conselho Federal constituído por três representantes de cada sindicato filiado e de seis delegados gerais eleitos por todos os associados elegerá entre os seus membros uma diretoria com mandato anual¹³⁹. Aliás, ao ser

132. Ibidem, Art. 3º.

133. Ibidem, Art. 1º.

134. Liga Operária Sanjoanense. O Proletário, 26-12-1920, p. 4.

135. Federação Operária Mineira. O Proletário, 6-3-1921, p. 3.

136. Pelo mundo operário. Diário Mercantil, 13-12-1920, p. 2.

137. F. Operária Mineira. O Lince, 1-12-1923, p. 2.

138. Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 11-8-1921, p. 1.

139. Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 29-3-1921, p. 2.

criada a F.O.M., a diretoria da A.B.O. permanece, só se elegendo nova diretoria em abril de 1920¹⁴⁰. Em maio, a F.O.M. recebe de sócios da extinta União Operária a escritura de um terreno à rua do Parque¹⁴¹ e, em junho, reaparece O PROLETÁRIO¹⁴², a publicação oficial da F.O.M. que sai aos sábados.

4.1 - O Proletário

É através dos artigos d' O Proletário que podemos perceber que correntes políticas tinham adeptos entre os operários de Juiz de Fora¹⁴³, além daquela predominante à época de sua organização.

Há, por exemplo, os que têm consciência de que o governo republicano não fez nada pelo operário que tem melhorado por si mesmo as condições de vida e de trabalho¹⁴⁴. Há os que, compreendendo a divisão da sociedade em duas classes antagônicas - os ricos e capitalistas, detentores de poder e do capital, e os pobres e trabalhadores

140. Presidente, Manoel Gomes Filho; vice, Alexandre Tascá; 1º secretário, Jesus de Oliveira; 2º secretário, Augusto de Oliveira; Tesoureiro, Atilio Breda; Procurador, Henrique Hyppert. Federação Operária Mineira. O Lince, 1-5-1920, p. 2.

141. ————. O Lince, 29-5-1920, p. 2.

142. Tivemos acesso a alguns números d' O Proletário que estão no Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP e a outros pertencentes ao Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano, sediado em Milão (sob a forma de microfilme pertencente ao Arquivo Edgard Leuenroth).

143. Os números obtidos d' O Proletario cobrem o período que vai de junho de 1920 a março de 1921.

144. O Proletario na Republica. O Proletário, 4-7-1920, p. 1.

que são obrigados a alugar os seus braços para viver - vêm na organização e união dos trabalhadores o único caminho para que os operários vejam reconhecidos os seus direitos¹⁴⁵. Enquanto uns querem alcançar dos industriais apenas "o respeito, melhor trato e uma pequena parte dos lucros que usufruem"¹⁴⁶, outros querem ir mais longe e vêm nos sindicatos de resistência ao capital as "células da sociedade futura igualitária e justa"¹⁴⁷, uma sociedade em que "todo o produto do trabalho útil de todos seja, de facto, propriedade de todos os trabalhadores"¹⁴⁸.

A doutrinação anarco-sindicalista torna-se sistemática a partir de setembro de 1920 e é intercalada com manifestações a favor do comunismo soviético até março de 1921. Faz parte do debate que ocorre no movimento operário brasileiro e que acabaria por desembocar na criação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922. Nem sempre os adeptos das duas correntes se degladiam. É comum a fusão de elementos de um e de outro. Há, por exemplo, quem fale na "vitória do comunismo anarquista"¹⁴⁹ e na revolução iminente, sendo preferível "sacrificar-se e morrer lutando pela anarquia do que morrer à míngua de fome"¹⁵⁰.

145. Organização Operária. O Proletário, 17-10-1920, p. 1. Trata-se de artigo assinado por Ângelo Vizzoto, de Poços de Caldas (MG).

146. Ao operariado. O Proletário, 5-12-1920, p. 2.

147. Organização operária. O Proletário, 17-10-1920, p. 1.

148. Afirmação de princípios do proletariado organizado do Brasil. O Proletário, 24-10-1920, p. 1.

149. Anselmo ROCHA. Tudo e todos por nós. O Proletário, 24-10-1920, p. 1.

150. Hermes do CARMO. O espírito de sacrifício. O Proletário, 31-10-1920, p. 2.

Os anarco-sindicalistas dão instruções para a criação de sindicatos de resistência¹⁵¹ e falam do papel do sindicato na Rússia¹⁵². Palavras de ordem de J. Sorel e Kropotkin são publicadas¹⁵³. Em março de 1921, consideram que "o anarquismo nunca esteve tão perto do seu triunfo"¹⁵⁴.

Os adeptos do comunismo publicam notícias trazidas da Rússia por delegados trabalhistas ingleses que elogiam as conquistas sociais da Revolução de 1917¹⁵⁵, entrevista com Lênin¹⁵⁶, o relato de dois membros do P.S. Francês que visitaram a Rússia¹⁵⁷.

Outros assuntos interligados com o anarquismo e o comunismo são objeto de doutrinação. A preocupação com a situação subordinada da mulher é grande: só na sociedade anarquista ela terá o mesmo nível de igualdade social em que estiver o homem¹⁵⁸ e a ela cabe instruir-se e reivindicar os seus direitos¹⁵⁹; a experiência de união sem os vínculos jurídico e religioso deve ser acatada e respeitada

151. Neno VASCO. A fundação do sindicato. O Proletário, 24-10-1920, p. 3.

152. O papel do sindicato. O Proletário, 31-10-1920, p. 3.

153. O Proletário, 23-1-1921, p. 2 e 3.

154. As transformações do anarquismo. O Proletário, 23-1-1921, p. 1.

155. Os delegados trabalhistas na Rússia. O Proletário, 19-9-1920, p. 3.

156. Lenine fala a um correspondente japonês. O Proletário, 26-9-1920, p. 2 e 3.

157. Na Rússia dos Soviets. O Proletário, 31-10-1920, p. 2.

158. Anita Ferreira ALVES. A mulher e o casamento. O Proletário, 27-3-1921, p. 1.

159. O direito feminino. O Proletário, 6-3-1921, p. 2.

pois é uma contestação às leis¹⁶⁰. O anticlericalismo também está presente: a origem da confissão ligada à inquisição, como instrumento para descobrir heréticos¹⁶¹ e a afinidade dos patrões com os padres¹⁶². A preocupação com o combate ao alcoolismo¹⁶³ e a justificação da greve geral ("suprema reivindicação do operário contra os abusos das organizações capitalistas")¹⁶⁴.

O manifesto dos intelectuais franceses dirigidos por Anatole France - CLARTÉ - também é publicado para ser "lido e admirado"¹⁶⁵.

A tudo isto, acrescente-se a defesa do sufrágio universal: o voto em representantes honestos apesar do reconhecimento da farsa eleitoral¹⁶⁶.

4.2 - Atuação

Tentando analisar a atuação da F.O.M., vamos observar um avanço no período abrangido pelo O Proletário em relação aos meses iniciais de sua existência.

Assim é que, pelo menos nos primeiros meses, a a

160. O amor livre. O Proletário, 6-3-1921, p. 2.

161. A confissão. O Proletário, 20-3-1921, p. 2 e 3.

162. Palavras de ordem. O Proletário, 23-1-1921, p. 3.

163. O alcoolismo. O Proletário, 24-10-1920, p. 1.

164. A greve. O Proletário, 12-9-1920, p. 1.

165. Leiam e admirem!... O Proletário, 27-2-1921, p. 3.
O manifesto é também publicado no jornal de Gilberto de Alencar, A Batalha. Os intelectuais mineiros e o Grupo Clarte. A Vanguarda, São Paulo, 15-3-1921, p. 1.

166. Poder legislativo. O Proletário, 20-2-1921, p. 1.

tuação da F.O.M. é moderada e se caracteriza por atitudes conciliatórias e reformistas. Se não, vejamos.

No seu nº 7, O Proletário informa que

"Começarão por estes poucos dias, os trabalhos de alistamento eleitoral dos sócios da 'Federação Operária Mineira', sendo esse o primeiro passo dado para a organização do partido trabalhista desta cidade"¹⁶⁷.

Uma tentativa clara de captar os votos dos operários. Não há outras informações a respeito mas pelas formas de ação até o momento concretizadas pela Federação, o mais provável é que se tratasse de mais uma tentativa de atrelamento do proletariado ao sistema político vigente.

Outros indícios de sua atuação colaboracionista estão nas relações mantidas com os comandantes militares locais: o do 2º Batalhão de Polícia felicita o presidente Gomes Filho pelo discurso no 1º de Maio em que exorta os operários a procederem de acordo com a lei e dentro da ordem¹⁶⁸; uma comissão nomeada pela diretoria da F.O.M. visita o general Setembrino de Carvalho, comandante da 4ª Região Militar, por ocasião de seu aniversário, quando o presidente Gomes Filho enaltece "suas qualidades de militar brioso e de amigo das classes trabalhadoras"¹⁶⁹.

167. Atos e fatos. O Proletário, 20-6-1920, p. 3.

168. Um ofício do exmo. comandante do Segundo Batalhão. O Proletário, 20-6-1920, p. 3.

169. General Setembrino de Carvalho. O Proletário, 19-9-1920, p. 2.

Em setembro de 1920, a F.O.M. comemora com ses são solene o início dos trabalhos censitários¹⁷⁰, extrai u ma tómbola em benefício da sua Caixa de Socorros e festeja o dia 7 com passeatas de bondes até o parque Weiss onde se realiza um "meeting"¹⁷¹. O presidente e o vice entram em contato com o Curtume Krambeck no sentido de obter as 8 ho ras com a manutenção dos salários, fazendo-o "diante das razões apresentadas e da atitude ponderada e calma dos ope rários"¹⁷². A F.O.M. serve de intermediária na greve das Usinas Nacionais e elogia os operários grevistas "pela ma neira altamente ordeira e ponderada com que agiram durante todo o tempo da greve"¹⁷³. Em outubro é inaugurado o Cen tro Médico, Farmacêutico e Dentário¹⁷⁴.

Entremeada com esta orientação, a F.O.M. começa a pautar a sua ação por uma linha que avança em direção do anarco-sindicalismo. Participara em abril do 3º Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, de orientação anar

170. Na sede da Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 1-9-1920, p. 1.

171. Nos bondes, operários e operárias entoavam a Canção Vermelha, com a música da canção do soldado.

172. Gesto nobilíssimo. O Proletário, 19-9-1920, p. 2. Atentar para a qualificação do gesto do Curtume Krambeck que "acedeu às aspirações de seus operários" quando esta indústria foi a primeira a concordar com a 8 horas na greve de janeiro, tendo os seus operários voltado ao trabalho no 2º dia do movimento, ao final do qual industriais e operários assinaram acordo que estabelecia as 8 horas.

173. Atos e fatos. O Proletário, 5-9-1920, p. 3. De acordo com A Tarde, a F.O.M. teria ameaçado com a greve geral (Ver parte 2 deste capítulo).

174. Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 12-10-1920, p. 1.

co-sindicalista, através de dois representantes: Gustavo Larcher (então presidente) e Frederico Molin¹⁷⁵. A Associação Tipográfica Beneficente Mineira é transformada em Centro de Resistência dos Gráficos a partir da convocação da F.O.M. através de O Proletário¹⁷⁶. Denuncia o comportamento dos mestres que não respeitam as operárias e os menores¹⁷⁷. Apóia a campanha realizada pela Voz do Povo, para descobrir o paradeiro de Antônio Silva, deportado pela polícia do Rio¹⁷⁸. Convida para fazer conferência Maria Lacerda de Moura que fala sobre "A mulher brasileira e o problema trabalhista" e assume estar no programa da diretoria "batalhar em todos os sentidos, pela independência da mulher proletária"¹⁷⁹. Edgard Leuenroth, de volta de Teresópolis onde fora a tratamento de saúde, faz palestras sobre "O problema trabalhista no Brasil". Na ocasião, é apresentado a uma platéia numerosa pelo presidente Gomes Filho que o enaltece pelo seu papel no trabalho desenvolvido pelos intelectuais em torno da questão das reivindicações

175. O Terceiro Congresso. Voz do Povo, 24-4-1920, p. 1.

176. Centro de Resistência dos Gráficos de Juiz de Fora. O Proletário, 31-10-1920, p. 3.

177. Pedindo um corretivo. O Proletário, 26-9-1920, p. 3. Atos e fatos. O Proletário, 24-10-1920, p. 3 e 6-3-1921, p. 2. As duas reclamações se dirigem ao mestre da Fabrica Sarmiento: um, Sebastião Martins de Souza, insultou e agrediu a operária Helena Barbieri; outro, Carlos Kerlm, seduziu e desonrou uma menor operária. Na Fabrica Meurer, o sr. Gervason espancou um menor por ter faltado ao trabalho na vespera.

178. Atos e fatos. O Proletário, 24-10-1920, p. 3.

179. D. Maria Lacerda de Moura. O Proletário, 31-10-1920, p. 1 e 2.

proletárias¹⁸⁰. Domingos Passos, anarquista do Rio, participa de debate em que expõe sua opinião¹⁸¹. A F.O.M. continua a sua prática da propaganda, instalando aulas noturnas para seus associados e familiares¹⁸².

A F.O.M. é alvo de críticas e acusações por parte da Igreja local. Em fins de 1920, corre notícia de que surgiria na cidade uma associação operária católica da qual não poderiam fazer parte operários de outras crenças¹⁸³. Em 1921, o padre Thomaz da Igreja da Glória ameaça os sócios da Liga Católica de expulsá-los caso apóiem O Proletário, órgão da F.O.M. cuja diretoria também é atacada por ele¹⁸⁴.

Se na greve da Industrial Mineira, em fevereiro de 1921, quando a indústria tenta mais uma vez impor a 9ª hora, a posição da diretoria da F.O.M. é moderada - o presidente Gomes Filho aconselha o maior respeito e acatamento às resoluções da diretoria da fábrica¹⁸⁵ - não faltam elementos que denunciem a má fé dos industriais que

"sob o pretexto dos abomináveis serões, fazem o trabalho ignominioso de prévia preparação para o restabelecimento das malditas 10 horas, entre nós;"¹⁸⁶

180. Edgard Leuenroth. O Proletário, 26-12-1920, p. 1. Toda a página 1 é ocupada em descrever a visita do conferencista e em resumir o conteúdo de sua fala.

181. Movimento operário. A Plebe, São Paulo, 25-6-1921, p. 4.

182. Instrução operária. Diário Mercantil, 17-5-1921, p. 1.

183. Semeando a discórdia. O Lince, 13-11-1920, p. 1.

184. Mais devagar... O Proletário, 27-3-1921, p. 2.

185. Greve. O Proletário, 20-2-1921, p. 3.

186. Serões. O Proletário, 20-2-1921, p. 2.

golpe fracassado em janeiro do ano anterior. E publicam os nomes de 17 operários que

"dizendo-se companheiros não tiveram independência de caráter bastante para permanecer ao lado dos grevistas e foram num movimento de agachamento e subserviência, lamber os pés daqueles que amanhã lhes darão o pagamento merecido..."¹⁸⁷

A F.O.M. promove excursões a Palmira (Santos Dumont) onde chega a intervir numa greve pelas 8 horas¹⁸⁸ e cria o Centro Recreativo Tiradentes que reúne os sócios para debates, leitura e poesias e a promoção de bailes¹⁸⁹.

Acompanhando o caminho da F.O.M., percebemos que, embora dentro de certos limites, o movimento organizatório da classe operária de Juiz de Fora avança. Francisco Prado deixara a cidade para ser deputado estadual no Ceará. Em 1920, assumira a presidência M. Gomes Filho, guarda livros e jornalista, que se não era anarquista, não impediu que estes ocupassem espaço. O Proletário confirma isso:

"O operariado juiz-de-forano evoluiu muitíssimo durante o segundo semestre do ano findo. Realizou neste curto espaço de tempo um progresso realmente animador, pois que a frente da F.O.M. não se encontrava um espírito tacanho, e

187. Quadro negro. O Proletário, 6-3-1921, p. 1.

188. A greve em Palmira. Diário Mercantil, 10-5-1921, p. 1.

189. Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 5-2-1921, p. 1.

sim um moço de caráter adamantino, livre de preconceitos e verdadeiramente libertário"¹⁹⁰.

Tanto assim é, que, em 1921, muitos operários adeptos da orientação inicial da Federação se desligam e passam a integrar a Associação Beneficente Irmãos Artistas. Antônio Scapapiece assume a sua presidência e, em excursão a São João Nepomuceno reafirma o seu caráter essencialmente beneficente, "com exclusão da política e dos meios violentos de reivindicação operária"¹⁹¹. Desencadeia-se então uma disputa entre as duas associações permeada por acusações mútuas. A Tarde (pró-Bernardes) publica várias entrevistas com os operários dissidentes e acusa os diretores da F.O.M. de estarem fazendo propaganda a favor de Nilo Peçanha¹⁹².

Reeleito em 1921¹⁹³, Gomes Filho permanece à frente da F.O.M. até abril de 1922 quando a posse da nova diretoria¹⁹⁴ traz à cidade, para uma conferência, Otávio Brandão que aderiria ao Partido Comunista em outubro do mesmo ano.

190. Considerações momentâneas. O Proletário, 23-1-1921, p. 4.

191. Fraternidade operária. A Tarde, 15-8-1921, p. 1.

192. Desfazendo explorações. A Tarde, 3-9-1921, p. 1; e 6-9-1921, p. 1.

193. Diretoria eleita em 1921: presidente, Manoel Gomes Filho; vice-presidente, Tito Franco; 1º secretário, Camilo Mendonça; 2º secretário, José Marcílio; tesoureiro, Aquilino Ribeiro. Procurador geral, Eustachio Correia. ————. O Lince, 30-4-1921, p. 2.

194. Presidente, Bernardino Marcello de Moraes; vice, José Antônio de Abreu; 1º secretário, João Ribeiro de Oliveira; 2º secretário, José Marcílio; tesoureiro, Augusto de Oliveira. Procurador, Antenor Reis. Federação Operária Mineira. O Lince, 30-4-1922, p. 1.

Jesus de Oliveira, gráfico, dá início, então, através d' O Lince, à denúncia e ao combate das idéias comunistas no interior da classe operária local. Assim, qualifica de "fracasso oratório" a palestra de Otávio Brandão que "atacou violentamente o catolicismo, o protestantismo e a República"¹⁹⁵. Segundo ele, os interesses e direitos dos operários têm sido abandonados depois que surgiram

"os amigos das idéias avançadas e que se intitulam de "Vermelhos" e apelidam de "Amarelos" os que não adotam os seus ideais"¹⁹⁶.

E publica, em agosto de 1922, matéria transcrita d' O Operário, de Belo Horizonte, a notícia da organização do Partido Comunista do Brasil, como Seção da Internacional, efetivada no Congresso realizado em março, com representantes do Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Cruzeiro, Santos e Juiz de Fora¹⁹⁷. O presidente de orientação "vermelha", Bernardino de Moraes, é deposto do cargo e suspenso do quadro social da Federação, em abril de 1923, acusado de desvio de dinheiro (quase 800 mil réis) durante a assembléia em que devia prestar contas¹⁹⁸. Acaba por ser expulso da Associação¹⁹⁹.

195. Um fracasso oratório. O Lince, 7-5-1922, p. 1.

196. Ao operariado local. O Lince, 7-5-1922, p. 1

197. O movimento comunista entre nós. O Lince, 19-8-1922, p. 3.

198. O "caso" da F. Operária. O Lince, 29-4-1923, p. 2.

199. F. Operária Mineira. O Lince, 1-9-1923, p. 3.

A 1ª de maio de 1923, toma posse nova diretoria²⁰⁰, cujo presidente, Leopoldo Barroso, se reelegeria em 1924, e faria a Federação retornar à sua orientação anterior. Em julho de 1923, Jesus de Oliveira é eleito vice-presidente "pelas duas facções operárias, a pacifista e a que propaga o regime da Rússia"²⁰¹. É ele mesmo que nos dá informação sobre a presença dos comunistas na Federação: começaram a aparecer na cidade, vindos de São Paulo, Rio e Pernambuco e a se "infiltrar" na Federação; em resultado disso, o número de sócios diminuiu muito (de quase 4.000 passou a ter menos de 200); a atual diretoria já conseguiu duplicar o número de sócios e tomou a resolução de proibir as propagandas comunistas revolucionárias e sobre qualquer religião²⁰²; a diretoria (cujos 12 membros são contra as propagandas revolucionárias) resolveu também não convidar mais os revolucionários para oradores oficiais²⁰³. Continuando o combate às propostas revolucionárias, o redator d' O Lince desenvolve em suas páginas um debate com o "vermelho" João Ribeiro de Oliveira²⁰⁴, reconhecido por ele como dotado de inteligência e de grande facilidade para discursar e escrever, que se vê obrigado a fundar um jornal "O Rebate" porque os diários locais não aceitam publicar

200. Presidente, Leopoldo Barroso da Silveira; vice, Tito Pereira da Silva; 1º secretário, Sebastião Gutierrez; 2º secretário, José Masson; tesoureiro, Pedro de Castro Biancoville; procurador, David Silva.

201. Federação Operária Mineira. O Lince, 14-7-1923, p.3.

202. Um grande passo. O Lince, 4-8-1923, p. 1.

203. F. Operária Mineira. O Lince, 22-9-1923, p. 2.

204. Prático de farmácia, havia sido 1º secretário da Federação Operária Mineira na gestão anterior.

seus artigos²⁰⁵. No debate, Jesus de Oliveira calcula em dez o número de "indesejáveis"²⁰⁶.

As comemorações do 1º de maio de 1924 são realizadas separadamente pelos "vermelhos" e pelos "amarelos". Os primeiros recolhem donativos e, apesar da campanha da diretoria da Federação Operária Mineira através da imprensa burguesa, organizam um programa que inclui salva de tiros, passeata pelas ruas ao som da "Euterpe Mineira", comício no largo do Riachuelo onde os oradores falam sobre carestia da vida, o direito de greve, a educação do operariado e sessão solene na sede da Associação da Euterpe Mineira com palestra sobre a data²⁰⁷. À frente da organização está Bernardino M. de Moraes²⁰⁸, e o seu objetivo, segundo O Lince, foi "combater a diretoria da F.O.M. que não tem permitido a propaganda "vermelha dentro da sede social"²⁰⁹. Do programa oficial da F.O.M. constaram: salva de tiros, passeata, jogo de futebol e sessão solene, quando toma posse a nova diretoria²¹⁰, tendo sido orador oficial, o advogado dr. Sadi Carnot de Miranda Lima.

205. Os "Vermelhos". O Lince, 17-11-1923, p. 2.

206. Os "indesejáveis". O Lince, 6-10-1923, p. 1.

207. De acordo com O País, do Rio de Janeiro, a conferência é feita por um representante do Partido Comunista Brasileiro. No meio operário. O País, 22-5-1924, p. 7.

208. Festa do Trabalho. Diário Mercantil, 1-5-1924, p.3.

209. F. Operária Mineira. O Lince, 3-5-1924, p. 2.

210. Presidente, Leopoldo Barroso da Silva; vice, Aquilino Pinto Ribeiro; 1º secretário, Aristides da Silveira; 2º secretário, José Masson; tesoureiro, Pedro de Castro Biancoville; procurador, José Antônio de Abreu.

E, neste momento, a classe operária de Juiz de Fora se encontra às vésperas de um novo confronto com a burguesia industrial: a greve de junho de 1924.

CAPÍTULO 4º

A GREVE DE 1924

"Tire a polícia as carabinas das fábricas e vamos ver se essa intransigência continua..."*

1924 é um ano de grande elevação do custo de vida no Brasil.

O governo de Artur Bernardes (1922-1926) assinala um refluxo na atuação do movimento operário a nível nacional, devido à violenta repressão sobre as tentativas de luta da classe, aos problemas internos à orientação do movimento e ao início das migrações internas do nordeste, responsável pelo barateamento da mão-de-obra. A partir de 1923, a conjuntura é desfavorável à atividade industrial que se vê obrigada a concorrer com os produtos estrangeiros cuja entrada é facilitada pela alta taxa de câmbio imposta pela bem sucedida política de valorização do café.¹

Realmente, em Juiz de Fora, a situação já havia se deteriorado desde 1923, como foi visto no Capítulo 1º. A imprensa alardeia a carestia, conclamando o governo mu-

* A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

1. Ângela Maria de Castro GOMES, Op. cit., p. 92 e 93.

nicipal a tomar providências como, por exemplo, a instalação de feiras livres, o que é rejeitado pela Câmara sob a alegação de que não havia gêneros e que atentavam contra os direitos do comércio.² A burguesia local aponta como solução a entrada, no país, de gêneros alimentícios de primeira necessidade com isenção de impostos alfandegários³. E o proletariado encontra no aumento salarial a saída para a situação em que se encontrava. E vai à luta contra o capital, paralisando, mais uma vez, o trabalho.

Prenúncios da greve, cujas reivindicações principais são o aumento salarial e a abolição dos serões, são registrados desde fins de maio de 1924 quando um grupo de operários liderados por Agenor Reis impede que os operários de uma construção trabalhem mais uma hora, ganhando serão⁴. Comentando o acontecido, O Lince vê nas 8 horas um regime justo mas defende o direito dos operários trabalharem mais horas, mediante acordo com os patrões, acordo este que os beneficia⁵.

Como se vê, a questão da jornada de trabalho está relacionada com a questão salarial : mantendo baixos os salários, os industriais garantem uma jornada mais longa e, portanto, maior acumulação de capital. Garantem ainda a utilização de força de trabalho suficiente em conjunturas em

2. ————. Diário Mercantil, 4-4-1924, p. 1. A vida cara e a greve do operariado. O Farol, 14-6-1924, p. 1.

3. A carestia agravada. Gazeta Comercial, 11-6-1924, p.1.

4. Por causa das 8 horas. Gazeta Comercial, 24-5-1924, p. 2.

5. O dia de 8 horas. O Lince, 1-6-1924, p. 2.

que ela é escassa e a concorrência maior no mercado de trabalho quando há mão-de-obra suficiente.

1 - O Dia a Dia da Greve

1º Dia. 10-6-1924. Terça-feira.

As operárias da fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas iniciam greve por aumento de salário, há muito tempo pleiteado, intimando seus companheiros de trabalho a acompanharem-nas⁶. A polícia toma medidas preventivas⁷.

2º Dia. 11-6-1924. Quarta-feira.

Os carroceiros que conduzem matéria-prima para a Fábrica Mascarenhas recusam-se a fazer esse transporte, solidarizando-se com as operárias. Os trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Malha Meurer, da Fábrica Surerus, da Fábrica Santa Cruz aderem ao movimento. Já são cerca de 1.500 operários em greve.

À tarde, numeroso grupo de operários desfila pela rua Halfeld, em direção à sede da Federação Operária Mineira onde, à noite, se realiza reunião quando fica acertado "que a Associação prestigie os grevistas"⁸.

6. O movimento grevista das tecelãs. Diário Mercantil, 12-6-1924, p. 2. Parede de tecelãs. Gazeta Comercial, 12-6-1924, p. 1.

7. O Farol, 10-6-1924, p. 1.

8. O movimento grevista das tecelãs. Diário Mercantil, 12-6-1924, p. 2.

Em ofício aos industriais, os operários impõem como condição essencial para sua volta ao trabalho : 50% de aumento nos salários, abolição dos serões e fim do aviso prévio de 15 dias estabelecido pelas fábricas para a retirada de um tecelão⁹.

Intransigentes, os industriais não concordam. A polícia toma providências a fim de garantir a locomoção dos operários que queiram trabalhar e as fábricas paradas. O delegado Ribeiro de Abreu telegrafa ao chefe de polícia do Estado, solicitando um destacamento de cavalaria para reforçar o posto policial. Várias prisões são efetuadas. João Ribeiro de Oliveira, prático de farmácia, é enviado para Belo Horizonte¹⁰.

Os grevistas protestam com veemência contra estes atos de violência¹¹.

3º Dia. 12-6-1924. Quinta-feira.

Tende a generalizar-se o movimento, falando-se a bertamente na greve geral.

Em grupo numeroso, no qual se viam também moças e meninos, os grevistas percorrem várias fábricas com o ob jetivo de obter novas adesões¹². Aderem à greve os operá - rios das seguintes fábricas : Industrial Mineira, Santa Ma

9. Ibidem.

10. Ibidem.

11. Ibidem.

12. Os grevistas percorrem as fábricas. Diário Mercantil, 13-6-1924, p. 1.

ria, Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento, São Francisco, São Jorge, Lanifício São Geraldo, S. A. Mecânica George Grande, Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, S. A. União Industrial, São Nicolau, Santo Antônio, São Pedro, São João Evangelista, Cia. Cervejaria Americana, Fábrica de Calçados São João, Malharia Glória, Mecânica Industrial e Fábrica de Banha Costa & Irmão. E ainda os pedreiros¹³. Quase todas as fábricas deixam de funcionar: a maioria, porque os operários abandonaram o trabalho e outras, para evitar possíveis depredações¹⁴.

Em frente à Fábrica Surerus, registram-se correias por terem as praças, ali estacionadas, disparado suas armas para o ar a fim de dispersar os operários aglomerados no local¹⁵. Os edifícios das fábricas continuam a ser guardados por forças policiais. Chega à cidade, vindo de Belo Horizonte, um destacamento do 5º Batalhão. O delegado Ribeiro de Abreu e o dr. Menezes Filho, presidente em exercício da Câmara, telegrafam ao chefe de polícia do Estado pedindo a vinda de um delegado auxiliar, "em vista das proporções que está tomando a greve"¹⁶.

Uma comissão nomeada pela assembléia dos operários — J. R. Queiroz, Mário Machado, Olinda Barbieri, Domina de Oliveira, João Rosa e Alfredo Lima — delibera que

13. O movimento gravista. Diário Mercantil, 13-6-1924, p.1.

14. Ibidem.

15. O movimento grevista das tecelãs. Diário Mercantil, 13-6-1924, p. 2.

16. O movimento grevista. Diário Mercantil, 13-6-1924, p.1.

só voltam ao trabalho com as seguintes condições : um aumento de 50% sobre o atual ordenado ou salário, abolição das caixas mútuas e das horas extraordinárias, não sendo estas obrigatórias, com o mesmo aumento de 50% e abolição da praxe do operariado ser obrigado a marcar 15 dias para se retirar da fábrica¹⁷. Os industriais permanecem intransigentes. À noite, reunião na sede da Federação Operária Mineira¹⁸.

De acordo com o noticiário da Gazeta Comercial, órgão oficial da Associação Comercial que englobava, na época, também os industriais,

"a parede está sendo fomentada por uma associação que se constituiu recentemente com elementos excluídos da Federação Operária e que se intitula Associação Operária Cosmopolita, a mesma que há tempos obrigou os operários que trabalhavam numa obra à avenida 7 de Setembro a abandonarem o serviço.

(...) Alguns grevistas, estimulados pelos tais da Cosmopolita, associação que nem vida legal tem, estão forçando outros operários de diferentes fábricas de tecidos a derir ao movimento!"¹⁹

E, em editorial, espera que a Federação Operária, de comum acordo com os industriais, faça os grevistas voltar ao trabalho depois de considerar justo que os operários o abando

17. Greve de operários. O Dia, 13-6-1924, p. 1.

18. O movimento grevista. Diário Mercantil, 13-6-1924, p.1.

19. A parede operária. Gazeta Comercial, 13-6-1924, p.1.

nem e procurem melhorar seus salários e de recomendar aos sindicatos que formassem caixas e armazenassem gêneros para socorrer os trabalhadores durante a greve²⁰.

4º Dia. 13-6-1924. Sexta-feira.

Em busca de novas adesões, os grevistas tentam paralisar todo o serviço da Cia. Mineira de Eletricidade, à rua Espírito Santo, inclusive o tráfego de bondes, fornecimento de luz e força motora. Conseguem a adesão dos operários das oficinas mecânicas e de carpintaria da Cia. Mineira. E seguem para o Poço Rico. Diante da fábrica de banha — Costa Irmão & Comp. — ocorrem distúrbios: os operários negam-se a parar; são vaiados pelos grevistas que hostilizam o policiamento inclusive com pedradas; os grevistas cortam o cano condutor de água para a fábrica e recebem com vaías e pedradas os três delegados chamados ao local — Álvaro Batista de Oliveira, delegado auxiliar, Ribeiro de Abreu e o cap. José Augusto de Moraes, delegado especial. Contornada a situação pela polícia, os grevistas retornam ao centro da cidade²¹.

Às 7 horas da noite, quando passa em frente à sede da F. O. M., o bonde nº 2 é apedrejado por grevistas, muitos menores, operários tecelões. Em seguida, é a casa do médico dr. Edgard Quinet de Andrade Santos o alvo dos

20. Ibidem.

21. O movimento grevista. Diário Mercantil, 14-6-1924, p.1.

grevistas. A polícia comparece e faz uma prisão. Os bondes passam a trafegar guardados por soldados de armas embaladas²².

Os grevistas avisam as padarias que não consentirão no dia seguinte na venda e entrega de pão nas ruas, ao que os proprietários pedem aos fregueses que mandem buscá-lo no balcão²³.

O policiamento na cidade é feito por 160 praças de infantaria e 20 de cavalaria, sob o comando de quatro oficiais da Força Pública. Pelo noturno, chegarão mais 10 praças de cavalaria²⁴.

À noite, numerosos industriais conversam demoradamente na delegacia de polícia, com dr. Álvaro Batista de Oliveira, sobre a greve, declarando-lhe ser impossível atender às "absurdas" reivindicações dos grevistas. Depois que voltarem ao trabalho, estudarão o assunto. Pedem garantia para suas propriedades e para o seu funcionamento. Ainda, à noite, o delegado chama à polícia os diretores do Centro Cosmopolita e da Federação Operária Mineira e comunicá-lhes que não mais permitirá "passeatas operárias estrepitosas pelas ruas da cidade, ajuntamento diante dos estabelecimentos fabris e assuadas contra quem quer que seja"²⁵.

22. Ibidem.

23. A parede dos operários. Gazeta Comercial, 14-6-1924, p. 1.

24. O movimento grevista. Diário Mercantil, 14-6-1924, p.1.

25. Ibidem.

Os comerciantes que simpatizam com o movimento estão dispostos a fazer donativos em dinheiro para a manutenção da greve. Vai ser aberta uma subscrição para este fim²⁶.

Na sede da F. O. M., que está patrocinando o movimento, realizam-se todas as noites reuniões comcorridíssimas. Os operários estão irritados com as prisões sem motivo²⁷.

Ao final do 4º dia, aderiu à greve, "pode-se dizer, todo o operariado local, exceção apenas de pequenas oficinas, cujo número de operários é resumido"²⁸. Estendeu-se ainda às olarias e pedreiras²⁹. Calcula-se em 5.000 o número de grevistas³⁰.

5º Dia. 14-6-1924. Sábado.

Todas as fábricas estão paradas, calculando-se em 8.000 o número de operários parados. Os padeiros aderiram³¹.

Com exceção do comércio e do funcionalismo, quase toda a atividade local está parada³².

26. A vida cara e o operariado. O Farol, 13-6-1924, p.1.

27. Ibidem.

28. O movimento grevista. O Dia, 14-6-1924, p. 1.

29. A parede dos operários. Gazeta Comercial, 14-6-1924, p.1.

30. A vida cara e o operariado. O Farol, 13-6-1924, p. 1.

31. A vida cara e o operariado. O Farol, 14-6-1924, p. 1.

32. A parede dos operários. Gazeta Comercial, 15-6-1924, p.1.

Dia de pagamento nas fábricas, os operários não recebem. O comércio varejista suspende o crédito aos grevistas.

As estações de Juiz de Fora e Mariano Procópio estão cheias de vagões contendo mercadorias sem ter quem as desembarque. Os estoques de gêneros alimentícios na cidade estão quase esgotados. Os grevistas impedem a aproximação dos carroceiros e tentam paralisar o transporte de açúcar refinado para o comércio local. A polícia atira para o ar e os dispersa³³.

De Belo Horizonte, chegam o delegado auxiliar Vieira Braga, 20 praças de cavalaria e 10 de infantaria, sob o comando do Tte. Amaral³⁴.

O dr. Eduardo de Menezes Filho, vice-presidente da Câmara, e Álvaro Batista de Oliveira, 1º delegado auxiliar, convocam, pela imprensa, os industriais para uma reunião no dia 15 de junho, domingo, a 1 hora da tarde, no edifício da Câmara Municipal, quando serão ouvidos sobre as reivindicações dos operários³⁵.

Neste dia, o vice-presidente da Câmara ainda telegrafa ao dr. Dulphe Pinheiro Machado, Superintendente do Abastecimento, no Rio, pedindo informações sobre a possibilidade de poder contar com o suprimento de gêneros alimen-

33. Ibidem.

34. O movimento grevista. Diário Mercantil, 14-6-1924, p.1.

35. Ibidem.

tícios por parte do governo federal para pôr à venda nas feiras livres, caso sejam aqui instaladas. E argumenta :

"Situação aqui exige providências especiais em vista generalizar-se greve proletariado local, possibilitando alteração ordem"³⁶.

O dr. Pedro Vieira Mendes requer dois habeas corpus : um preventivo, a favor de Antenor de Miranda Reis, para se locomover livremente; e outro, a favor de João Ribeiro de Oliveira, preso, para que seja posto em liberdade.

6º Dia. 15-6-1924. Domingo.

Não se realiza a reunião dos industriais convocada para as Repartições Municipais. Em nota oficial, Menezes Filho comunica que foi procurado em sua residência por uma comissão de industriais que lhe transmitiu a deliberação tomada pelos mesmos de não comparecer à reunião por ser-lhes impossível entabular qualquer negociação, uma vez que o estado dos mercados não permite elevação do custo da mão-de-obra³⁷. Depois de examinada a questão dos salários, os industriais haviam concluído que

"seria uma temeridade pôr em risco a estabilidade financeira da indústria local com alteração do custeio das

36. Ibidem.

37. Nota oficial. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

fábricas, de onde resultaria insegurança de situação para os próprios operários, pois o produto ficaria descolocado na concorrência com o de outras procedências"38.

A comissão pede ainda que a deliberação seja transmitida ao delegado de polícia. Este telegrafa para Belo Horizonte, enviando ao Chefe de Polícia informações sobre a fracassada reunião dos industriais, os contatos com os operários e as propostas destes para voltar ao trabalho³⁹.

Neste dia, ainda, uma comissão de operários procura Menezes Filho a fim de pedir em nome da classe a criação de feiras livres ao que o vice-presidente responde já haver tomado providências a respeito : espera resposta da Superintendência para reunir a Câmara que determinará a sua criação. Empenha-se ainda em deixar claro não ser este gesto da Câmara resultado da greve ou da pressão que a mesma pudesse ocasionar mas com a finalidade de fazer uma experiência na qual ele pessoalmente não acredita, "mas que é defendida e desejada pelo público"⁴⁰.

7º Dia. 16-6-1924. 2ª feira.

Diante da intransigência dos industriais, a F. O. M. delibera que a greve prossiga até que as reivindicações dos seus associados sejam satisfeitas. Tem início e conti-

38. Ibidem.

39. _____ . A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

40. Ibidem.

nuará diariamente, a distribuição de gêneros alimentícios aos operários na sede da Federação⁴¹. O comércio também auxilia os operários com gêneros de primeira necessidade⁴².

Pela manhã, o delegado-auxiliar percorre todos os bairros onde há fábricas, permanecendo as mesmas fortemente guardadas por praças de polícia. As fábricas apitam das 5 às 7 horas, chamando os operários. Em algumas, com o intuito de dar a impressão de que a greve acabara; o apito destinava-se ao pagamento da quinzena. Em outras, com o objetivo de iniciar o trabalho, como a Fabril, a Sarmiento, Surerus, Sta. Cruz, não tendo aparecido ninguém⁴³. Mas enquanto alguns operários voltam ao trabalho — São Nicolau, Sta. Maria, L'Astorina, Mecânica Jorge Grande, Cervejaria Americana, Costa Irmão & Cia., Hartmann, Germano Otto (até o meio-dia), União Industrial, Usinas Nacionais e São João Evangelista — outros, os das pequenas fábricas, aderem ao movimento. Uma comissão de grevistas obtém apoio de muitos companheiros de classe das pequenas indústrias quando eles tomam conhecimento da recusa dos industriais sobre o aumento⁴⁴.

Os carroceiros voltam às suas atividades e o serviço de entrega de pães a domicílio é regularizado. À hora

41. O movimento grevista. Diário Mercantil, 16-6-1924, p.2.

42. O comércio auxilia os operários oferecendo-lhes gêneros. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

43. As máquinas apitaram mas os operários não compareceram ao serviço hoje. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

44. O movimento grevista. Diário Mercantil, 16-6-1924, p. 1.

do almoço, uma turma de condutores e motorneiros da Cia. Mineira resolveu aderir à greve, continuando o serviço pela turma da manhã que está se revezando⁴⁵. Operários da construção civil e de algumas fábricas que, embora satisfeitos com os patrões, estão solidários com os grevistas, dispõem-se a voltar ao trabalho. Quando chegam ao serviço, verificam a existência de soldados armados à entrada. Retiram-se, declarando que não trabalharão com soldados à vista e que não precisam dos mesmos para garanti-los⁴⁶. A fábrica Surerus dispensa o policiamento. Muitos industriais verificam que essa medida é irritante⁴⁷.

Uma comissão de membros da F. O. M. e do Centro Cosmopolita vai à Câmara reforçar o pedido de feiras livres, sendo atendida pelo vereador Pedro Marques⁴⁸.

Corre a notícia de que o delegado auxiliar e o presidente da Câmara convocarão para hoje à noite nova reunião dos industriais e caso a mesma fracasse, o delegado retirará parte das forças, deixando apenas o policiamento comum, não se responsabilizando pelos resultados que possam advir aos industriais pela sua intransigência⁴⁹.

A fábrica Meurer suspende o trabalho por dois me-

45. ————. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

46. Operários que se negam a trabalhar com soldados à vista. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

47. Várias notas. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

48. ————. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

49. A polícia deixará de garantir as fábricas. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

ses, segundo aviso afixado pela manhã. O fato causa sensação⁵⁰.

A F. O. M. telegrafia a Raul Soares, presidente do Estado, expondo a situação do operariado local e pedindo-lhe a intervenção na solução do caso, como também a João Luiz Alves, Ministro da Justiça⁵¹.

À tarde, é espalhado pela cidade um boletim. (Anexo 12)

E a F. O. M. apresenta nova proposta, estabelecendo o aumento proporcional, retroativo a 60 dias anteriores ao acordo; ficando os operários obrigados a participar à F. O. M. que, com o prazo de 5 dias, avisará ao patrão quando não convier ao associado continuar no serviço; as fábricas não poderão coagir os operários a participarem dos clubes de Futebol; as caixas mútuas serão regulamentadas por uma comissão de membros da F. O. M. e do dr. Sadi Carnot de Miranda Lima. (Anexo 13)

Através do advogado, os grevistas pedem a ação me

50. A fábrica Meurer suspendeu os trabalhos por dois meses. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

51. O movimento grevista. Diário Mercantil, 16-6-1924, p. 2. Os termos do telegrama são os seguintes :

"Exmo. Ministro da Justiça - Rio - Proletários Juiz de Fora, número superior dez mil, pretendendo insignificante aumento salário, encontram desumana resistência parte industriais atender clamores fome.

Invocam auxílio vossência junto exmo. presidente República, sentido minorar situação aflitiva, prestigiando poderes municipais. Operários continuam greve pacífica, iniciada cinco dias, aguardando proteção oficial." O movimento grevista. Diário Mercantil, 17-6-1924, p. 2.

diadora do delegado auxiliar, Álvaro Batista de Oliveira que comparece à sede da F. O. M. onde procura convencê-los de que nada poderiam esperar da sua intervenção, tendo se em vista a intransigência dos industriais. Diante da insistência, o delegado concorda em servir de mediador, prometendo entender-se com os industriais⁵².

À noite, Menezes Filho recebe telegrama de Dulphe Pinheiro Machado comunicando que o seu pedido tinha sido submetido à consideração do Ministro da Agricultura e pedindo informação sobre preços no varejo em Juiz de Fora de alimentos de primeira necessidade⁵³.

O jornal A Tarde, tomando partido dos operários, condena os industriais pelo não comparecimento à reunião da Câmara. (Anexo 14)

8º Dia. 17-6-1924. 3ª feira.

A greve não sofre alteração sensível. Todas as fábricas e todas as construções continuam paradas aguardando os operários a atitude que os industriais tomarão diante das tabelas de aumento aprovadas na F. O. M. no dia anterior⁵⁴.

Respondendo à provocação de A Tarde, o Diário Mer

52. O movimento grevista. Diário Mercantil, 17-6-1924, p. 2.

53. As feiras livres. O Dia, 17-6-1924, p. 1.

54. O movimento grevista. Diário Mercantil, 17-6-1924, p. 2. A intransigência dos industriais prolonga a greve. O Farol, 17-6-1924, p. 1.

cantil garante, autorizado pelo delegado auxiliar, que o policiamento da cidade não foi modificado, mantendo-se aqui os reforços policiais vindos de Belo Horizonte, até que seja solucionada a greve⁵⁵.

À tarde, os industriais reúnem-se na delegacia de polícia⁵⁶, a convite de Álvaro Batista de Oliveira e apresentam a seguinte proposta a ser submetida à apreciação dos grevistas :

"1º) Pedem aos operários voltar imediatamente ao trabalho, a fim de normalizar-se a vida industrial da cidade e criar-se a atmosfera de calma, necessária ao estudo da questão.

2º) Fica constituída uma comissão composta dos seguintes cavalheiros cujos nomes são a melhor garantia de insuspeição, integridade moral, cultura e alto espírito, que presidem às suas deliberações — srs. dr. Cesar Franco, dr. Américo Luz, cel. Aprígio Ribeiro de Oliveira e dr. Machado Sobrinho, comissão essa que estudará a questão em todos os seus detalhes, verificando se são reais as queixas dos operários, a procedência ou improcedência das reclamações feitas e o que há de atender vel nos seus desejos, diante das circunstâncias do momento econômico atual.

55. Ibidem.

56. Presentes à reunião : Francisco Inácio, Enéas Mascarenhas, Acácio Teixeira, Tancredo Alves, Frederico Álvares da Silva, Augusto Junqueira, Pedro Meurer, Virgílio Bisaggio, Oscar Meurer, Jorge Júnior, Ulisses Mascarenhas, cel. Augusto Andrade Alves, Romão Otto, Severiano Sarmiento, José Sarmiento, Denis Andrews, L'Astorina, João Gualberto, R. Sutcliff, Romeu Arcuri, Carlos Stiebler, Horácio Medeiros, João Scarlatelli, Francis R. Wright e Aurélio Ribeiro de Oliveira. A greve. O Dia, 18-6-1924, p. 1.

3º) Dentro do prazo de 15 dias, essa comissão, à qual se franqueará, com a máxima liberdade, ingresso em todas as fábricas da cidade e o estudo da sua economia particular — apresentará ao sr. dr. chefe de polícia do Estado, por intermédio de seu digno auxiliar, sr. Álvaro Batista de Oliveira, 1º delegado - auxiliar, um relatório detalhado, no qual aconselhará as medidas que lhe parecerem justas, visando obter a perfeita harmonia que é tanto para desejar entre o patrão e o operário, os dois elementos indispensáveis e lógicos para toda e qualquer produção de riqueza."57

Reunidos na F. O. M., os grevistas discutem longamente a proposta dos industriais, tendo se manifestado, entre outros, o dr. Sadi Carnot Miranda Lima, o dr. Machado Sobrinho e João Augusto Carvalho. Não chegam a uma decisão que deverá ser tomada na reunião do dia seguinte⁵⁸.

Ao mesmo tempo, surge a idéia entre os industriais de criar cooperativas para fornecer gêneros alimentícios aos seus operários⁵⁹. A Cia. Mineira de Eletricidade vai fundar uma para seus funcionários⁶⁰.

Os vagões da Central continuam sendo descarregados lentamente, o que entrava o comércio local. O agente da estação não consegue trabalhadores extra-numerários devido à pequena diária estabelecida pela Central e à greve atual. Em editorial, o Diário Mercantil exorta o agente a aumentar a

57. Uma proposta dos industriais. Diário Mercantil, 17-6-1924, p. 3.

58. O movimento grevista. Diário Mercantil, 18-6-1924, p.2.

59. O movimento grevista. Diário Mercantil, 17-6-1924, p.2.

60. Cooperativa Regional de Consumo. Gazeta Comercial, 17-6-1924, p. 1.

diária paga aos operários e a providenciar o descarregamento dos vagões estacionados pois são muitas as reclamações que chegam ao jornal⁶¹.

O presidente da Câmara responde ao Superintendente de Abastecimento, fornecendo os preços dos alimentos na cidade. Termina o telegrama assim : "Greve perdura extensa"⁶².

Segundo O Dia, dentro em breve, será criado nesta cidade o Centro Industrial a fim de zelar pelos interesses das indústrias locais⁶³.

A Federação Operária resolve, à noite, suspender a negociação com os industriais até que o operário Gumercindo do Carvalho, preso pela polícia local e expulso da cidade, reapareça. A polícia nega o fato⁶⁴.

O Farol dirige apelo aos industriais no sentido de atenderem às reclamações feitas pelos 10.000 operários em greve : sua pretensão é justíssima; a população em geral os apóia; o comércio está a seu lado; a Câmara está providenciando para instalar as feiras-livres. "É necessário que os srs. industriais também façam o seu sacrifício"⁶⁵.

9º Dia. 18-6-1924. 4ª feira.

Surge o boato de que as costureiras vão aderir à

61. 17-6-1924, p. 1.

62. A greve. O Dia, 18-6-1924, p. 1.

63. Centro Industrial. O Dia, 17-6-1924, p. 1.

64. Continua o movimento grevista. O Farol, 18-6-1924, p. 1 e 2.

65. A intransigência dos industriais prolonga a greve. O Farol, 17-6-1924, p. 1.

greve o que não é de estranhar porque "elas trabalham longas horas sujeitando-se a exaustivos serões por um ordenado simplesmente irrisório"⁶⁶.

A greve repercute em São Paulo : a F. O. M. recebe telegrama dos gráficos paulistas hipotecando "solidariedade movimento companheiros, prestando incondicional apoio"⁶⁷. Outra manifestação de apoio aos operários vem da Associação da Imprensa de Minas, sediada na cidade, que se declara solidária com os operários⁶⁸.

A Associação Comercial convoca para a noite uma reunião dos atacadistas a fim de tratar do estado anormal da praça por motivo de greve e carestia. Depois de longos debates, fica acertada a expedição de um telegrama ao Presidente da República, Artur Bernardes, pedindo o barateamento, através da livre entrada no país, dos gêneros alimentícios de primeira necessidade como única solução à "agitação manifestada ultimamente pelo operariado e classes menos favorecidas"⁶⁹. Assumindo ainda que é certo que alguns comerciantes terão seus estoques desvalorizados mas é preferível isso a ver o povo sofrendo os horrores da fome. Repetem o mesmo pedido, através de outro telegrama, a Raul Soares, Presidente do Estado⁷⁰.

Neste dia, a Gazeta Comercial desmente o boato

66. O movimento grevista. Diário Mercantil, 18-6-1924, p.2.

67. Ibidem.

68. Ibidem.

69. O movimento grevista. Diário Mercantil, 19-6-1924, p.2.

70. Ibidem.

segundo o qual as forças policiais iriam se retirar por ordem do delegado-auxiliar, devido à intransigência dos industriais :

"Essa autoridade veio a esta cidade por ordem da chefia de polícia para manter a ordem apenas, nada tendo que ver com a atitude dos industriais e daqui se retirará somente quando a ordem estiver completamente assegurada. Fora disso, sua ação junto aos patrões e operários só poderá ser de intervenção amistosa para que as partes cheguem a um acordo"⁷¹.

O presidente da Câmara convoca uma sessão extraordinária para a próxima 2ª feira, dia 23, a fim de tratar do estabelecimento das feiras livres⁷².

À noite, uma sessão de cinema será realizada em benefício da Federação Operária para a manutenção da greve. Os bilhetes são vendidos na rua por operários e operárias⁷³.

Após reunião, na F. O. M., os operários definem-se sobre a proposta dos industriais, decidindo apresentar uma contra-proposta :

"1º) Ampliando o número dos membros da comissão sugerida pelos industriais, da qual farão parte mais os seguintes delegados dos grevistas : dr. João Rezende Tostes, dr. Rubens Ferreira Campos e o tenente-coronel João Augusto Guimarães.

71. A parede operária. Gazeta Comercial, 18-6-1924, p.1.

72. O movimento grevista. Diário Mercantil, 17-6-1924, p.2.

73. Continua o movimento grevista. O Farol, 18-6-1924, p.2.

2º) O compromisso de rigoroso acatamento, por parte dos industriais, das resoluções da mencionada comissão.

3º) Atendidos por essa forma, os grevistas volverão ao trabalho na próxima sexta-feira, por ser amanhã dia santificado"74.

Os industriais aceitam a contra-proposta dos operários e, à noite, em reunião na F. O. M., o acordo, assinado pela Comissão de operários e pelos industriais, é lido em plenária. Usam da palavra o dr. Sadi Carnot, João Augusto de Carvalho e dr. Machado Sobrinho. A reunião é agitada porque há operários que não aceitam o acordo. É quando se ouve o estampido de um tiro e, em seguida, o disparo de outros. A polícia intervém e faz evacuar a sede da Federação. Confusão. Correrias. A cavalaria avança sobre os operários, dispersando-os em pouco tempo. Algumas pessoas ficam feridas. O delegado-auxiliar proíbe ao presidente da Federação, Leopoldo Barroso, abrir a sede sem sua autorização. Acatada a ordem, o presidente solicita a liberdade dos grevistas presos então⁷⁵.

Jesus de Oliveira, como testemunha ocular, descreve o que aconteceu :

"(...) e uma das mais altas autoridades, postada em cima do canteiro fronteiriço à sede, levianamente e sem verificar o que se passava, deu tiro para

74. O movimento grevista. Diário Mercantil, 18-6-1924, p.2.

75. O movimento grevista. Diário Mercantil, 19-6-1924, p.2.

o ar; os agentes então fizeram grande tiroteio. Aí, se ouviu o seu grito : Cavalaria, avançar! Foi uma barbaridade! Os soldados metiam a espada a torto e a direito. Houve muitos feridos de bala e espada e prisões. Foi a apoteose ao final da greve! Assistimos de perto tudo isso"⁷⁶.

Os jornalistas (Jornal do Comércio e Gazeta Comercial) reclamam da proibição pelos delegados de polícia da entrada da imprensa na delegacia desde o início da greve⁷⁷. O que é desmentido pelo delegado Ribeiro de Abreu⁷⁸.

10º Dia. 19-6-1924. 5ª feira.

Dia santificado.

A F. O. M. conserva fechadas as suas portas. Centenas de operários se mantêm à frente da sua sede, só se dispersando após o meio-dia⁷⁹.

O País, do Rio de Janeiro, publica manifestação de apoio aos operários de Juiz de Fora em greve, assinada pela Comissão Central Sindical do Partido Comunista, datada de 17 de junho. (Anexo 15)

Os gráficos se reúnem na sede do Tupinambás Fute-

76. A polícia também faz apoteoses. O Lince, 22-6-1924, p. 2.

77. A polícia proibiu a entrada na delegacia aos repórteres. Gazeta Comercial, 19-6-1924, p. 1.

78. A reportagem na polícia. Gazeta Comercial, 20-6-1924, p. 3.

79. A parede dos operários. Gazeta Comercial, 20-6-1924, p.1.

bol Clube para tratarem da constituição de uma associação de classe e elegem uma diretoria provisória⁸⁰.

À tarde, os industriais se reúnem e fica resolvida a fundação de cooperativas para vender gêneros aos operários a preços limitados⁸¹.

O presidente da Câmara recebe telegrama do deputado Antônio Carlos que anuncia a provável vinda do Superintendente do Abastecimento a Juiz de Fora⁸².

11º Dia. 20-6-1924. 6ª feira.

Os operários voltam ao trabalho, conforme o esperado pelo acordo assinado entre eles e os industriais⁸³.

À noite, a comissão nomeada e aceita por operários e industriais começa seu trabalho, reunindo-se na Câmara Municipal. Todos os membros comparecem, com exceção do dr. João Tostes, por não se encontrar na cidade. O dr. Rubens Campos também comparece pois, ao contrário do que foi noticiado, aceitara a sua indicação. À reunião, que foi secreta, esteve presente o delegado auxiliar. O relatório resultante do trabalho da comissão será levado à F. O. M. em assembléia geral e à Chefia de Polícia que também se pronunciará sobre o assunto⁸⁴.

80. Correio do Dia. O Dia, 21-6-1924, p. 1.
 81. O movimento grevista. Diário Mercantil, 21-6-1924, p.2.
 82. O movimento grevista. Diário Mercantil, 19-6-1924, p.2.
 83. O movimento grevista. Diário Mercantil, 21-6-1924, p.2.
 84. Ibidem. A greve. O Dia, 21-6-1924, p. 1. e 22-6-1924, p.1.

Dada a grande repercussão do movimento, continuam a chegar telegramas de apoio : da Federação Operária do Rio de Janeiro, solidarizando-se com a F. O. M.; de Evaristo de Moraes, felicitando a Associação da Imprensa de Minas pela sua atitude diante da greve operária⁸⁵.

Neste mesmo dia, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro se reúne e resolve prestar a solidariedade ao movimento grevista de Juiz de Fora, enviando telegrama e dirigindo apelo a todos os proletários do Brasil para que façam o mesmo :

"Proletários!

Não são, nem podem ser desconhecidas para vós, as dificuldades do lar de quem trabalha para viver; cheio de vicissitudes morais e materiais, de desgostos e sofrimentos, produzidos pelas necessidades.

Pois bem, foi por esse motivo que os nossos companheiros de Juiz de Fora foram obrigados a lançar-se em greve, pedindo que barateassem um pouco os gêneros alimentícios e aumentassem um pouco mais os seus ordenados. É para avaliar toda a extensão de miséria, é bastante ver como se alastrou o movimento, da noite para o dia, fazendo com que mais de dez mil companheiros aderissem ao mesmo.

Quando a questão estava nesse pé, que sucedeu? O governo aliou-se aos capitalistas e a polícia entrou em ação.

Evacuada a sede da Federação Operária Mineira, os cavalarianos espalderaram os trabalhadores reunidos na Av. Rio Branco, para ouvir os oradores que falavam da sacada da dita sede.

85. O movimento grevista. Diário Mercantil, 20-6-1924, p.2.

E os mais dedicados camaradas foram en-
carcerados. Por que a polícia agiu as-
sim? Havia desordem? Agressões? Não!

Apenas os exploradores têmiam perder a
greve. Era necessário agir para que o
interesse deles não fosse prejudicado
pelos famintos.

Era o interesse de classe. Agora, nós,
que devemos fazer? Fazer sentir aos
governantes o nosso protesto de solida-
riedade para com os nossos companhei-
ros de sacrifício. Não demoveremos o
governo de seu propósito? Não importa.
Mas ao menos ficará patenteada a nossa
consciência como classe explorada. Fi-
cará provada a nossa repulsa à reação
policial-governamental.

Avante, pois, trabalhadores do Brasil!
Que o vosso protesto se faça ouvir al-
tivo e forte" 86.

x

x

x

Mesmo após terminada a greve, continuam as manifes-
tações de apoio aos operários de Juiz de Fora : da União Ge-
ral dos Metalúrgicos⁸⁷, e da Associação Gráfica, ambas do
Rio de Janeiro, chegando a última a advertir os seus asso-
ciados para não aceitarem oferta de trabalho em Juiz de Fo-
ra⁸⁸, da Liga Operária de Varginha, da Liga Operária de Se-
te Lagoas, ambas de Minas Gerais; e do operariado de Cruzei-
ro (SP)⁸⁹.

A F. O. M. entra em contato com a Confederação Sin

86. No meio operário. O País, 24-6-1924, p. 7.

87. No meio operário. O País, 21-6-1924, p. 8.

88. No meio operário. O País, 22-6-1924, p. 12.

89. A parede operária. Diário Mercantil, 24-6-1924, p. 3.

dicalista-Cooperativista Brasileira que receberá cerca de 5.000 adesões se os entendimentos se completarem⁹⁰.

No dia 29 de junho, Eduardo Menezes Filho vai ao Rio de Janeiro a fim de conversar com o Superintendente da Alimentação sobre o estabelecimento de feiras livres na cidade⁹¹. Em inícios de julho, o governo federal decreta a livre entrada de gêneros alimentícios de primeira necessidade por dois meses, atendendo à proposta da Associação Comercial do Rio de Janeiro que a levara ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, ao presidente da República⁹².

No dia 3 de julho, a comissão arbitral conclui seus trabalhos de investigação e organiza os dados que servirão de base para a redação do relatório a ser apresentado⁹³. No dia 12, assina a seguinte nota :

"A Comissão Arbitral, tendo procedido a um estudo rigoroso das propostas apresentadas pela Federação Operária, órgão das classes proletárias desta cidade, aconselha a sua adoção em tempo oportuno.

Resolveu também, de acordo com os srs. industriais, dar a "bonificação" de 10% (dez por cento), calculada sobre os atuais salários, durante os meses de julho, agosto e setembro do ano corrente. Já aceitaram esta medida as fá-

90. No meio operário. O País, 21-6-1924, p. 8.

91. Dr. Eduardo de Menezes Filho. Diário Mercantil, 30-6-1924, p. 2.

92. A carestia da vida. Gazeta Comercial, 3-7-1924, p.1.

93. Ecos do movimento grevista. Diário Mercantil, 3-7-1924, p. 3.

bricas Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, Meurer, Irmão & Cia. , Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas, Cia. Fiação e Tecelagem Sta. Cruz e Cia. Dias Cardoso.

A Comissão, que ainda vai entender-se com outros industriais, obtendo suas assinaturas ao acordo, está redigindo o respectivo relatório, que será apre-sentado oportunamente.

Juiz de Fora, 12-7-1924, Pela Comissão. (Assinados) Prof. Machado Sobrinho, tenente-coronel João Augusto Guimarães" 94.

No mesmo dia, o presidente da Câmara Municipal promulga resolução que o autoriza a organizar as feiras livres na cidade. A primeira é realizada no dia 20 de julho, sem que sejam postos à venda artigos de primeira necessidade⁹⁵. As feiras se sucedem e a variedade de artigos aumenta, mas, os pre-ços são iguais ou superiores aos do mercado. Não servem como medida de emergência para baratear o custo de vida⁹⁶. Em novembro, a Câmara Municipal adquire gêneros de primeira ne-cessidade à Superintendência de Abastecimento, no Rio, colo-cando-os à disposição dos feirantes para serem vendidos a varejo nas feiras e a preço tabelado. A venda aumenta⁹⁷. Em 1925, 150 comerciantes pedem, através de abaixo-assinado, ao

94. Ecos do movimento grevista. Diário Mercantil, 12-7-1924, p. 3.

95. Câmara Municipal. Diário Mercantil, 12-7-1924, p. 3. Feiras livres. Gazeta Comercial, 22-7-1924, p. 2.

96. As feiras livres. Gazeta Comercial, 5-8-1924, p. 2.

97. A carestia. Diário Mercantil, 6-11-1924, p. 2.

Feira livre. Diário Mercantil, 14-11-1924, p. 1.

Feira livre. Diário Mercantil, 17-11-1924, p. 1.

presidente da Câmara Municipal, a extinção das feiras livres⁹⁸.

2 - Análise de uma Derrota

2.1 - A luta contra a fome

A greve realizada pelos operários de Juiz de Fora em junho de 1924 constitui um dos poucos exemplos de luta da classe à época no Brasil. Juntamente com a que ocorrera em janeiro de 1920, busca, a nível local, a recuperação dos níveis salariais corroídos pela alta do custo de vida. Foi, a nosso ver, uma luta não apenas pela melhoria de condições de vida mas uma luta pela própria sobrevivência. Ao preço inflacionário dos alimentos, somava-se o aluguel absurdo de casas sem nenhum conforto.

Assim é que o movimento começa tendo uma reivindicação básica : o aumento dos salários. Embora, outras reivindicações sejam acrescentadas, a questão salarial vai ser a única a ser levada a sério pelos que atuam como intermediários e a única a ter uma resposta da Comissão Arbitral. No 2º dia da greve, os operários passam a exigir também a abolição dos serões, das caixas mútuas e do aviso prévio de 15 dias para se demitir da fábrica; no 6º dia, incluem a criação de feiras livres na cidade; e, no 7º, de-

98. De relance. O Lince, 4-6-1925, p. 1.

terminam o início da vigência do aumento em 60 dias anteriores à sua aprovação, exigem a não punição dos grevistas, a não coação por parte dos patrões para os operários fazerem parte dos clubes de futebol e a redução para 5 dias do prazo para a retirada definitiva do trabalhador da fábrica, devendo o mesmo fazê-lo através da F. O. M..

Com o desenrolar do movimento, notamos que, diante da intransigência dos industriais, a ser analisada no final deste capítulo, o grau de exigência dos operários em relação a esta ou àquela reivindicação enfraquece. Assim, o aumento salarial de 50% acaba por se transformar numa tabela proporcional ao salário de cada operário : aumento maior para quem ganha menos e menor para quem ganha mais. Assim, a abolição dos serões é substituída pela não obrigatoriedade do trabalho extraordinário e pelo aumento de 50% sobre os salários comuns. Assim, a abolição das caixas mútuas passa à regulamentação por uma comissão de operários e do advogado Sadi Carnot que terá o poder de extingui-las caso verifique a sua ineficiência.

Temos que reconhecer aqui um avanço em duas das reivindicações arroladas pelos operários: primeiro, a abolição dos serões que vem aperfeiçoar a luta pela jornada de 8 horas levada a efeito em 1912 e 1920; segundo, a tentativa da F. O. M. de passar a controlar o mercado de trabalho através do desligamento dos operários quando estes quisessem se demitir. Mesmo que não as tenham conquistado, demonstram uma consciência maior em torno dos objetivos de sua luta.

Não há indícios de que a greve tenha sido organizada no interior da Federação Operária Mineira : as operárias da Fábrica Mascarenhas é que iniciam a paralisação pelo aumento salarial (tanto que nos primeiros dias a imprensa local a denomina "Parede de Tecelãs") que, ampliada no mesmo dia e no seguinte por tecelões de outras fábricas, é assumida pela F. O. M.. Aos comunistas — reunidos agora no Centro Cosmopolita — é atribuída a ampliação da greve. Jesus de Oliveira⁹⁹, vice-presidente da F. O. M. até abril de 1924, os acusa de terem impedido a ação da diretoria da F. O. M. em benefício dos primeiros operários que se declararam em greve, de terem perturbado o movimento com exigências absurdas, obrigando os operários em geral a abandonarem o trabalho. Só após a repreensão pela polícia de um dos "vermelhos" é que a diretoria da F. O. M. pôde trabalhar com calma e eficiência,

"chegando a um resultado honroso, o que não teria acontecido se os tais indivíduos continuassem no propósito de dirigir a greve" 100.

A opinião de um colaboracionista parece-nos uma fonte segura para acreditar que os comunistas atuaram intensamente na greve de 1924, foram responsáveis pelo avanço das reivindicações e que evitaram, até onde foi possível, o acordo vergonhoso para a classe operária. Eles atuam no interior

99. Atitudes falsas ... O Lince, 22-6-1924, p. 1.

100. Ibidem.

da F. O. M., estando presentes na comissão encarregada de regulamentar as caixas mútuas e entre aqueles que se opuseram ao acordo imposto pelo tiroteio comandado pela autoridade policial¹⁰¹. Só depois do seu afastamento, os interesses patronais se impõem. Concluimos, pois, que, uma vez iniciada a greve, os comunistas trabalharam para que ela se ampliasse e acrescentaram outras reivindicações, impedindo que o movimento terminasse pela atuação conciliatória e colaboracionista da F. O. M.. O que acaba por acontecer : o advogado Sadi Carnot e o prof. Machado Sobrinho influenciam de maneira a amortecer o confronto, assumindo o primeiro verdadeiro papel de guia dos operários. Foi esta a linha que prevaleceu apesar de toda a luta pelo confronto e da solidariedade dos operários de se manterem parados dez dias.

O movimento assume o caráter de uma greve geral a partir do 4º dia : os tecelões (e tecelãs) iniciam e aderem em peso (todo o setor têxtil paralisa); o mesmo acontece com os metalúrgicos e trabalhadores da construção; os carroceiros instalam o colapso no transporte de mercadorias. As fábricas menores acabam por aderir. O número de grevistas chega a ser calculado em 10.000. Somente os comerciários e os funcionários públicos trabalham. A solidariedade no inte

101. Jesus de Oliveira protesta contra a repressão não percebendo, ingenuamente, a ilação entre a mesma e os industriais : a mostra de força não teve outro objetivo senão o de impor aos operários as decisões dos industriais.

rior da classe é grande. A F. O. M. distribui diariamente gêneros alimentícios, tornando possível a resistência. Conta para isto inclusive com o apoio do comércio. O alcance do movimento extrapola a cidade e os operários recebem, como vimos, moções de apoio e solidariedade não só dos operários de cidades mineiras, como de São Paulo e Rio de Janeiro. Talvez a greve assumisse uma importância maior por estar o movimento operário atravessando uma fase de refluxo. A imprensa burguesa reconhece de um modo geral a justeza da reivindicação salarial. O jornal A Tarde chega a tomar o partido dos operários, agredindo violentamente os industriais. Registra-se, aqui, um avanço em relação às outras greves : a participação da mulher operária, não só como categoria detonadora do movimento mas inclusive a nível de liderança (pelo menos duas fazem parte da comissão negociadora). Um outro dado a ressaltar seria a disposição dos operários para manifestações agressivas, o que não é notado nas duas primeiras greves. Apedrejamentos e arruaças são registrados. Atitudes provocativas evidenciam o desespero de trabalhadores que levam uma vida miserável e que vêem na greve uma oportunidade de externar a sua revolta contra os vencedores de um sistema que os esmaga.

Quanto ao encaminhamento das negociações, depois da frustração dos contatos diretos com os industriais, os operários procuram o representante do poder municipal para reivindicar as feiras livres, telegrafam ao presidente do Estado, Raul Soares, e ao Ministro da Justiça solicitando a

sua intervenção no caso e que prestigiem o poder municipal. Afirmam aguardar proteção oficial. Será que ainda acreditavam nela? Quem a usufruía desde o início da greve eram os industriais na garantia do seu patrimônio e na sua negativa às reivindicações operárias. Diante do impasse, os operários vão se dirigir ainda ao delegado auxiliar da Chefia de Polícia, cuja mediação acabará levando ao acordo entre uns e outros. Já vimos que, à época, era comum que o Chefe de Polícia (no caso em estudo, o delegado auxiliar, seu representante imediato) assumisse esta função. No que se refere à orientação dada ao movimento, a greve em questão se aproxima da que ocorrera em 1912: a opção de pressionar o poder público e utilizar o seu aparelho repressor como mediador na questão social. Mas, com uma diferença importante: este caminho só é trilhado depois que falham os contatos diretos com os patrões.

Os resultados da greve não foram positivos nem no que se refere à resposta dada às suas reivindicações nem no que diz respeito à sua organização posterior, apesar do elevado grau de solidariedade durante o movimento.

Ao que podemos perceber, de todas as reivindicações, a única que chega a ser realmente alvo de negociação com os industriais é o aumento salarial. E, mesmo assim, os industriais a princípio nem aceitam discutir o assunto. E, o que os operários conquistam no final? Apenas o direito de indicar alguns nomes, aliás, dois profissionais liberais e um militar, (no fundo muito mais comprometidos em aparar

o choque entre as classes) para engrossar uma Comissão Arbitral que, além de verificar a procedência das reclamações, decidiria o que poderia ser atendido. Nenhum operário consciente do antagonismo entre patrões e operários participa da Comissão (mesmo porque eles haviam sido frontalmente contra o acordo). A F. O. M. entregou, neste momento, o poder de decidir o destino imediato da classe operária local a indivíduos que dela se aproximavam com o objetivo de atenuar o conflito capital-trabalho e/ou com intenções eleitoreiras¹⁰². E, o que é mais grave ainda, exigem se fazer representar numa comissão que em princípio coloca em dúvida a procedência de suas reclamações, para, ao final de tudo, receberem uma bonificação de 10% durante três meses. Ou seja, quase nada, se comparada com a reivindicação inicial e com o alto custo de vida.

A pressão sobre o poder público resulta na instalação das feiras livres, o que não deixou de ser uma conquista se lembrarmos que a Câmara era contrária a elas antes da greve. Uma vitória, no entanto, com muitos limites : a primeira feira livre só se instala um mês após o fim da greve e não atende os objetivos dos operários. Isto só viria a acontecer alguns meses depois.

A F. O. M. entra em declínio diante do fracasso

102. Desde 1918, surge na imprensa a preocupação com o alistamento eleitoral dos operários. E o que se nota é uma disputa acirrada, por ocasião das eleições, entre as facções políticas burguesas pelo voto operário. O deputado Maurício de Lacerda também tinha eleitores na cidade.

da greve e a sua diretoria não se sustenta no poder¹⁰³. A 5 de novembro de 1924, nova diretoria é eleita, trazendo de volta João de Campos Monteiro Bastos¹⁰⁴ e com ele a atuação colaboracionista que caracterizou os primeiros tempos da Associação Beneficente Operária. Em manifesto, o presidente relaciona 12 pontos do seu programa à frente da Federação, entre os quais : colocação dos associados desempregados; fim das caixas criadas nos estabelecimentos industriais; entendimento no terreno diplomático com os industriais e comerciantes; aquisição de uma sede social; fundação de cooperativas e apelo aos poderes públicos municipal, estadual e federal para auxílios pecuniários¹⁰⁵. Coloca-se ainda contra uma greve geral contra a carestia porque criaria maiores dificuldades não só ao operariado mas a todas as classes¹⁰⁶. Em 1926, João de Campos Monteiro Bastos afirma que voltara por haver sido "solicitado por inúmeros amigos operários e industriais (sic) para assumir de novo a direção da Federação"¹⁰⁷. Na ocasião declara também haver recuperado a F. O. M. diante do comércio, da indústria e do povo em geral,

103. De acordo com Jesus de Oliveira, a diretoria resolveu eleger outra porque os associados a abandonaram devido ao que se passara na última greve "como se ela tivesse culpa da negra ação da polícia". F. Operária Mineira. O Lince, 23-11-1924, p. 2.

104. Os outros membros da diretoria são : vice-presidente, Horácio Simões Correia; 1º secr. Waldemar Fahendrich; 2º secr., José Marcílio; tesoureiro, Leopoldo Barroso da Silveira; procurador geral, Santos Milani. Federação Operária Mineira. Diário Mercantil, 10-11-1924, p. 1.

105. Federação Operária Mineira. Gazeta Comercial, 22-11-1924, p. 1.

106. Federação Operária Mineira. Gazeta Comercial, 30-11-1924, p. 1.

107. Vida proletária. O Brasil, Rio de Janeiro, 27-8-1926, p. 5.

libertando-as da influência de elementos anárquicos estrangeiros¹⁰⁸. Declara-se, então, um comerciante¹⁰⁹. Em 1927, a F. O. M. seria substituída pela União Operária.

2.2 - A intransigência dos industriais

A atitude intransigente dos industriais surge já no início da greve e se mantém no seu decorrer. Desde logo, eles obtêm o respaldo da polícia no sentido de garantir a sua propriedade e os fura-greves. A posição irreduzível da burguesia chega ao ponto de recusar-se a comparecer à reunião convocada pelo delegado de polícia e pelo presidente da Câmara. Este ato é repudiado pelo jornal burguês A TARDE que os qualifica de intransigentes e insolentes por estarem detrás das baionetas¹¹⁰.

Seria, apenas, esta a razão da postura burguesa ?

Acreditamos que não. Sem menosprezar a importância do papel do aparelho repressor no caso em estudo e na questão social durante a 1ª República.

Consideramos que dois fatores são fundamentais na explicação do rumo que toma o movimento. Em primeiro lugar, como já vimos, a indústria brasileira não atravessava seus melhores dias. Se isto não era determinante quanto ao resultado negativo da greve, dificultaria qualquer conquista dos

108. Ibidem.

109. Ibidem.

110. Ver Anexo 14.

operários na medida em que os industriais estavam enfrentando séria concorrência por parte dos produtos importados. Em segundo lugar, tratava-se de uma conjuntura de grande oferta de mão-de-obra. Tanto assim é, que os operários não ameaçam, como nas duas greves anteriores, de migrar para os grandes centros. E, mal terminada a paralisação, a Gazeta Comercial, órgão da Associação Comercial, inicia a publicação de uma série de artigos em que, analisando o êxodo rural na região, constata que

"as fábricas e oficinas enchem-se dessa gente, mas uma grande parte, talvez a maioria, entrega-se a pequenas ocupações, biscates, que não lhe rendem o necessário para viver. Outros nada fazem; positivamente, são seres parasitários que vivem ao léu da sorte" 111.

Registra a presença de "malandros" entre os paredistas que recebem víveres na F. O. M. e acaba por defender leis que reprimam a vadiagem¹¹².

É da junção destes dois dados conjunturais que podemos compreender porque os industriais não cedem apesar de toda a aflição e miséria do proletariado local. Junte-se, aí, o respaldo policial e a ausência de pressão do poder municipal : estavam dadas todas as condições para aumentar a acumulação de capital, às custas da própria sobrevivência da força de trabalho, afinal de contas, facilmente substituível. O reforço policial com praças e delegados vindos de

111. Notas e comentários. Gazeta Comercial, 24-6-1924, p.2.

112. Ibidem; 1-7-1924, p. 2. e 2-7-1924, p. 2.

Belo Horizonte foi, como das outras vezes, a primeira e imediata "colaboração" do governo estadual. Prisões são efetuadas e, no momento em que os operários discutiam a proposta dos industriais, a atuação do aparelho repressor do Estado foi decisiva. Naquele instante, ficou claro que vencer a irredutibilidade dos industriais trazida pela volta imediata dos grevistas ao trabalho, imposta pela força. Concretizou-se também a derrota no interior do movimento dos operários combativos. A correlação de forças foi totalmente favorável aos patrões, situação inversa à de 1920, quando os operários possuíam maior poder de barganha.

Mais uma vez, nota-se a diferenciação entre os interesses industriais e comerciais. O comércio varejista colaborara com os operários no seu sustento durante o movimento e é, por isso, repreendido pela Associação Comercial que entende ter sido o medo de um saque o motivo desta atitude e conclama o comércio a ser

"inteiramente solidário com as demais classes produtoras — a lavoura e a indústria — na defesa de seus direitos e de seus interesses legítimos ..." 113

Os atacadistas eram contra as feiras livres que acabam por se instalar. Alguns industriais criam cooperativas para seus operários, encomendando os gêneros através da Câmara Municipal

113. Notas e comentários. Gazeta Comercial, 22-6-1924, p. 2.

pal à Superintendência no Rio. Assim, a solução encontrada exige mais dos comerciantes e do poder político do que dos industriais (que acabam concordando com uma bonificação irrisória).

A solução encontrada pelo Presidente da República, Artur Bernardes — a livre entrada de gêneros alimentícios de primeira necessidade, por dois meses — confirma a amplitude nacional do problema que afligia o proletariado de Juiz de Fora. O poder municipal relutara e reagira às feiras livres¹¹⁴ mas, diante da pressão operária, acaba por providenciar a sua instalação na cidade. Embora costumem a funcionar de acordo com o fim que as motivou, constituíram na realidade a única reivindicação operária atendida.

114. O Farol responsabiliza a não instalação das feiras a eclosão da greve e publica carta em que o leitor diz ser voz corrente ter o presidente da Câmara Municipal, dr. José Procópio Teixeira, passado a presidência ao vice por ser contrário a elas e que o dr. Menezes achava as feiras prejudiciais ao grosso comércio. A vida cara e o operariado. O Farol, 14-6-1924, p. 2.

CONCLUSÃO

Fica claro, no transcorrer do trabalho, que existe em Juiz de Fora, nas primeiras décadas do século, uma classe operária adquirindo experiência na luta pela defesa de seus interesses. Como também o faziam os operários dos grandes centros¹. E, como eles, percorrendo um caminho configurado pelas condições do desenvolvimento das relações capitalistas vigentes no Brasil. Parte constituinte da classe operária brasileira, o proletariado juizforano não foge à tônica do movimento operário no país: vai à luta pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho, assumindo, de um modo geral, as mesmas práticas e refletindo no seu interior as mesmas propostas encontradas naquele. Ou seja, desde o colaboracionismo até o anarquismo e o comunismo.

Do nosso ponto de vista, o colaboracionismo predomina nas relações proletariado/burguesia industrial e proletariado/Estado; pelo menos a nível da direção das associações, na sua maioria de caráter beneficente. Constituem honrosas exceções a União Operária e a Federação Operária Mineira e, mesmo assim, em períodos de sua existência. E, no

1. Observamos durante o trabalho que a classe operária de Juiz de Fora estabelece relações mais estreitas com os seus companheiros do Rio de Janeiro e de São Paulo do que com os do próprio Estado. Isto se explica pela maior mobilização da classe nestes centros, pela maior identidade da cidade mais industrializada de Minas com os dois maiores centros industriais do país e mesmo, pela maior proximidade geográfica e de comunicação entre eles.

entanto, isto não impediu o confronto com os industriais e o poder político concretizado nos momentos de greve. Decorrencia natural da orientação dada às organizações operárias, o seu controle por pessoas estranhas à classe — profissionais liberais, na maior parte das vezes — tem como objetivo explícito manter o movimento da classe "dentro da ordem" e rebaixar o nível das suas reivindicações, reduzindo-as, praticamente, ao assistencialismo e à beneficência. Não faltaram também, em Minas, tentativas de cooptação político-partidária dos operários.

A ocorrência das greves de 1912, 1920 e 1924 constituem evidência de que as bases ou, pelo menos que núcleos reformistas e/ou anarquistas e comunistas alcançam ultrapassar o controle político que lhes é imposto, obrigando as diretorias "amarelas" a assumir o movimento desencadeado por elas. Isto acontece em conjunturas extremamente difíceis para a classe, o que significa que estes núcleos de militantes souberam defender e/ou colocar à frente do movimento bandeiras de luta que tiveram o respaldo das bases. Assim, concluímos ser a classe operária local combativa e, não, acomodada, como uma análise inicial das associações poderia deixar supor. Percebemos alto grau de solidariedade entre os operários e muita disposição de sair da cidade em demanda dos centros maiores ou de outras regiões onde pudessem trabalhar em melhores condições. Aliás, aqui encontramos um elemento do poder de barganha dos operários que não está presente na luta do proletariado dos centros maiores.

As reivindicações são, basicamente, econômicas : a principal é o aumento salarial que, a nosso ver, está em butida na luta pela jornada de 8 horas. As mais avançadas estavam presentes na greve de 1924 uma vez que questionavam a dominação burguesa mais sutil das caixas mútuas e dos clubes de futebol, quando, também, a Federação tentou um início de controle sobre o mercado de trabalho.

A grande presença de mulheres e menores na força de trabalho local não parece ter dificultado a sua mobilização. Pelo contrário, chegam a desencadear a última greve e estão presentes na combatividade dos operários do setor têxtil.

Não dá para atribuir ao operário imigrante a combatividade da classe (a pesquisa, até hoje realizada, não permite fazer esta relação em Juiz de Fora). Vimos que os italianos participavam inclusive das diretorias colaboracionistas, estando presentes também entre aqueles que abandonam a F. O. M. quando a sua diretoria toma um rumo anarquista. Não estamos negando, com isto, a existência de imigrantes combativos : Bernardino M. de Moraes, português, é um exemplo.

Além das questões ainda não resolvidas que apontamos durante o trabalho, queremos chamar atenção para outras duas que mereceriam ser aprofundadas. Uma se refere aos operários e as eleições na 1ª República. Não ficou claro para nós qual a posição predominante entre os operários locais quanto à participação ou não nas eleições e quais as suas preferências na hora do pleito. Outra questão que julgamos

importante estudar é a do problema da mão-de-obra na região : o êxodo para São Paulo e a sua interferência no mercado de força de trabalho para a indústria.

O modo como os industriais e o poder político enfrentam as reivindicações da classe operária em Juiz de Fora também não foge à sua prática a nível nacional. A luta do proletariado leva a burguesia industrial a se organizar separadamente da burguesia comercial uma vez que a diferenciação de interesses aflora, então, a nível local. Mesmo no interior da fração comercial, a greve de 1924 deixa clara a divergência entre os pequenos e grandes comerciantes. Num primeiro momento (1912), a burguesia industrial repele leis que regulamentem o trabalho e não reconhece, no discurso, a legitimidade da classe organizada. Numa outra conjuntura (1920), desfavorável a ela, não só legitima a organização da classe ao negociar diretamente com ela como cede às suas reivindicações. Para, num terceiro confronto, endurecer e recusar a "comprometer" a acumulação de capital industrial diante da situação de fome por que passava a classe trabalhadora.

De todos estes confrontos, um avanço : a burguesia industrial reconhece a legitimidade da negociação coletiva com a classe operária organizada não a encarando mais como um contato individual entre operário e patrão (como em 1912). Mas, como no Rio e em São Paulo, atuou sempre articulada com o aparelho repressor do Estado : nos dois confrontos em que os operários foram obrigados a recuar, o papel da

repressão foi decisivo (o governo estadual só se fazia presente na cidade para "manter a ordem pública" e para catar votos por ocasião das eleições). Em 1920, a repressão violenta não é acionada porque, estando a indústria em expansão e atravessando o mercado de mão-de-obra um período de escassez, temia a migração dos operários. A atuação articulada com a polícia foi prática comum do Estado liberal da 1ª República : "No liberalismo, a questão social é efetivamente um caso de polícia!" como diz Munakata². E, nesse momento, clarifica as relações políticas numa sociedade de classes como a capitalista. O Estado liberal só intervém em benefício da fração burguesa da classe dominante. Para o proletariado tem um discurso pretensamente neutro e quando o atende em suas reivindicações o faz em caráter paliativo (como a instalação das feiras livres, em 1924). Ao poder municipal, não foi possível manter-se alheio ao que acontecia nos momentos de confronto : não só porque era procurado pelos operários para intervir (principalmente, em 1912) mas, também, porque devido ao tamanho da cidade, tornava-se impossível ignorar a transformação que a greve imprimia à vida urbana. Notamos, ainda, que a atuação da autoridade policial enviada pelo governo do Estado chegou a suplantar a do poder municipal.

Assim, poder político e repressão andam de mãos dadas para possibilitar a acumulação de capital, realizada

2. Kazumi MUNAKATA. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981, P. 14.

às custas da exploração da força de trabalho do proletariado. Juiz de Fora não fugiu à norma.

ANEXO 1

Memorial¹ datado de 16 de agosto de 1912 e assinado pelos srs. André Bechtluft, Antônio Notaroberto e José Biteti, em nome do operariado de Juiz de Fora, dirigido ao presidente da Câmara, dr. Oscar Vidal :

O operariado de Juiz de Fora, confiante no patriotismo de v. excia., que nunca se desmentiu, e, mais do que tudo, ciente das sábias resoluções da Câmara no que diz respeito ao interesse coletivo, vem despertar a vossa atenção para o problema másculo que tem abalado a Nação nos momentos atuais : a regulamentação das horas de trabalho. O movimento operário, que nestes últimos tempos se tem acentuado, inspira simpatias porque, em se tratando das reivindicações sociais, tem o apoio de todo aquele que coloca a ordem e harmonia da sociedade acima do interesse pessoal. Assim é que, em várias cidades mineiras as horas consagradas ao trabalho já são determinadas em lei. O próprio sr. coronel Bueno Brandão, dd. presidente do Estado, no laudo havido por ocasião dos graves sucessos de Belo Horizonte, demonstrou de um modo patente e claro que é chegada a hora, no Brasil, de tratar seriamente sobre a classe operária, melhorando as suas condições e fazendo-a erguer ativa e forte dessa posição sem garantias em que se acha atualmente. As outras clas

1. Paulino de OLIVEIRA. Op. cit., p. 209/210.

ses sociais, quando lutam pelas suas reivindicações, facilmente proclamam vitória porque elas têm geralmente um apoio; mas a classe proletária, desamparada, sofrendo as maiores imposições que constituem verdadeiros absurdos, mais difficilmente vence. Embora assim seja, o proletariado esperados patriotas sinceros que colocam acima de qualquer interesse partidário o verdadeiro amor ao progresso de seu País, a sua cooperação eficaz na causa justa que se levanta do seio dos homens que quotidianamente labutam fecundando o mundo. O proletariado de Juiz de Fora, portanto, espera que v. excia. fará o devido empenho para que a Câmara possa discutir brevemente uma lei no sentido de regulamentar as horas de trabalho. Os operários confiam no patriotismo de v. excia.

P.S. Pedimos a v. excia. o vosso valioso apoio desde o momento presente, porquanto o operariado já tem abandonado o trabalho.

ANEXO 2BASES DO ACORDO²

A Comissão dos operários de Juiz de Fora, abaixo assinada, representando o operariado desta cidade, deseja e quer que seja adotado para ser traduzido em acordo definitivo entre os operários e os patrões o seguinte :

1º - Que as horas de trabalho diário, para os operários diaristas, sejam reduzidas a oito.

2º - Que sejam mantidos aos operários de todas as classes o mesmo salário, percebendo eles, em oito horas de trabalho, o mesmo que têm percebido em dez horas de trabalho.

3º - Que aos operários que trabalham por peça, por tarefa ou a um tanto por hora seja facultado, por dia, o número de horas de trabalho que lhes convier, sem diminuição dos vencimentos relativos à peça, tarefa ou hora de trabalho.

4º - Em nenhum caso será permitido às crianças menores de 14 anos, de ambos os sexos, o trabalho além das cinco horas da tarde, conforme o projeto de lei que à Câmara Municipal foi apresentado.

André Bechlufft

Antônio Notaroberto

José Biteti

2. A LANTERNA. 24/8/1912, Ano XI, Nº 153, pág. 2.

ANEXO 3

Resolução³ aprovada na reunião dos industriais⁴ realizada no dia 19 de agosto de 1912, na Câmara Municipal, presidida pelo dr. Oscar Vidal.

"Os abaixo assinados, membros da comissão nomeada pelo exmo. sr. presidente da assembléia da reunião hoje realizada na sala de sessões da Câmara, vêm dar conta do que foi resolvido :

1º - Não conceder as oito horas de trabalho.

2º - Que os srs. operários se dirijam ao Poder competente, pedindo o decreto de uma lei que determine as oito horas de trabalho no Brasil.

3º - Que os operários que se acham descontentes se entendam individualmente com cada um dos respectivos pa

3. Paulino de OLIVEIRA. Op. cit., p. 210/211.

4. Industriais presentes à reunião : Pantaleone Arcuri, Krambeck Irmão, dr. Abelardo Leite, dr. José Dutra, Henrique Kascher, Enéas G. Mascarenhas, Francisco R. A. Wright, Carlos Bertoletti, Bento Caldas, Rafael Massoli, Siqueira & Monteiro, J. R. Ladeira, Antônio Scapin Querino, Ângelo Crivellari, Daniel Pinto Corrêa Sobrinho, Acácio Teixeira, Carlos Hugo Becker, Carlos Paulo Meure., Oscar Meurer, S.A. Moraes Sarmiento, Eugênio Montreuil, Manoel Faria & Companhia, José Tortorello Sobrinho, Pedro Timponi, Francisco Fortes Bustamante, pela Fábrica de Juta, Henrique Mauler, Vicente Perugini & Irmão, Perotta & ..., Carlos Stiebler, Costa, Irmão & Santos, Henrique Surerus & Irmão, Antônio Fernandes, Felipe Henrique Jorge, Luiz Perry, Christovan de Andrade, Jacob Bechlufft, Augusto Degwert, Martins de Carvalho & Jorge Jr., Jorge Francisco Grandi, Viúva José Weiss e Frederico Daibert. O Farol, 20-8-1912, p. 1.

trões, pois só no contato do patrão com o operário, e nunca entre o patrão e a classe, repousa a ordem industrial, atendendo a que Juiz de Fora, mantendo indústrias diversas e que solicitam tempo de trabalho diferente, nenhuma resolução de caráter geral poderá satisfazer aos diversos operários aplicados a tais indústrias. Em relação ao trabalho de menores nas fábricas, achamos razoável a questão, mas só à higiene compete tomar resoluções."

Seguem-se 42 assinaturas.

ANEXO 4

Boletim distribuído em 22 de agosto de 1912⁵ :

"OPERÁRIOS — Ao despedir-me de vós, ontem à noite, eu vos disse que estáveis no caminho da vitória. A vossa greve enérgica, imponente, quase geral, invencível mas legal, ordeira e pacífica, amedrontava o capital. Poucos dias ainda de resistência heróica, e os industriais, a pertados pela freguesia, iriam capitulando, um atrás do outro, rapidamente seguindo o exemplo do corajoso e inteligente sr. Luiz Perry. A vossa vitória era certa, imponente, infalível.

O infame massacre perpetrado poucos minutos de pois da minha despedida, por um bando de brutos fardados vai pondo em grande perigo a nossa vitória.

A natural e fortíssima indignação de todo o povo juiz-de-forense ameaça seriamente de arrastar o proletariado numa luta gravíssima, sanguinolenta talvez, contra a polícia.

Abri os olhos, caros companheiros!

Pensai que a burguesia, os exploradores do vosso trabalho e do vosso suor, serão bem felizes de ver a tempestade que seriamente ameaça os seus sórdidos interesses desviar-se para outro rumo bem diferente. Pensai que

5. Os acontecimentos de Juiz de Fora. Correio da Manhã, 26-8-1912, p. 2.

numa luta armada contra a polícia nada tendes a ganhar, tu do tendes a perder.

Pensai que, mesmo vitoriosos momentaneamente, se ríeis esmagados, depois, por forças preponderantes que os governos, estadual e federal, lançariam contra vós. Pensai que depois de uma luta desta natureza qualquer que fosse o seu resultado, a burguesia impor-vos-ia facilmente as suas condições, porque seríeis enfraquecidos e desmoralizados pe la derrota.

OPERÁRIOS — Lamentemos profundamente o infame assassinato de ontem; deixemos cair lágrimas e flores sobre o ataúde das vítimas da ferocidade policial; defendamo-nos se de novo nos provocarem injustamente — mas, pelo amor da nossa causa e de nossos filhos, evitemos represálias inúteis e mais que inúteis, funestas. Evitemos que a politicagem se apodere do nosso movimento para desviá-lo dos seus fins em proveito do capitalismo que, provavelmente, tem preparado nas trevas a infame cilada em que o proletariado ameaça de cair.

Continuemos a nossa "greve" dentro da ordem da lei, como nos dias passados, e os industriais gananciosos não terão outro remédio senão capitular diante de nossa re sistência pacífica sim, mas invencível.

Viva a continuação da "greve"!!!

Juiz de Fora, 22 de agosto de 1912.

Donato Donatti.

ANEXO 5

Boletim distribuído no dia 26 de agosto de 1912:⁶

AO OPERARIADO.

Os operários de Juiz de Fora, em reunião hoje, 26 de agosto, resolveram, em virtude das comunicações feitas pela comissão por eles nomeada, a continuação da greve pacífica, para aqueles que não forem atendidos pelos seus respectivos patrões.

Outrossim : ficou deliberado que se acha, de 1 às 3 horas da tarde, na sede social, sita à rua 15 de Novembro n. 100, uma comissão permanente para atender e auxiliar aos operários necessitados; com a mesma comissão poderão se entender os srs. industriais, das 11 ao meio dia.

Comunica também a todo aquele operário que não tenha entrado em acordo com o seu patrão e que queira retirar-se de Juiz de Fora, ser-lhe-á fornecida passagem para qualquer ponto do território mineiro, ou mesmo para outro qualquer Estado.

A COMISSÃO.

6. Jornal do Comércio, 27/8/1912, pág. 1.

À Segundo Congresso Operário Brasileiro, a União Operária de J. de F. ora apresenta o seguinte

Pelatório

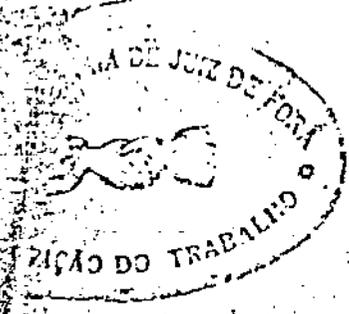
A "União Operária" - "Federação do Trabalho" de J. de F. foi fundada em 3.º de Junho de 1912 e conta actualmente com 280 socios, sendo regida pelo estatuto que junto vos enviamos. Até a presente data, atendendo aos seus poucos recursos pecuniarios e à falta de solidariedade dos trabalhadores desta cidade, ainda não pôde promover nenhum movimento em favor da classe, pois, entretanto, empregar todos os seus esforços, no sentido a fim de serem conquistadas as 8 horas de trabalho, o aumento de salario e outros beneficios para a classe. Não mantém por enquanto nenhuma aula nocturna e nem possui rede propria, todavia já está muito encaminhadas as providencias para a fundação d'um curso nocturno e aquisição d'um terreno para a edificação da Sede Social. Quanto a propaganda tem se feito por intermedio da "A Voz do Trabalhador" e de conferencias publicas sobre assumptos

sociais.

A situação do proletariado, nesta cidade é
muito ligeira, os salários são mais do
que exigidos e o horário oscila entre 9 e
10 horas de trabalho por dia, percebendo
os trabalhadores 2\$, 3\$, 5\$, e varias vezes
6\$ por dia, que não chega para cobrir
as suas necessidades queramos dizer as suas
despesas mais necessarias, pois como sabeis
os generos alimenticios sobem de preço dia a dia
e quanto aos alugueis de casa não poder-
mos chamar de calamidade, pela sua
exorbitancia. Os patrões são cada vez mais
exigentes e o nosso trabalho por mais per-
feito que seja diminui de preço todos os
dias.

O operariado fabril que é muito numerozo
nesta cidade, e o mais torturado, principa-
lmente as mulheres e as crianças, tra-
vando em algumas fabricas trabalhos a noite.
Summindo estes ligeiros traços sobre
a dolorosa situação do proletariado
local, "A União Operaria vos garante
e bem assim aos avoros irmãos desta
cidade que vai emprezar todos os
seus esforços no sentido de melhorar
a situação da classe.

Pela Directoria
José Candido de Sousa 1.º Secretario.
João de Sousa de Setembro de 1913.



A "União Operária - Federação do Trabalho" de J. de Fora de acordo com a assembleia geral reunida em sua sede provisória a rua do Espírito Santo n.º 39.ª em a noite de 21 de Agosto de 1913, deliberou apresentar ao "Segundo Congresso Operário Brasileiro", por intermédio dos seus legítimos delegados, o seguinte tema

J J J J

Considerando sobre a situação dolorosa do proletariado no Brasil, actualmente vemos que o único meio de atenuar a i fazer-se a mais activa propaganda do "Syndicalismo", procurando com tenacidade fundar o maior numero de "Syndicatos" e transformar as associações proletárias existentes em organizações baseadas sobre os principios syndicalistas. Achamos tambem que urge, para o bem do proletariado deste país, que se funde o maior numero de "Escolas Racionais" que for possível, escolas organizadas de accordo com o programma da "Escola Moderna de Barcelona" fundada por F. Ferrer. Atendendo ao que devemos acifura submittir a approvaçáo dos companheiros que constituem este Congresso a seguinte proposta: Que os delegados presentes, em nome

de suas respectivas associações tomem
o compromisso de auxiliarem a "Confederação
Operaria Brasileira" na fundação de "Escolas Racionais" e sindicatos,
empregando neste auxilio todos os seus
recursos.

Feij de Jora 21 de Agosto de 1913.

Acta Directoria

José Candido de Sousa 1.º Secretario

ANEXO 7

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OPERÁRIA DE JUIZ DE FORA, lido na Assembléia Geral de 7 de abril de 1918.^B

Ilmos. srs. membros da diretoria e do conselho fiscal e demais consócios da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora.

Cumprindo o disposto no artigo 52 dos estatutos, presentemente em vigor, venho na qualidade de presidente provisório desta Associação, manifestar-vos o grande júbilo de que me acho possuído, por ter conseguido com o precioso auxílio de todos vós, fundar a Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora, cujo fim principal é a garantia da classe operária.

Verificada esta fundação, fui escolhido imerecidamente para um dos cargos de maior destaque na diretoria, o qual aceitei de boa vontade com o intuito de cooperar na medida de minhas forças, para o progresso desta futura Associação.

Apesar de publicações contrárias ao fim da Associação, nas quais o meu nome foi atassalhado injustamente, adquiri força com o grande número de adesões que foram publicadas no "O Dia". Num jornal matutino desta cidade fo-

8. O Operário, 1-5-1918, p. 4.

ram publicados artigos injuriosos indiretamente dirigidos ao presidente e demais membros desta Associação, aos quais esta diretoria não ligou a mínima importância.

Várias pessoas, particularmente, procuraram prejudicar o bom andamento dos trabalhos sociais, propalando entre diversos operários que a Associação visava exclusivamente fins políticos. Protestei energicamente e de acordo com o esforçado 1º secretário, sr. José Custódio Júnior, fazendo publicar nos "A Pedidos" do jornal "O Dia", um aviso, salientando os fins beneficentes da Associação.

Durante o meu exercício foram convocadas quatro assembléias gerais, nas quais foram discutidos vários assuntos de interesse, tendo na terceira delas sido nomeada uma comissão de 30 membros para a confecção dos estatutos, que foram, sob a minha presidência, discutidos e aprovados em quatro reuniões sucessivas.

Houve também 5 reuniões da diretoria, nas quais foram discutidos e aprovados vários assuntos de necessidade urgente em benefício da Associação.

Fui informado por vários consócios de que na Companhia Industrial Mineira, em Mariano Procópio, havia algum descontentamento pelo fato da má remuneração aos serviços prestados e demais irregularidades prejudiciais aos operários; dirigi-me pessoal e secretamente àquela fábrica, tendo averiguado a improcedência deste boato, verificando apenas desigualdade no pagamento de salário quanto aos "serões". Para este fato espero que a diretoria a ser

eleita se pronunciará favoravelmente em benefício daqueles operários.

Desde a fundação desta Associação até a presente data, venho notando algumas desconfianças por parte de grande número de operários, que, avaliados em seis mil nesta cidade de Juiz de Fora, apenas um pequeno número (1.024) apresentou os seus nomes à lista dos sócios fundadores. É preciso que haja união, apoio moral e material para que possamos engrandecer esta novel Associação, firmar os seus alicerces com pedestais invulneráveis, para que a classe proletária possa se ver cercada de garantias. Como principal interessado, faço um apelo a toda a classe para, reunida, prestar o seu apoio moral e material a esta Associação.

Como sabeis, amados consócios, a Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora propõe-se em seus estatutos a manter uma cooperativa para fornecimento aos seus associados. Há um meio de execução fácilimo e que não poderá onerar os fundos sociais para a sua organização; este meio é a emissão de um número determinado de ações módicas que não venham trazer dificuldades pecuniárias a qualquer um de vós. O meu distinto amigo dr. Francisco Prado ofereceu-se gentilmente para organizar as bases da referida cooperativa.

Procurando zelar pelos interesses e progresso da Associação sem onerá-la com grandes despesas, consegui entre diversas senhoras de minhas relações a confecção do es

tandarte da Associação, que será por elas próprias oferecido graciosamente. É uma gentileza que muito virá honrar esta futura Associação.

De comum acordo com os demais membros da diretoria visando a necessidade de instalarmos quanto antes a sede social; resolvi indicar os distintos consócios Absalão José Luiz e Adolpho Machado para procurar uma casa apropriada para este fim. Esta comissão ainda não trouxe ao meu conhecimento o resultado de seus esforços justamente por não ter ainda encontrado uma casa cujo preço de aluguel e condições gerais estejam de acordo com os nossos desejos.

Há tempos, fundou-se nesta cidade uma sociedade congênere à nossa, denominada "União Operária Federação do Trabalho" que por dificuldades financeiras foi forçada a dissolver-se. Esta sociedade tinha adquirido para sua sede um terreno situado à rua do Botanágua, nas imediações da Fábrica de Cerveja Carlos Stiebler, e nos seus estatutos havia um artigo que determinava que em caso de dissolução da sociedade, os seus móveis e imóveis passariam a pertencer a outra sociedade congênere que viesse a fundar-se na cidade. Sendo informado desse caso, procurei, juntamente com os consócios Joaquim de Souza Moreira e Antônio Scanapieco, o sr. Vicente Marcaccine, sócio da Marcenaria Marcaccine e ex-tesoureiro da referida sociedade, com o qual trocamos idéias a respeito, tendo ele se mostrado favoravelmente à passagem do citado imóvel para a Associação

Beneficente Operária de Juiz de Fora. Aconselhou-nos, então, a lhe enviarmos um ofício nesse sentido, a fim de que ele pudesse convocar os demais diretores da extinta associação para resolverem sobre o caso. O consócio sr. José Custódio Júnior, primeiro secretário, já oficiou neste sentido ao referido sr. Marcaccine.

Como sabeis, sem que os nossos estatutos estejam registrados legalmente, não será possível obtermos esse favor valiosíssimo para a Associação, que inicia a sua vida com uma série imensa de dificuldades.

Devo trazer também ao conhecimento dos estimados consócios o grande auxílio que nos tem prestado o jornal "O Dia", que é dirigido pelo distinto jornalista Albino Esteves, o qual com publicações de artigos de propaganda quase diária, procura sempre o desenvolvimento dos fins a que nos destinamos, conservando-se ao nosso lado como propugnador da classe operária.

Não posso terminar este ligeiro relatório sem salientar os serviços prestados em prol de nossa causa pelos distintos consócios Antônio Neves, Absalão José Luiz, Antônio Scanapieco, Gustavo Larcher, Adolpho Machado e José Custódio Júnior, que em diversas emergências em que me encontrei desde o dia em que imerecidamente fui escolhido para a presidência da diretoria desta Associação, procuraram ajudar-me a vencê-las todas, com dedicação e grande desinteresse.

Conforme já é do vosso conhecimento, foi-me di-

rigido um ofício de adesão pelo ilustre e conceituado clínico dr. Luiz Caminha Sampaio, congratulando-se conosco pela fundação da Associação. Devo salientar que esse médico desinteressadamente e visando o progresso social, apresentou-me algumas idéias que foram aproveitadas na confecção dos estatutos. Foi o único médico que nos honrou com a sua adesão, trazendo-nos por esta forma o seu apoio moral e a sua admiração pela classe operária. Devo considerar ainda que o Dr. Caminha Sampaio sempre demonstrou sincera afeição pelos operários e demais classes sofredoras; tendo até há bem poucos dias, fundado em Juiz de Fora a Instituição Protetora da Infância Desamparada, que será por ele próprio dirigida, visando exclusivamente o amparo dos infelizes pobrezinhos.

O talentoso deputado Dr. Pinto de Moura tomou parte ativa em algumas assembléias e, em brilhantes discursos, salientou a necessidade desta Associação em nossa cidade, em que a classe é numerosíssima. Pôs à disposição de seus membros o concurso de seus esforços, a fim de que ela definitivamente se instale e progrida, oferecimento este que aceitamos com satisfação.

O distinto educador Machado Sobrinho apresentou nos também o seu apoio moral, prometendo-nos escrever uma série de artigos de propaganda que muito poderão concorrer para o engrandecimento de nosso grêmio.

O ilustre professor Pelino Cyrillo de Oliveira, competente diretor do Grupo Escolar de São Mateus, igual-

mente aderiu à nossa causa, tendo a gentileza de pôr à nossa disposição os seus préstimos, auxílio este que consideramos valiosíssimo, por se tratar de um moço ativo, inteligente e amigo do proletariado, conforme demonstrou com esse seu gesto espontâneo e simpático.

Pelo balancete anexo vereis que foi o seguinte o movimento de "Caixa", até esta data :

Receita	230\$500
Despesa	<u>116\$200</u>
Saldo existente	114\$300

Se é certo que o balancete apresenta relativamente uma pequena quantia arrecadada, explica-se pelo fato de não terem sido apuradas ainda todas as mensalidades, sendo que, além disso, muitos sócios somente agora inscreveram os seus nomes na respectiva lista.

Permiti ainda que, de conformidade com o art. 11 dos nossos estatutos, faça uma proposta para que seja concedido o diploma de sócio defensor a cada um dos srs. Dr. Pinto de Moura, Dr. Luiz Caminha Sampaio, Dr. José Eutrópio, Albino Esteves e Prof. Pelino Cyrillo de Oliveira, em atenção aos relevantes serviços que têm prestado à Associação. É essa uma homenagem muito justa e que, estou certo, merecerá a aprovação de todos vós.

Cabe-me igualmente o dever para mim muito honroso de deixar aqui o agradecimento da Associação ao sr. Dr. José Eutrópio, que dedicadamente trabalhou sempre ao nos-

so lado, encorajando-nos com o seu esforço inteligente e a sua grande ilustração.

Devido aos muitos afazeres do consócio Laurindo Carneiro, que por motivo de sua profissão, é obrigado a ausentar-se sempre da cidade, designei para substituí-lo em seus impedimentos o consócio Gustavo Larcher; e é forçoso consignar que este nosso consócio vai desempenhando as funções do cargo de tesoureiro da Associação com muita honestidade e competência, motivo porque deixo registrado nas presentes linhas o nosso agradecimento ao mesmo.

Termino, agradecendo o apoio que vos dignastes de prestar-me desde a fundação desta Associação até a presente data, sentindo não ter podido concorrer de uma forma mais valiosa para o seu engrandecimento. Tendo que deixar o posto elevado que ocupo, venho perante vós apresentar minhas desculpas por pequenas faltas que tenha cometido e solicitar a maior liberdade de consciência no escrutínio que se vai proceder para a eleição da diretoria definitiva.

Espero que sabereis escolher para este fim operários esforçados, que venham prestar a esta Associação o maior desenvolvimento possível e que saibam honrar e cumprir os deveres inerentes a seus cargos.

Juiz de Fora, 7 de abril de 1918.

João de Campos Monteiro Bastos, presidente provisório.

ANEXO 8

Ofício⁹ enviado pela Associação Beneficente Operária à Associação Comercial e à Associação dos Empregados no Comércio :

A diretoria da Associação Beneficente Operária, sob cujos auspícios se iniciou o atual movimento gravista, que, embora pacificamente se vem alastrando consideravelmente e ameaça paralisar todas as indústrias e os serviços anexos, vem pelo presente, solicitar o vosso apoio moral e material à nobre causa que defende e pleiteia.

Sobre a relevância do interesse que a causa vos deve despertar parece-nos ocioso ressaltá-lo, pois que, espíritos práticos e esclarecidos, bem podeis avaliar o quanto poderá ela afetar a honrosa classe que representais.

Além da redução do dia de trabalho para oito horas de serviço efetivo e de outras medidas tendentes a melhorar a precária situação das mulheres e das crianças nas fábricas e assegurar aos atuais grevistas a sua real missão ao trabalho, reclamamos o aumento de 25% sobre o salário ordinário e o de 50% sobre o extraordinário.

Importa isto dizer que, conseguido o nosso objetivo, dar-se-á em benefício do comércio uma maior circula

9. A parede operária. Diário Mercantil, 5-1-1920, p. 2.

ção de capital, avaramente guardado, pela imediata aplicação que dele faz o operário na manutenção e subsistência de sua família.

Por outro lado, persistindo os senhores patrões em não cederem à nossa justa reclamação, teremos de promover o êxodo geral dos nossos companheiros para outros centros industriais, notadamente para São Paulo, de onde acabam de nos chegar respostas animadoras de mais compensadoras colocações de qualquer número ou natureza de operários.

Tomada esta resolução extrema, fácil é de ver-se o quanto perturbaria ela, não diremos somente a vida industrial mas também a comercial e a de todos os ramos da atividade e do progresso desta cidade.

Nestas condições, vimos apelar para os vossos nunca desmentidos sentimentos altruístas hipotecando em favor da causa que sustentamos a vossa mais franca, eficiente e decidida parcela de proteção, apoio e solidariedade.

Na expectativa de vossa generosa acolhida, firmamo-nos com a mais elevada estima.

ANEXO 9

Manifesto¹⁰ distribuído pela Associação Beneficente Operária :

COMPANHEIROS!

Chegou o momento das nossas reivindicações.

Depois de 4 anos de um labor insano e mal remunerado, é justo que tenhamos compensações.

Quando a crise das indústrias atingiu ao extremo, nesta cidade, pela paralisação das fábricas e oficinas de trabalho, reduzindo-nos a 3 ou 4 dias de serviço, suportamos estoicamente o terrível sacrifício, que se nos impôs.

Veio, depois, a prosperidade das indústrias, — que ora se acham imensamente ricas.

Mas, o regime de trabalho, existente em 1914, subsiste ainda o mesmo.

O mesmo número de horas, o mesmo salário, salvo irrisórias bonificações, o mesmo sistema de multas e retenções de salários, o mesmo cativoiro, o mesmo desprezo pela situação das mulheres e crianças nas fábricas que chegam às vezes a ser tratadas como cousas e não como seres humanos.

10. A parede operária. Diário Mercantil, 5-1-1920, p. 1.

ANEXO 10

BASES DO ACORDO¹¹ firmado em 7-1-1920.

Bases definitivas do acordo firmado entre os industriais e operários, nas sessões de 6 e 7 do corrente mês, a saber :

1º - O aumento de salário ficará a cargo de uma comissão de membros das Associações Comercial, dos Empregados no Comércio e da Associação Operária, a qual examinará e combinará o aumento que cada indústria comporta, de acordo com a capacidade produtiva e tendo em consideração as necessidades dos respectivos operários e a natureza do seu trabalho.

2º - O dia será de 8 horas de trabalho, (sendo que até o dia 31 do corrente mês vigorará uma nona hora , extraordinária, que será paga com o aumento de 27% sobre o salário ordinário, firmado pela comissão).

3º - Os serões deverão ser facultativos até o dia 1 de fevereiro, e, desta data em diante obrigatórios, com três dias na semana e três horas por dia, e terão o aumento mínimo de 25% sobre o salário, ordinário nas condições acima.

4º - Os industriais são obrigados a organizar as

11. Está terminada a parede operária. Diário Mercantil, 8-1-1920, p. 1.

suas tabelas de preço do salário e mão-de-obra, de acordo com a comissão supra, e afixá-las em lugar visível e acessível aos operários.

5º - Serão pagos aos operários menores de 16 anos e às operárias em geral, os dias que deixaram de trabalhar pelo motivo da greve, devendo esse pagamento ser feito por intermédio da Associação dos Empregados no Comércio.

6º - Serão readmitidos ao trabalho todos os operários envolvidos na greve ou que tenham sido demitidos antes dela, devendo todos manter o máximo respeito, não só para com os seus patrões, bem como para com os companheiros, que por ventura não tenham participado da greve.

ANEXO 11

Ofício¹² enviado pela Junta Provisória da União dos Empregados nas Fábricas de Tecidos ao deputado Antônio Carlos :

Ilmo. Exmo. sr. dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Cidade. Os abaixo-assinados, membros da Junta Provisória da União dos Operários empregados em fábricas de tecidos, desta cidade, em concordância com a diretoria da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora, ora transformada em "Federação Operária Mineira", — tomando conhecimento do motivo principal, que determinou a paralisação do trabalho na fábrica da Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, em Mariano Procópio, com a greve em que se declararam os seus operários, e tendo sido esgotados todos os meios suasórios para remoção desse motivo, ou seja a readmissão ao trabalho de tais operários demitidos, — vêm com a presente, apelar para vossos nunca desmentidos sentimentos de simpatia pela causa do operariado e solicita os vossos bons ofícios no sentido de ser conjurada, de modo favorável e honroso para os grevistas, a situação em que os colocam o princípio de solidariedade com os seus companheiros demitidos e a revolta atual que lhes

12. O caso da Industrial Mineira. Diário Mercantil, 6-2-1920, p. 2.

despertou a injustiça dessa demissão.

Assim foi que, apesar do acordo que pôs termo à última greve geral, ocorrida nesta cidade e de sempre haverem os operários cumprido os seus deveres, merecendo ambos a estima de seus chefes e prestando, há longos anos, os seus serviços àquele estabelecimento, com a circunstância de exercer um deles cargo de confiança na fábrica e ter sido o outro encarregado pela Associação Operária de estudar as bases para organização das tabelas do preço do trabalho na mesma - eis que são eles despedidos dos seus empregos, - com grave infração das disposições regulamentares do estabelecimento, que não permitem seja dispensado qualquer operário sem ciência prévia de alguns dias, pelo menos.

Percebe-se facilmente que essa odiosa medida, em que pese a declaração de ter sido ela tomada a bem da disciplina da fábrica - obedeceu apenas a propósitos de repressão e castigo contra os dois referidos operários, pelo fato de haverem tomado parte ativa naquela greve e constituírem elementos de defesa e proteção de seus companheiros.

E essa pretensão é tanto mais aceitável, quando é certo que, ao mesmo índice ameaçador se encontravam vários outros operários, em igualdade de condições - os quais serão também - cedo ou tarde, vítimas do mesmo castigo.

Por outro lado, as referidas tabelas de preço, organizadas por aqueles industriais, ainda em discordância

com aquele acordo e à revelia dos representantes dos operários desagradaram profundamente os grevistas - pois que não compensam elas o seu trabalho e não satisfazem as suas presentes necessidades, ante a assombrosa carestia da vida atual.

Nestas condições, exmo. sr. dr. Antônio Carlos, vimos reclamar os vossos serviços - para, que com a vossa prestigiosa interferência junto àqueles industriais, possais dirimir esta situação a todo ponto incômoda, mas nobremente simpática, dos operários empregados na Fábrica de Tecidos da Companhia Industrial Mineira.

Na certeza de que acolhereis prazeirosamente o nosso apelo, firmamo-nos com elevado apreço e nobre estima. - Amigos atts. obrgs.

ANEXO 12

Boletim distribuído aos operários :¹³

OPERÁRIOS DE JUIZ DE FORA

Estamos no auge da luta contra a fome! É preciso que as nossas energias se multipliquem para que os senhores industriais não sufoquem os gritos de fome de nossos filhos! Será covarde aquele que não aderir à greve!

Ninguém morrerá de fome em consequência da greve porque a Federação Operária dispõe de gêneros de primeira necessidade para distribuir com aqueles que precisarem.

Os industriais recusam-se a discutir as nossas propostas razoáveis. A fome aumenta. Eles nos provocam com o eterno e perigoso desprezo dos poderosos pelos queixumes dos necessitados.

Continuemos calmos e unidos até o fim desta penosa luta, cujo desfecho será a vitória da justiça e da razão - do direito contra a iniquidade - e o julgamento consciente do povo de Juiz de Fora, sobre quem deverá recair a responsabilidade do angustioso momento que atravessamos, e que oxalá, não produza consequências desagradáveis.

A COMISSÃO

13. Última Hora. A Tarde, 16-6-1924, p. 4.

ANEXO 13

Nova proposta apresentada pela Federação Operária Mineira :¹⁴

A Tabela de Aumentos

Depois de amplamente discutida na sede da Federação Operária Mineira, foram aprovadas as seguintes tabelas de aumento proporcional, as quais serão submetidas à apreciação dos industriais :

Até 2\$000	50%
De 2\$100 até 3\$000	40%
De 3\$100 até 5\$000	30%
De 5\$100 até 10\$000	20%
De 10\$100 até 12\$000	15%
De 12\$100 até 15\$000	10%

Tabela Especial

Com relação aos operários que trabalham por metragem, em fábrica de tecidos ou estabelecimentos congêneres, vigorará o aumento de 30% sobre os seus salários. Nessa categoria se incluem os que trabalham em carretéis, assim como os maçaroqueiros, urdidores, etc.

Os trabalhadores em construção perceberão as diá

14. A F.O.M. apresenta nova proposta. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

rias mínimas seguintes: carpinteiro, 13\$000; ajudante de carpinteiro, 8\$000; pedreiro, 12\$000; aprendiz adiantado, 9\$000; "frentista" ou "ornamentista", 15\$000; servente de pedreiro, 5\$000; paisagista, 20\$000; pintor em liso, 12\$000; aprendiz de pintor, 6\$000.

Ficou ainda assente que o operário se obrigará a participar à Federação Operária Mineira que, por sua vez, comunicará ao patrão daquele, a retirada definitiva do trabalhador, com a antecedência de cinco dias, quando lhe não convier continuar no serviço. A falta dessa comunicação sujeita o operário em benefício do patrão respectivo, à perda do salário correspondente a cinco dias de serviço.

Tanto na tabela geral como na especial, serão computados os aumentos de salários desde 60 dias anteriores à aprovação das mesmas tabelas.

Por motivo da greve, nenhum operário será passível de punição.

Aos patrões não assistirá o direito de coagir os operários a fazerem parte de clube de futebol ou outra qualquer associação.

As caixas mútuas deverão ser regulamentadas por uma comissão composta de membros da Federação Operária Mineira e do sr. dr. Sadi Carnot de Miranda Lima.

Todo trabalho extraordinário será pago com 50% de aumento sobre os salários comuns não sendo, nesse caso, o operário obrigado ao que estatuem as tabelas acima.

O Movimento Grevista. Diário Mercantil, 16-6-1924, p. 2.

"As caixas serão regulamentadas por uma comissão composta dos srs. drs. Sadi Carnot, Machado Sobrinho e srs. Gumerindo de Carvalho, Sebastião Batista, Antenor Miranda Reis, Aristides Rodrigues, Olinda Barbieri, Bernardino Varella e Batra Jabu. Esta comissão terá amplos poderes para extinguir as caixas caso reconheça a sua ineficiência."

ANEXO 14

"ESCONDIDOS POR DETRÁS DAS BAIONETAS OS INDUSTRIAIS VÃO DA INTRANSIGÊNCIA À INSOLÊNCIA"¹⁵

SEM CONSIDERAÇÃO PARA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA E PARA COM O REPRESENTANTE DO SR. CHEFE DE POLÍCIA, ELES DEIXAM DE ATENDER AO CONVITE PRESIDENCIAL.

Quando, em 1913, antes da guerra, os industriais estavam em precária situação, tiveram a l^he garantir o trabalho operário. Quando, durante a guerra, conseguiram lucros para transformarem-se em grandes ricos, ainda contaram com os operários. Sem saber o que fazer com tanto dinheiro, alguns o tem gasto de todas as maneiras, em esbanjamento, ou fins completamente inúteis. Agora, depois do operário sair das exigências absurdas e pedir o aumento justo para as crianças e para os operários mal remunerados, deixando de parte os que têm bons ordenados, os industriais de Juiz de Fora, depois de afirmarem atender um pedido justo de aumento, resolveram, garantidos pelas baionetas da polícia, a ficarem intransigentes, lançando a intranquilidade no seio da população local, não recuando ao ponto de responder ao convite que l^he foi dirigido pelo exmo. sr. presidente da Câmara e dr. delegado auxiliar,

15. As máquinas apitaram mas os operários não compareceram ao serviço hoje. A Tarde, 16-6-1924, p. 1.

de uma maneira um tanto fora dos moldes da boa educação. Todavia, era mais razoável que os industriais de Juiz de Fora fossem à Câmara e discutissem o que fosse justo e in justo.

Assim não fazendo, eles devem ter perdido a consideração das autoridades legais e da população. Tire a polícia as carabinas das fábricas e vamos ver se essa intransigência continua ..."

ANEXO 15

Manifesto de apoio aos grevistas da Comissão Central Sindical do Partido Comunista:¹⁶

A GREVE DE JUIZ DE FORA

Todo o Brasil operário acompanha com interesse a luta de seus companheiros de Minas.

Pedem-nos a publicação do seguinte :

"Já há vários dias se encontra a classe operária de Juiz de Fora, em greve. Foi um movimento espontâneo surgido, irresistível, pela força mesma de uma situação econômica intolerável. As causas e os fins da greve aparecem justíssimos com a só leitura das reivindicações formuladas pelos grevistas. Eis o que eles pedem :

1) Aumento dos salários nas proporções seguintes : até 2\$000, 50%; de 2\$100 a 3\$000, 40%; de 3\$100 a 5\$000, 30%; de 5\$100 a 10\$000, 20%; de 10\$100 a 12\$000 , 15%; de 12\$100 a 15\$000, 10%.

2) Percentagem sobre o total da produção nas fábricas de tecidos, assim estabelecida : 20% por urdideiras; 20% por metragem; 20% por carretéis; 20% por maçoqueiras e 2% por passadeiras.

16. No meio operário. O País, 19-6-1924, p. 8.

3) Todas as horas extraordinárias com 50% a mais, não sendo as mesmas obrigatórias.

4) Extinção completa das caixas mútuas particulares.

5) As fábricas não poderão obrigar os seus operários a contribuírem para os clubes de futebol.

6) Ficam todos os operários obrigados a marcar cinco dias para sua retirada do estabelecimento em que trabalharem.

7) Criação de uma caixa beneficente geral e única.

8) Estabelecimento de feiras livres, na cidade.

Como se vê, tais reivindicações se justificam por si mesmas, eloqüentemente.

Assim, fortes com a justiça de sua causa que tem merecido o mais caloroso apoio de Juiz de Fora, os operários grevistas se mantêm firmes na luta, aumentando cada dia o número de novos combatentes.

Os senhores industriais, porém, não querem ceder. Para eles, os operários são escravos, sem direito de reclamar. Eles, os industriais, não passam fome. Para eles não existe a carestia da vida. Os operários, estes, se não podem mais viver de fome, que morram de fome!

Nós queremos levar aos bravos operários de Juiz de Fora nossa palavra de incentivo e de solidariedade. Fir

mes em vosso posto, companheiros! Um por todos, todos por um! Mantende-vos unidos e resolutos, que a vitória será vossa!

Os operários de toda a Europa nos estão dando , neste momento mesmo, uma prova de quanto vale a união in destrutível dos trabalhadores.

Vossa causa é mais que justa! Todos os operários do Brasil estão, de coração, ao vosso lado!

Viva o operariado de Juiz de Fora!

Viva a solidariedade proletária!

Rio, 17 de junho.

A Comissão Central Sindical do Partido Comunista."

ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS DE JUIZ DE FORA (1906-1924)

ASSOCIAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	CATEGORIA DOS ASSOCIADOS
CENTRO BENEFICENTE DAS CLASSES OPERÁRIAS	Anterior a 1906	Várias
LIGA OPERÁRIA DE RESISTÊNCIA DO POVO TRABALHADOR	1907	Várias
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS IRMÃOS ARTISTAS	15/5/1908	Oficiais (artífices)
ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA BENEFICENTE MINEIRA	Anterior a 1906	Tipógrafos
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS CONDUTORES E MOTORNEIROS	31/12/1911	Condutores e Motorneiros da Cia.M.Eletricidade
UNIÃO OPERÁRIA — FEDERAÇÃO DO TRABALHO	30/6/1912	Várias
FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE JUIZ DE FORA	Nov/1913	Várias
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OPERÁRIA (A.B.O.)	1/5/1918	Várias
FEDERAÇÃO OPERÁRIA MINEIRA (F.O.M.)	4/1/1920	Várias
SOCIEDADE BENEFICENTE E PROTETORA DOS ALFAIATES	26/6/1921	Alfaiates
CENTRO DE RESISTÊNCIA DOS GRÁFICOS DE JUIZ DE FORA	24/10/1920	Gráficos: tipógrafos, litógrafos, gravadores
ASSOCIAÇÃO GRÁFICA JUIZDEFORANA	19/6/1924	Gráficos

ANEXO 17
 GREVES OCORRIDAS EM JULHO DE FOMA (1912 - 1924)

ANO	MES	CARÁTER	SETORES/INDÚSTRIAS	REIVINDICAÇÕES	RESULTADOS
1912	16 e 30 de agosto	generalizado	pedreiros, carpinteiros, tecelões e sapeteiros.	- jornada de 8 horas e manutenção do salário - aumento do salário por peça - regulamentação do trabalho do menor	- a redução do horário não é obtida - fabricantes de sapatos aumentam o salário - Resolução Municipal proíbe o trabalho do menor após as 17 horas.
1918	fevereiro	parcial	Fábrica Mascarenhas (tecelões)	- contra o mestre A. Weitzel	Não há informações.
	junho	parcial	Fábr. S. João Evangelista (tecelões)	- solidariedade ao diretor técnico desecatado pelo gerente	Não há informações.
1920	2 e 8 de janeiro	generalizada	tecelões, cetroceiros, gráficos, metalúrgicos	- jornada de 8 horas - aumento salarial	- conseguem as 8 horas - 25% de aumento dos salários - regulamentação dos salários - mulheres e menores recebem os dias parados - readmissão dos operários envolvidos na greve.
	18 de março	parcial	fábrica de Tecidos Suerus	- Contra o mestre geral, exigem re- - tratção	Não há informações
	16 e 22 de março	parcial	Cia. Usinas Nacionais (33)	- 8 horas de trabalho e não 9; manu- - tenção do salário	- Conseguem as 8 horas com os mesmos salários.
	30 e 31 de agosto	parcial	Tipógrafos (Tip. Dut- - tenberg)	- Não há informações	- Não há informações.
1921	2 de janeiro	parcial	Cervejaria Americana (50)	- Pagamento de salários	Não há informações.
	3 de janeiro	parcial	pedreiros (230)	- Aumento de salários	A maioria consegue o aumento.
	17 de fevereiro e 2 de março	parcial	Industrial Mineira (1.200 tecelões)	- Contra o seção obrigatório de 1 ho- - ra (jornada de 9 horas) - Recusa de salários.	Continua em vigor o dia de 8 horas e o se- - rzo de 1 hora será facultativo. - Não há informações.
	17 e 18 de outubro	parcial	pedreiros	- Jornada de 8 horas	Portunses reconhecem a jornada de 8 horas.
1923	10 dias em junho	parcial	operários dos cortu- - mes (menos Krambeck)	- aumento dos salários - abolição dos salários - supressão de caixa beneficente	Acordo vultoso quanto à abolição dos sa- - rios e da caixa beneficente.
1924	20 e 21 de janeiro	parcial	motoristas e conduto- - res da Cia. Mineira - de Electricidade (29)	- aumento de salários	A Cia. substituiu os grevistas pelos fis- - cals e mecânicos; com a demissão de al- - guns grevistas, os outros voltam ao traba- - lho; - Não há informações.
	15 de abril	parcial	Fábrica Mascarenhas	- Contra a cobrança de juros (10%) - pelo dinheiro pedido durante o mês.	Recebem bonificação de 10% durante três - meses.
	10 e 20 de junho	geral	tecelões, metalúrgi- - cos, construção, grá- - ficos, sapeteiros.	- aumento salarial - abolição dos salários - abolição das caixas mutuas, - abolição do aviso prévio de 15 dias.	

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. LIVROS E ARTIGOS

BRANDÃO, Octávio. Combates e Batalhas; Memórias. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1978.

CARONE, Edgard. A República Velha; instituições sociais. São Paulo, DIFEL, 1975.

DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

DIAS, Fernando Correa. A Imagem de Minas. ensaios de sociologia regional. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971.

DULLES, John W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. 1900-1935. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Alternativas do Comportamento Operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930). Belo Horizonte, 1981. (mimeo.)

ESTEVES, Albino (org.). Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, DIFEL, 1976.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo, Global Editora, 1982.

GIROLETTI, Domingos. O Processo de Industrialização de Juiz de Fora : 1850 - 1930. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 10 (3) : 144-202, mar. 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Burguesia e Trabalho; política e legislação social no Brasil. 1917-1937. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, nº 29).

HALL, Michael M. Imigração e Classe Operária em São Paulo. Campinas. IFCH. UNICAMP. (mimeo.)

JACOB, Rodolfo. Minas Gerais no XXº Século. Rio de Janeiro, Gomes, Irmao e Cia. 1911.

- LENIN, V. I. El desarrollo del Capitalismo en Rusia. Barcelona, Ariel, 1974.
- LIMA, João Heraldo. Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1920. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MAGNANI, Silvia Lang. O Movimento Anarquista em São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. 1890-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl. O Capital; crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Textos. São Paulo, Edições Sociais, 1977. P. 199/285.
- _____. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo, Ed. Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, XXXV).
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Textos. São Paulo, Edições Sociais, 1977, P. 13/47.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. Bernardo Mascarenhas; o surto to industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Aurora, 1954.
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, nº 32).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1977. Tomo III, 2º vol., nº 9, Cap. 4.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil. 1889 - 1930; documentos. 2 vol.
- OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Gráfica Com. e Ind. Ltda., 1966.
- PROCÓPIO FILHO, J. Salvo erro ou omissão, Gente de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1979.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1968.

RODRIGUES, Leôncio. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1966.

SILVA, Lígia Osório. A luta pela regulamentação do trabalho na Primeira República. Cara a Cara. Petrópolis, Vozes, Ano I (2) : 96-106, jul-dez., 1978.

_____. Movimento sindical e operário na Primeira República. Campinas, UNICAMP, 1977. (mimeo.)

SILVEIRA, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus, 1966.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria; ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WIRTH, John. Minas e a Nação : um estudo de poder e de dependência regional 1889-1937. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1975. Tomo III, 1ª vol., nº 8. P. 76/99.

_____. O Fiel da Balança; Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

2. PERIÓDICOS

2.1. Grande Imprensa

A BATALHA. Juiz de Fora. 1920.

A BÚSSOLA. Juiz de Fora. 1912-1916.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1912.

O CORREIO DE MINAS. Juiz de Fora. 1912. 1920.

O DIA. Juiz de Fora. 1912. 1918-1920. 1924.

DIÁRIO MERCANTIL. Juiz de Fora. 1912. 1919-1924.
 DIÁRIO DO POVO. Juiz de Fora. 1912.
 O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. 1912.
 O FAROL. Juiz de Fora. 1912-1920. 1924.
 GAZETA COMERCIAL. Juiz de Fora. 1924.
 JORNAL DO COMÉRCIO. Juiz de Fora. 1906-1907. 1912.
 JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1912.
 LAR CATÓLICO. Juiz de Fora. 1919-1924.
 O PAÍS. Rio de Janeiro. 1924.
 O SÃO MATEUS. Juiz de Fora. 1920.
 A TARDE. Juiz de Fora. 1920-1922. 1924.

2.2. Imprensa operária

A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro. 1911-1912.
 A LANTERNA. São Paulo. 1914.
 O LINCE. Juiz de Fora. 1912-1925.
 NOVO RUMO. Rio de Janeiro. 1906-1907.
 O OPERÁRIO. Belo Horizonte. 1912-1925.
 O OPERÁRIO. Juiz de Fora. 1918.
 A PLEBE. São Paulo. 1917. 1919-1924.
 O PROLETÁRIO. Juiz de Fora. 1920-1921.
 A TERRA LIVRE. São Paulo. 1905-1908. 1910.
 A VANGUARDA. Rio de Janeiro. 1911.
 A VANGUARDA. São Paulo. 1921.
 A VOZ DO POVO. Rio de Janeiro. 1920.
 A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro. 1908-1909.
 1913-1915.

3. DOCUMENTOS OFICIAIS

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. Diagnóstico da Economia Mineira. Belo Horizonte, 1968. Vol. V. Industria.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro, Tipogr. da Estatística, 1930.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Relatório. 1916-1917, Rio, 1921.

O BRASIL, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia., 1909, v. 3.

CARTÓRIO ONOFRE MENDES. Registros. Juiz de Fora. Livro nº 3.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Atas. 1912-1924.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Resoluções. 1912-1924.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo Presidente Bueno Brandão ao Congresso Mineiro no ano de 1913. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913.

MINAS GERAIS. Secretaria da Polícia do Estado de Minas Gerais. Relatório apresentado ao Secretário do Interior pelo Chefe de Polícia Américo Ferreira Lopes, em 1913. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1914.

PRATES, Carlos. Relatório apresentado ao dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor de Indústria, Minas e Colonização, Dr. ... , em 1905. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905.

4. DOCUMENTOS OPERÁRIOS

CONCLUSÕES DO 4º CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO realiza-

do no Palácio Monroe no Rio de Janeiro, de 7 a 15 de novembro de 1912. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1913.

RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OPERÁRIA DE JUIZ DE FORA apresentado pelo seu presidente capitão João de Campos M. Bastos. Juiz de Fora, A Comercial, 1919.

RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Galego, à rua da Constituição, 30 e 32. Rio de Janeiro, 1906.

2º CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO. Rio, 1913. 2 vol. (Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio de Janeiro).